

NON DUCOR, DUCO
- A Ideologia da Paulistanidade
e a Escola -

Luis Fernando Cerri

CAMPINAS

1996

LUIS FERNANDO CERRI

Este exemplar corresponde à
redação final da Dissertação
defendida por Luis Fernando
Cerri e aprovada pela
Comissão Julgadora.

Data : 9/07/96

Assinatura: *[assinatura]*

NON DUCOR, DUCO.

- A Ideologia da Paulistanidade e a Escola -

Dissertação apresentada como exigência parcial
para a obtenção do grau de Mestre em Educação
(Metodologia do Ensino) à Comissão Julgadora da
Universidade Estadual de Campinas, sob a
orientação da Prof^a. Dr^a. Ernesta Zamboni.

Universidade Estadual de Campinas

Campinas - 1996

40619

| | |
|----------------------------|---------------------------------------|
| UNIDADE | BC |
| N.º CHAMADA: | T/UNICAMP |
| | C 336 n |
| V. Ex | |
| TOMBO BC/ | 28490 |
| PROC. | 667/96 |
| C <input type="checkbox"/> | D <input checked="" type="checkbox"/> |
| PREÇO | R\$ 11,00 |
| DATA | 11/09/96 |
| N.º CPD.C.M. | 00092041-7 |

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO/UNICAMP**

C336n Cerri, Luis Fernando
Non ducor, duco : a ideologia da paulistanidade e a escola /
Luis Fernando Cerri. -- Campinas, SP : [s.n.], 1996.

Orientador : Ernesta Zamboni.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas,
Faculdade de educação.

1. Regionalismo - São Paulo (Estado). 2. História - Estudo e ensino. 3. Ideologia. I. Zamboni, Ernesta. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

Dissertação apresentada como exigência parcial para a obtenção do Título de MESTRE EM EDUCAÇÃO na Área de Concentração: Metodologia do Ensino à Comissão Julgadora da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Ernesta Zamboni.

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação defendida por Luis Fernando Cerri e aprovada pela Comissão Julgadora.

Data: 9/07/96

Assinatura: *Luis Fernando Cerri*

Comissão Julgadora:

Alceu (quinta dor)
Patricio Maranhão

Patricio Rossi

Para Lourdes e Malu,
motivos de minhas alegrias.

Lutar!
A victoria de todos os sòzinhos! ...
As bandeiras e os clarins dos armazens abarrotados ...
Hostilizar! ... Mas as ventaneiras dos braços cruzados! ...

E a coroação com os próprios dedos!
Mutismos presidenciais, para trás!
Ponhamos os (Victória) colares de prêsas inimigas!
Enguirlandemo-nos de café-cereja!
Taratá! e o pean de escárnio para o mundo!

Oh! êste orgulho máximo de ser paulistamente!!!

**(Mário de Andrade, *Paulicéia
Desvairada* - 1921)**

AGRADECIMENTOS

Várias pessoas contribuíram para que esse trabalho se realizasse. Agradeço aqui algumas delas, esperando a condescendência dos que porventura deixarem de ser mencionados por eventual falha de minha memória. Agradeço à Maria Alice pelo acesso e amplo apoio em minhas pesquisas na biblioteca da Escola Estadual Cesário Coimbra, de Araras, e também à D. Lourdinha pelo acesso ao arquivo da mesma instituição. Também à Maria Luisa, pela colaboração nas minhas tardes de leitura das fontes educacionais do Centro de Ciências, Letras e Artes de Campinas. Aos funcionários todos que me orientaram e auxiliaram nos trabalhos no Centro de Memória da Unicamp, no Arquivo Edgar Leuenroth, na Biblioteca Pública Municipal de Araras e no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Agradeço sinceramente à paciência dos professores Paulo Lordello, Paulo Gomes Barbosa, Alcyr Mathiensen, Dona Aidil, Philomena (Filoca) e Enid Kammer, D^a Nelly Pohl Padovani, pelas entrevistas sobre o ensino paulista desde os anos 30. Agradeço também à professora Vavy Pacheco Borges, a quem devo o meu interesse por esse tema, bem como as valiosas observações aos primeiros textos desse trabalho. À colega Teresa Jussara Luporini, pela dedicação com que leu e contribuiu para a melhoria de alguns trechos do trabalho em suas versões provisórias. Aos colegas Laércio Bento e Cláudio, pelo companheirismo próprio de mestrandos com uma preocupação comum, apesar dos temas diferenciados de nossas dissertações. À Ernesta, pelo incondicional apoio e orientação em todas as fases desta pesquisa, desde o nascimento da idéia à redação final. À minha esposa e minha filha, pela força e confiança que as suas presenças inspiraram e inspiram em mim, bem como pela compreensão e companheirismo nos momentos difíceis desta trajetória, e um obrigado especial aos meus pais, cujo suor operário possibilitou que toda esta caminhada chegasse a este ponto.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| Introdução | 06 |
| 1ª Parte: “Paulista Sou, Há 400 Anos” | |
| <u>Capítulo 1</u> | |
| A Ideologia da Paulistanidade | 21 |
| Aspectos Históricos da Ideologia da Paulistanidade | 28 |
| Vida intelectual e intelectuais paulistas na crise da Primeira República | 36 |
| História Paulista e Paulistanidade em Alfredo Ellis Jr. e Aureliano Leite | 41 |
| <u>Capítulo 2</u> | |
| 1932 e as Histórias Oficiais | 58 |
| Região e Federação: Duas Histórias Oficiais sobre 1932. | 69 |
| 2ª Parte: “Para que a criança não se esqueça do amor à terra em que nasceu” | |
| <u>Capítulo 3</u> | |
| No cotidiano da escola - materiais didáticos | 83 |
| Os Manuais | 88 |
| Os Livros de Leitura e de Português | 90 |
| Os Manuais de História | 101 |
| As Imagens | 109 |
| As Obras de Referência | 127 |
| Materiais de Apoio | 131 |
| <u>Capítulo 4</u> | |
| Rituais cívicos e paulistanidade | 138 |
| 23 de Maio e 9 de Julho | 144 |
| Os Poemas e as Letras de Canções | 148 |
| <u>Capítulo 5</u> | |
| Puxando Pela Memória: O Cotidiano da Ideologia da Paulistanidade em Negrito | 163 |
| As Palavras, há 50 anos no mesmo lugar | 168 |
| As Comemorações na Prática: O Caso de Araras | 178 |
| <u>Considerações Finais</u> | |
| Regionalismo e Ensino de História | 184 |
| <u>Anexos</u> | 195 |
| <u>Bibliografia</u> | 200 |

INTRODUÇÃO

“ Não se pode, hoje, discutir o ensino de História sem interrogar-se sobre o tempo, sobre o mito, sobre a ciência no mundo de hoje. ”

(Suzanne Citron. Enseigner L'Histoire Aujourd'hui)

Este é um trabalho que visa oferecer uma contribuição às discussões sobre a Metodologia do Ensino de História. Não se trata, porém, de uma contribuição imediata, mas sim, de oferecer uma contribuição às reflexões sobre o ensino de História partindo da sua própria "sintaxe", da sua própria lógica de equacionamento das questões, ou seja, o recurso ao trabalho com o tempo histórico. Assim, a intenção é oferecer, a partir de estudos da própria História do ensino de História, um tema para a reflexão sobre os conteúdos e sua inserção nos currículos, questão fundamental para a metodologia do ensino da disciplina. Essas questões estão ligadas à própria finalidade da História como disciplina da escola (para que serve / a quem serve). Fica patente, além do mais, uma hibridez deste estudo com o campo da História da Educação, o que avaliamos de forma positiva, já que produzimos uma interpenetração entre campos distintos e complementares do estudo da Educação, numa intenção de interdisciplinaridade.

Assim sendo, este estudo levanta algumas questões teóricas sobre as determinações que agem sobre o ensino de História. Como o Estado (e sua parcela educacional, a escola oficial) lida com a memória e a História? Com quais mecanismos consegue mediar uma memória produzida no interior da classe dominante, tornando-a oficial, procurando transformá-la em memória de toda a sociedade? Como se compõe, enfim, uma História oficial, e de que maneira lida com o esquecimento?

Queremos contribuir, a partir dessas questões, para o aspecto epistemológico da discussão dos métodos do ensino da História, enfocando o segundo termo da composição *meta - hodos - logia*, ou seja, os objetivos da atividade pedagógica com os temas dessa ciência. A exemplo de outros estudos que procuram determinar a própria historicidade do ato ensinar História para as crianças e os jovens, e da sua constituição como uma disciplina escolar autônoma, procura-se analisar a presença, num nível regionalizado do ensino, de uma determinada ideologia. Esses estudos mencionados têm como referência consagrada a obra de François Furet, *A Oficina da História*, em que o autor traça o desenvolvimento histórico do ensino da História na França, desde o período de impossibilidade do ensino pelas características da disciplina no Antigo Regime até a sua autonomização como disciplina escolar destinada a formar os cidadãos patriotas e responsáveis, que acontece no período de embate entre as propostas liberais laicas e o predomínio da educação hegemônica pela Igreja.

O aparecimento da História do Brasil ordenada e sistematizada numa visão de conjunto é o requisito essencial para que possa aparecer como “matéria ensinável”¹. Essa sistematização é o objeto de estudo da dissertação e do artigo de Nelson Schapochnik², que resgata a discussão sobre os critérios para a composição da História do Brasil ocorrida em meados do século XIX no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Percorrendo a produção teórica dos membros do Instituto e acompanhando seus debates tendo em vista a criação de uma abordagem totalizante da História do país, o autor evidencia a tendência da época em procurar desvencilhar-se da História narrativa, numa perspectiva filosófica (no sentido iluminista). Apontada para o serviço à pátria na techedura de um corpo de conhecimentos organizado de forma a ensinar o cidadão brasileiro sobre o caráter de seu país, a produção do I.H.G.B. acumula informações e estudos que transmitem uma visão eurocêntrica do processo histórico, a partir da tese vitoriosa de Von Martius, pela qual a História brasileira é um sistema que tem como núcleo a ação do europeu (português), em torno do qual orbitam subordinadamente a contribuição dos indígenas presentes no território à época de sua descoberta e dos negros transplantados da África para Brasil. O trabalho não perde de vista a noção da História como mestra da vida, orientadora da ação individual. Por esse motivo, são

¹ FURET, cit., p. 115

² Como se Escreve a História?, publicado na Revista Brasileira de História 25/26.

confessos os objetivos dessa sistematização, aceita pelo Instituto, que torna-se o principal órgão produtor da História nacional tal como será estudada pelos especialistas e ensinada nas escolas (estendendo sua influência até os nossos dias):

*“ O discurso histórico era visto como o instrumento mais adequado para produzir a visibilidade da Nação em construção, capaz de forjar deliberadamente uma unidade interpretativa do passado e de, simultaneamente, converter-se em um discurso de coesão e legitimação.”*³

O alcance do discurso histórico vincula-se, como vimos, à condição de tornar-se uma matéria do ensino primário, médio e superior. A conexão entre a História nacional produzida pelos intelectuais do século XIX e o ensino desta produção é investigada por Elza Nadai⁴, que estabelece as especificidades do caso brasileiro no surgimento da História como disciplina escolar. Fincando raízes na instituição modelar e padrão educacional do Império, o Colégio Pedro II, o ensino de História já na primeira metade do século XIX surgirá reproduzindo a História europeia como História verdadeira da civilização, conforme a discussão da época. Na República, a História consolidar-se-á como a “genealogia da Nação”, glorificadora dos heróis selecionados pelo poder do Estado, constituindo-se como o espaço privilegiado da História oficial “na qual os únicos agentes visíveis do movimento social eram o Estado e as elites”⁵.

Dessa maneira, visava o poder republicano educar o aluno para formar o cidadão constituinte da República. Essa afirmação fica mais forte se considerarmos que o pleno direito de cidadania na Primeira República está ligado à alfabetização, à passagem pela escola, e que esta condição é que formará o conjunto dos membros do Estado.

Nesta rápida revisão de alguns trabalhos sobre a historicidade dos objetivos do ensino da História, é fundamental a contribuição de Kátia Abud⁶: se a destinação da disciplina é formar o cidadão, que cidadania é essa que está sendo mencionada neste momento por esses atores sociais?

³ cit., p. 79

⁴ O ensino de História no Brasil: trajetória e perspectiva. Revista Brasileira de História 25/26

⁵ Nadai, cit., p. 152.

⁶ Kátia ABUD. O ensino de História como fator de coesão nacional: os programas de 1931. Revista Brasileira de História 25/26.

“ A cidadania era ainda entendida exclusivamente no seu sentido político e era com essa cidadania que as escolas e, sobretudo, o ensino de História deveriam se preocupar. Aceitava-se o conceito de cidadania do liberalismo, que se expandiu no século XIX e compreendia a democracia como a manifestação da vontade na escolha dos governantes.”⁷

A autora evidencia ainda o caráter homogeneizador da legislação educacional, com propósitos de unificação dos discursos e centralização das determinações sobre o ensino de uma forma geral e particularmente da História, resultantes do exercício do poder do Estado pelos vencedores em 1930. Evidentemente, esta postura é dada em contraposição aos representantes do poder político e econômico regional, e é nesse sentido que procura excluir outras as leituras da História nacional:

“O caráter centralizador era acusado de impedir qualquer tipo de regionalização de ensino e de não deixar margem para a História Regional ou para heróis que não tivessem significado nacional. Foram excluídos personagens como Frei Caneca, Bento Gonçalves, líderes de movimentos regionalistas, de natureza separatista, e valorizados outros, como José Bonifácio, Feijó, este último considerado ‘um mantenedor da unidade brasileira’.”⁸

Mesmo sob essa orientação, a oligarquia de São Paulo consegue manter, em determinadas conjunturas, sua leitura particular da História, que projeta-se no ensino, principalmente após a Revolução Constitucionalista de 1932, que torna-se o grande marco da ruptura entre o enfoque nacional e o enfoque regional paulista sobre a História. Como, então, dá-se a dinâmica entre centralização e regionalismo, História oficial nacional e História oficial estadual, entre a produção dos intelectuais de classes dominantes regionalizadas e o discurso do Estado no ensino? Como essa ideologia vai manifestar-se nos aspectos cotidianos do ensino, agindo sobre a formação de professores e alunos?

Essas são algumas das questões que passaram a me preocupar a partir da prática como professor de História no 1º e 2º graus em escolas oficiais nos anos 90, momento em que retomei de forma sistemática a minha própria experiência enquanto aluno da escola pública paulista nas décadas de 70 e 80, tanto na posição de aprendiz acrítico quanto como membro do movimento estudantil secundarista, onde colaborei com

⁷ *ibid.*, p. 167

⁸ *ibid.*, p. 172.

atividades de questionamento do civismo perante professores, pais e alunos, dado o vazio de seus pressupostos na maneira como estava dado (um exemplo é o questionamento ao Dia da Pátria, comemoração da independência, perante a realidade de atrelamento econômico, político, cultural do país à órbita de influência norte-americana). Revivi, desta vez do outro lado da mesa do professor, a prática de um calendário de datas cívicas⁹ escolares em que a disciplina História é convocada a dar sua colaboração, relembrando vários fatos “que a República manda guardar”¹⁰, constituindo a “genealogia da Nação”. Essa plêiade de datas comemoráveis orbita ainda em torno da idéia nacional, que tem como momento central a comemoração da Independência do Brasil no 7 de setembro.

Hoje em dia, após a Ditadura Militar, a Nova República e a efetiva reentrada num sistema de relativa democracia política, as festas cívicas enfrentam uma grave crise de identidade. Sem que houvesse qualquer esforço coletivo consciente, as festas cívicas tiveram seu sentido desgastado perante as decepções com os sucessivos governos - que acabam sendo associados à própria idéia da nação - gerando a difundida auto-depreciação da condição de brasileiro. Além disso, na exclusão de uma grande parte da população dos direitos mínimos de cidadania, pela ausência de efetivas políticas sociais de caráter redistributivo, encontramos outro fortíssimo corrompedor da devoção cívica, (desejada pelos educadores de viés nacionalista e/ou autoritário) uma vez que o excluído não tem como sentir-se membro do “contrato social” que o Estado gerenciaria. Ainda assim, por força da “inércia de movimento” dos calendários escolares, a maioria das festas cívicas continua sendo comemorada com uma certa homogeneidade em todo o território brasileiro, inclusive por terem suas datas decretadas como dias feriados: tal é o caso, por exemplo, do dia de Tiradentes, do dia da Independência e do dia da

⁹ Estamos entendendo por festas cívicas, genericamente, os eventos, escolares ou não, cujo objetivo é realizar o culto e favorecer a devoção ao interesse público e reforçar o sentimento de pertença à comunidade gerida pelo Estado, ou seja, a percepção da condição de cidadão. Trata-se de um fenômeno social com duas faces: a primeira é o parentesco com a religiosidade cristã, pois trabalha os sentimentos de fidelidade a um ideal e a uma comunidade a partir da utilização da memória de fatos (encarnados em datas) e de grandes homens como padrão de comportamento social (daí a utilização de termos como ritual cívico, devoção ao sentimento nacional, culto à bandeira). A segunda face é o seu caráter oficial, na medida em que liga-se necessariamente ao Estado, de quem parte a iniciativa da comemoração e o subsídio em termos do conteúdo histórico a ser trabalhado pelo evento. Ao mesmo tempo, o Estado, articulador da nação, da circunscrição estadual, do município, é a própria razão de ser do civismo, pois constituiu-se, em tese, pela associação de todos os seus membros, os cidadãos (segundo a leitura liberal, predominante na formação dos Estados contemporâneos).

¹⁰ a expressão é o título do artigo de Lúcia Lippi OLIVEIRA, Festas que a República Manda Guardar, publicado na revista Estudos Históricos.

Proclamação da República. Sobrevivem como formalidades, uma vez que os sucessos da representação do país em algumas áreas do esporte mundial têm sido a efetiva catalização do sentimento nacional, ainda que de forma efêmera, circunstancial.

Entretanto, permanecem, mesmo após os esforços homogeneizadores a partir da Revolução de 1930, alguns temas de caráter e comemoração estritamente regional, como é o caso da festa da Independência na Bahia, a rememoração (e não exatamente comemoração) da Questão do Contestado, no Paraná, ou a Revolução Farroupilha, no Rio Grande do Sul. O movimento de criação da idéia nacional permanece convivendo com as preocupações de afirmação da identidade regional. Em São Paulo, são duas as grandes datas cívicas estritamente estaduais: 23 de maio, o Dia do Soldado Constitucionalista (que traduz-se com a sigla M.M.D.C.), e o 9 de julho, o Dia da Revolução Constitucionalista, datas que não existem no calendário federal; pelo contrário, contrapõem-se à História da nação construída após 1930, que tem uma interpretação negativa do movimento de 32, apresentando-o como separatista e ou reacionário, caracterizando-o como um flagrante atentado tanto contra o progresso do Brasil quanto contra a unidade nacional, tratando esta revolução como um verdadeiro empecilho, felizmente derrotado, para que a nação realizasse sua vocação e seu futuro.

Uma versão completamente distinta desta está presente do lado de dentro das fronteiras paulistas. A reflexão sobre esse assunto faz-se necessária, na medida em que muitos elementos que trabalharemos estão presentes em nosso meio de forma marcante, apesar da força do esquecimento, e são essenciais para compreendê-la. O 9 de julho, principalmente, é uma efeméride construída e largamente marcada no cotidiano (principalmente escolar) e na política (a Assembléia Legista de São Paulo reúne-se no Palácio 9 de julho, perto do Monumento às Bandeiras, de Victor Brecheret, e do Mausoléu de 1932; em 8 de julho de 1992 o governador de São Paulo, Luiz Antonio Fleury Filho, foi à televisão em rede estadual para exaltar a Revolução Constitucionalista em seu sexagésimo aniversário, etc.). Existem grupos que até hoje repetem os discursos de 1932, ainda que com a preocupação de modernizá-los, como o grupo dirigente do jornal "O Estado de São Paulo", e outros grupos que exploram o mito da paulistanidade . É o caso, por exemplo, das campanhas eleitorais do prefeito de São Paulo, Paulo Maluf, em que procura identificar a própria imagem às imagens do dinamismo empreendedor, do trabalho e à frenética construção de grandes obras

públicas, imagens essas tidas como a cara da metrópole e de seu estado. Ou é o caso mesmo dos grupos urbanos de extrema direita, envolvidos com a necessidade de delimitar uma identidade paulista da qual excluem-se, por exemplo, os nordestinos, moradores de rua, homossexuais, e daí o ponto de partida para a discriminação e ações de violência física. Lembramos ainda as idéias separatistas, por vezes ligadas a esses grupos, e ainda a própria idéia, presente principalmente entre as classes médias e a burguesia, da superioridade nata de São Paulo, em todos os sentidos, do administrativo ao econômico e cultural, em relação ao resto do país; além disso é lugar comum o argumento da exploração dos tributos paulistas pela União sem contrapartida efetiva. Não é difícil de encontrar, também, a idéia da vocação de São Paulo para a condução dos destinos do Brasil, exercendo sobre ele uma posição hegemônica.

Mesmo perante essa realidade, a escola paulista trata (quando não esquece) da Revolução de 1932 ainda hoje de uma maneira acrítica, facilitando os caminhos dessa ideologia. Isso fica patente na forma de ensinar a Revolução e os feitos relativos à História de São Paulo, nos livros didáticos, nos famigerados “trabalhos” escolares e também nas comemorações cívicas do 9 de julho e 23 de maio, que vivenciei enquanto aluno numa escola pública hoje sexagenária, fundada pouco mais de um ano depois da “Guerra Civil Brasileira”, na intitulação de Stanley Hilton. A existência dessa memória regionalizada sobre 1932 e sobre São Paulo de uma forma geral no ensino é um indício de um esforço para interferir, através da escola, para a formação de uma memória coletiva estranha aos alunos, por motivos de ordem social ou temporal: ou por não terem seus pais qualquer relação com uma visão “paulista” de 1932 por pertencerem a classes e/ou regiões desligadas do movimento, ou por essa memória ter sofrido um processo de desgaste que parece exigir um trabalho de restauração. Podemos aceitar, para entender esse movimento de rememoração, a pista de Suzanne Citron, que lê a História ensinada nas escolas como uma memória da elite procurando generalizar-se através da formação de “dogmas” como “A França”¹¹. No nosso caso, o objeto que se nos oferece para análise é a construção do dogma “São Paulo”, o patriotismo regional e sua vinculação com a Pátria brasileira.

A intenção inicial desse trabalho é sistematizar essa realidade, procurar explicá-la e levantar as razões de sua permanência, ainda que atenuada, em

¹¹ Suzanne CITRON. *Enseigner L'Histoire Aujourd'hui*, p. 62 e ss.

uma grande parte dos campos da experiência cotidiana da população paulista. Com isso, desejo contribuir para as devidas desmistificações do objeto e também com o debate da escola - particularmente do ensino de História - em seu relacionamento com a realidade política e ideológica da qual não há como desviar-se ou desvencilhar-se, visto que são realidades ativas e armadas, no meio do fogo cruzado da luta ideológica de nossos dias.

O objeto desse trabalho, o ensino de História dentro de uma perspectiva histórica, é concebido de uma forma mais ampla que o seu sentido corrente: não há um debruçar apenas sobre as práticas e materias do professor de História no espaço formal da aula de História. Concebemos o ensino de História como uma prática mais ampla que a do professor de História, espalhando-se também para as aulas de língua nacional, para as aulas de música (denominadas de "Canto Orfeônico na década de 1930), para as comemorações cívicas escolares que possuem um caráter nitidamente interdisciplinar. Além disso, o ensino de História, entendido como um trabalho de uniformização da memória popular, ocorre também fora dos espaços de educação formal e ocupa as praças públicas, nos monumentos, nos nomes de rua, nas obras de vulgarização do conhecimento histórico, nas comemorações cívicas públicas (principalmente os desfiles), na formação do acervo de bibliotecas, arquivos públicos e museus. A ideologia ganha consistência com a produção dos intelectuais que fornecem uma tradição histórica sistematizada, uma argumentação em torno da importância de símbolos, personagens e datas regionais. É principalmente a ação do historiador tradicional que cria o consenso sobre as referências de identidade do paulista, de forma que educar para o conhecimento e o respeito a essas referências aparece como obra da escola ao "formar os cidadãos". Agindo na formação das pessoas que terão em suas mãos o poder político do estado de São Paulo, a construção das referências de identidade do paulista aparece também como obra pedagógica do Estado em todas as suas atividades de memória que se expressarão nos espaços públicos.

O recorte cronológico proposto inicialmente restringia-se à década de 30, nos momentos de possível influência direta do movimento constitucionalista e seu ideário sobre o ensino, mais especificamente nos anos de 1933 (quando Armando de Salles Oliveira retoma o poder executivo de São Paulo depois da ocupação militar que seguiu-se à Revolução Constitucionalista de 1932) a 1937 (quando o Estado Novo reprime todo tipo de regionalismo, procurando centralizar e homogeneizar, inclusive

ideologicamente a Nação e seu civismo). Entretanto, no decorrer das atividades de pesquisa, foi possível notar que a ideologia da paulistanidade, ainda que reforçada e com novos elementos por causa e a partir de 1932, é um dado anterior, surgido ainda no Império. E o aparecimento da Revolução Constitucionalista de 1932 como assunto das aulas e livros didáticos de História é posterior ao Estado Novo. Nesse sentido, o recorte foi dilatado, incluindo fontes das décadas seguintes e abordando com especial atenção o ano de 1982, momento das comemorações do cinquentenário dos eventos de 1932.

Durante e após a "Revolução de 32", há no estado de São Paulo, uma intensa produção de relatos, comentários, livros, artigos, e outros produtos culturais, que criam uma memória regionalizada do evento, que podemos classificar como pertencente à História Tradicional. A História Oficial em nível federal conta uma outra História desses eventos; porém, na medida em que aquela História Tradicional paulista passa a ser assimilada numa História Oficial regionalizada e distinta da nacional (o que verifica-se pela presença das "tradições" distintas no Ensino oficial paulista) percebe-se que esses conceitos trabalhados não suportam um tratamento superficial.

Nossa hipótese inicial é que História Oficial e Tradicional são conceitos distintos. Isso porque podemos perceber que as classes dominantes, vencedoras de processos de luta de classes (que também são processos políticos), não são um personagem homogêneo, como comprovam a oligarquia paulista e os vencedores da Revolução de 1930, que chocam-se em 32. Se a classe dominante em alguns momentos não tem unicidade de ação e pensamento, também a tradicional História que produzem por meio de seus intelectuais orgânicos não é igual. Essa História Tradicional pode ou não tornar-se oficial, pois para isso é preciso que o grupo no qual ela foi produzida precisa estar no poder do Estado, pelo menos em uma região. Por isso essas Histórias são distintas, e há um trânsito entre elas que corresponde a fatores políticos e ideológicos.

A dissertação está dividida em duas partes. Na primeira, a preocupação é delimitar o surgimento e a cristalização de uma ideologia e uma teoria da História tradicionais e regionais e as maneiras pelas quais elas se encarnam nos lugares de preservação da memória e discussão da História, oficiais ou não. A segunda parte procura analisar o processo pelo qual esses conteúdos são transmitidos, interpretados,

discutidos e assimilados pela instituição escolar no estado de São Paulo. A estrutura da dissertação, assim, procura coerência com o projeto expresso no subtítulo, *A Ideologia da Paulistanidade e a Escola*: a primeira parte primeiro capítulo é um esforço de análise da Ideologia em questão e o momento em que procuramos estabelecer as ligações entre ideologia, História tradicional e História oficial (que como tal chega à escola); a segunda parte é o estudo das influências dessa ideologia na escola, sua força sobre a determinação das consciências e também uma reflexão sobre suas ausências.

O primeiro capítulo da dissertação, “A Ideologia da Paulistanidade”, procura identificar o surgimento desse objeto e destacar seus elementos fundamentais, como a invenção da tradição do bandeirante, as definições do “caráter paulista”, a caracterização regional do movimento de 1932. Isso é feito através da análise de algumas obras importantes de intelectuais orgânicos da oligarquia, para começar a alinhar os mecanismos pelos quais uma versão de classe consegue, em determinados momentos, acesso aos meios de formação de opinião e consenso do Estado, difundindo-se então com todas as atribuições de um elemento de construção da hegemonia da classe dominante.

O segundo capítulo, “1932 e as Histórias Oficiais” procurou-se avaliar como se apresenta a ideologia da paulistanidade nos discursos oficiais paulistas sobre 1932, tendo como elemento central os pronunciamentos do mais destacado líder da elite paulista e governador do estado, o engenheiro Armando de Salles Oliveira, contrapondo-os com os discursos de Getúlio Vargas, porta-voz ideal da versão do poder central sobre o movimento. A intenção é possibilitar a discussão sobre a produção da História tradicional, o seu relacionamento dinâmico e complexo com a História oficial e os instrumentos de um “amplo ensino de História”, ou seja, os meios estatais de divulgação da sua visão da História.

No terceiro capítulo, já dentro da Segunda Parte do trabalho, “O Cotidiano da Escola - Materiais Didáticos”, detenho-me na influência da ideologia da paulistanidade sobre o ensino de História a partir dos materiais didáticos entendidos amplamente, desde o livro de sala de aula até as enciclopédias consultadas para trabalhos, passando pelo ambiente de estudo e outros elementos gráficos e textuais que

formam o conjunto de recursos com os quais o corpo discente e docente convivem no desempenho de suas atividades.

As comemorações, preleções, desfiles, etc., relacionados à paulistanidade são o tema do quarto capítulo, "Rituais Cívicos e Paulistanidade". Partindo de algumas orientações teóricas sobre o problema do ritual, analisa-se principalmente o componente textual dos ritos de integração regional, que constroem no educando mais uma identidade sobre as que já tem: a de paulista.

No último capítulo, acontece a reflexão sobre um momento específico do exercício da ideologia da paulistanidade via Estado e instituição educacional, quando dos festejos do cinquentenário da Revolução Constitucionalista, em 1982. Esse capítulo fecha o trabalho com uma preocupação de demonstrar a continuidade conjuntural da História tradicional e oficial sobre 1932 em nível regional, em contradição com o movimento de esquecimento da sociedade perante novas conjunturas, numa perspectiva multitemporal.

O percurso dessa dissertação quer mostrar o processo pelo qual a memória de determinados eventos, ideologicamente trabalhada por determinadas classes sociais, é transformada numa espécie de cunha que abre um lugar na sucessão de efemérides oficiais, na cronologia dos "fatos mais importantes" e comemoráveis. Um lugar na lista de datas cívicas assumidas pelo Estado, mesmo em sua face regional, perpetua (regionalmente) a memória, até mesmo pela inércia da recordação gratuita que é feita na escola, principalmente no primeiro grau, possibilitando que as versões sobre o fato inscrito entre as datas cívicas continuem a ser veiculadas, mesmo na ausência das condições diretas que o colocaram no calendário escolar, garantindo sua sobrevivência.

Nesse trabalho, procuro traçar considerações gerais sobre a temática em questão, que reputo como válidas para o ensino público do estado de São Paulo. Todavia, trabalhei, nos momentos em que a pesquisa exigia comprovação de vivência efetiva da ideologia, a partir de uma amostra desse todo: a Escola Estadual de 1º e 2º Graus "Dr. Cesário Coimbra". Além do potencial da singularidade em conter elementos de uma dada universalidade, a escolha dessa escola deve-se ao fato de ser ela um dos estabelecimentos de ensino fundados em 1934 pelo governo de Armando de Salles Oliveira, na mesma conjuntura em que consolidaram-se as leituras regionais tradicionais

sobre 1932 (como elementos da ideologia da paulistanidade) na instituição Governo Estadual, cristalizando a História oficial do estado a partir dessa matriz. Além de nascer sob a égide da institucionalização da História tradicional sobre 1932, as portas desse colégio estiveram sempre abertas ao pesquisador, na medida em que, tendo sido aluno dele por 11 anos, pôde contar com a simpatia e a franca colaboração da direção, funcionários e professores.

Uma justificativa sobre os termos que utilizo no decorrer do trabalho: Revolução de 1930, Revolução Constitucionalista de 1932, oligarquia. Conforme afirma Pierre Nora ¹², as palavras são lugares de memória por excelência. Todavia, retomar o uso das palavras correntes na década de 30, não significa necessariamente assumir de forma incondicional a memória que carregam: uma vez que as palavras não têm luz própria, mas são iluminadas pelas instituições que as carregam de um certo significado, creio que a sua utilização neste trabalho tem a característica de trazer à luz exatamente estas instituições, discutindo-as.

Utilizar a expressão Revolução Constitucionalista de 1932 sem aspas não significa uma colaboração para que sua memória perpetue-se, ao não denunciar o caráter ideológico de cada termo. Nessa situação, as aspas negam o significado dos termos que emolduram, com o que corre-se o risco de cometer uma leitura anacrônica, orientando a discussão do passado unicamente pelos conceitos do presente sobre revolução, oligarquia, etc. O objetivo dessa postura que assumimos é apresentar os parâmetros pelos quais esses termos logram atingir legitimidade no seu tempo, respeitando a autodenominação dos movimentos como revolucionários ou da denominação dos adversários como oligarquia. Dessa maneira, evidenciando o que o participante do movimento de 1932 entendia como revolução e constitucionalismo, podemos proceder ao discurso crítico, sem procurar opor “verdades” ao “discurso ideológico”, escapando da armadilha da análise moralista dos documentos. A desconstrução dos discursos ideológicos que analisamos dar-se-á pela evidenciação de suas contradições, ao mesmo tempo em que analisamos a relação entre as obras e suas

¹² no intróito à seção “Les Mots”, no 3º volume da coletânea *Les Lieux de Mémoire*, por ele organizada.

épocas no surgimento e nas contribuições para a ideologia da paulistanidade, compreendendo a(s) historicidade(s) de cada discurso ¹³.

Na medida em que não podemos considerar que existe um conceito verdadeiro de revolução, ou uma caracterização "despolitizada" de oligarquia, assumindo que o próprio discurso que pretende-se científico é também filho de sua época, resta-nos apresentar as instituições que portaram esses termos, evidenciar seus argumentos, contrapô-los entre si, de maneira a compreender os parâmetros de sua historicidade.

Por fim, uma questão que problematiza o trabalho como um todo. Ao mesmo tempo em que pudemos perceber que há uma ideologia da paulistanidade que propõe uma leitura do passado glorificando os bandeirantes e a Revolução Constitucionalista de 1932, nas escolas paulistas que visitamos e no senso comum de uma forma geral, pudemos constatar que os "ícones" dessa ideologia têm pouco significado: poucos sabem o que ocorreu em 23 de maio ou 9 de julho, mesmo passando nas ruas que levam esse nome; nem todos reconhecem o significado da sigla M.M.D.C., e assim por diante. Até que ponto tem eficácia o esforço de rememorar praticado pelas escolas e pelo Estado? Qual é o significado dessa indiferença constatada por professores engajados nessa rememoração, e ao mesmo tempo, como explicar a manutenção dessa pedagogia da memória sobre a paulistanidade?

¹³ Sobre a utilização do termo "revolução" para movimentos como os de 1930 e 1932, ver também Holien G. BEZERRA, *O Jogo do Poder*, p. 6-7.

Primeira Parte

“Paulista sou, há 400 anos”

CAPÍTULO 1

A IDEOLOGIA DA PAULISTANIDADE

“Pois bem: apesar de tudo, a julgar pela atoarda da literatura nacional em torno dos bandeirantes, dir-se-ia que o São Paulo moderno, o São Paulo das indústrias, o São Paulo do café, o São Paulo que constrói e monta o mais soberbo parque industrial da América do Sul é obra exclusivamente do bandeirante e do espírito de bandeira. Porque nisso de emprestar ao bandeirante atributos que ele nunca teve, o paulista de quatrocentos anos é um verdadeiro ianque. Se, para valorizar um símbolo que lhe é caro, for preciso atribuir ao bandeirante atributos que ele nunca teve, ele o atribuirá; se para magnificá-lo for preciso torcer a história, ele a torcerá. Embora tomando de empréstimo ao pioneiro, para dar ao bandeirante, qualidades, intenções que nunca ele teve, ainda é a imagem idealizada do bandeirante a que, paradoxalmente mais cultua o Estado mais pioneiro do Brasil.”

(VIANA MOOG, *Bandeirantes e Pioneiros.*)

Este capítulo pontua as formulações ideológicas sobre o tema em estudo, produzidas pelos intelectuais orgânicos da oligarquia paulista, e analisa o caminho que vai do nascimento de uma ideologia até sua divulgação no ambiente escolar, passando pela sua elaboração intelectual, sua absorção pelo discurso estatal e pelos quadros do Estado e sociedade civil, pelos agentes de formação até os bancos escolares, num processo que entendemos como não necessariamente linear ou ordenado, mas dando-se em uma dinâmica complexa.

Do amplo debate sobre a questão da ideologia, utilizemos a noção que entende-a como as idéias políticas (num sentido amplo) relacionadas necessariamente com os interesses de uma classe social ¹. Vamos fazê-lo como um artesão que experimenta uma ferramenta em sua matéria-prima. Além disso, estou utilizando também a idéia de que a classe dominante no capitalismo é multifacetada e heterogênea, e, em certos momentos históricos, diferencia-se pelo seu aspecto regional e respectivos interesses econômicos e políticos específicos, que podem chegar a situações críticas de conflito, armado, inclusive.

No caso em estudo, o sistema político republicano brasileiro, após sua fase inicial de consolidação e organização, caracteriza-se por uma ampla descentralização do poder nacional, transferindo para os estados quase todas as prerrogativas que no Império eram exclusivas do poder central. Essa reestruturação política do Estado brasileiro tem como agentes principais os “republicanos históricos”,

¹ Jorge LARRAIN. “Ideologia”. In: Tom BOTTOMORE. *Dicionário do Pensamento Marxista*, p. 185.

geralmente ligados ao capital cafeeiro exportador de São Paulo, que por essa estratégia descentralizadora logram tornar-se hegemônicos no país, colocando o Estado preferencialmente a serviço de seus interesses, já que em São Paulo concentrava-se o contingente de proprietários dos meios de produção com maior poder econômico. Outro efeito dessa reestruturação do Estado é a criação de uma classe dominante regionalizada², de forma parecida com o que ocorre com as diversas classes dominantes nacionais; dessa maneira, a oligarquia paulista é uma burguesia agrária, classe dominante e hegemônica em seu território estadual e classe dirigente a nível nacional, coordenando as elites regionais no apoio ao seu projeto de classe (do qual a maior expressão é a política de valorização do café) em troca de apoio e benefícios políticos para as demais elites regionais. É evidente que o fato de a Primeira República ter presidentes eleitos por outros estados não significa a quebra da hegemonia da oligarquia paulista sobre o país, mas sim composições de classe, que não deixam, todavia, de ter um aspecto conflitivo, por vezes.

Não pretendemos negar que a memória e a historiografia em torno de 1930 é escrita pelos vencedores do processo, produzindo o silêncio das propostas de revolução vencidas³. Também não podemos negar que o processo político iniciado em 1930 tem o caráter centralizador político e recriador, sob um aspecto mais enfático e menos condicional, das idéias de Nação Brasileira, unidade nacional, nacionalismo. Nesse sentido, constitui-se um processo de erosão do poder regionalizado das oligarquias, canalizando-o através do Estado centralizado, de maneira a criar, em pouco mais de uma década, uma classe dominante nacional.

De 1894 (quando o paulista Prudente de Moraes chega à Presidência da República) a 1930, então, a oligarquia paulista é a classe hegemônica em seu território, e no resto do país é dirigente de um conjunto de oligarquias regionais. De outubro de 1930 a 1937, essa oligarquia resistirá a ser absorvida - de maneira não mais superior, mas equivalente ou até mesmo subordinada - por uma classe dominante nacional em processo de unificação e nacionalização sob novas bases de relacionamento

² Bóris Fausto fala em "tensões regionais da classe dominante", no artigo "A Crise dos Anos 20 e a Revolução de 1930" In: Boris FAUSTO (org.) *História Geral da Civilização Brasileira*. Usa também a idéia de "relações entre o setor hegemônico da classe dominante [a burguesia cafeeira] e os outros setores a ele subordinados", no texto "Expansão do café e política cafeeira", na mesma coleção. Maria Helena Capelato refere-se a "diferentes grupos dominantes" no seu livro *Os arautos do Liberalismo*, na página 13.

³ Ver DE DECCA, Edgar. *1930: O Silêncio dos Vencidos*.

político e econômico. Mesmo nesse período já é possível notar alguns gestos de aproximação e colaboração com o poder central, como é o caso das garantias contra o acirramento da luta de classes e a propaganda comunista que foram o fechamento da ANL e a aprovação da Lei de Segurança Nacional em 1935, logo após o levante comunista em diversas capitais brasileiras. Após a ação do Estado Novo, já não é mais possível encontrar, politicamente e em nível de interesses, aquela oligarquia paulista, cujos quadros passam a compor a classe dominante brasileira, com interesses comuns, investimentos inter-regionais, e assim por diante. O imaginário da paulistanidade (resquício da ideologia enquanto instrumento de dominação), porém, é tão marcante que permanece por muito mais tempo, bem como alguns de seus ideólogos, bem como sua presença no senso comum, sob a forma de preconceitos contra pessoas de algumas outras regiões, a idéia da superioridade do paulista em trabalho (e em outros aspectos) em relação aos seus compatriotas, etc.

O termo paulistanidade, que estamos adotando, é emprestado de Alfredo Ellis Jr., que na obra *A Nossa Guerra* utiliza-o ao adjetivar o espírito, o sentimento que toma conta dos paulistas e leva-os à guerra civil de 1932 depois dos ultrajes impostos pelo Governo Provisório e as interventorias impostas ao estado. Ao qualificá-lo de ideologia, a intenção é ultrapassar essa caracterização vaga de sentimento, simplesmente, para enquadrá-lo como algo mais complexo. A paulistanidade é a ideologia produzida pela oligarquia paulista que consiste na criação de uma identidade de ordem regional, valorizando a condição de pertencente ao estado (numa operação de homogeneização, ao nível das idéias, de seus habitantes, e conseqüentemente excluindo outras identificações primordiais que não a regional), ao mesmo tempo em que institui uma série de valores e características como próprias da condição de paulista e, para sacramentar essa construção, oferece uma explicação para essa situação através do recurso à história regional, que aponta o bandeirante como ancestral, civilizador, patriarca do paulista.⁴

⁴ Se notarmos as últimas palavras sublinhadas neste parágrafo, será possível perceber que esta definição apoia-se num dos significativos comentários de Marilena Chaui sobre o problema da ideologia: " (...) a ideologia é um conjunto lógico, sistemático e coerente de representações (idéias e valores) e de normas ou regras (de conduta) que indicam e prescrevem aos membros da sociedade o que devem pensar e como devem pensar, o que devem valorizar e como devem valorizar, o que devem sentir e como devem sentir, o que devem fazer e como devem fazer. Ela é, portanto, um corpo explicativo (representações) e prático (normas, regras, preceitos) de caráter prescritivo, normativo, regulador, cuja função é dar aos membros de uma sociedade dividida em classes uma explicação racional para as diferenças sociais, políticas e culturais, sem jamais atribuir tais diferenças à divisão da sociedade em classes. (...)

Desse ponto de partida pretendo analisar este objeto, desmontá-lo para compreender seus mecanismos, sem a pretensão de preencher suas “lacunas” com a “verdade”, mas sim de evidenciar os seus problemas e contradições, na perspectiva de estabelecer um contraponto crítico e, assim, desmistificar as próprias bases da historiografia tradicional paulista ao definir, por exemplo, o objeto Revolução Constitucionalista de 1932 em contraposição (mas dentro dos parâmetros) à Revolução de 1930, como o combate entre o tenentismo e as oligarquias⁵.

Mesmo se pensarmos no intelectual de uma forma geral, sua autonomia é, como sabemos, sempre marcada pelo signo da relatividade. Se entendermos o intelectual não simplesmente como uma qualidade de trabalho, mas sim como uma função que é exercida por alguns membros da sociedade tendo em vista sua estruturação, a autonomia é ainda mais limitada, na medida em que se interpõem os elos entre a classe social à qual se liga e a produção cultural do indivíduo.⁶

Podemos considerar que, enquanto a oligarquia paulista era o grupo social hegemônico da Primeira República, seus intelectuais eram intelectuais orgânicos, que tinham por função primordial a justificação de um sistema autoritário pelas suas aparências liberais, além criarem subsídios teóricos para a subordinação do país ao interesse agrário-exportador da cafeicultura. Esses intelectuais (até 1926) os quadros do Partido Republicano Paulista, organismo político que controlava os postos de comando da imprensa, sistema educacional, enfim, todas as posições de controle sobre a formação e informação do povo. Mesmo os ideólogos da facção dissidente da oligarquia, reunidos politicamente em torno do Partido Democrático, não iam além de uma plataforma moralista para as eleições, defendendo igualmente a cafeicultura até mesmo de forma mais aristocrática que o PRP, na medida em que veiculava a idéia do

Pelo contrário, a função da ideologia é a de apagar as diferenças como de classes e de fornecer aos membros da sociedade o sentimento da identidade social, encontrando certos referenciais identificadores de todos e para todos, como, por exemplo, a Humanidade, a Liberdade, a Igualdade, a Nação, ou o Estado.” CHAUI, Marilena. *O que é ideologia*. pp. 113-4.

⁵ Essa estratégia, inspirada ainda nas reflexões de Marilena Chauí, é discutida por De Decca em *1930: O Silêncio dos Vencidos*. pp. 44-51 (*A desmontagem do dispositivo ideológico: Uma estratégia*).

⁶ “Os intelectuais são ‘comissários’ do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso ‘espontâneo’ dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo dominante fundamental à vida social, consenso que nasce ‘historicamente’ do prestígio (e, portanto, da confiança) que o grupo dominante obtém, por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparato de coerção estatal que assegura ‘legalmente’ a disciplina dos grupos que não ‘consentem’, nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade, na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais fracassa o consenso espontâneo.” Antonio GRAMSCI. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. p. 11.

Brasil como país de “vocação agrícola”; ficava, ainda, num liberalismo político elitista, aquém dos esforços pelo sufrágio universal. Esse grupo, no poder do estado paulista na década de 30 terá uma preocupa o, em seu projeto de democracia, de filtrar através da educa o os elementos participantes da sociedade política, de maneira que já ingressassem dotados de certos limites que os impedissem de ultrapassar a ordem liberal burguesa. Vale dizer, esse grupo de “ilustrados”⁷ pensa em permitir o acesso   dire o do Estado garantindo que essa participa o não tenha como mudar nada em profundidade.

1932   o momento de pico da capacidade da oligarquia paulista de reproduzir hegemonicamente o consenso dentro de seu estado, e ao mesmo tempo   o primeiro instante da crise dessa hegemonia interna, que chega   completa erosão com o Estado Novo. Nesse período de erosão da hegemonia da oligarquia paulista, primeiro nacionalmente e depois dentro do próprio estado de São Paulo, podemos qualificar os seus intelectuais como tradicionais, primeiro por estarem ligados a uma classe em vias de desapareço (como classe dominante de caráter regional, para amalgamar-se e perder essa identidade, num processo que não controla totalmente, compondo-se enquanto parcela de uma classe dominante nacional), e depois por terem numa tradi o (construída) o esteio para seus discursos.

A regra nesse período   o trabalho dos membros da oligarquia paulista em diversos setores: exerciam, ao mesmo tempo, a dire o econômica de suas propriedades, os cargos de dire o dos partidos, do executivo, legislativo e judiciário e os postos mais altos da dire o das atividades culturais. A fun o intelectual em São Paulo da Primeira República e anos 30, portanto,   exercida em sua maior parte, concomitantemente, pelos membros da elite política e econômica do estado, o que não exclui a possibilidade de outros agentes exercerem essa fun o, sempre numa rela o orgânica com a oligarquia. Os campos da produ o do saber englobados pela produ o desses intelectuais são muito variados. Num primeiro momento, interessa-nos particularmente o estudo dos sistematizadores da tradi o histórica que   utilizada para embasar a ideologia da paulistanidade tal como ela se encarna nos anos 30; referimo-nos, portanto, àqueles personagens que recorrem ao passado e dele pin am alguns

⁷ Conforme o termo chave da disserta o de Elizabeth França ABDANUR. *Os “ilustrados” e a Política Cultural em São Paulo*.

aspectos com os quais “inventam” a tradição bandeirante⁸, ou seja, os historiadores da elite paulista.

⁸ Ver E. J. HOBSBAWM. *A Invenção das Tradições*, introdução à coletânea homônima organizada pelo autor em parceria com Terence RANGER.

ASPECTOS DA HISTÓRIA DA IDEOLOGIA DA PAULISTANIDADE

Não pretendo apresentar uma análise exaustiva da formação histórica de uma ideologia, mas sim levantar alguns momentos e produtos culturais nos quais ela se expressa de variadas formas, com o objetivo de traçar um panorama da herança que os intelectuais da oligarquia paulista trabalharão na década de 1930, momento em que divulgarão a expressão aí contemporânea da paulistanidade, tonificada pela derrota militar em 1932.

O brasilianista Joseph Love localiza em 1880 um primeiro momento em que aparece projetada a auto-imagem do caráter paulista, quando o especialista holandês em café, van Delden Laërne reproduz o estereótipo trabalhador, empreendedor, que a oligarquia erige para si generalizando-o para os habitantes do estado⁹. Ainda com base nesse autor¹⁰, podemos afirmar que o surgimento de uma auto-imagem da oligarquia paulista está inextricavelmente ligada ao surgimento da economia cafeeira e à expansão da fronteira do café, processo que estende-se desde as décadas finais do império até a década de 1930. A autoconfiança, e mesmo a arrogância da elite econômica paulista é moldada pela atividade cafeeira e pela violência das lutas pela posse das terras contra os seus antigos donos, geralmente minifundiários, donde esse setor social passará a desenvolver um sentimento de superioridade sobre os demais brasileiros, ideologicamente justificada sobre a construção tradicional do bandeirante e sua imagem de patriarca dos arrivistas de São Paulo:

“Por meio século, poucos paulistas educados tinham qualquer dúvida de que sua psicologia coletiva fora herdada dos bandeirantes, mas a maioria dos autores e apologistas enfatizavam os aspectos positivos: o bandeirante havia expandido a fronteira; havia posto a sua energia a serviço de fins produtivos; havia percebido oportunidades e tirado bom proveito delas; havia apontado o caminho do futuro à nação brasileira. Cabia a seus descendentes modernos aceitar o destino de liderarem o país.”¹¹

Na situação de centralização política do Império, o Governo Provincial de São Paulo não tinha recursos suficientes para atender à demanda crescente por infra-

⁹ Joseph LOVE et alii. O Poder dos Estados. Análise Regional. In FAUSTO . Boris. *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III. 1º Vol., p. 55.

¹⁰ Joseph LOVE. *A Locomotiva - São Paulo na Federação Brasileira 1889-1937*.

¹¹ idem, p. 107.

estrutura advinda do vertiginoso surto da cafeicultura. Com isso, os fazendeiros paulistas eram forçados a investir parte de seus lucros nestas obras, resultando disso a proliferação de companhias por ações, onde o capital para a sociedade anônima era inteira ou amplamente privado: esse é o caso das ferrovias como a Paulista, Mogiana, Sorocabana, etc. Nesse momento, a contribuição em tributos que a província fazia para o governo imperial ficava em desproporção perante o pequeno retorno em investimentos do poder central no território paulista. A restrita parcela da população envolvida com as discussões políticas reclamava da sub-representação de São Paulo no parlamento imperial. Concomitante a este caldo de argumentos está o período do nascedouro do Partido Republicano Paulista, proponente da descentralização administrativa, e também as primeiras sistematizações da ideologia da paulistanidade, cuja proposta extrema é o separatismo.

Apesar de nunca admitido oficialmente no seio do Partido Republicano Paulista, o separatismo fazia parte das discussões internas à elite e era o principal argumento a ser brandido como ameaça em momentos de reivindicar maior espaço para os paulistas no poder central. Alberto Sales era irmão do campineiro arquiteto da política de sustentação da Primeira República em seu mandato presidencial, Campos Sales. Alberto é um dos membros do PRP que em várias oportunidades defende o separatismo. Se considerarmos que o separatismo é uma proposta extrema de afirmação da paulistanidade, em seus argumentos poderemos encontrar alguns componentes primordiais que constituem essa ideologia.

Em *A Pátria Paulista*, publicado inicialmente em 1887, João Alberto Sales exibirá uma face significativa da paulistanidade: o esteio no cientificismo, procurando nas teorias científicas um atestado de sensatez, imparcialidade, objetividade para o seu ponto de vista. Dessa maneira, recorrerá à teoria da evolução de Darwin e à tese de que os órgãos tendem a se desenvolver autonomamente até formar um novo organismo para mostrar como legítima, natural e necessária a teoria da separação de São Paulo do resto do país.

A obra seguirá sempre nesse tom, tendo como sustentáculos o poder quase mágico que as afirmações científicas adquirem nesse final de século, uma noção eurocêntrica do significado de "civilização" e o recurso à lições e justificativas pinçadas na história. Nesse momento, para esse autor, envolvido nas teorias raciais de afirmação

biológica da superioridade européia, a mistura de raças aparece como um fator degenerativo da espécie humana, e daí conclui-se o caráter estritamente branco e europeu que aparece na paulistanidade expressa por Alberto Sales:

“ Para nós a federação que se formar, depois da separação de São Paulo, não poderá ser senão sulista. O vale do Paraná será o seu corpo geográfico. É esta a nossa convicção e o nosso vaticínio. Os relevos orográficos do solo, por um lado, e a constituição étnica da população, por outro, nos impõem aquela convicção. Eis o que representa para nós a Pátria Paulista.”¹²

A inauguração do Museu Paulista em 1895 é a primeira grande atitude oficial que tem em vista a composição, através do recurso a elementos componentes do passado, de uma tradição que possa sustentar a paulistanidade e suas pretensões, fazendo uma leitura regionalista de eventos como o bandeirismo e a proclamação da Independência. Tratava-se, enfim, de proporcionar “a base material para o mote político de São Paulo: *non ducor, duco* (...)”¹³, projetando a história do Brasil como decorrência da atuação dos paulistas, especialmente os bandeirantes.

A obra de historiador de Washington Luis Pereira de Souza (pela qual praticamente não é conhecido) tem uma presença significativa na invenção de uma tradição elitista para a identidade dos habitantes de São Paulo. Historiador menor, dada a divisão de seu tempo com os assuntos da política (numa carreira que vai de vereador no interior paulista a presidente da República), o bacharel em direito formado na década de 1890 publicará, nos primeiros anos do século, algumas obras em história paulista como *Antonio Raposo Tavares, Contribuição para a História da Capitania de São Paulo* e *Testamento de João Ramalho*. Esse interesse pelo tema será o principal motivo das iniciativas de incentivo à construção das “tradições bandeirantes” tomadas pelo autor quando exercendo o poder estatal.

A presidência estadual de Washington Luis, que vai de 1920 a 1924 é outro grande marco dos esforços de construção da paulistanidade. Neste momento, o governo de São Paulo publicará, além da Nobiliarquia Paulistana, de Pedro Taques de Almeida, (genealogia escrita no século XVIII glorificando os bandeirantes e seus descendentes, os 27 volumes dos inventários das famílias paulistas nos séculos

¹² Alberto SALES. *A Pátria Paulista*. p. 110.

¹³ Pedro Paulo Abreu FUNARI. “A Cultura Material e a Construção da Mitologia do Bandeirante: Problemas da Identidade Nacional Brasileira”. p. 45.

anteriores), fornecendo documentação para os estudos que procuram provar a continuidade histórica entre os paulistas de então e os bandeirantes de séculos atrás, bem como para caracterizar a vida desses antepassados ¹⁴. O livro *Vida e Morte do Bandeirante*, do juriconsulto, historiador e professor da Faculdade de Direito de São Paulo, José de Alcântara Machado (pai do famoso contista paulistano Antonio de Alcântara Machado), lançado em 1929, é constituído tendo por base esse corpo documental. Além disso, é nessa década que surge, sob o incentivo do presidente do estado e de seu secretário, Menotti del Picchia, a proposta do Monumento às Bandeiras, de Victor Brecheret, como uma forma de marcar “paulistamente” as contribuições para o centenário da independência do Brasil. Entretanto, sua execução será adiada sob uma forte polêmica com a colônia portuguesa de São Paulo, que pretendia ver-se retratada nessa epopéia no projeto de um outro escultor ¹⁵. Os *Anais do Museu Paulista*, publicados em 1922, compõem outra grande contribuição da paulistanidade para as comemorações dos 100 anos de Independência do Brasil, procurando estabelecer as bases históricas para a afirmação tradicional de que a história de São Paulo é a história do Brasil.

A obra de Afonso d’Escragnolle Taunay, historiador e também diretor do Museu Paulista, é talvez a mais vasta contribuição à história de São Paulo, compondo-se de 28 livros publicados, além dos 11 volumes do seu clássico *História Geral das Bandeiras Paulistas*, publicado no período de 1924 a 1953 (momento em que faz publicar dois volumes de resumo desta obra, intitulados *História das Bandeiras Paulistas*) ¹⁶. Além disso, comentou as edições da *Nobiliarquia Paulistana*, *Informações Sobre as Minas de São Paulo* e *História da Capitania de São Vicente*, todas do cronista Pedro Taques, bem como *Memórias Para a História da Capitania de São Vicente*, do Frei Gaspar da Madre de Deus ¹⁷. Nada mais adequado para a tese de que a História do

¹⁴ Cf. Kátia ABUD. *O Sangue Intimorato e as Nobilíssimas Tradições*, p. 178-9.

¹⁵ Mário da Silva BRITO. *História do Modernismo Brasileiro*, pp. 99-110.

¹⁶ Ver Hélio VIANNA. *História do Brasil*, p. 182.

¹⁷ João Ramalho e Santo André da Borda do Campo; Na Era das Bandeiras: A Glória das Monções: Índios! Ouro! Pedras!: Um Grande Bandeirante. Bartolomeu Paes de Abreu: Coletânea de Documentos da Antiga Cartografia Paulista: Estudos de História Paulista: Terra Bandeirante: Antigos Aspectos Paulistas: Ensaio da História Paulistana: Amador Bueno e Outros Ensaio: São Paulo: Vetera et Nova: Um Paulista Eminente: Augusto C. da Silva Telles: Guia do Museu Paulista: Guia do Museu de Itu: História da Cidade de São Paulo: São Paulo nos Primeiros Anos: São Paulo no Século XVI: Non Ducor. Duco: Piratininga: História Seiscentista da Vida de São Paulo: História da Vila de São Paulo no Século XVIII: História da Cidade de São Paulo (1711-1740): História da Cidade de São Paulo no Século XIX: História da Cidade de São Paulo na Era Imperial: História da Antiga Abadia de São Paulo: Velho São Paulo. Informações da edição da Melhoramentos da obra de Taunay. *História das Bandeiras Paulistas*, de 1953.

Brasil deriva da História de São Paulo do que o fato de Taunay - então a maior autoridade viva em história paulista - ter sido o primeiro catedrático de História do Brasil no ensino superior do país. Ele exercerá o cargo primeiramente na Faculdade de Filosofia Sedes Sapientiae, organizada em 1933, e posteriormente também na Universidade de São Paulo, criada por Armando de Salles Oliveira em 1934¹⁸. Tão importante quanto essa volumosa obra intelectual, é o trabalho de coleção de objetos antigos sobre a cultura bandeirante, que passarão a fazer parte do acervo do Museu Paulista (do qual foi diretor), pois, como afirma Funari, esse tipo de instituição atinge um público muito maior que os que acessam a história através de livros especializados, agindo assim de uma maneira igualmente importante na tarefa de difusão da ideologia da classe dominante¹⁹. De uma forma geral, a obra de Taunay sobre as bandeiras pode ser encaixada no campo da história tradicional, no sentido que lhe é dado pelos fundadores da Escola dos Annales: uma obra eminentemente factual, beirando a crônica, preocupada com as informações sobre datas e personagens, ambientada no tempo curto das batalhas e, ainda que não seja exatamente um trabalho de história política, tem nela a sua referência e pontos de estruturação.

O movimento modernista, na vertente nacionalista do Verde-Amarelismo é mais um pólo de emanção do ufanismo paulista e da caracterização de São Paulo como a terra séria do trabalho, do pragmatismo, da responsabilidade, características das quais emanaria sua riqueza e sua capacidade de criação. Ao mesmo tempo, a capital paulista é apontada como o núcleo mais evidente da modernidade na América do Sul, padrão para as demais cidades brasileiras, onde encontram-se as características urbanísticas, econômicas, culturais e mesmo raciais que impulsionam a sua evidente liderança²⁰. O nacionalismo dessa vertente é entendido a partir de São Paulo personalizado, considerado como o agente que delimita a pátria e a própria brasilidade, que contém as legítimas tradições brasileiras, não maculadas pelas idéias estrangeiras, o pioneiro que tem a missão histórica de continuar criando a nação depois de ter alargado suas fronteiras. Como se não bastasse, é no estado que realiza-se a verdadeira síntese da nova raça brasileira, mais complexa que a tradicional disposição

¹⁸ VIANNA. op. cit., p. 16.

¹⁹ FUNARI. op. cit., passim.

²⁰ Ver o artigo de Monica Pimenta Velloso A Brasilidade Verde-Amarela: Nacionalismo e Regionalismo Paulista.

branco-negro-índio, pois neste espaço geográfico ia ocorrendo com sucesso a integração dos imigrantes de várias partes do mundo.

É também nesse período que o predomínio da oligarquia cafeeira - e conseqüentemente do estado de São Paulo - sobre os destinos da política nacional começa a ser mais veementemente criticado por políticos e intelectuais de outros estados, num prenúncio das atitudes que engendraram a Revolução de 1930. Em 1924, vem a público a obra de Souza Lobo, bacharel pela Faculdade de Direito de São Paulo, que afirma fazer a sistematização de uma série de idéias já disseminadas no senso comum em São Paulo. Há neste livro um grande esforço em procurar dar a essas idéias um caráter científico, num espírito ainda muito parecido com o que norteou a obra de Alberto Sales e outros.

Desta maneira, defende a tese de que existem povos biologicamente aptos e não aptos para a sobrevivência, o que se pode reconhecer, respectivamente, através da capacidade ou incapacidade de enriquecer através do trabalho. Para esse autor, o quadro racial de São Paulo, de predominância branca, teria um patrimônio genético a transformá-lo em um povo vencedor, rico, compondo uma "civilização paulista", situação que é acentuada pelo intenso fluxo imigratório de europeus. Esse patrimônio estaria calcado historicamente na pureza do sangue bandeirante, que procura provar levantando a genealogia das famílias paulistas. Afirma ainda que a classe dominante é composta pela seleção natural, e seu resultado é uma elite ariana, e esse é um fato bastante positivo para o futuro do país:

*"Todo o poder político, todas as forças sociais, toda riqueza nacional privada, tudo está na posse da corrente branca européa; nella residem todas as esperanças e aspirações nacionais"*²¹

Entendendo dessa maneira a linhagem de bravos que está dada após a epopéia das bandeiras, o autor afirmará, como muitos em sua época, que a miscigenação é um fator de inferiorização, pois significaria a mistura com sangue de raças em decadência, como o negro e o índio; para confirmar essa tese, aponta para a figura lobatiana do "Jeca Tatu", como o deplorável resultado da miscigenação entre branco e índio, gerando uma raça com caráter indolente, apático, exatamente o contrário do dinamismo que a pujança paulista vinha exigir.

²¹ T. SOUZA LOBO, *São Paulo na Federação*. p.134.

Com esse estereótipo biológico do que deveria ser um paulista, e dada a condição econômica e política de São Paulo em comparação com outros estados, Souza Lobo aponta que a unidade nacional do Brasil, de fato, é quase um mito. Ao contrário de Alberto Sales, porém, e refletindo a opinião anti-separatista que predominou na elite política paulista (como é o caso da posição do presidente Campos Sales, de construção de mecanismos para unidade nacional sob hegemonia paulista), o autor afirma que é preciso tornar a unidade nacional um fato, evidentemente respeitando a autonomia de cada região e suas necessidades.

Esse posicionamento de um nacionalismo subordinado ao pensamento regionalista, em que cabe a São Paulo o papel de construtor e árbitro da nacionalidade tem grande presença nos jornais do estado, como foi exposto no trabalho de Capelato e Prado.²²

Paulo da Silva Prado é um outro membro da elite paulista, vindo de família ligada à produção e ao comércio internacional do café, além de ter participado ativamente da organização da imigração para São Paulo, que exerce importante atividade intelectual no período. Em constante discussão com Capistrano de Abreu, produz uma obra significativa sobre a história de São Paulo, na qual não se preocupa em olvidar o caráter da sua obra, de defesa de uma história do Brasil através das histórias regionais:

“Seja qual fôr o processo da indagação histórica - idealismo ou materialismo - não se pode, entre nós, conhecer a História do Brasil sem conhecer a História de São Paulo (...). Cada povo que pretende ser mais que uma simples aglomeração humana, deve possuir o seu patrimônio histórico. Nele se vão inspirar as forças vivas e palpitantes de sua atividade atual, e nêle se estabelece o critério da utilidade, que transforma em Política - na acepção aristotélica da palavra - os ensinamentos da filosofia da História. É a explicação e desculpa das preocupações do passado, que a muitos parecerá puro luxo intelectual, ou mero narcisismo patrioteiro.”²³

Este outro bacharel da Faculdade de Direito de São Paulo, então, além de contribuir para a promoção da Semana de Arte Moderna de 1922 e de ter dirigido junto com Monteiro Lobato a Revista do Brasil, lança as obras que o tornaram célebre

²² Maria Helena CAPELATO & Maria Lígia PRADO. *O Bravo Matutino*. Imprensa e Ideologia: O Jornal O Estado de São Paulo.

²³ Paulo da Silva DUARTE. no Prefácio à 2ª edição de *Província & Nação, Paulística. Retrato do Brasil*, p. 3.

como historiador paulista no final da década de 20: *Paulística*, um conjunto de estudos sobre a história de São Paulo, é publicado em 1925, e *Retrato do Brasil*, onde incorporará a discussão regionalista de *Província e Nação*, é lançado em 1928, seguindo a afirmação de Capistrano de Abreu de que tratam-se de “dois Brasis”. Nessas obras, aparecerá a teoria de uma curva evolutiva dos paulistas, que têm o clímax no bandeirismo e a descoberta do ouro, mas entra em decadência no final do período colonial e no Império, situação que só aos poucos passaria por uma regeneração, que ainda estaria em marcha nos tempos da publicação dos livros, segundo o autor²⁴. É interessante notar que, para esse pensador, o aspecto positivo que governa o clímax, bem como a regeneração do povo paulista, é sua ânsia de liberdade e autonomia, seu espírito de permanente rebelião contra os poderes centrais. Desta maneira, mesmo ao admitir um período de decadência do povo bandeirante, Paulo Prado acabará por afirmar que a positividade do paulista reside numa das grandes características da ideologia da paulistanidade, que é a afirmação do impulso inato por autonomia, liberdade, regionalismo, enfim.

Apontamos, até agora, algumas referências sobre intelectuais que trabalham a paulistanidade ao longo do tempo: Alberto Salles, Afonso Taunay, Souza Lobo, Washington Luis, Alcântara Machado ... Todos esses têm no período anterior à década de 30 seu ápice produtivo, enquanto intelectuais ou nos outros postos sociais que exercem. Evidentemente essa lista não está completa, nem a abordagem dos autores é exaustiva, pelo contrário; o objetivo do capítulo não é esse, mas sim o de discutir em linhas gerais a situação da ideologia paulistanidade na década de 1930. Para isso, traçaremos outro breve panorama sobre a vida intelectual que receberá uma nova leva de pensadores da paulistanidade, cujo período de maior atividade produtiva intelectual estende-se para a década de 1930 e posteriores.

²⁴ idem. Prefácio à 1ª Edição. p. 14.

VIDA INTELECTUAL E INTELECTUAIS PAULISTAS NA CRISE DA PRIMEIRA REPÚBLICA

As décadas de 1920 e 1930 significaram para a intelectualidade brasileira um dos primeiros momentos de revisão de sua própria tradição, avaliando a cultura produzida até aquele momento. Dessa cultura está excluída a ampla maioria da população, e o acesso a ela significa pelo menos meio caminho para a participação no sistema político ou mesmo em sua crítica; o acesso a essa cultura de elite está ligado às próprias condições de cidadania plena. Até então, a produção intelectual, e mais especificamente a historiografia, estão presas num círculo que as estereliza, que é o oficialismo justificador das atitudes do poder.

Nesse momento, a História Oficial, aquela que aparece nos discursos e atos do poder estatal, é praticamente idêntica à História Tradicional, aquela que é produzida no bojo das classes dominantes. Elas valem-se também de um discurso que remete a uma (construída) tradição histórica para justificar sua posição, geralmente caminhando no mesmo passo e ocupando os mesmos espaços, em momentos de crise e reformulação, como é a década de 1930 no Brasil. Essas duas histórias perdem a sua "sincronicidade" e passam a diferenciar-se em termos de classes, região, acesso ou não ao poder político...

Trata-se, até então, de um padrão "morno" de produção intelectual, principalmente em termos de historiografia, fechado nos discursos elogiosos de academia. Está ausente o debate de idéias (existe, quando muito, o debate sobre a exatidão de datas e fatos, que não altera maiores elaborações) e são praticamente inexistentes as revistas especializadas onde se discuta o pensamento²⁵. Dada, inclusive, a harmonia de posições sociais daqueles que produzem o saber, o exercício da crítica subsiste em baixíssimo índice.

Os profissionais que atuam nos diferentes ramos das ciências humanas são formados dentro dum espírito que se convencionou chamar, pelos seus críticos, de bacharelismo, ou seja, uma cultura retórica, não-prática, baseada na erudição

²⁵ Estamos pensando, obviamente, em termos acadêmicos. No âmbito político, como é notório, diversas questões levantam uma série de debates, como o separatismo, a campanha civilista de Ruy Barbosa, e uma série de outros exemplos. Sobre a "temperatura" dos debates historiográficos de então, ver a Introdução de Carlos Guilherme MOTA à sua *Ideologia da Cultura Brasileira*.

vazia e no culto ao possuidor de diploma, sem uma preocupação mais séria com suas reais capacidades. A crítica à cultura do bacharelismo, como indica Maria Helena Capelato²⁶, partirá da dissidência da oligarquia paulista, referenciada no grupo em torno do jornal O Estado de São Paulo, composta, em grande parte, também por bacharéis em direito.

Neste quadro, alguns elementos destoantes são o sindicalismo do início do século e a militância anarquista, o movimento literário modernista, a criação do Partido Comunista do Brasil, PCB, que representa “oficialmente” o pensamento marxista no país, e a criação de uma vaga esquerda militarizada, depois chamada de “movimento tenentista”. A década de 20, para esses setores, é o momento em que se “descobre” a oligarquia, concomitantemente transformada em fantasmagoria.

O período de “redescoberta do Brasil” iniciado pelos modernistas ganha novo impulso com a crise das oligarquias regionais e se estrutura com mais solidez nos primeiros anos da década de 30. É nesse período que se consolida a discussão sobre a “cultura brasileira”, que permanece uma discussão que tem vários de seus parâmetros referenciados na produção intelectual ligada às oligarquias, já tradicional. Nesse sentido, a própria noção de “cultura brasileira” é uma nova composição ideológica que participa do jogo das oligarquias e seus opositores²⁷. Entre seus primeiros e mais importantes formuladores estão tanto o filho da oligarquia nordestina, Gilberto Freyre, quanto o sociólogo paulista Fernando de Azevedo, ocupante de postos-chave no sistema educacional paulista e carioca e também intelectual de larga produção acadêmica (USP). Nesse momento, segundo Dante Moreira Leite, surge a nefasta tendência de pensar por estereótipos, e a discussão que perpassa as décadas seguintes procurará estabelecer, as características do “homem brasileiro”, ou, no caso que nos interessa mais de perto, as características do “homem paulista”.

Como já foi dito, essa ideologia da cultura brasileira, que é o pano de fundo da produção intelectual na década de 30, marcando-a profundamente, está ainda muito marcada suas ligações com as oligarquias regionais. Em Gilberto Freyre há uma preocupação em demonstrar o caráter “suave”, harmonioso e cordial das relações entre a aristocracia rural e o povo, entre brancos e negros, senhores e escravos; para isso,

²⁶ op. cit.

²⁷ Baseio-me principalmente em Carlos Guilherme MOTA, em sua obra *Ideologia da Cultura Brasileira*, bem como em Dante Moreira LEITE, em *O Caráter Nacional Brasileiro: História de Uma Ideologia*.

procura valorizar a mestiçagem, assumindo uma postura diferenciada do racismo nu e cru dos pensadores até então, que viam no negro a personificação da inferioridade e na miscigenação a causa da degradação do povo brasileiro. Freyre procura mostrar, nas relações entre Casa Grande e Senzala, uma estrutura social que se flexibiliza pela mestiçagem e não é marcada pelo preconceito, ou seja, é “adoçada” como o próprio produto que extrai do solo nordestino, o açúcar. E a estruturação de seu trabalho gira em torno da categoria de “homem brasileiro”, que Mota procura desmistificar:

“ A raiz social de sua ótica parece bem definida. Quando [Gilberto Freyre] pensa em termos de História do Brasil (melhor seria, para ele, Historia Brasileira), em termos de continuidade social, não sonega os pressupostos de sua abordagem: ‘Nas casas grandes, foi até hoje onde melhor se exprimiu o caráter brasileiro’. Como em tantos ideólogos de seu tempo, o ‘caráter brasileiro’ existe enquanto realidade tangível, não como ideologia.”²⁸

Na obra de Freyre são eclipsadas as contradições de classe, e mesmo as de raça, no passado colonial que projeta-se também no presente, segundo esta visão oligárquica. Um outro ponto importante é a caracterização psicológica das raças, que o autor procura fazer na tentativa de compor o processo de formação do homem brasileiro.

Lendo autores paulistas da década de 30 e seguintes, somos levados a crer que grande parte desses elementos que Freyre explicita, e que o tornam um dos mais reconhecidos e festejados intelectuais que se debruçaram sobre o tema da “cultura brasileira” são a sistematização de alguns pontos de uma mentalidade oligárquica mais abrangente²⁹. Muito da construção ideológica que o autor de Casa Grande e Senzala coloca no papel aparece também em outras regiões, na pena de intelectuais de outras oligarquias, guardadas as especificidades regionais de cada uma: o passado do escravismo colonial açucareiro, por exemplo, é uma especificidade das oligarquias do Nordeste brasileiro. Isso ficará mais claro ao analisarmos mais detidamente a produção de alguns intelectuais paulistas.

Partindo ainda de Carlos Guilherme Mota, é possível inferirmos que a tendência das oligarquias em resgatar um caráter positivo para a miscigenação e

²⁸ MOTA, cit., p. 57.

²⁹ Aqui estou considerando mentalidade não no amplo sentido que lhe atribui a Nova História, mas sim no sentido de uma consequência da ideologia, praticamente como sinônimo de visão de mundo, ou seja, um conjunto de opiniões não-sistematizadas, não necessariamente preocupadas com consistência teórica.

reconhecer o Brasil como país mestiço é ampla, e espalha-se pela produção cultural do período, sendo que sua expressão mais clássica está em Gilberto Freyre, sem que nos esqueçamos, dos intelectuais ligados ao movimento modernista³⁰. Embora isso não signifique uma renúncia à teoria da superioridade do branco, notamos uma tentativa de aproximação das oligarquias com a realidade étnica da população nacional, que desembocará nas idéias de democracia racial e cordialidade do brasileiro, hoje questionadas como novas mistificações elitistas.

Entre tantos autores ligados à contínua formação da ideologia da paulistanidade principalmente na década de 1930 (por exemplo, Paulo Duarte, Guilherme de Almeida e Menotti del Picchia), faremos uma análise mais detida em dois deles, apenas: Aureliano Leite e Alfredo Ellis Jr., que apresentam algumas características comuns que nos interessam. Em primeiro lugar, porque a tônica de sua obra intelectual está ligada ao estudo da história de São Paulo: podemos mesmo arriscar a afirmação de que são os dois mais significativos autores desse objeto específico que seguem-se cronologicamente a Afonso de Taunay. Dada essa condição, em segundo lugar os dois participam da Revolução Constitucionalista de 1932 na condição de combatentes efetivos. Creio que essa experiência dar-lhes-á um tom mais carregado para o seu regionalismo, marcando sua posição política e intelectual para o resto da vida³¹, bem como fornecendo-lhes a autoridade de participantes briosos e viris da mais significativa atividade dos “bandeirantes” no século XX, exatamente o período de maior apelo e expressão da ideologia da paulistanidade neste século. Por sua atuação na política paulista, na ocupação de cargos eletivos e por nomeação, ambos podem ser considerados membros efetivos da elite política estadual, estando ligados cada um a um setor da oligarquia paulista: Alfredo Ellis Jr., seguindo a tradição paterna, é participante e convicto defensor do Partido Republicano Paulista, e Aureliano Leite é membro fundador e participante do Partido Democrático, além de participante da bancada federal do

³⁰ A reconsideração do Brasil, aliás, como um país de positividade, de grandes possibilidades políticas e econômicas, liga-se ao questionamento da cultura européia após a 1ª Guerra Mundial, conforme argumenta Monica Pimenta VELLOSO no artigo citado.

³¹ Diferentemente, por exemplo, do caso de Menotti del Picchia, que participa da revolução de dentro do gabinete de Pedro de Toledo, e engajar-se-á no Estado Novo como o primeiro diretor da seção paulista do Departamento de Imprensa e Propaganda, famoso por promover os eventos de bajulação da imagem de Getúlio Vargas. Cf. Dicionário Histórico-Biográfico da FGV-CPDOC, p. 1065.

Partido Constitucionalista. Finalmente, ambos serão membros do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, espaço de produção e divulgação de uma história tradicional, no sentido político-social. Esse é um ponto crucial: sua tarefa, enquanto intelectuais / historiadores tradicionais de São Paulo, procura, utilizando a terminologia braudeliana, inserir um elemento do tempo curto, a Revolução Constitucionalista de 1932, numa construção ideológica e historiográfica mais ampla, a tradição da paulistanidade, reivindicada como uma continuidade psicológica desde João Ramalho até Armando de Salles Oliveira e além. Passar essa continuidade com a naturalidade inquestionável do dogma é o objetivo dessa construção historiográfica em sua projeção escolar.

Mais que elencar biografias, procurarei identificar tanto as características da ideologia que orienta suas produções intelectuais quanto evidenciar a medida em que suas atividades profissionais constituem-se em espaços de atividade intelectual³². Não procuramos nestes historiadores os especialistas mais destacados no tema bandeirismo, mas sim as matrizes historiográficas da criação da paulistanidade, da edificação de uma tradição³³ que procura ligar as bandeiras com a cafeicultura, as indústrias, a revolução de 1932. É por este motivo que não selecionamos Cassiano Ricardo, por exemplo, que busca nos bandeirantes prioritariamente uma expressão de brasilidade, e que além disso não tem relações partidárias ou pessoais com a oligarquia regional.

³² Isto porque, com Gramsci, definimos que o que faz o intelectual não é propriamente sua atividade, mas sim a função que ocupa: “O erro metodológico mais difundido, ao que me parece, consiste em se ter buscado este critério de distinção no que é intrínseco às atividades intelectuais, ao invés de buscá-lo no conjunto do sistema de relações no qual essas atividades (e portanto os grupos que as personificam) se encontram, no conjunto geral das relações sociais. Na verdade, o operário ou o proletário, por exemplo, não se caracteriza especificamente pelo trabalho manual ou instrumental, mas por este trabalho em determinadas condições e em determinadas relações sociais.” GRAMSCI, op. cit., p. 7.

³³ Ver, sobre esta tradição que costura esses eventos, Kátia ABUD, *O Sangue Intimorato...* (cit.), p. 145

HISTÓRIA PAULISTA E PAULISTANIDADE EM ALFREDO ELLIS JR. E AURELIANO LEITE

A noite de 31 de dezembro de 1932 nem de longe lembrava as agruras do ano que findava. Em Estoril, Portugal, paulistas passavam o primeiro Réveillon no exílio, e a prodigalidade da festa deixava recordar pouco a angústia dos três meses da luta constitucionalista, finda a qual seus líderes, que se apresentaram espontaneamente às forças de ocupação, foram conduzidos de trem até o Rio de Janeiro e de lá exilados. Lendo os “Episódios do Exílio”, de Aureliano Leite, percorrendo com ele as noitadas em Portugal, Espanha e França, muitas delas só terminando, como nos informa o autor, quando as primeiras cores da manhã já tingiam o céu, temos a impressão de que o exílio, apesar da privação dos amigos, familiares, enfim, do habitat natural do exilado, acabou se tornando uma grande viagem de turismo para essas figuras abastadas de uma oligarquia em crise. Descansados, retornariam ao país valendo-se da anistia concedida por Getúlio Vargas em 1934, com a constitucionalização do regime.

Aureliano Leite não foge à regra da intelectualidade ligada à oligarquia paulista: diploma-se em direito em 1910 pela Faculdade de Direito de São Paulo, órgão formador dos quadros da elite paulista e templo sagrado de sua ideologia (tanto que dela partem uma série de soldados constitucionistas, organizadores do movimento e a ampla gama de imagens da retórica constitucionalista, destacadamente a idéia do paulista como defensor da Lei e propugnador do império da legalidade constitucional)³⁴. Mineiro de Ouro Fino, mas morador em São Paulo desde seu curso secundário, domiciliado, com família e negócios na urbe paulistana (não exerceu a advocacia, mas dedicou-se ao comércio próspero de papel), Aureliano Leite teve intensa participação política, perfilando-se, inicialmente, ao lado do poder estadual perrepista, quando da eclosão da revolta tenentista de 1924, pegando em armas para defender os poderes constituídos, contra militares e populares envolvidos no levante. Sufocado o movimento, aparentemente o cotidiano da hegemonia da elite seguia seu rumo. Porém, em 1926, devido às diferenças de concepção de condução do processo político, a oligarquia de

³⁴ Mais que isso, é preciso que destaquemos o papel formador ideológico da Faculdade de Direito sobre a intelectualidade, mais especificamente sobre a historiografia de São Paulo, uma vez que a maior parte de seus realizadores passou por ela. Segue-se, portanto, a tradição do início de nossa historiografia, de ser escrita por bacharéis de direito, na ausência de instituições de ensino superior que formassem especificamente profissionais de história. Daí, também, a influência do “bacharelismo” na história tradicional.

São Paulo cinde-se em dois partidos, situação que cria inimizades irreconciliáveis entre os membros da elite em sua luta pelo poder, mas que não impede que essas “brigas de família” sejam esquecidas em nome da “unidade dos paulistas” em face dos adversários desta elite (principalmente o movimento comunista e, este de maior alcance na década de 30, o movimento reformista-militar-antioligárquico que mais tarde veio ser chamado de tenentismo). Com a fundação do Partido Democrático, o Partido Republicano Paulista começa a perder sua tranqüilidade de partido único e ver questionadas as eleições no formato em que eram feitas, ou seja, decididas de antemão. Cobrando maior coerência com o liberalismo (o que não significa deixar de lado uma visão aristocrática da democracia, à qual apenas os “mais capazes” devem ter acesso), o PD ganha a adesão de Aureliano Leite como um dos fundadores, que permanecerá militando no partido por toda a sua existência, inclusive na sua versão renovada de Partido Constitucionalista. O Partido Democrático, pela sua própria intitulação, vem exigir mais democracia na arrumação oligárquica da política estadual. Entretanto, na citação abaixo, fica mais claro o significado do sufixo demo na concepção de democracia da elite paulista, ao comentar a adesão de parte da massa popular à revolta de 1924:

“ - Compreenda-se o povo - disse-nos um falso observador - há dois meses apenas carregava êle próprio para a casa do governo, numa manifestação régia, como igual não há memória em nossa terra, o Presidente Carlos de Campos; hoje, o mesmo povo apoia incondicionalmente subversivos acontecimentos (...) A confusão era quasi um crime, ou o falso observador errara grosseiramente.

Quem tinha levado nos seus ombros, como em ruidoso carro triunfal, o presidente Carlos de Campos ao Palácio não fora a baixa ralé que, daí a pouco, batia palmas aos caudilhos sem entranhas, mas sim o povo de São Paulo, povo ao qual não faltara sequer uma só das camadas que lhe formam o expressivo conjunto (...) O povo, com interesses enraizados a proteger, famílias a zelar, princípios a defender, prêso ao grilhão dos deveres, com direitos a fruir, não poderia ser revoltoso, não poderia atentar em mero lance aventureiro, sem motivos de grande força, contra os poderes constituídos. O povo não foi revoltoso, a canalha da rua sim”³⁵

Tendo sido esse autor um dos fundadores do Partido Democrático e ativo membro dessa seção da oligarquia, fica assim exemplificado o seu conceito de povo e de democracia, e conseqüentemente o caráter do projeto político-pedagógico desse

³⁵ Aureliano LEITE. *Dias de Pavor*. Figuras e Scenas da Revolta de São Paulo, pp. 76-7 e 80.

grupo, que é trabalhado por Maria H. Capelato e posteriormente por Elizabeth Abdanur³⁶, bem como evidenciado nas limitações de seu conceito de cidadania no artigo já citado³⁷ de Kátia Abud. Numa obra posterior, o autor deixa transparecer o seu critério para considerar o pertencimento à categoria de paulista:

“ Nada ficou por fóra do todo paulista formado por três parcelas: P. Democrático, P.R. Paulista e Classes Conservadoras. A não ser que o rigor matemático leve a chamar-se fragmento desse todo os sobejos que se baptisaram a si mesmos com o nome pomposo de Partido Popular Paulista, de que era chefe o General Miguel Costa.”³⁸

O apoio da parcela da elite filiada ao Partido Democrático à Revolução de 1930, garante-lhe alguns postos na administração do interventor João Alberto, notadamente a organização da justiça, que é assumida por Vicente Rao: Aureliano Leite será seu colaborador, assumindo por algum tempo a função de delegado de polícia, ou seja, assumindo uma das funções inferiores da hierarquia intelectual, a de executante da coerção a fim de garantir a ordem burguesa em auxílio da hegemonia.

Porém, como já foi dito, Aureliano Leite não se destaca aqui neste trabalho apenas por ter ocupado funções de coerção, ou por sua filiação partidária e atuação como deputado pelo Partido Constitucionalista, ou dirigente do M.M.D.C., entidade coordenadora do esforço de guerra dos paulistas contra as forças do Governo Provisório. Todos esses aspectos levam o autor a desenvolver uma obra em torno da história de São Paulo³⁹, na qual se formulam e também se expressam uma série de elementos da ideologia da paulistanidade. Louvadora da Revolução Constitucionalista de 1932, a visão de história desses ideólogos é inclemente com movimentos de revolta de outras classes:

³⁶ Respectivamente em *Os Arautos do Liberalismo* e *Os “Ilustrados” e a Política Cultural e São Paulo*.

³⁷ O Ensino de História como fator de coesão nacional ...

³⁸ Aureliano LEITE. *Martírio e Glória de São Paulo*, p. 23

³⁹ O catálogo bibliográfico do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, que foi presidido por Aureliano Leite, guarda as seguintes publicações desse historiador: *Dias de Pavor* (1924 - 2ª ed.), *Memórias de Um Revolucionário* (1931), *Martírio e Glória de São Paulo* (1934), *Questão de Limites entre São Paulo e Minas Gerais* (1935), *Amador Bueno, o Aclamado* (1938), *Pequena História da Casa Verde* (1940 - 2ª ed.) *História de Sam Pavlo- em breve resumo cronológico* (1944), *História da Civilização Paulista* (1946), *A Influência da família paulista no século XVI nos destinos do Brasil* (1949), *O Cabo Maior dos Paulistas na Guerra com os Emboabas* (1961), *Amador Bueno, Primeiros Pruridos da Nacionalidade* (1962), *A Iconografia de Anchieta* (1965), *Vida e Obra do Brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar* (1965) *Páginas de uma Longa Vida* (1966), *Cesário Mota, O Movimento de 1870 e os Paulistas* (1971), *O Primeiro Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo* (1974).

“Canudos, a cidade jagunça de palhoças, com 1000 combatentes válidos, se tanto, ofereceu sob o fanatismo de que não temos precedente senão em Palmares, resistência tal que, transportada para São Paulo (...) e igualada às condições guerreiras de rebeldia, exigiria da legalidade 30.000 homens para a dominar”⁴⁰

Nesta posição superior dentro do rol de funções destinadas aos intelectuais com o objetivo de manter a posição estática das relações de classe, ou seja, a de pesquisador e ponto de emissão de idéias e valores sobre a história, construindo a tradição, Aureliano Leite logra chegar ao posto de presidência de uma das mais importantes entidades de produção da história tradicional: o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Como não poderia deixar de ser, a história aí produzida é factual, episódica, personalista. Para Aureliano Leite, a construção de uma história do Brasil cuja matriz possa ser também a tradição paulista passa pela crítica de versões que procuram minimizar o papel dos bandeirantes, além de resgatar no tempo elementos que justifiquem as características da paulistanidade apregoada por seus ideólogos. Um exemplo significativo está em suas memórias, em que comenta a obra intitulada “O Cabo Maior dos Paulistas na Guerra com os Emboabas”:

“(...) defendi a tese de que da parte dos paulistas, na segunda expedição comandada por Amador Bueno da Veiga, bisneto de Amador Bueno, o Aclamado, não houve, como se vinha repetindo, calcados em S. Rocha Pita e Pe. Manuel da Fonseca, cronistas suspeitos, uma fuga vergonhosa depois de esmagados os expedicionários de São Paulo. Aquela tese, estribada em parte nos estudos recentes de Soares de Melo, acabou aos poucos adotada por alguns escritores de livros escolares.”⁴¹

Fica patente a preocupação de, além de selecionar acontecimentos que reforcem a ideologia em questão, discutir e mudar interpretações desfavoráveis, tendo como uma das metas práticas desse combate na história definir os rumos do que será ensinado nas salas de aula. Desse esforço resulta uma das principais obras de Aureliano Leite, “História da Civilização Paulista”, que além de uma extensa cronologia, traz milhares de títulos bibliográficos que têm São Paulo por tema, ocupando aproximadamente 250 páginas, praticamente a metade do total. Sobre as pretensões da obra, o autor comenta:

⁴⁰ Ibidem, p. 112.

⁴¹ Páginas de uma Longa Vida, p. 304.

“Este volume não é um resumo da história de São Paulo, como alguns supõem. Ao contrário, é a história de São Paulo em todas as suas minúcias, a história da civilização, não apenas a sua história política, é a por assim dizer mesmo, na totalidade dos seus acontecimentos”⁴²

Para dar maior credibilidade a esta proposta, junta ao prefácio uma carta de Monteiro Lobato, que, bem impressionado com a adição de fatos da cultura, esportes, etc., afirma tratar-se de uma história superior à das “múmias dos institutos históricos” (o que ficamos a refletir é se o autor teve depois que justificar-se, na pirâmide da história tradicional do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, com as múmias que foram criticadas por Lobato com a sua licença na obra). No decorrer do trabalho, entretanto, notamos que é equivocado e apressado o julgamento que já veria nesta carta de intenções uma “Nova História” ou algo equivalente. A cronologia, é menos um instrumento que a própria essência, o fluxo da história, organizada não em termos dos tempos sociais, mas sim do tempo físico, e isso se constitui na orientação central do trabalho.

Também colabora esse intelectual na tentativa de conjugar os elementos da paulistanidade com um suposto “caráter nacional”, bem como ganhar identidade e sobrevivência perante ele. Estou me referindo à discussão sobre o caráter nacional da Revolução Constitucionalista de 1932, que o autor procura acentuar em diversos momentos, oferecendo como um dos exemplos a instituição do brasão de armas do estado de São Paulo, em plena guerra civil, pelo governador Pedro de Toledo, com os dizeres “Pro Brasilia Fiant Eximia” (Pelo Brasil Façam-se Grandes Coisas). Esse brasão procurará ser uma declaração, uma expressão oficial do caráter nacional da paulistanidade, o que seria mais uma herança da tradição bandeirante, que entregou os sertões à posse nacional, definindo boa parte das dilatadas fronteiras do país.

Se considerarmos as apreciações heróicas do bandeirante comungadas por Aureliano Leite em sua obra, a derrota militar em 1932 constitui-se em uma grande contradição, em uma nota dissonante na harmonia da tradição paulista. Com efeito, se os ancestrais foram capazes de feitos de armas sob as mais áridas condições, como explicar que os descendentes, em 1932, tenham caído perante forças muitas vezes compostas por soldados de raças que nem sequer chegavam aos pés dos

⁴² p. 8.

descendentes dos bandeirantes? Há um precedente histórico, um único momento em que aparecem os bandeirantes derrotados, na Guerra dos Emboabas, no episódio do “Capão da Traição”: apenas a traição pode explicar a derrota dos paulistas:

*“S. Paulo não se rendeu; uma parte daqueles a quem êle confiou sua a sua defeza logrou amarrar-lhe de braços e pernas e entregá-lo ao inimigo, a troco de bem magro prêço. Se foi pago o custo, escreveria Vivaldo Coaraci em ‘Sala da Capela’, sabem os que mercadejaram a transação infame”*⁴³

A montagem da estrutura de poder da oligarquia paulista no cenário nacional e estadual e os esforços para a sua manutenção geralmente são um traço de família. Alfredo Ellis, fazendeiro e médico, filho de um imigrante norte-americano e de uma moça da família Cunha Bueno (uma das ditas famílias “paulistas de quatrocentos anos”). O casamento com mulheres de famílias tradicionais paulistas já vinha da geração do patriarca Willian Ellis; este primeiro influxo do “sangue bandeirante”⁴⁴, a convivência com essas famílias, teriam fornecido ao parlamentar liberal e republicano pela formação paterna as virtudes da paulistanidade, que se expressariam em seu modo de fazer política e em sua atividade econômica. caracterizará os feitos econômicos de seu pai como o bandeirismo do século XX. E a filha de Ellis Jr., seguindo os passos, mostrando a força da tradição, arremata, em relação ao avô:

*“(...) o exemplo deixado por êle, não pode ser esquecido pelas gerações presentes e pelas gerações futuras, para que São Paulo continui (sic) a ser o que tem sido até agora, e para que seja justificado o nosso lema: ‘NON DUCOR, DUCO.’”*⁴⁵

Como bem demonstrou John M. Monteiro⁴⁶, Ellis Jr. tem uma obra que se caracteriza pelo cientificismo nas explicações sobre a miscigenação e a psicologia do bandeirante, procurando por essa estratégia justificar a situação de São Paulo na federação e, como veremos, as razões da atitude bélica tomada em 1932, apresentada

⁴³ *Martírio e Glória de São Paulo*, p. 372.

⁴⁴ Procurar apresentar-se como descendente dos bandeirantes é uma característica da identidade da oligarquia paulista desde o seu surgimento. Entretanto, esta ligação familiar por muitas vezes não é real, e sim inventada (Ver ABUD, *O Sangue Intimorato...*, p. 122 e ss.)

⁴⁵ AUSTREGÉSILO, Myriam Ellis. O Senador Alfredo Ellis. p. 295. A autora refere-se ao lema presente no brasão de armas da cidade de São Paulo, que para os ideólogos da paulistanidade é o burgo - nascedouro do paulista e sua história épica.

⁴⁶ no artigo “Caçando com Gato”, publicado na revista *Novos Estudos*.

como a reação genética de um povo descendente dos intrépidos aventureiros dos sertões do país. Essa atitude cientificista possibilitará ao autor, ainda segundo Monteiro, a elaboração de alguns princípios para uma teoria da história paulista, que estaria baseada no isolamento da região da atual cidade de São Paulo durante o período da formação das populações vicentinas, a formação étnica dos piratininganos pela mestiçagem entre o melhor da raça portuguesa e os indígenas do planalto, e a singularidade do fenômeno bandeirista.

Assim, podemos concluir que a obra de Ellis Jr. tem uma contribuição distinta, mas tão importante quanto ou até mais significativa que a de seu mestre, Afonso Taunay, na medida em que consegue teorizar a partir de uma bem cuidada seleção de fenômenos da história regional, de maneira a fundamentar os argumentos da ideologia da paulistanidade.

O intelectual agora em questão é talvez o principal formulador da idéia de paulistanidade, dando-lhe o nome e, posteriormente, militando por sua penetração no meio acadêmico e por conseqüência no meio escolar. A gestação do termo nasce no estudo dos bandeirantes, tema ao qual Alfredo Ellis Jr. dedica toda a sua vida de historiador. Antes de deslanchar neste sentido, porém, Ellis Jr. dedicará os primeiros anos de sua atividade, como dissemos, a obras de comentário da conjuntura política envolvendo São Paulo, nas quais é gestado com um pouco mais de firmeza os conceitos regionalistas que embasarão sua obra historiográfica posterior. Nesse sentido são fundamentais "A Nossa Guerra" e "Confederação ou Separação", onde há uma preocupação menor em negar o separatismo paulista, o que era feito oficialmente (objetivando não ter elementos em contrário da razão dos paulistas em realizar o movimento constitucionalista), mas não entre os mais exaltados nas ruas. Em Alfredo Ellis Jr. o desejo de autonomia e a noção de identidade paulista é mais marcante que em qualquer outro intelectual orgânico da elite paulista que tenha se debruçado sobre o tema, seus pudores são menores e sua influência sobre o setor educacional é bastante considerável.

Um elemento inicial da obra de Ellis, e que é matriz para a grande maioria dos paulistas que escrevem sobre a Revolução Constitucionalista de 1932 (memórias, relatos de experiência em combate, e todo o tipo de fala sobre o movimento por parte de quem dele participou) é a concepção de história como um corpo neutro de

conhecimentos, destinado a estabelecer a “verdade”, mesmo em uma obra passional como “A Nossa Guerra”, em que o autor pretende, como expressa no prefácio, não acusar ninguém, mas também não deixar de dizer o que é preciso que as novas gerações saibam sobre a segunda grande epopéia bélica dos paulistas, a do século XX, para que com esta não ocorra a mesma perda dos dados da memória que se deu com o bandeirismo. A mesma intenção de constituir-se como monumento perpetuador da memória de uma revolução pelo ponto de vista de seus protagonistas é colocada para o autor como a busca da verdade, em contraposição às versões historiográficas da ditadura de Vargas sobre 1932.

Inicia-se “A Nossa Guerra” pela exposição da obra política, social e econômica do PRP no estado de São Paulo, que, segundo o autor, teria sido destruída pela demagógica oposição sistemática do PD, incapaz de perceber a dimensão da paulistanidade na política perrepista na Primeira República. Isso teria se expressado no não-apoio do PD à candidatura paulista de Júlio Prestes à presidência da República e conseqüente adesão à Aliança Liberal, de Getúlio Vargas e João Pessoa:

“Levado, talvez, pela sua obstinada oposição systematica, o Partido Democrático, procedeu brasileiroamente, como se o Brasil fosse um país unitário, ao envez de agir paulistamente, tendo a visão geral das cousas, isto é que, o Brasil não é senão um agrupamento de paizes, tendo cada um deles interesses antagonicos e chocantes.”⁴⁷

A grande causa da Revolução Constitucionalista de 1932, para o autor, é a inabilidade do Governo Provisório ao tratar o altivo estado de São Paulo, através de sua política para o café e de interventores, como se fosse uma presa de guerra, desprezando seu poder e sua pujança, dando até aos relutantes a certeza de que a Revolução de 1930 não tinha sido dirigida contra um velho regime, mas contra o estado de São Paulo como um todo:

“ Os revolucionários de 30 se encarniçaram em quebrar os liames de lyrismo que prendiam São Paulo à brasilidade. Elles eram os melhores obreiros do separatismo. Cortavam o último laço que prendia S. Paulo ao Brasil, o laço do sentimentalismo.”⁴⁸

⁴⁷ ELLIS JR. Alfredo. *A Nossa Guerra*, p. 26.

⁴⁸ *Ibid.*, p. 42.

Alfredo Ellis Jr. pretende fazer crer que a paulistanidade, nas dimensões que alcançou após a Revolução Constitucionalista de 1932, não é algo natural do paulista (educado também para o amor à pátria brasileira), mas sim um sentimento que só ganha um desabalado crescimento com o tratamento dado pelo Governo Provisório ao estado, principalmente nas atrocidades da guerra que move contra o paulista. Todavia, perante a situação pós-30, perante a impossibilidade de autonomia, a perspectiva de uma pátria paulista:

“É possível que, a evolução do espírito paulista fosse para o separatismo, depois dos eventos sumariados. Mas, ainda não era, quando a 9 de Julho foi o movimento deflagrado. O ambiente, ainda não estava suficientemente preparado para a separação.

Não eram todos, que a desejavam; não eram todos, que a compreendiam; não eram todos que, com facilidade, podiam se despegar do espírito em que haviam sido criados. Ainda um lyrismo pyégas, encobria como um véu, a verdadeira situação de S. Paulo no Brasil. (...) Era um anseio inenarrável pela autonomia, apenas, a qual lhe fora tirada desde Outubro de 1930. O meio de reconquistá-la seria a volta do paiz ao regimen legal⁴⁹.

Ainda em 1933, mal saindo da nuvem de fumaça da guerra civil, Ellis oferece ao público duas edições, rapidamente esgotadas, de “Confederação ou Separação”, onde desenvolve o seguinte raciocínio: o Brasil é um país de imensas diferenças regionais, cujos laços de união necessários à constituição de um Nação estão decompostos e frágeis, notadamente o interesse econômico, que é diverso; a imensa pluralidade das raças só agrava o quadro, não contribuindo para a existência de uma identidade nacional (aqui, vai na contramão dos intelectuais da cultura brasileira, baseado nas teorias raciais do século XIX); há uma grande diversidade de tradições históricas; a sentimentalidade brasileira desaparece aos poucos, perante as dificuldades de se manter o orgulho em pertencer ao Brasil, pelo agravamento de seus problemas; a saída, portanto, é descentralizar, como no regime federativo da Primeira República, pois na impossibilidade disto, a decorrência é a separação. Neste raciocínio aparecerão os argumentos que se enraízam na mentalidade paulista, como por exemplo o fato de São

⁴⁹ Ibid. p. 146.

Paulo, por seus tributos, sustentar o Brasil, ou a injustiça da representação parlamentar do estado no nível federal. Para Ellis Jr., as centenas de referências à brasilidade de 32, como o uso das bandeiras verde-amarelas, a efigie de figuras nacionais nos bônus de guerra (em vez dos bandeirantes), o brasão do “Pro-Brasília Fiant Eximia”, são preocupações dos dirigentes da revolução com seus argumentos para justificá-la frente a opinião pública do resto do Brasil e também do mundo; tal preocupação, narra Ellis, não era tão marcante entre o povo, onde o desejo de separação encontra ressonância com facilidade.

Com o desaparecimento do poder legislativo no advento do Estado Novo, Alfredo Ellis Jr. terá uma participação político-partidária mais discreta. Subirá um degrau na hierarquia da intelectualidade, já plenamente constituído como um intelectual tradicional, na medida em que a oligarquia paulista, à qual está organicamente ligado, enfrenta um processo de diluição enquanto classe regional para passar a compor nacionalmente a classe dominante. Sem acompanhar esse processo, Ellis integrará um pequeno grupo de pessoas que mantém sua oposição política à reconstrução da idéia de Nação da maneira como o fez o Estado Novo, ideológica e politicamente, guardando o ressentimento de 32 e exaltando a paulistanidade, ao contrário da maioria da classe dominante paulista e seus intelectuais, como Menotti del Picchia e Cassiano Ricardo, que irão colaborar com o Estado Novo.

Se no jogo político esta posição de resistência será irrelevante, ideologicamente ela logra obter um destaque considerável, subsistindo como uma ideologia tradicional que garante sua memória em vários níveis (rituais cívicos estatais, ensino, comemorações populares e de veteranos, etc.). Nesta fase da paulistanidade, em que o principal objetivo é garantir a sua sobrevivência e dar-lhe um suficiente respaldo “científico”, Alfredo Ellis Jr. terá o importante papel de pesquisador, produtor de conhecimento histórico que comporá a tradição construída, além de compor o primeiro elo da corrente de divulgação que passa por vários intelectuais, até chegar ao aluno, ao cidadão comum.

Em 1938, Alfredo Ellis Jr. é admitido como professor na Universidade de São Paulo, como lente da cadeira de História da Civilização Brasileira, que é o principal posto de produção intelectual e de referência sobre o tema numa das principais universidades do país, e a mais importante do estado. Em 1939 efetiva-se por concurso.

Sua produção, assim institucionalizada, além da USP, pelo Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e pela Academia Paulista de Letras, versará sobre o bandeirismo, lido de forma a reforçar uma tradição de paulistanidade, justificando-a no tempo. Foram várias obras, cujo sentido é recuperar para a história paulista uma posição de destaque no cenário da história nacional, ou mesmo demonstrar que esta subordinasse de algumas maneiras à primeira. Passemos os olhos sobre duas delas, onde essas dimensões aparecem com expressiva ênfase: “Capítulos da História Social de São Paulo” e “A Lenda da Lealdade de Amador Bueno e a Evolução da Psicologia Planaltina”. Nessas obras ficam patentes os conceitos que orientam a escrita de história, bem como elementos de práticas sociais e concepções de mundo do intelectual tradicional paulista.

Alfredo Ellis Jr. tem sua obra marcada pelo determinismo geográfico e pelas teorias raciais da eugenia. Seu ponto de vista em relação às diferentes etnias na história de São Paulo e do Brasil é eurocêntrico. Isso fica claro no trecho a seguir, em que discute a participação do índio do planalto paulista formação racial do bandeirante:

“É possível que em regiões como as do Paraná e do Paraguai para o sul, como em alguns pontos do Mato Grosso, o ‘stock’ humano aborígina fosse melhor, com mais gente forte e bela. Acredito porém que, em regra, o homem americano não fosse um soberbo animal castiço, magnífico representante do gênero humano.”⁵⁰

“Acreditamos ter sido esta [as uniões sexuais extraconjugais entre brancos e índias] a forma mais eficaz de cruzamento, dadas as facilidades com que podiam os brancos e mamelucos abusar das índias, quando elas não provocavam esse abuso, impelidas pela natural inclinação preferencial pelo branco, que, sem dúvida, levaria evidentes vantagens sobre o índio no que respeita a encantos físicos”⁵¹

De maneira parecida, o que forja o caráter do bandeirante para este autor é a característica especial do clima da Vila de Piratininga e cercanias:

“Essa ação moldadora (do clima) deveria fazer-se sentir não só no concernente ao físico, como ao moral, no intelectual e ao fisiológico dos moradores planaltinos. Isso fez não só que eles se tornassem sob esses aspectos, diferentes dos mais luso-americanos,

⁵⁰ *Capítulos da História Social de São Paulo*, p. 8.

⁵¹ *Ibid.*, pp. 63-4.

*como mais eficientes, pois é sabido que as alternâncias termométricas desenvolvem a atividade e a ação.*⁵²

Uma dessas moldagens psicológicas seria um espírito de autonomia, ávido de liberdade, responsável pela rebeldia constante dos piratininganos em relação aos poderes superiores, como o império português ou espanhol. Daí adviriam as aclamações de Amador Bueno em 1641 e de Amador Bueno da Veiga, em 1709, comprovações de que o separatismo seria um “estado de alma” do paulista⁵³. O fatalismo seria um outro componente psicológico cuja expressão na frase “seja o que Deus quiser”, como a idéia de um destino já traçado que resta apenas cumprir, cujo efeito é compor parte da têmpera empreendedora do bandeirante:

*“Se os seus descendentes bandeirantes não herdassem esse ânimo forte e essa homérica tenacidade, não poderiam ter levado a bom termo os capítulos do bandeirismo. Foi essa herança que falou pela boca do Anhangüera, último vulto formidável do bandeirismo no ocaso: ‘descobrir o que buscava ou morrer na empresa’ (Washington Luis, Capitania de São Paulo). Desse ânimo varonil, completado pelo referido espírito de resignação, nasce a têmpera do bandeirante do século XIX, que plantou e cultivou a lavoura de café.”*⁵⁴

Com esse trecho fica mais fácil perceber o objetivo da obra historiográfica de Alfredo Ellis Jr.: embasar, a partir de elementos históricos constatados e imaginados, uma mística bandeirante, considerando o bandeirismo como um processo único que atravessa os séculos ganhando diferentes feições: o apresamento, a mineração, a lavoura cafeeira, a Revolução Constitucionalista de 1932. Todos esses “nós” juntados compõem uma tradição de séculos, da qual participam todos os que nascem em São Paulo, independentemente da origem de seus pais. O bandeirante do apresamento e da procura do ouro, seria o inaugurador de uma epopéia, na medida em que despovoava e repovoava o sertão a partir de seus parâmetros, ou seja, introduzindo a civilização, estabelecendo as bases da segurança da eliminação do desconhecido, para que por sobre essa obra pudesse elevar-se uma pátria, evidentemente hegemonizada pela cultura branca, ocidental e católica. Católica apesar do conflito com os jesuítas, que procuraram em suas crônicas denegrir a imagem do bandeirante, que soube ter fibra

⁵² Ibid. p. 5.

⁵³ Ibid. p. 145.

⁵⁴ Ibid. p. 173.

para, permanecendo católico, enfrentar o poderio internacional da Companhia de Jesus e vencer, multiplicando, para Ellis, as dimensões de seu valor na história. Falando em valor, o historiador em questão sustenta, perante a polêmica sobre a imoralidade da violência do bandeirismo de apresamento, a posição de justificar tais atos pelo seu contexto histórico: a violência da atividade apresadora era a única saída para possibilitar aos paulistas escapar da pobreza em que viviam. Ao contrário de manchar a tradição da paulistanidade, tal período seria, ao contrário, uma época onde a “raça” paulista mostrou seu valor em páginas brilhantes as suas grandes qualidades.

Nesta mística do bandeirante estaria o separatismo crônico, mas juntamente com ele, também, a mística da traição como o elemento que se interpõe entre a “alma paulista” e a realização completa dos interesses comuns a todos os paulistas. Na dedicatória autógrafa da obra “A Lenda da lealdade de Amador Bueno e a evolução da psicologia planaltina”, de 1967⁵⁵ Alfredo Ellis Jr. manuscreeve ao presenteado, Hélio Vianna:

“Ao Prof. Helio Vianna, para que veja bem que Amador Bueno com seu gesto covarde adiando de quase dois séculos a independência brasileira nos condenou à miséria, pois o ouro descoberto no período colonial foi enriquecer Portugal, enquanto que na América inglesa, o ouro [foi] descoberto depois da independência, consequência: o ouro ficou lá. Do amigo e admirador sincero ...”

Também neste episódio em que o povo bandeirante procura separar-se de Portugal ao fim da União Ibérica aclamando Amador Bueno rei de Piratininga, Alfredo Ellis Jr. procurará interferir com sua autoridade de historiador para mudar a divulgação e o ensino, demonstrando que o gesto unitarista de Amador Bueno em recusar a aclamação era um gesto não mais para ser louvado, mas sim condenado, como o de Silvério dos Reis denunciando a Inconfidência Mineira. Ao mesmo tempo, trata-se de mostrar que o nascimento da “alma brasileira” é primitivamente um evento paulista, daí a capacidade do piratinigano em propor-se como matriz para a nação.

Por fim, o racismo é um outro elemento que compõe a paulistanidade, porém menos evidente, procurando ocultar-se perante a dominância da tese de “democracia racial” e cordialidade no contato entre as raças no Brasil, que, como vimos, muito influenciaram os intelectuais que se puseram a interpretar o caráter do Brasil e de

⁵⁵ Lançada primeiramente como um caderno de pesquisa em história da FFLCH da USP em 1944.

suas regiões. Aqui reaparece a noção de miscigenação como algo positivo, sem porém deixar de colocar as etnias não-brancas em posição inferior e subordinada. O índio ainda tem maior complacência desse historiador, eis que compõe parte do sangue bandeirante. O negro, todavia, é menos poupado, por mais que o autor se esforce em procurar explicar que não considera o negro inferior: a emenda é sempre pior que o soneto. Fechamos, assim, esta sessão, com uma longa mas esclarecedora reflexão de Alfredo Ellis Jr. sobre o negro no bandeirismo, que deixa claro o componente racista e elitista da paulistanidade.

“Não julgo o negro um ser inferior. Acho, porém, que ele é desigual aos indivíduos de outras raças. (...) enfileiro-me entretanto entre os que pregam a doutrina da desigualdade racial. (...) Penso que o negro, sendo inferior sob muitos aspectos, é superior quanto a outros. Se tenho acoimado o negro de inferior, é considerando-o sob o ponto de vista de vários aspectos da civilização européia. Mas ele tem índices de superioridade, os quais não se poderiam negar. Assim, por exemplo, considerando as raças sob o ponto de vista sentimental, o negro apresenta tais vantagens em afetividade que o seu índice é mais elevado que em qualquer outra raça. (...)O negro é inferior ainda no dizente a varias partes da capacidade mental. Por isso ele socialmente se apresenta inferior, pois mergulhado em civilização européia, em vários índices de eficiência são precisos, sob o ponto de vista psíquico moral fisiológico e intelectual certos níveis que o negro atingiu. Daí, esse elevado teor de estatísticas de malandragem, de criminalidade, de anormalidades, em que o negro e seu mestiço mulato preponderam, como se observa. Entretanto, é justo reconhecer ao negro certas vantagens fisiológicas que lhe dão a possibilidade de se sobressair em vários ramos de exercícios físicos.”⁵⁶

Para a constituição de uma “raça de gigantes”, portanto, o negro não pode ser admitido como componente das várias gerações de paulistas que por seus atos enobreceram o estado e imprimiram sua marca na história do país. Para Ellis Jr. e uma grande parte da elite de São Paulo, a significativa parcela de negros e mestiços não podem corresponder à denominação de paulistas, na acepção tradicional da palavra: evidentemente habitam o mesmo espaço geográfico, mas não comungam da herança histórica transmitida através dos séculos a partir da figura do bandeirante. A paulistanidade é, também, excludente.

⁵⁶ Ibid., p. 374-6.

Na década de 1930, uma série de intelectuais trabalhará a ideologia da paulistanidade, e, como vimos, a sua justificação histórica estará a cargo dos bacharéis que assumem as funções de pesquisadores, a partir dos quais emanará o conhecimento sobre o passado da “terra bandeirante”. A regra de instalação e conservação do discurso competente, como indica Chauí⁵⁷, resume-se em “não é qualquer um que pode dizer qualquer coisa a qualquer outro em qualquer ocasião e em qualquer lugar”⁵⁸. A criação da competência de Ellis Jr. e Aureliano Leite passa pelas posições de pesquisadores que assumem, criando a situação de “autoridades” no assunto História de São Paulo, no que fica definida sua função dentro da hierarquia intelectual; o lugar a partir do qual a sua competência será enunciada será dado pelos “espaços próprios” da ciência que praticam, no caso a história: a Universidade, no caso de Ellis, e o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, no caso de Aureliano. A preocupação em estabelecer o saber construído a partir de alguns elementos do passado regional como ciência significa o atendimento às condições de generalização do conhecimento, que aparece como neutro e racional, como a obra do especialista à qual os reprodutores do conhecimento curvam-se. É a “autorização” institucional, elemento que fundamenta a autoridade desses intelectuais sobre o objeto ao qual dedicam sua atenção.

A fundamentação histórica da ideologia da paulistanidade é o discurso competente (em termos de historiografia), instituído, “que pode ser proferido, ouvido e aceito como verdadeiro ou autorizado (...) porque perdeu os laços com o lugar e o tempo de sua origem”⁵⁹. A idéia do paulista do século XIX sobre sua descendência, não de bandeirantes, simplesmente, mas da “raça de gigantes”, está umbilicalmente ligada à atividade cafeeira e sua expansão. Em Alfredo Ellis Jr. e Aureliano Leite, esse lugar e tempo de origem perdem sua visibilidade, ocultados pelo caráter de cientificidade que procuram imprimir aos seus trabalhos. Como mostra John Monteiro⁶⁰, Ellis Jr., que podemos considerar com uma certa tranquilidade como o mais preocupado com generalizações teóricas, “caçava com gato” pela fragilidade das teorias eugênicas e evolucionistas que sustentaram o seu trabalho.

⁵⁷ Refiro-me ao texto que já virou um clássico: O Discurso competente. In: Marilena CHAUI, *Cultura e Democracia: O Discurso Competente e Outras Falas*.

⁵⁸ *idem*, p. 2.

⁵⁹ *idem*, p. 7.

⁶⁰ *op. cit.*

Mais que isso, se acompanharmos a trajetória do pensamento de Ellis Jr., veremos que, apesar (e por causa) das suas pretensões de plena objetividade científica, seu percurso é o da ideologia enquanto produção da classe dominante. No caso do bandeirismo (e da sua conseqüência no tempo, a Revolução Constitucionalista de 1932), é o meio que forma as características raciais e psicológicas da população vicentina, mas são essas características, valores e idéias, que produzem a epopéia do bandeirismo, bem como continuam a engendrar os prodígios dos paulistas na economia cafeeira e em 32. As idéias, nesse discurso competente e ideológico, continuam “fora do lugar”⁶¹.

A ideologia da paulistanidade é um produto da atividade cultural dos intelectuais orgânicos da oligarquia paulista, a partir das suas necessidades de estabelecimento do consenso hegemônico na sociedade. Neste capítulo, pudemos vislumbrar alguns detalhes de um dos aspectos dessa ideologia, o seu lado histórico, o trabalho historiográfico que estabelece os pontos fundamentais para a construção da tradição. Esta tradição sobrevive a esta oligarquia, permanece presente por várias décadas, pois os entusiastas da Revolução Constitucionalista de 1932 - e suas implicações - continuam trazendo à tona a sua memória. Estes personagens passam gradativamente a ser os intelectuais tradicionais, no sentido gramsciano. A eles, os principais interessados e praticantes da história de São Paulo, recorrem duas instituições fundamentais para a consolidação da memória social: o Estado e a Escola. Dos postos hierarquicamente autorizados e de autoridade em que se encontram, os autores terão as plenas condições para imprimirem o tom nas produções culturais que tratem do tema “São Paulo”.

Sua influência sobre a escola paulista será grande, na medida em que várias gerações de professores de história serão formados por eles⁶² ou por suas obras, que tornam-se bibliografia obrigatória para as aulas, bem como para os materiais

⁶¹ “Fora do lugar” no sentido que lhe é dado por Chauí no texto citado, à página 4, e não em relação ao debate sobre o liberalismo no Brasil.

⁶² Veja-se, na citação da tese de livre-docência de Elza NADAI, feito em seu artigo citado já citado, que na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, os primeiros cursos de história do Brasil eram ministrados pelos professores ligados ao Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, que constituíam, portanto, a referência mais autorizada para o ensino da história pátria por várias décadas.

didáticos de história no momento de abordar na escola a história regional. Serão estes os especialistas com competência reconhecida para agir sobre outros momentos da formação dos professores⁶³.

Essa transmissão via escola só será ativada pela presença da paulistanidade nos discursos do Estado, na composição da história oficial regionalizada de São Paulo, que afirmará suas divergências com a história oficial nacional no que tange principalmente à Revolução de 1932. Apenas através da compreensão das formas pelas quais a ideologia da paulistanidade, em seu aspecto histórico, acaba por constituir a história oficial, que compreenderemos a presença marcante da paulistanidade na escola.

⁶³ Um exemplo é o artigo de Ellis Jr., *Concepção de História*, publicado na *Revista Educação*, publicada pelo Departamento Estadual de Educação. no volume referente a 1946.

CAPÍTULO 2

1932 E AS HISTÓRIAS OFICIAIS

“ O que sucedia no labirinto invisível a que levavam os tubos pneumáticos, ele não sabia em detalhe, mas apenas em termos gerais. Assim que fossem reunidas e classificadas todas as correções consideradas necessárias a um dado número do Times, aquela edição era reimpressa, destruído o número original, e o exemplar correto colocado no arquivo em seu lugar. Esse processo de alteração continua aplicava-se não apenas a jornais, como também a livros, publicações periódicas, panfletos, cartazes, folhetos, filmes, bandas de som, caricaturas, fotografias - a toda espécie de literatura ou documentação que pudesse ter o menor significado político ou ideológico. Dia a dia e quase minuto a minuto o passado era atualizado. Desta forma, era possível demonstrar, com prova documental, a correção de todas as profecias do Partido; jamais continuava no arquivo uma notícia, artigo ou opinião que entrasse em conflito com as necessidades do momento.”

(George Orwell, 1984)

Um controle absoluto do Estado sobre a produção da história enquanto conhecimento é uma utopia: uma utopia, diga-se de passagem, extremamente pessimista, negativa, como a que é construída pela ficção de George Orwell. Isso porque para nós, no momento em que vivemos, é impossível ter acesso, controle e censura a todas as idéias produzidas, de maneira a possibilitar ao Estado a edificação de uma única história, adequada aos seus interesses. Seria necessário, para pensarmos uma história oficial arquetípica, o monopólio total do Estado sobre os meios de comunicação, e principalmente sobre as instituições que produzem o saber, subordinando-as totalmente à esfera de representações da sociedade da instituição estatal, além do apagamento dos múltiplos sujeitos. Para ser efetivo, um controle absoluto sobre a produção da história precisaria, como requisito, de uma sociedade completamente estática, sem a ação dos diversos sujeitos sociais. Além disso, o Estado não é uma entidade de interesses homogêneos e de sentido único, na medida em que parcelas importantes de seus espaços são continuamente tomadas por interlocutores de diferentes setores da sociedade, gerando inclusive o conflito entre as diferentes esferas da máquina estatal.

Veja-se, por exemplo, o projeto *Pátria Amada, Esquartejada*, produzido pela Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo na gestão de Marilena Chauí, durante o mandato da prefeita Luiza Erundina de Souza (1989-1992). Através de um jogo de cartazes e um filme utilizados para reflexão e discussão em escolas e praças públicas, o projeto procura rediscutir, a partir de uma ótica popular, o significado da nacionalidade, e do problema do patriotismo, perante a consciência da exclusão de tantos milhares de habitantes do Brasil dos direitos básicos de cidadania. Trata-se, como dissemos, da ótica de um movimento popular, enraizado no operariado, na população das periferias urbanas e nos setores marginalizados da zona rural, que, através de um elemento da máquina

estatal (um órgão da prefeitura), vem oferecer uma nova leitura de um tema que, para os setores dominantes e liberais da sociedade presentes no Estado, era um tema fechado, uma discussão pronta, contemplada apenas pelo viés assistencialista. E não deixa de ser uma produção oficial.

A história oficial, numa tentativa de definição geral que usaremos como ponto de partida, é aquela produzida por uma instituição da sociedade; é uma história de dentro para fora, na medida em que expressa a leitura da realidade com a qual se relaciona, a partir da ótica desta mesma instituição. História oficial, enquanto uma história institucional de dentro para fora é uma prática, uma produção intelectual que pode ser realizada por diversas instituições, por exemplo, um sindicato. No momento em que uma determinada linha de pensamento sindical está na direção da instituição, faz uma leitura da realidade (e nessa realidade também está inserida uma determinada relação com o tempo, com as mudanças e as permanências), e sua produção pode ser considerada uma produção oficial daquele sindicato; as produções da oposição sindical, por mais significativas que possam ser, não serão a leitura oficial, mesmo que seus membros tenham os devidos direitos de participação como membros da entidade. O discurso aceito como oficial é o discurso da direção da entidade.

O discurso oficial é o discurso que ganha a força da legitimidade, uma vez que é legitimado pelo poder que representa. O discurso oficial, portanto, é o discurso do poder. A história oficial é a história diretamente vinculada ao poder, legitimada e ao mesmo tempo legitimadora dele. Essa idéia corresponde de uma forma geral, ao conceito de *história institucional*, de Marc Ferro, referindo-se à história que legitima uma política, uma ideologia, um regime¹. O estabelecimento de uma história oficial é uma necessidade básica, instintiva mesmo, de cada grupo social nas instituições que organiza; essa história é um dos elementos ideológicos com o papel de justificar e legitimar a existência da instituição perante a luta ideológica que manifesta-se no conjunto da sociedade.

Em se tratando de Estado, a discussão pode comungar desse ponto de partida. Se considerarmos que o Estado é - mesmo com as falácias do discurso liberal - a instituição central da sociedade, e que o discurso oficial é o discurso

¹ Marc FERRO, *A História Vigada*, p. 11. Algumas páginas adiante o autor comenta que é o próprio princípio de legitimidade que rege a história oficial, erigindo-se a partir de princípios que podem ser de ordem religiosa, étnica, etc.

institucional legitimado pela posse do poder, veremos que seu discurso é o discurso oficial por excelência. No Estado, a história oficial atribuirá *status* a pessoas e instituições como forma de conferir-lhes prestígio e reforçar sua posição e os atributos decorrentes.

Voltando à preocupação de definir uma história oficial “ideal”, seria necessário que o Estado tivesse a preocupação de criar um órgão dedicado exclusivamente à apresentação do passado a partir da ótica do poder, no qual os historiadores oficiais interpretassem por essa ótica todos os eventos que de alguma forma interferiram sobre o curso natural das atividades estatais. Evidentemente, não há notícias de concurso público ou nomeação para o cargo de “historiador oficial”, pois os mecanismos de produção dessa história são um pouco mais complexos, não tão diretos.

Talvez, com algumas concessões e aspas, pudéssemos considerar o Departamento de Imprensa e Propaganda do período do Estado Novo como algo desse gênero, apesar do papel primordial do DIP não ter sido exatamente o de produzir história, e sim o de censurar os meios de comunicação de massa e promover a imagem do regime e do seu chefe. Evidentemente, nesta atividade, em alguns momentos, a propaganda via-se obrigada a interpretar eventos do passado que estavam em relação com seus temas, Estado Novo e Getúlio Vargas. Mas não se tratava exatamente de uma produção sistemática de história a partir da visão estadonovista dentro de um órgão do aparelho de Estado.

Um exemplo significativo disso seria a obra de um dos diretores da versão paulista do DIP, Cassiano Ricardo, que tem uma obra historiográfica sobre o fenômeno do bandeirismo, procurando encaixá-lo com o discurso oficial, os símbolos e idéias centrais do Estado Novo². Entretanto, a *Marcha para Oeste*, livro central dessa argumentação do autor, não é, em sua primeira edição (1940), uma publicação oficial, mas aparece como uma publicação legitimada pela competência do intelectual Cassiano Ricardo.

A história oficial, portanto, é um conjunto de saberes que estrutura o discurso do poder quando este refere-se à sua situação no tempo, mas não é necessariamente produzida de forma direta por ele. O Estado recorre aos intelectuais organicamente ligados ao grupo que está no poder, e estes estabelecem parte significativa da argumentação que os governantes utilizarão para o debate (ou o

² Essa obra é discutida em *A Sacralização da Política*, de Alcir LENHARO.

monólogo, nos regimes policamente excludentes) político, bem como para os rituais cívicos exercidos pelos mesmos. Quero dizer, com isso, que a história oficial não é uma produção sistematizada unicamente pelo (e dentro do) Estado, mas geralmente produzida pelos intelectuais cuja visão compartilha da ótica do grupo no poder, e que a ele estão relacionados por afinidade política, geralmente expressa pela presença em algum posto da hierarquia governamental ou por financiamentos oficiais sob variados títulos. Assim, sua expressão não estará exatamente em “compêndios de história oficial”, mas cristalizar-se-á em duas manifestações principais, mais visíveis: o discurso dos governantes (os chefes do executivo, os membros do partido dominante, os parlamentares que apoiam a situação), e a maneira pela qual o Estado relaciona-se com o tempo, ou seja, a periodização do ano oficial através das efemérides, a recordação diária dos eventos importantes, na história e em outros campos, ligadas àquele dia. Além disso, o Estado estabelecerá uma pedagogia de sua memória, que expressa-se nos monumentos, praças, museus, nomes de rua, etc, cuja manutenção e política ficam a seu critério.

O papel do historiador que organiza o discurso oficial sobre o passado numa dada conjuntura do poder, é o estabelecimento de uma organização hierárquica das fontes ³ nas quais beberá este discurso histórico, privilegiando as mais convenientes em detrimento das fontes que estabeleceriam contradições no mesmo. Além disso, este historiador estabelecerá os marcos de origem, criando condições para que não se aceitem outros, criando critérios para o estudo e coleção das fontes e estabelecendo rotinas e praxes que não comportem outros critérios. Com isso, o historiador está forçado a estabelecer uma série de silêncios, principalmente no que tange aos eventos históricos em torno da origem da legitimidade da instituição que se defende, não admitindo nada que não engrandeça essa origem.

Se afirmássemos que há, de forma imediata, uma história oficial do Brasil, incorreríamos numa simplificação. Enquanto objeto de estudo, a história oficial também é histórica, ou seja, está submetida às vicissitudes e às permanências ocorridas durante o período de sua existência. A linha política seguida pelo Estado em nível de país ou em nível regional varia conforme o grupo que assume o poder, ou seja, que atinge as posições hierárquicas que permitem determinar as políticas da instituição:

³ FERRO. op. cit., p. 23

*“ (...) essa história institucional é um **discurso ativo sobre a história** que se está fazendo; e, como história, esse discurso necessariamente evolui, mudando com constância o seu sistema de referências, sofrendo toda espécie de metamorfoses, aceitando modos diferentes de escrever”.⁴*

As modificações no grupo detentor do poder do Estado significarão também a ocorrência de variações na história oficial e nas suas formas de aparecimento, que podem aparecer como adições ao núcleo estabelecido de fatos que já existe, ou como contradições pontuais a algum desses fatos, situação em que se utilizam procedimentos para o esquecimento ou para a denúncia pela lembrança. Contraditoriamente, cada fragmento dessa história pretende uniformizar e sacralizar as verdades sobre a instituição na conjuntura em que surge, e aí acaba residindo a sua **relatividade**.

O regime stalinista apagando a figura de Trotsky é talvez um dos exemplos mais significativos da história oficial revendo a si própria em uma conjuntura diferente. O regime militar brasileiro que se negou até o fim a assumir a responsabilidade pelas torturas e execuções de elementos contrários ao regime, em contraposição ao atual governo federal que reconheceu e indenizou parte das vítimas da violência oficiosa pontuam essas diferenças na forma de praticar a auto-história do Estado.

Todavia, no caso brasileiro, um fato mantém uma unidade mínima e faz com que as divergências de diferentes regimes em relação à história sejam pontuais: fora algumas excessões em nível mais restrito do aparelho de Estado (como no nível municipal, principalmente), este sempre foi dirigido pela classe dominante em suas diversas variações, e em suas diversas metamorfoses no decorrer do tempo. Isto oferece uma linha de continuidade que permite que novos grupos no poder continuem assumindo o ritual oficial, na medida em que as comemorações são assumidas também como suas: mais que isso, são estabelecidas, instituídas, como memórias do Brasil, ou de São Paulo, devido ao estatuto de universalidade (válidas para todos os brasileiros ou todos os paulistas) que adquirem por sua presença na instituição central da sociedade política. A história oficial é apenas um dos focos possíveis da história, todavia este foco é tornado o mais importante na medida em que faz convergir ao mesmo tempo o foco do poder e o foco de uma classe dominante nele estabelecida.

⁴ FERRO, op. cit., p. 23. Grifos do autor.

Além dessa diversidade que surge do fato de diferentes grupos, em momentos distintos, darem a linha-mestra da política do Estado, há também a diversidade oriunda da regionalidade do poder, principalmente nos fatos em que o poder central e o poder regional atuam de forma diferente ou conflitante. É esse tipo de diversidade de histórias oficiais que serão trabalhados adiante, sobre a Revolução Constitucionalista de 1932.

Partindo da definição de que a história oficial varia conforme a produção intelectual própria das classes que assumem o poder estatal, somos levados à discussão do que seria essa história variável, de vinculação primordialmente social. Fechando o nosso foco sobre o período que nos interessa, ou seja, a década de 1930, tendo por espaço principal o estado de São Paulo, o termo mais adequado para a história produzida no interior da oligarquia paulista, e que se projeta para o Estado, é história tradicional.

O termo evoca a idéia de uma continuidade temporal que projeta-se, a partir do presente, em direção ao passado. Assim, possibilita entender e / ou justificar práticas e valores que sobrevivem contemporaneamente, e cuja origem é estabelecida na ponta inicial da linha da tradição.

Ao contrário da história oficial, que é uma história vinculada ao seu caráter de pertença à instituição, a história tradicional é uma história de classe, e portanto tem uma conotação primeiramente social. Ela é, então, um elemento de identificação de um determinado estrato da sociedade, e surge no seu confronto objetivo com outros setores, ligando-se ao próprio processo de formação e desenvolvimento da classe. Mas estabeleçamos algumas balizas para trabalhar com esse conceito, que ademais está envolvido num amplo e longo debate que não nos interessa detalhar aqui.⁵

Esse conceito de classe que aplicaremos carrega a noção de relação histórica como elemento central, e assim é um objeto sempre móvel, rebelde à

⁵ ... Por classe entendo um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência. Ressalto que é um fenômeno **histórico**. Não vejo a classe como uma 'estrutura', nem mesmo como uma 'categoria', mas como algo que ocorre efetivamente (e cuja existência pode ser demonstrada) nas relações humanas." Edward P. THOMPSON. *A Formação da Classe Operária Inglesa*, p. 9

imobilização que a teoria procura aplicar-lhe a fim de proceder à dissecação que possibilite estabelecer uma estrutura dela. Para ser compreendida, a noção de classe precisa estar ancorada em pessoas e contextos reais, pois, sendo antes uma relação que uma “coisa”, não tem uma existência própria, autônoma, mas depende da atitude de personagens e situações que fazem-na.

A classe, enfim, é uma relação que surge como efeito de lutas objetivas de uma parcela da sociedade a partir de seus interesses econômicos, sociais, políticos, ideológicos ⁶. Nesse sentido, a edificação de uma tradição que a classe atribui a si mesma é um dos momentos dessa constituição, e aí está situada também a construção de uma história tradicional.

Ainda que as classes subalternas possam também estabelecer algumas tradições ⁷, o termo e o conceito encaixam-se com maior facilidade e têm maior eficiência em descrever as práticas da classe dominante, estabelecida nesta posição. Se considerarmos ainda que a classe enquanto relação, e não simplesmente como o conjunto de pessoas instalado num determinado lugar no processo de produção, somos levados a admitir que *“o processo de formação de classes é perpétuo: as classes são continuamente organizadas, desorganizadas e reorganizadas”* ⁸. Dessa maneira, as classes, historicamente entendidas, têm uma curva de desenvolvimento no tempo, que termina com sua dissolução, ou seja, a redefinição dos membros da classe em decadência para a constituição de outras relações. Ainda que as classes em ascensão possam também construir sua tradição, o termo e o conceito, dessa vez, encaixam-se melhor nas classes “velhas”, ou seja, cujas relações já dão mostras de esgotamento que apontam para a sua desaparecimento e reorganização em outros termos. Atribuído a esse agente social, o epíteto “tradicional” parece-nos ressonar com ele em perfeita harmonia.

Assim compreendido o termo, podemos somar a essa reflexão sobre a história tradicional uma outra contribuição sobre o seu caráter, através da referência ao

⁶ Uma boa síntese desse debate dentro do marxismo, com contribuições importantes, é feita pelo “heterodoxo” Adam PRZEWORSKI no livro *Capitalismo e Social-Democracia*. As afirmações da página 91 embasam algumas das considerações desse texto.

⁷ Um exemplo é a identificação do proletário com um determinado tipo de adorno, o boné, hábito que torna-se tradição no meio operário inglês e francês. Veja-se Eric HOBBSBAWN, *A Produção em Massa de Tradições: Europa, 1870 a 1914*. In: HOBBSBAWN & RANGER, op. cit., p. 295.

⁸ PRZEWORSKI, idem.

conceito de *intelectual tradicional*, de Antonio Gramsci ⁹. Para esse pensador, o intelectual tradicional é aquele que tem sua origem marcada pela ligação com uma classe já desorganizada ou em vias de desaparecimento, motivo pelo qual, em algum tempo, tem a possibilidade de ser cooptado por algumas das classes efetivamente participantes da luta na sociedade. O próprio autor reconhece uma certa ambigüidade no conceito ¹⁰, na medida em que os intelectuais tradicionais muitas vezes já aparecem com ligações orgânicas com as “novas” classes, sem perder de vista idéias e valores da tradição na qual se formaram. Parece-nos uma forma adequada de caracterizar a oligarquia paulista na década de 1930, desde que estejamos aberto ao conceito mais flexível de classe tal como é pensado por Thompson e Przeworski, entre outros.

Para Hobsbawn ¹¹, existem tradições genuínas e tradições que são inventadas; as primeiras ligam-se ao período em que “os velhos usos ainda se conservam”, em que a classe que a institui está, de fato, ligada à origem que anuncia, numa longa continuidade temporal, e não encontra problemas para a sua situação na sociedade. Já a tradição inventada caracteriza-se pela ligação “forçada” que uma classe, em um momento em que precisa afirmar-se, faz com um determinado passado, a fim de inculcar valores e normas de comportamento. Nesse sentido, a oligarquia cafeeira de São Paulo cria, no século XIX, a noção de que está ligada pelos valores, práticas, e até mesmo pela vinculação biológica, aos bandeirantes dos séculos XVI, XVII e XVIII. O símbolo do bandeirante e suas características psicológicas serão daí por diante reverenciados e transmitido para as novas gerações da elite, bem como propagandeados para o restante da população, procurando generalizar essa tradição como pertencente aos habitantes do estado como um todo.

Essa tradição histórica construída é um dos elementos centrais da argumentação da ideologia da paulistanidade, pois ligar-se-á a temas como a saga da cafeicultura, a industrialização, a Revolução Constitucionalista de 1932 e seus subtemas políticos e sociais, chegando à noção já muito difundida da “São Paulo que não pode parar” (que não deixa de lembrar a metáfora da locomotiva e todo o imaginário em torno deste produto social). A ligação desses eventos do final do século XIX e início do século

⁹ Não se trata de um conceito sistematizado nem conclusivo, e aparece em vários pontos da obra desse autor, sendo que um dos exemplos é o texto “Alguns Temas da Questão Meridional”, publicado em A. GRAMSCI. *A Questão Meridional*.

¹⁰ Jean Marc PIOTTE. *La Pensée Politique de Gramsci*. p. 60

¹¹ Introdução: A Invenção das Tradições. In: HOBBSAWN & RANGER. cit., p. 16

XX com uma determinada interpretação do bandeirismo é exatamente o ponto da invenção da tradição paulista.

A partir da definição que estamos procurando traçar para a história tradicional, ou seja, seu caráter de classe, preferencialmente referenciado para a classe dominante, com uma força maior nos momentos em que seu status sofre o questionamento de outros setores, podemos apontar um outro aspecto dela: a história tradicional é, em geral, conservadora, na medida em que é “proprietária” de um passado com o qual procura estabelecer continuidades, e não rupturas. Por isso, uma das tarefas de uma classe em ascensão, que procura tomar o espaço de uma classe tradicional, é exatamente desqualificar seus símbolos, monumentos, memórias, valores, para fazer a ruptura com o passado tal como é lido pelos que se conectam à tradição¹².

O caráter conservador da tradição de classe vale, no nosso caso em questão, também para a dissidência oligárquica que tem no jornal O Estado de São Paulo um dos seus principais núcleos e meios de divulgação. A dissidência, que não deixa de pertencer à oligarquia paulista, faz críticas pontuais à prática política dos perrepistas, ao tradicionalismo no sentido de ligação com a cultura do bacharel e com a tradição católica, mas não rompe com a tradição de paulistanidade estabelecida: segundo Maria Helena Capelato¹³, as imagens de ligação com o passado bandeirante, bem como a defesa dos postulados regionalistas e descentralizadores, é uma tônica desse setor da elite paulista. A prova de que esses setores comungam de uma tradição (além de interesses regionais, evidentemente) é a formação da Frente Única, que unificará a prática política de PD e PRP entre 1932 e 1934. Na verdade, a formação da dissidência parece estar mais ligada a um conflito de gerações do que a uma contradição irremediável. Para Love, o fato do PRP não ser aberto à renovação de seus quadros deixa novas gerações da elite de fora dos postos de mando na estrutura partidária, e conseqüentemente do governo do estado

14

A articulação entre a história oficial e a história tradicional dá-se exatamente pela relação que se estabelece entre a classe e a instituição Estado, durante

¹² O filme soviético “Outubro”, de Sergei Einsstein, rodado no início do período stalinista é exemplar, na cena em que mostra a estátua do czar desmontando-se, numa fragmentação que é concluída com a queda do trono. A decapitação de Luís XVI, em janeiro de 1793 é outro ato, além de político, também simbólico no rompimento com a tradição absolutista na qual o rei aparece metaforicamente como a “cabeça” da nação.

¹³ op. cit., passim.

¹⁴ LOVE, op. cit., cap. 5.

a sua passagem pelo mesmo, isolada ou dividindo o poder com outros setores. A oligarquia paulista que assume o governo de São Paulo com a aclamação de Pedro de Toledo, durante a Revolução Constitucionalista de 1932 e a interventoria e governo constitucional de Armando de Salles Oliveira entre 1933 e o final de 1936 (quando há o afastamento do governador para concorrer às eleições presidenciais), promoverá uma série de atividades cujo objetivo é "estatizar" a sua tradição: a instituição do 9 de julho como ponto facultativo nas repartições públicas e o início da construção do Monumento às Bandeiras são dois exemplos significativos. Este conjunto de atitudes, estabelecido pela presença dos principais quadros políticos da oligarquia nos postos-chave do Estado, tem o objetivo de tornar os "ícones" da tradição que constitui a ideologia da paulistanidade como patrimônios públicos do estado de São Paulo, como símbolos universalizados da condição de pertencimento à sua unidade administrativa, política, social e cultural. Os elementos tradicionais da oligarquia paulista passam, por esse mecanismo, a serem generalizados como características próprias do estado de São Paulo, e não mais apenas da elite que os originou. Assim, a sobrevivência desses símbolos tradicionais ultrapassará o período de existência da oligarquia paulista (no sentido que viemos utilizando no decorrer desse trabalho), projetando-se no tempo mesmo quando os elementos dessa elite já passaram por um processo de reorganização em outras classes.

REGIÃO E FEDERAÇÃO: DUAS HISTÓRIAS OFICIAIS SOBRE 1932

Maria Stela Bresciani, no início do artigo “As Voltas de um Parafuso”, aponta a importância que ganham os marcos cronológicos nas lutas políticas e sociais com o sentido de definir a origem de uma nova era, a partir da ótica dos vencedores do processo: “(...) a datação sempre expressa um ajuste de contas com o tempo anterior cujas possibilidades foram consideradas esgotadas. Expressa também a necessidade de romper com os vínculos do passado.”¹⁵. As “datas-chave” da década de 1930 (1930, 1932, 1934, 1937) nada mais são que as periodizações que emergem da ação dos vencedores da Revolução de 30, tendo na oligarquia paulista uma das suas principais contendoras no processo de estabelecimento de uma “nova” ordem. Trata-se, portanto, de uma periodização estabelecida por e para os setores dominantes da sociedade brasileira em luta pela condução dos destinos do país a partir de seus interesses.

O objetivo dessa parte do texto não é tentar explicar esses “dados” da cronologia, mas abrir espaço para as vozes que construíram esses marcos, procurando analisá-las, com uma especial atenção para a questão regional nesse momento. Pretende-se, dessa maneira, efetuar uma contraposição entre duas histórias oficiais, constituídas respectivamente pelos discursos dos chefes do Estado Nacional e do Estado Regional sobre os temas de São Paulo e da paulistanidade, visando deixar clara a noção de que a história oficial não é unívoca ou homogênea, bem como sua dependência da conjuntura política.

Para isso, ainda, é necessário retomar o fato de que também a oligarquia paulista é politicamente heterogênea, e a dissidência democrática concordará com as leituras do Governo Provisório até o momento em que percebe que está decididamente excluída do banquete dos vencedores de 1930. Esse lembrete tem uma significação especial pois, após 1933, o Estado de São Paulo será dirigido por um representante da dissidência oligárquica, Armando de Salles Oliveira, que será a partir daí, por sua posição na hierarquia política, o multiplicador da história oficial regionalizada.

Trata-se de procurar, através desse exercício, as bases discursivas da ideologia da paulistanidade tal como aparece oficialmente, bases a partir das quais orientar-se-á parte do ensino de história em São Paulo, a partir do princípio de que o

¹⁵ Maria Stela BRESCIANI. As Voltas do Parafuso. p. 10

surgimento da história na escola está ligado à sua função de “cimento” da ideologia de integração do conjunto dos paulistas à visão de mundo da classe dominante, autoconsiderada superior e padrão da nacionalidade.

O primeiro marco que entra em discussão na dicotomia entre o poder central varguista e a oligarquia regional de São Paulo, como não poderia deixar de ser, é a Revolução de 1930. Evidentemente estamos movendo-nos no campo de periodizações dos agentes que poderíamos chamar de “vencedores”¹⁶: com isso, a discussão dos marcos históricos do período está ocorrendo entre diferentes facetas da classe dominante, num processo de luta pela direção de classe da sociedade brasileira. Por esse prisma é que vemos a disputa ideológica entre a oligarquia paulista e o Governo Provisório de Vargas, que compõem duas histórias oficiais que embasarão as características gerais do ensino de história em São Paulo e no Brasil.

Vejamos a avaliação federal oficial, após 1930 do regime que, pela inspiração dos mesmos “vencedores” de 1930 acaba recebendo de parte da historiografia a denominação de “República Velha”.

“Até 1929, o Brasil, em matéria de organização política, era o domínio da ficção eleitoral; na economia, o “laisser-faire”, a não intervenção do Estado, contrastava com o ambiente mundial de controle e planejamento; nas finanças, a desordem e a dissipação erigidas em princípio, com o abuso do crédito externo, a que raros delegados do poder não sucumbiram, salvaguardados pela transitoriedade dos mandatos; na educação, a rotina; no serviço público a clientela política. (...)

“E esse mal estar da sociedade brasileira, o protesto silencioso das consciências honestas e altivas, o generalizado descontentamento do povo, tudo isso veio traduzir-se, afinal, no movimento revolucionário de 1930. Porque é preciso assentar de uma vez por todas, aquela jornada não foi um levante militar, nem uma querela eleitoral resolvida pelas armas; foi um movimento empolgante,

¹⁶ conforme a terminologia de DE DECCA em 1930: *O Silêncio dos Vencidos*.

espontâneo e profundo, instrumento necessário da reconstrução nacional. (...) O Brasil, que queria progredir, crescer, civilizar-se, não podia suportar por mais tempo as instituições caducas, as praxes e os formalismos viciosos (...) 1930 (...) foi obra comum, em que todos os patriotas se encontraram.”¹⁷

O discurso do vencedor não quer colocar o marco 1930 apenas como um divisor de águas, mas também como expressão da vontade coletiva da ampla maioria do povo brasileiro, o contingente de cidadãos não afetado pela dissipação, pela desonestidade, pelos vícios. O evento aparece, então, como expressão da vontade da maioria e, mais que isso, como realização do “bem” contra a negatividade da república antes de 1930.

Em São Paulo não vai haver unicidade sobre esse primeiro marco da década, dada a divisão política da oligarquia. Para os perrepistas, a “revolução de outubro” será exatamente a interrupção da legalidade, o golpe, a quartelada, a aventura de uma parte restrita da sociedade com poucos compromissos para a manutenção da ordem interna. Para os democráticos, a questão será mais complexa. Ao passo que os perrepistas aguardam armados o comboio de Vargas rumo ao Catete, preparando a confrontação com os usurpadores, os democráticos aguardam o futuro chefe do Governo Provisório com manifestações de apoio, com a esperança de que a interventoria de São Paulo passe às mãos do líder Francisco Morato. Para estes, a revolução de 1930 será sempre reverenciada por desmontar pelas armas o poder do PRP no estado de São Paulo e no Brasil, criando condições para as reformas que programavam:

“Proclamem todos os erros dos revolucionários de 1930 e neguem-lhes tudo. Não lhes negarão a instituição do voto secreto.”¹⁸

Mas a protelação em entregar o governo de São Paulo aos paulistas, mais especificamente ao Partido Democrático, afastará estes da concordância com o Governo Provisório; com a alegação do autoritarismo do regime, em conflito com sua promessa liberal, o P.D. passará a caracterizar 1930 como uma revolução traída, que

¹⁷ Getúlio VARGAS. *Unidade Moral e Unidade Económica da Nacionalidade*. p. 7-8.

¹⁸ Armando de Salles OLIVEIRA. *Discursos*. p. 55

não corresponde às expectativas que nela foram depositadas. Ressalte-se que 1930 não perde o seu caráter redentor e de obra da vontade praticamente unânime do país: o erro estaria na administração dos resultados deste movimento cívico, da qual os democráticos acabaram excluídos. Ao mesmo tempo, para os democráticos, a revolução de 1930 tem um outro crédito, o de dinamizar a expressão política do estado de São Paulo :

*“Á falta de vitalidade que caracteriza o período anterior á revolução de 30, succedeu uma activa seiva que deu nova expressão ao pensamento político dos paulistas.”*¹⁹

Essa vitalidade teria como realização o acordo entre as duas partes da elite política, constituindo a Frente Única Paulista, seguindo-se o ataque à sede do Partido Popular Paulista (apoiador de Vargas), e a própria Revolução Constitucionalista de 1932. É este o principal ponto de divergência entre a história oficial do Governo Provisório, do Estado Novo e posteriormente da União e a história oficial do governo paulista. O discurso de Vargas constituirá a matriz da historiografia não comprometida com a paulistanidade em suas interpretações do movimento, sustentando dois argumentos principais. Vejamos:

“ Na noite de 9 para 10 do corrente, as altas autoridades da República foram surpreendidas com a notícia de um movimento sedicioso, de caráter nitidamente reacionário, irrompido em São Paulo. Essa manifestação do espírito de desordem e facciosismo vem interromper a atividade do Governo Provisório, precisamente no momento em que está a colher os primeiros frutos de sua vasta obra de reconstrução econômica e financeira e em que traça rumos firmes e definitivos, no sentido de, em data prefixada, devolver o país ao regime constitucional.

*“Se ao movimento sedicioso, agora ateado no grande Estado, se pretende emprestar, como querem fazer crer seus promotores, o objetivo de levar a Nação à normalidade institucional, nada há que o justifique.”*²⁰

Este primeiro ponto da argumentação do Governo Provisório é o mais generalizado: 1932 seria a *revanche* (esta é a palavra chave desse argumento) das oligarquias (esta palavra ganha na época uma grande força pejorativa) alijadas do poder em 1930, com o objetivo de fazer o país retornar à situação pré-revolucionária. O valor

¹⁹ *ibid.*, p. 183

²⁰ Gatúlio Vargas. *A Nova política do Brasil*, p. 73. (A Revolução Paulista)

que o princípio da *ordem* social adquire para as “classes conservadoras”, industriais, agricultores-exportadores, investidores estrangeiros, perante as movimentações do proletariado e as revoltas dos militares de baixa patente no decorrer da década de 1920 permite-nos compreender a colocação do movimento de 1932 como *sedicioso*, *faccioso*, por parte do Governo Provisório. O que ocorre é a apresentação do movimento como algo perigoso para os interesses constituídos, que deixarão de ser ameaçados quanto mais rápido for debelada a sedição; reforçando a ameaça está a afirmação de Vargas de que o movimento não tem reais objetivos de constitucionalização, e nesse raciocínio os motivos que o levam a cabo só podem ser escusos, em consequência. O próprio título do manifesto, “A Revolução Paulista”, é um esforço de mostrar que trata-se de um movimento regional pelo poder, e não um movimento político de idéias legalistas, cujos objetivos estariam restritos a beneficiar o “grande Estado”.

Mas o golpe retórico mais forte contra a Revolução Constitucionalista de 1932 é ainda a acusação de tentativa de secessão, ventilada por Vargas no seu “Manifesto ao Povo de São Paulo”, lançado estrategicamente em setembro de 1932, quando o desgaste tomava as posições paulistas. Após caracterizar novamente o movimento como reacionário, tencionando restaurar o passado e os privilégios de alguns políticos, falsamente constitucionalista, e anunciar que o mesmo não foi bem sucedido militarmente, estado fadado à derrota, pergunta-se sobre os reais motivos do movimento, para depois afirmar a sua leitura:

*“ Por que não depuseram as armas? Por que persistem no derramamento e inútil sacrifício do sangue irmão? Só duas alternativas lhes restam: ou ambicionam impôr o predomínio de um Estado sôbre todos os outros do Brasil, ou querem chegar ao separatismo. Custa aceitar a evidência de semelhantes intenções, qualquer delas crime de lesa- Pátria, atentado aos próprios laços da fraternidade nacional.”*²¹

O chefe do Governo Provisório, enfim, procura utilizar a imagem amplamente capitalizada pelos líderes do movimento de 32, difundida já há algumas décadas no imaginário dos paulistas, como vimos no capítulo anterior, de continuidade histórica com os bandeirantes:

²¹ VARGAS. *A Nova* p. 83.

“ São Paulo iludido (...) precisa e deve reagir (...) para evitar maiores e irreparáveis males, erguendo-se e opondo-se à sanha dos seus algozes, que não trepidaram em atirar à morte as novas gerações de bandeirantes.(...)”²²

Completamente distinta é a leitura oficial do governo paulista sobre a Revolução de 1932:

“Á medida que o tempo passa, generalisa-se o sentimento de justiça no julgamento da revolução paulista. (...) Movidos em determinado instante por um só impulso, os paulistas despertaram com súbita energia para uma fulgurante campanha de dignidade e de civismo.”²³

Aqui, o discurso do governador de São Paulo é reabilitador da Revolução de 1932, procurando atribuir-lhe a justiça que a construção retórica do Governo Provisório lhe subtraía. Ao mesmo tempo, desautoriza a afirmação de Vargas de que o movimento foi resultado da ação de alguns políticos mal-intencionados, atribuindo a responsabilidade da ação ao conjunto unânime dos paulistas, como fica evidente no trecho a seguir:

“ [A Revolução de 1932 foi] maravilhosa explosão de dignidade de um povo não como um movimento de pura reivindicação regional mas como um levante colectivo, de larga expressão humana”.

E na mesma página desse discurso, Oliveira reproduz suas palavras ao Chefe do Governo Provisório quando da nomeação como interventor civil e paulista deste regime para o estado de São Paulo:

“Qualquer que seja o paulista que v. exa. designe para a interventoria de minha terra, elle só poderá governar utilmente se levar o pensamento, que é meu e que é o dos homens de maior responsabilidade de São Paulo - o de defender a todo transe as conquistas da revolução de 32 e de manter intransigente fidelidade aos seus ideaes.”²⁴

A evocação de 1932 como o resultado do levante unânime do estado permitirá a utilização de uma imagem que marca todos os discurso paulistas sobre o

²² *ibid.* p. 90

²³ OLIVEIRA. *Discursos*, p. 52-3

²⁴ *ibid.* p. 162

movimento, que é a personalização do estado como um sujeito histórico, como um gigante resultado da união das vontades harmônicas e unificadas de todos os seus habitantes²⁵. É "São Paulo" como um sujeito coletivo, como a síntese da vontade dos paulistas, como um imenso organismo do qual cada um participa de alguma maneira, a região elevada a sujeito. Essa idéia expressa-se, por exemplo, no lema "Tudo por São Paulo", no qual a região é o receptor passivo dos benefícios da ação dos elementos que o constituem. Alfredo Ellis Júnior oferece um pequeno rosário de frases nesse sentido:

"Foi desta forma que S. Paulo ficou isolado, na lide, tendo contra si todo o Brasil."

"Emquanto que S. Paulo sósinho luctava pela reconstitucionalisação do paiz se fazendo campeão de uma jornada que havia sido iniciada pelo próprio Rio Grande, o Brasil, inclusive o próprio Rio Grande se batiam pela dictadura"

"S. Paulo nunca poderá esquecer essa solidariedade."

"S. Paulo pensou que para poder viver, seria preciso arriscar a morrer."

"A palavra 'èpopéia' se faz pallida para traduzir pelo verbo o que foi realizado por S. Paulo"²⁶

Temos aqui mais que uma série de metonímias. A insistência em colocar "S. Paulo" na frase como sujeito em vez dos paulistas tem por objetivo conferir a uma região geográfica uma série de comportamentos e interesses, que se coadunem com os desejos/ interesses de seus habitantes. Engrandecer a figura de um São Paulo poderoso, primeiro entre os demais, gera o desejo de pertencer a ele e motiva as pessoas a lutar expressando a sua condição de paulistas e portanto participantes da modernidade e grandeza do estado e da raça. São Paulo torna-se uma palavra de ordem, "Tudo por São Paulo", que consegue dar a uma grande massa de voluntários com pouca ligação entre si - estudantes e analfabetos, comerciantes e consumidores, padres e ateus, industriais, latifundiários e profissionais liberais, soldados da Força Pública, normalistas e donas-de-casa, crianças, velhos - uma identidade que possibilita agir como

²⁵ A apresentação de "São Paulo" como agente da revolução de 1932 no discurso dos promotores e entusiastas do movimento é discutida em Vavy Pacheco BORGES. *Os Sentidos do Tenentismo*, p. 28 e ss., e em Holien Gonçalves BEZERRA. *As Artimanhas da Dominação - São Paulo - 1932*: "É possível perceber uma unidade fundamental que flui naturalmente dos temas. São Paulo (Estado) é tomado como uma entidade abstrata, existindo por si mesma, digna de um verdadeiro culto. Essa "entidade" que foi humilhada pela Revolução de 1930 e pela Ditadura do Governo Provisório, também, tomadas abstratamente, deve voltar a seu antigo esplendor e glória, pelo bem de todo o Brasil." (p. 55)

²⁶ Ellis Jr., op. cit., pp. 133-5

um só corpo. A figura de São Paulo como um sujeito pressupõe, ao mesmo tempo em que propagandeia, a idéia de unidade e de unanimidade. Ficam de fora dessa imagem de um colosso composto de cada paulista os dissidentes da causa constitucionalista, os "tenentes" do Club 3 de Outubro, comunistas e anarquistas, como substratos fisiológicos a serem eliminados. Basta voltar ao discurso já citado de D. Duarte Leopoldo e Silva para diagnosticar a retórica de São Paulo corpo / sujeito cuja liga está na cola da unanimidade: "O certo é que São Paulo em peso, na mais impressionante e absoluta unanimidade, São Paulo oprimido e humilhado, congregava-se em torno de um único ideal (...)".

E, enfim, o porta-voz da história oficial paulista caracteriza os verdadeiros motivos de 1932, segundo a ótica regional:

" A nossa revolução não foi um movimento de vingança, mas uma reivindicação de autonomia, uma imposição para que se restabelecesse a lei." ²⁷

Dessa forma, a bandeira da ordem (aqui a ordem legal), tão cara para a classe dominante, é também hasteada, deixando entrever que para esta posição a ordem não é a ausência de movimento político-militar, mas sim as garantias da lei ²⁸, evocando o princípio de legitimidade da revolta quando da submissão de um povo à tirania. A Revolução Constitucionalista de 1932 tem como reivindicação central o retorno à ordem legal e a garantia da convocação de uma Assembléia Constituinte. Logicamente, a intenção inicial era tomar o poder para que esses objetivos se concretizassem pelas mãos dos revolucionários das Frentes únicas de São Paulo, Minas e Rio Grande do Sul; como os caminhos trilhados acabaram sendo outros, a constitucionalização do país tornou-se a condição para a paz entre os beligerantes de São Paulo e o Governo Provisório de Getúlio Vargas:

"O certo é que São Paulo em peso, na mais impressionante e absoluta unanimidade, São Paulo oprimido e humilhado, congregava-se em torno de um único ideal: reconquistar a

²⁷ *ibid.* p. 185.

²⁸ Em "Diagrama de Uma Situação Política", manifesto escrito no exílio e publicado em livro com o mesmo título. Armando de Salles Oliveira desfia a nova concepção da oligarquia que havia feito uma revolução sobre a questão da ordem: "Não apelo para os 'ordinistas', os feticheiros da ordem a qualquer custo, os que lançam invectivas aos tumultos incandescentes de uma revolta, ainda que esta seja para a redenção, e dispensam sorrisos aos dominadores absolutos, que os conquistam pelo método do entorpecimento e os fundem depois pelo método do fogo lento." (p. 56)

liberdade, os seus foros de povo civilizado, sob o império da Lei e da Constituição. Fez bem, ou fez mal? Não nos cabe decidir. Registramos apenas um fato. São Paulo, entretanto, quer a paz! ... mas a paz garantida pela Constituição. São Paulo quer a paz! ... mas a paz que lhe venha definitivamente consolidada no gozo pleno de sua dignidade."²⁹

Esse discurso arquetípico do arcebispo D. Duarte traz, além da Constituição como tecido da bandeira da vitória sobre o Governo Provisório, a expressão dezenas de vezes repetida do "império da Lei". Como já mencionei em outro ponto deste ensaio, a Constituição é uma bandeira distante do cotidiano da época (até mesmo hoje trata-se de uma preocupação restrita e não amplamente difundida) o suficiente para não ser compreendida pela maior parte dos voluntários. Tratava-se, portanto, de aproximá-la deste "povo bandeirante" e fundí-la com os seus propósitos e anseios, juntando num só significado a Constituição, a Lei, a Legitimidade e a Justiça, como se as duas primeiras palavras garantissem as duas últimas simplesmente por existirem, e como se estivessem naturalmente ligadas. O Governo Provisório, portanto, não era legítimo por não ser constitucional, e daí adviriam os seus males irremediáveis; o governo revolucionário de Pedro de Toledo, todavia, seria legítimo pela sua aclamação popular em 10 de julho de 32, após demitir-se como interventor para assumir o cargo de governador por aclamação, mesmo não tendo suporte legal maior que o Governo Provisório. Não basta todavia a ligação retórica Constituição- Lei- Legitimidade- Justiça ; fazia-se necessário criar uma terra prometida pela qual valesse a pena lutar e realizar sacrifícios, e o "império da lei" vai encarnar esses anseios. Muitos outros defenderam e descreveram essa Canaã da paulicéia, mas ninguém melhor que o arcebispo metropolitano para tocar no componente religioso do imaginário e prometer "liberdade", "paz", "civilização". Numa palavra, essas promessas poder-se-iam traduzir em "ordem". Para uma população que vinha convivendo há quase dois anos com a instabilidade política, as manifestações de rua, empastelamentos, e principalmente as lendárias ameaças do avanço do comunismo ateu e destruidor da família e da propriedade, tudo relacionado à licenciosidade do Governo Provisório (da mesma forma que este imputava

²⁹ Dom Duarte Leopoldo e Silva, arcebispo metropolitano de São Paulo, em discurso pronunciado na Rádio Sociedade Record em 7/9/32, reproduzido no LP "Revolução de 32, uma visão através da música popular", lançado em 1982 pela Fundação Roberto Marinho e o Sesc - São Paulo.

a sedição ao movimento paulista), a promessa de uma terra prometida de tranqüilidade e ordem, o "império da Lei", era algo de eco imediato, principalmente entre a classe média, e menos aguçadamente na classe operária. A "civilização", então, que São Paulo era chamado a levar novamente, como os seus ancestrais, ao resto do Brasil, era a ordenação da realidade para que a vida pudesse seguir um ritmo normal com os valores "ocidentais e cristãos" garantidos.

Finda o movimento armado paulista. O Governo Provisório, dentro do seu calendário, já determinado no início de maio de 32, antes do início das agitações em São Paulo, iniciaria o processo de constitucionalização, convocando as eleições para o congresso constituinte. Aqui, novamente, duas histórias oficiais abordam diferentemente o processo. Para o governo paulista, a colocação de Armando de Salles Oliveira na interventoria do estado de São Paulo e o início da constitucionalização seriam os argumentos a provar que a Revolução Constitucionalista, derrotada nas armas, seria vitoriosa nas reivindicações. A conversão da derrota em vitória é uma das características da literatura paulista sobre 1932, desde a abordagem das retiradas, convertidas em atos de heroísmo e organização, até a própria derrota da revolução em si, convertida em vitória da legalidade.

*“Não faltou quem visse no comparecimento do ditador à inauguração do tunel 9 de Julho [em 1938] mais uma demonstração da sua arte de combinar os opostos. No caso, não havia manifestação alguma de arte. O sr. GETÚLIO VARGAS foi a São Paulo como o triunfador que reduzira a cinzas aquilo que a 9 de julho de 1932 se edificou com o sangue. Em três anos e quatro meses de govêrno, nunca percebi no sr. GETÚLIO VARGAS a menor veleidade de visitar S. Paulo. É que se êle então tivesse feito a viagem, seria hospedado por um govêrno nascido da revolução - de uma revolução que se chamou 'constitucionalista' e que **naquela hora era a vencedora.**”³⁰*

Do lado do Governo Provisório, nas explicações sobre o processo de constitucionalização procura-se olvidar o papel da Revolução de 1932 nele, e apresentá-lo como curso natural da Revolução de 1930. A lei de exceção que segue-se, exilando os “sediciosos”, é a ação para eliminar na prática os inimigos políticos imediatos do regime:

³⁰ OLIVEIRA. *Diagrama ...*, p. 71 (grifo meu).

*“Apesar do alto espírito de tolerância e generosidade com que o Governo Provisório está tratando os que se levantaram contra elle com armas na mão, não lhe é licito comprometer os objetivos patrióticos da revolução de 1930, permitindo que agitadores contumazes e reaccionários, ávidos do poder perdido, continuem a perturbar a ordem e a segurança pública.”*³¹

A ação destinada a esmaecer da memória coletiva a Revolução Constitucionalista de 1932 como elemento-chave da constitucionalização é feita, como dissemos, pelo seu “esquecimento” nos discursos oficiais, mencionando, quando impossível deixar de referir-se a ela, de maneira indireta. É o caso do texto “A Revolução e o Regime Legal”:

*“A última crise ocorrida manifestou-se logo após a promulgação do Código Eleitoral, e a perturbação que produziu teve o efeito, sobretudo, de retardar-lhe a execução. Aludo ao fato, para não perder a oportunidade de acentuar que a reconstrução política do país só pode processar-se, proveitosamente, em ambiente de ordem e de serenidade.”*³²

No “Discurso no banquete oferecido pelas classes conservadoras e proletárias”, já no Estado Novo, Vargas retoma a sua história oficial sobre a constitucionalização, dentro da perspectiva do ditador que desfazer-se-ia da Constituição de 1934, e novamente a Revolução Constitucionalista de 1932 não aparece diretamente:

*“Através de obstáculos que são conhecidos de todos, atingimos, afinal, a fase que parecia definitiva e iria assentar os rumos da nacionalidade.”*³³

Armando de Salles Oliveira tem a clareza de que, para que o estado de São Paulo possa retomar a condução dos destinos do país, agora sob a batuta de uma elite renovada, composta de “ilustrados” e baseada no consenso político perante um eleitorado mais amplo e menos controlável, é necessário afirmar a plenos pulmões a convicção da unidade nacional e do respeito mútuo entre os membros da Federação refeita sobre bases mais justas. Dessa maneira, rejeitará qualquer apelo separatista e dará fundamentos para reafirmar, como havia sido feito com insistência durante a

³¹ Decreto 22.194, de 8/12/32, de Cassação dos Direitos Políticos dos envolvidos com a revolução paulista, transcrito por Alfredo ELLIS JR. em *A Nossa Guerra*, p. 307.

³² VARGAS. *A Nova ...*, p. 56.

³³ *idem. Discurso ...*, p. 8

revolução, o caráter patriótico, de sacrifício pelo bem da nação que teria conduzido o constitucionalismo de 1932.

“A característica da economia paulista de hoje é a variedade equilibrada da produção. Desse equilíbrio é parte essencial o intercâmbio com outros Estados brasileiros. Os paulistas, para os quais as razões de ordem histórica não bastem, revigoram o seu brasileiro porque sabem que nunca lhes faltará onde aplicar as economias de seu trabalho e as salutares iniciativas de sua energia. Nós pensamos o contrário [do separatismo] e combatemos em nome da união nacional.”³⁴

Enfim, o golpe de 1937 é o encerramento das esperanças da parcela mais expressiva da oligarquia paulista, organizada em torno do Partido Constitucionalista e da candidatura de Armando de Salles Oliveira à sucessão presidencial de Getúlio Vargas. É sintomático que esse bloqueio definitivo ao projeto político de retomar a condução do país pela oligarquia de São Paulo seja acompanhado da destruição do símbolo de sua pretensa vitória sobre o então Governo Provisório:

“Os acontecimentos incumbiram-se de atestar-lhe [à Constituição de 1934] a precoce inadaptação, e o golpe liberador apareceu como uma consequência lógica, uma imposição das forças vivas do país. O Estado Nacional surgiu da Constituição de 1937, consagrando os princípios básicos da revolução de 1930 (...). Esses princípios são - reconstrução política, consagrando o centralismo, como método próprio de impulsão progressista, em vez dos particularismos federalistas, porta aberta a todos os virus de desagregação, capazes de ameaçar a unidade e a soberania nacional (...).”³⁵

E, vencendo a luta de braço entre regionalismo-federalismo versus centralização, Getúlio Vargas poderá afirmar, entre as plácidas baforadas de seus famosos charutos:

“Habituei-me a ver a Pátria como um todo, sem fronteiras internas, formando perfeita unidade moral e material.”³⁶

Neste capítulo, pudemos observar o embate entre histórias oficiais, relacionadas às suas respectivas histórias tradicionais conforme o grupo dominante em cada seção do Estado e em cada momento histórico. A raiz desta escaramuça ideológico

³⁴ OLIVEIRA, *Discursos*, p. V

³⁵ VARGAS, *Discurso*, p. 10

³⁶ *id.*, *Unidade ...*, p. 65.

deita-se solidamente sobre o histórico que verificamos no primeiro capítulo da construção de uma historiografia e de uma tradição marcadas pelo signo regionalista da ideologia da paulistanidade. Neste recorte específico que delimitamos, portanto, temos um momento fundamental no debate sobre o regionalismo, e principalmente sobre o regionalismo paulista; esta discussão é que acabará por estabelecer os temas principais da argumentação da paulistanidade no que tange à história, principalmente a da Revolução de 1932.

Serão esses temas que estarão presentes no cotidiano escolar, nas falas das festas cívicas, nos materiais didáticos utilizados em história e em diversas outras disciplinas. Portanto, sobre a questão da transmissão da ideologia no ambiente da escola e no ensino de história, podemos afirmar que aquela é mediada antes de mais nada pela produção historiográfica dos intelectuais orgânicos ou tradicionais, e também pela leitura que o próprio Estado regional desempenha sobre os temas caros à paulistanidade.

É tendo isso em vista que procuraremos nos debruçar sobre os momentos em que o ensino da história reproduz, com as suas peculiaridades, a leitura tradicional e estatal da história, tendendo aos argumentos do regionalismo como preocupação instituinte e organizadora. Nesta incursão, procuraremos refletir sobre o papel da ideologia, ou melhor, do consenso hegemônico que a ideologia consegue produzir, no estabelecimento dos currículos de história (e de outras disciplinas que tocam-se com essa preocupação), ou seja, dos assuntos que - segundo a visão de cada época, de cada classe, de seu padrão próprio de civismo - seriam os mínimos fundamentais para a formação da cidadania.

Segunda Parte

**“Para que cada criança não se
esqueça
do amor à terra em que nasceu”**

CAPÍTULO 3

NO COTIDIANO DA ESCOLA -

MATERIAIS DIDÁTICOS

“ Pensem bem no valor desse Professor e a importância do ensino na Escola Primária; das primeiras lições, da mesma forma que das primeiras orações, ensinadas pelas mães, ficam através da vida inteira (...). E lá vem um dia, em que, talvez, alguém possa dizer como disse o grande, o imortal Ibrahim Nobre: ‘querem tirar, daqui, esse amor a São Paulo? Arranquem meu coração!’.

Estava tão enraizado esse amor, que ninguém poderia arrancá-lo, e é isso que é preciso fazer: que as aulas sejam menos teóricas, mais vividas, mais profundas, mais sentidas, para que cada criança não se esqueça do amor à terra em que nasceu).”

(Professora Carolina Ribeiro. *A Presença da Mulher em 32*)

S

egundo Alcir Lenharo, a categoria cotidiano ainda está no fogo cruzado do debate teórico na história, suspeita de um estatuto teórico insuficiente e suspeita de fragmentar de tal modo o objeto de estudo dos historiadores, a ponto de impossibilitar sua intelegibilidade como um todo¹. Mesmo assim, segundo o historiador, estando em etapa de construção e carregando uma “fluidez conceitual” própria dessa condição, é uma categoria que tem aberto novas alternativas de pesquisa, enriquecendo e rejuvenescendo a pesquisa histórica.

Para Agnes Heller, o cotidiano é uma situação que absolutamente todos os seres humanos vivem, e que absorve a todos de forma preponderante. É o momento em que a pessoa inteira é chamada a responder ao meio, com todas as suas capacidades ao mesmo tempo, o que determina que todas elas realizem-se com baixa intensidade, incapacitando o ser de fixar-se em apenas um aspecto dos que lhe demandam a atenção. Destaca assim, que a vida cotidiana compõe-se de uma heterogeneidade de partes orgânicas que estabelecem entre si uma hierarquização que acompanha as atividades principais de cada tempo, classe e tipo de relacionamento entre o homem e a natureza².

No nosso caso, é importante refletir sobre um momento específico do cotidiano na história deste nosso século: a escola. Somente na medida em que situarmos a escola para a sociedade atual é que poderemos traçar algumas

¹ No artigo História e Cotidiano, esse autor discute a situação do debate sobre a categoria, procurando situá-la enquanto possibilidade teórica e metodológica de pesquisa histórica

² Agnes HELLER. Estrutura da Vida Cotidiana.

características da sua cotidianidade. É a civilização ocidental que introduz uma instituição mantida pelo Estado ou por ele fiscalizada / orientada, com o objetivo de transmitir sistematicamente a bagagem de conhecimentos gerais acumulada pelas gerações anteriores. Essa instituição, inicialmente, será condição para a cidadania liberal, entendida politicamente, bem como promessa de ascensão social para as famílias mais pobres. Posteriormente, com o desenvolvimento tecnológico, o acesso à escola passa a significar a única chance de uma colocação razoável no mercado de trabalho, e hoje é possível dizer que os contingentes excluídos da escola serão brevemente os excluídos da sociedade em processo de automatização e informatização. A escola, enfim, torna-se em nossa sociedade o passaporte para a cidadania entendida amplamente, como a condição de participação digna em todos os aspectos da vida social. É possível notar, portanto, que a centralidade da escola para a sociedade vem numa linha ascendente do século XIX para o século XX, concomitantemente ao processo de sua massificação.

A escola, enquanto instituição responsável pelo amadurecimento do homem no sentido de fornecer-lhe grande parte das habilidades imprescindíveis para a vida cotidiana de sua camada social, é o elemento que organizará, além do cotidiano futuro do indivíduo, o seu próprio cotidiano enquanto criança e adolescente. Essa afirmação é válida para os contingentes em crescimento da população que passam pela escola, apesar de todos os problemas nacionais relativos à repetência e evasão nas camadas populares. Além de definir o dia-a-dia dos escolares, a instituição é efetivamente também responsável pelo processo de fragmentação do indivíduo, na definição de seus papéis sociais e no reforço das condições de manipulação social e alienação³. É interessante notar que os momentos que Heller denomina como *elevação ao humano genérico*, ou seja, a realização ampla das capacidades integrais da pessoa como ser humano, expressos na ciência, na arte, nas atitudes revolucionárias, são registrados pelo conhecimento como avanço da humanidade, transformados em saber transmissível e assim passados mecanicamente para os escolares. Uma primeira característica do cotidiano escolar, que envolve principalmente o professor e o aluno (sendo para o primeiro uma situação de trabalho e para o segundo um cotidiano preparador da cotidianidade adulta) seria então a “anulação” do humano-genérico pela

³ *ibid.* p. 22, 24 e outras.

sua conversão em informação. Na química, na história, na biologia, o cotidiano da escola resume-se em informar os rompimentos da cotidianidade através de procedimento mecânico e repetitivo; daí a concepção tradicional em educação de que a escola é o lugar da re - produção do conhecimento, enquanto a produção do mesmo ocorre na universidade, nos laboratórios e em outros lugares privilegiados da criação onde encontra-se o “homem inteiramente”⁴.

Uma outra característica da cotidianidade da escola é a maneira cíclica e repetitiva pela qual transmite os conhecimentos, tanto nos programas de cada série em si quanto, no caso da história, pelo calendário cívico escolar. É este o espaço privilegiado para que se generalizem as “tradições inventadas”, já que estas constituem “um processo de formalização e ritualização, caracterizado por referir-se a o passado, mesmo que apenas pela imposição da repetição”⁵.

Optamos, então, por abordar alguns aspectos centrais desse processo mecânico de transmissão que ocorre no cotidiano da escola tradicional, em nossa busca da ideologia da paulistanidade tal como se expressa na escola. Estudamos os materiais didáticos, entendidos amplamente como todos os recursos materiais que auxiliam o professor e a instituição como um todo na transmissão dos conhecimentos à qual se propõe, tanto nas atividades de sala de aula quanto nas conhecidas pesquisas bibliográficas nas quais o aluno recorre a todo tipo de materiais e publicações disponíveis na biblioteca. Os recursos didáticos são, dessa maneira, organizadores da memória que subsistirá como recurso a ser utilizado na vida cotidiana do futuro adulto que passa pela instituição.

Em busca da manifestação concreta desses condicionadores do cotidiano escolar, analisaremos nesse capítulo os materiais didáticos disponíveis na biblioteca da Escola Estadual Cesário Coimbra e da Biblioteca Municipal de Araras, complementando tal estudo com livros didáticos encontrados no Centro de Memória da UNICAMP e no Centro de Ciências, Letras e Artes de Campinas. Evidentemente, essa base documental é limitada, principalmente no que tange à sua representatividade, que

⁴ LUKÁCS. citado por HELLER. op. cit., p. 29. É claro que as novas exigências de um mercado globalizado acabam impondo esquemas de produção industrial para a criação científica, na medida em que a própria ciência e cultura tornam-se atividades econômicas fundamentais nessa nova ordem.

⁵ HOBSBAWN. op. cit., p. 12.

fica impossível de mensurar com clareza, na medida em que não estão disponíveis dados como as tiragens dos livros, seu número total de edições, a efetiva utilização desses materiais por professores e alunos e a maneira pela qual esses materiais foram usados (de forma crítica ou passiva, por exemplo).

Como o tempo necessário e até mesmo a viabilidade dessas pesquisas fogem às características desse trabalho, o objetivo que colocamos é mais modesto: identificar, apenas, a presença da ideologia da paulistanidade nos materiais, indicando sua grande potencialidade de concretizar-se, bem como analisar os mecanismos prováveis que essa ideologia usa para reproduzir-se, a partir das pistas dessa documentação. As mesmas são válidas pelos motivos já levantados na introdução, onde justificamos a escolha daquela escola como um caso particular no qual procuramos a expressão concreta das generalidades do ensino paulista no período estudado.

Dividimos estes materiais didáticos, para fins de análise, em manuais (de história e outras disciplinas, como os livros de leitura em português), suas imagens e as que tornam-se didáticas por ação dos educadores⁶, as obras de referência e materiais de apoio.

⁶ conforme o estudo de Circe BITTENCOURT. Procedimentos Metodológicos em Pesquisa sobre Imagens no Ensino de História, p. 265.

OS MANUAIS

Estamos entendendo os manuais como o livro de uso mais freqüente entre os alunos e professores, que geralmente é o instrumento que efetiva e media a relação entre os programas curriculares e o desenvolvimento dos conteúdos na sala de aula. Entre os materiais didáticos, portanto, o manual, sempre à mão, é o mais constante e importante.

Não é fácil determinar se um manual reproduz ou não a ideologia da paulistanidade. É preciso reconhecer que os historiadores vinculados a essa visão de mundo particular conseguiram fazer um excelente trabalho ao inserir entre os “grandes fatos históricos do Brasil”, utilizando desde a consistência teórica e argumentativa até o volume de pesquisas e publicações, o ciclo das bandeiras e a Revolução Constitucionalista de 1932. Podemos considerar esses dois temas como os dois pontos fulcrais da transmissão da paulistanidade no ensino de história⁷. Portanto podemos considerar que o próprio fato de 1932 lograr inserir-se nos livros de história e ser estudado, qualquer que seja a leitura, já é uma grande demonstração de sua capacidade de aglutinar a recordação por força de seus agentes ou entusiastas em destacá-lo. Evidentemente, as proporções do combate contribuem para essa presença do episódio no ensino, mas, isoladamente, não a explicam⁸.

A oligarquia paulista e seus remanescentes também tiveram que travar uma luta surda para obter espaço para a sua revolução. Sendo um tema menos “quente”, o bandeirismo conseguiu esse espaço de uma forma mais suave, com as contribuições fundamentais de Taunay, Ellis Jr., Aureliano Leite e, posteriormente, o estadonovista Cassiano Ricardo⁹. A Revolução Constitucionalista de 1932, entretanto, encontra resistências até hoje e não consegue obter uma leitura positiva na maior parte

Essa mesma “competência” não teve, por exemplo, a esquerda brasileira em sua ala comunista, para inserir a revolta de 1935 entre os fatos dignos de serem ensinados na escola. Aliás, este episódio “entrou para a história”, mas conduzido pela mão do poder constituído, lido pela história oficial e tradicional, por elas batizado de “Intentona Comunista”, com uma conotação extremamente negativa; ainda assim, não é freqüente que os estudantes passem pelo estudo deste evento.

⁷Kátia ABUD demonstra, em *O Sangue Intimorato ...* (cit.), p. 201-2, que o tema do bandeirismo tem força para manter sua presença nos livros didáticos, paradidáticos e nos programas escolares, mesmo após deixar de ser um foco de interesses de pesquisa na academia.

⁹ Segundo Kátia Abud, o bandeirante como símbolo da paulistanidade aparece no fim do século XIX e início do século XX, trazendo o caráter de integração nacional, constituindo-se como um símbolo do federalismo hegemônico (*O Sangue ...*, op. cit., p. 132).

do país, com raras exceções (a história produzida pelo exército e a opinião do mineiro Juscelino Kubitschek, por exemplo, tendo este último, inclusive, usado a imagem de progresso e desenvolvimento atribuída ao bandeirante em sua campanha presidencial)

¹⁰

Na medida em que a ampla maioria dos manuais didáticos segue a regra positivista de apresentar os fatos objetivamente (os fatos falando por si próprios, como expressões da verdade), não saltam à vista de imediato os posicionamentos ideológicos dos autores; procuramo-los, portanto, nas entrelinhas e nos indícios de cada obra, que são, freqüentemente, o espaço onde habitam os valores dominantes e as lições da ideologia.

¹⁰ Em entrevista ao autor dessas linhas, um ex-diretor do Cesário Coimbra e enfermeiro na revolução de 32, Paulo Gomes Barbosa, informou que em um 23 de maio da década de 80, passeando por uma cidade do nordeste, resolveu entrar em uma escola para visitá-la e surpreendeu um professor a dizer aos alunos que o movimento paulista tinha um caráter secessionista, configurando um atentado para a pátria. Pedindo a palavra, defendeu a leitura regional paulista do movimento.

OS LIVROS DE LEITURA E DE PORTUGUÊS

Entre os manuais, temos duas categorias nas quais é possível encontrar textos com muitos elementos da ideologia da paulistanidade e sua história tradicional, ou indícios de sua presença: os manuais de história, propriamente, e os manuais de língua pátria que utilizam o método de antologias - análise gramatical dos textos e tema para exercícios.

Sobre o segundo tipo, muitas vezes, principalmente quando nos distanciamos no tempo rumo ao passado, encontramos tão somente uma antologia a ser trabalhada pelo professor de português em classe, como ponto de partida para o estudo da gramática, vocabulário e prática de leitura. Além dessas funções, o chamado "livro de leitura" ou de "leitura suplementar" tem o objetivo de fornecer ao aluno lições morais e cívicas, informações sobre o passado e outros povos e lugares, exemplos de patriotismo e elevação a serem seguidos pela juventude ¹¹. Trata-se então de um manual de comportamento desejável, construído a partir do gabarito da cultura e ideologia dominantes, consistindo num componente da formação da elite cultural do país, já que eram na sua maior parte destinados aos alunos dos ginásios e das escolas normais. Concomitantemente, é um espaço interdisciplinar que ilustra e enriquece os conhecimentos dos alunos, pois "tem como principal objetivo ilustrar e desenvolver o aluno em diferentes noções sobre ciências físicas e naturais, geografia, história, lições de coisas, etc., etc." ¹²

Podemos identificar alguns indícios da ideologia da paulistanidade através da presença de dois temas: o primeiro é a abordagem da Revolução Constitucionalista de 1932, que corresponderia à afirmação da paulistanidade num passado próximo para os estudantes; este tema aparece menos, pela relação complicada entre os temas recentes e as conjunturas políticas. O tema mais freqüente é o

¹¹Por exemplo, as "Instruções Metodológicas para o Ensino de Português" publicadas pelo ministro Gustavo Capanema em 15/06/42, observam que " (...) o livro de leitura (...) deve conter (...) matéria de leitura orientada em dois sentidos: um que interesse mais às meninas, outro aos rapazes. Os textos destinados de preferência à atenção das meninas devem encarecer as virtudes próprias da mulher, a sua missão de mãe, de esposa, de filha, de irmã, de educadora, o seu reinado no lar e o seu papel na escola, a sua ação nas obras sociais de caridade, o cultivo daquelas qualidades com que ela deve cooperar com o outro sexo na construção da pátria." (Item IX - Observações Finais).

¹² Erasmo BRAGA. *Leitura I*, p. 8.

bandeirismo, que é a construção mais bem acabada da tradição paulista feita pelos intelectuais da classe dominante regionalizada.

Um exemplo é a série de livros de leitura de Benedito Sampaio (lente de português do Ginásio do Estado em Campinas) e Francisco Ribeiro Sampaio (catedrático de português na Escola Normal Oficial de Pirassununga). Com vários títulos, mas mantendo um núcleo comum de textos, esses livros refletem, a grosso modo, o espírito dos momentos em que são publicados. Um exemplo é a edição de 1934, já posterior à constitucionalização e anistia política dos envolvidos na liderança do movimento de 1932, intitulada de "Leituras Fáceis". Nela, um dos textos selecionados é o "Discurso de Paraninfo das Professorandas de 1933, na Escola Normal Anchieta", escrito por Guilherme de Almeida, do qual podemos selecionar alguns trechos para deixar claro o compromisso político-ideológico da obra:

" Eu adivinho, compreendo e aceito a mal disfarçada intenção que vos levou a eleger-me paraninfo. (...) o acaso (...) escolheu um, dentre tantos, para que êsse fosse expiar na prisão e no exílio um crime épico que todos gloriosamente cometemos (...) - quereis mudar em glória o que fôra feito para ser vergonha, quereis transformar em prêmio o que fôra feito para ser castigo.

"Esse pergaminho vos intitula agora como 'professoras', entretanto, verdadeiras mestras vós já o éreis então, como o eram todas as prodigiosas mulheres de São Paulo; mestras de energia, de civismo, de coragem, de vontade, de sacrifício, de abnegação, de ânimo, de tenacidade, de heroísmo.

"(...) Foi num tempo de aço cortante, de um Julho cor de aço, cortante de frio ... Vinham da terra, direitas, em retas, como o rastilho que deixa na gleba a lâmina firme dos nossos arados, como os cafeeiros das nossas fazendas, como o listado da nossa bandeira ... vinham da terra, direitas, em retas, filas e filas de voluntários ... Vinham, chegavam, passavam, partiam (...)

"E foi então que vi o que essas mãos quiseram, o que essas mãos puderam, o que essas mãos fizeram ... Eu vi essas mãos consoladoras acariciando, num gesto curvo de benção, os cabelos desfeitos por um vento de epopéia, do pai, do irmão, do noivo que partiam ... Eu vi essas martirizadas mãos cosendo o duro brim das fardas e ponteando o tricot de lã dos agasalhos que iam tingir-se do mesmo sangue talvez que nelas corria e batia ... Eu vi essas mãos de renúncia despindo tôda a sua vaidade, linda, para encherem das suas jóias sentimentais os cofres abertos para o bem de São Paulo.

“(...) Por isso eu acho que a sorte de São Paulo está escrita nas mãos da mulher paulista”.¹³

A presença de um texto de Guilherme de Almeida em qualquer obra que seja, na grande parte das vezes, indica-nos duas coisas: uma estética literária envolvente da obra deste que foi um dos participantes da Semana de Arte Moderna de 1922, e a defesa apaixonada da Revolução Constitucionalista de 1932 e dos componentes da ideologia da paulistanidade, deste que é considerado o vate da revolução. O tema abordado neste discurso coletado no livro de leituras destinado aos Ginásios e Escolas Normais ressalta um dos cânones da propaganda, e depois da história tradicional sobre o movimento constitucionalista: a participação da mulher. Este tema reforça a idéia de “revolução popular” e generalizada incluindo todos, inclusive as mulheres e crianças. Uma “artimanha da dominação” cujo objetivo é legitimar o movimento¹⁴.

Adiante, os autores abrem espaço para um texto de Viriato Correia, “Anhangüera”, no qual reproduzem-se as interpretações tradicionais sobre os bandeirantes e a constituição histórica da “Raça de Gigantes”: “A bandeira de Bartolomeu Dias foi uma das mais numerosas que se formaram no começo daquela era de heroísmo. Formara-se da fina flor dos homens rijos de São Paulo”¹⁵.

A revalorização do cruzamento entre os brancos e os índios, fundamental para a constituição física e psicológica excepcional dos paulistas, segundo a historiografia tradicional, é abordada ainda na mesma obra, com o poema “Rio em Chamas”, de autoria de um dos compiladores do livro, Benedito Sampaio. Nela, após atear fogo no rio, Anhangüera promove a paz e a irmanação com o indígena, da qual florescem suavemente os frutos de uma nova raça:

*“Mas depois as duas raças
Uma esquecendo as ameaças
Outra reprimindo o medo, -
Amor as toma e as enleia!
E presas no doce enredo
Das chamas que o amor ateia*

¹³ In: SAMPAIO & SAMPAIO. *Leituras ...*, pp. 38-41.

¹⁴ Cf. Holien G. BEZERRA. *op. cit.*

¹⁵ In: SAMPAIO & SAMPAIO. *Leituras ...*, p. 51

*Fica claro o arvoredado,
A floresta fica cheia. ”¹⁶*

Este deve ser um dos textos destinados preferencialmente às românticas moçoilas do curso normal de outrora, tal é a suavidade com a qual é descrito o encontro entre as raças. A dominação econômica, escravização, o extermínio e a violência sexual que viram nascer os mamelucos fica atrás do palco para não estragar o desenvolvimento do belo espetáculo que o autor descreve.

Para que os educandos tenham reforçado o seu amor à terra em que nasceram, cultivado desde a tenra infância, os autores não hesitam em carregar ainda mais a carga de paulistanidade do livro de leituras, elencando um texto de Antônio de Alcântara Machado cuja primeira frase já vai parecendo uma invocação do ritual católico, no qual quem começa a saudação diz “ - louvado seja Nosso Senhor Jesus Cristo”, ao que os demais respondem “ - para sempre seja louvado”. Esse “mantra” da paulistanidade invoca a condição de identidade entre os que estão em comunicação:

“Paulista sou. há quatrocentos anos. Prendem-me ao chão de Piratininga tôdas as fibras do coração, todos os imperativos raciais .

“(…) Amo-a com a ingenuidade e a cegueira inseparáveis do verdadeiro amor. Em sua paisagem tranqüila. Em sua gente menos sobranceira do que retraída. Pela dignidade com que suporta a desgraça. Preocupada com as coisas essenciais. Idealista e prática, mercê da fusão harmoniosa das almas de Marta e Maria. Ávida dos bens materiais, porque tem horror à dependência, mas igualmente ambiciosa das riquezas imperecíveis (...) Faminta de progresso e respeitosa da tradição.

“(…) ciosa dos foros de homens livres, não sabem viver senão dentro da ordem jurídica; e de quanto querem a liberdade, estão sempre dispostos a dar o que Demóstenes chamava o testemunho da carne”.¹⁷

Os motivos do amor à terra, levantados por Alcântara Machado, são também uma qualificação intencional da mesma. O parágrafo que trata do amor da gente paulista à legalidade, amor que leva às últimas conseqüências, está enxertado nesse trabalho de caracterização, fruto da propaganda da então recente campanha constitucionalista.

¹⁶ idem, p. 54.

¹⁷ In: SAMPAIO & SAMPAIO. op. cit., p. 79-81.

O texto seguinte, “São Paulo”, de Afrânio Peixoto, é uma defesa da paulistanidade e uma listagem dos episódios históricos invocados para confirmá-la: a pacificação e civilização dos índios por Anchieta, os bandeirantes, grandes mártires da nacionalidade (“o Brasil, di-lo a História, fê-lo São Paulo”), as margens do Ipiranga que deram cenário para a independência, a regência de Diogo Feijó, a Abolição, a participação decisiva para a propaganda e proclamação da República, a presença marcante do ilustríssimo Rui Barbosa na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco ... Por fim, Afrânio Peixoto arremata:

“É que São Paulo é o melhor do Brasil. Cale-se a emulação de irmãos menores que o cercam, é o primeiro e a ele cabe devidamente guiar a família. Porque em São Paulo começou o Brasil civilizado e civil.”¹⁸

Para fechar essa saraivada de paulistanidade, os autores escalam o conde Afonso Celso para a defesa da mestiçagem, uma das características mais marcantes do Brasil, que seria positiva e uma das principais causas do desenvolvimento paulista: “São Paulo, lugar que mais considerável se operou o cruzamento com os índios, marcha na vanguarda da nossa civilização”¹⁹.

Não são todos os livros que têm uma carga tão grande de regionalismo paulista, mesmo entre os publicados em São Paulo por autores simpáticos a essa ideologia. Creio que a proximidade cronológica desse livro com a Revolução Constitucionalista de 1932 tem influência fundamental sobre essa contingência, até mesmo por ser o regionalismo um tema comercialmente bem-sucedido, na medida em que a classe média e a classe alta, na ressaca da derrota militar, cultivavam um ressentimento e mesmo um sentimento nacionalista - separatista, como indica Dante Moreira Leite, comentado em outra parte deste trabalho. O que nos pode dar uma alto grau de certeza sobre a validade dessa proposição é a edição deste livro de leituras após três edições, com novo título e uma reformulação dos textos selecionados, no mesmo local e casa editora, só que sob uma conjuntura diferente: o primeiro ano de vigência do Estado Novo²⁰. Nesta edição, desaparecem totalmente todas as referências ao regionalismo, todas as brechas para a transmissão da ideologia da paulistanidade, tanto

¹⁸ In: SAMPAIO & SAMPAIO. op. cit., pp. 81-2

¹⁹ Idem. p. 88.

²⁰ Idem. *Seleção da Língua Portuguesa*.

pelo “desaquecimento” do tema depois da aproximação de Armando de Salles Oliveira e as bancadas federais paulistas com Getúlio Vargas, quanto, principalmente, pelas novas regras do jogo, ditadas pelo regime: tudo o que é subversivo ou que pode atentar contra a unidade e a fraternidade nacionais é suspeito e proscrito. Restaria saber se a mudança da obra é uma censura ou uma auto-censura dos autores, mas o que importa é o resultado final: os temas regionalistas desaparecem.

A “Coleção de Excertos para Leitura”, de Carlos Lencastre (da Escola Normal Oficial de Campinas), lançada em 1934, está pontilhada de versos e pequenas frases de Guilherme de Almeida nas sobras de papel em branco nos pés de algumas páginas. Há nesta obra, a abertura para uma paulistanidade afirmativa, com espaço para o mito do São Paulo que progride sem retrocessos e conseqüências negativas, como um gigante criativo e senhor absoluto da natureza: isso aparece no texto “O Mar Artificial”, do intelectual e político perrepista Menotti del Picchia:

“ O paulista teve um destino duro: o de fazer tudo com as próprias mãos. A maior parte do Brasil o descobriu contudo a mato, a machado e a foice, abrindo picadas no sertão. A sua cidade - a capital magnífica - teve que disputá-la aos pântanos. (...)

“Mas o destemeroso paulista não desanimou. Tomou seus riachos e encostou-os nos canais. Drenou os pântanos. Creou jardins. E, em falta de serras, alteou uma cordilheira de arranha-céus. Neles suspendeu a lucilação inquieta dos anúncios luminosos. Pôs estrelas artificiais e multicores no seu céu. Mas o Piratiningano - o homem do peixe - não tinha mar.” (...)

“Que criação ainda êstes tremendos descendentes dos endiabrados ‘mamalucos’ de Piratininga? (...)

“Ninguém pode com o paulista! A sua estupenda capacidade de iniciativas levou-o até a criar um mar. O mar artificial dos paulistas é uma obra de gigantes, o sonho realizado de um gênio. O gênio bandeirante, desbravador de mitos, creador de oceanos.”²¹

Comentando entusiasmadamente a construção da represa de Santo Amaro, o texto de Menotti del Picchia exemplifica uma das características do movimento literário ao qual se filiou, o modernismo, em que os temas da arte saem do bucolismo figurativo e passam a ser as conquistas da ciência, a tecnologia, a vida urbana, enfim, a capacidade humana de domar e sobrepujar definitivamente o meio natural. Esses temas encaixam-se bem com a idéia de descendência dos bandeirantes, os “mamalucos de

²¹ In: LENCASTRE. *Coleção ...*, pp. 35-7

Piratininga”, dos quais os paulistas teriam herdado suas características. Essa dupla construção mítica, do bandeirante e do paulista moderno, enaltece tanto a capacidade de modificar a realidade física, que parece que estamos diante de verdadeiros gigantes que cavocam as represas e criam montanhas com as próprias mãos. Essa imagem literária e historicamente construída reforça a idéia de “raça de gigantes”, autorizando a comparação dos paulistas do passado e do presente aos deuses e semideuses das lendas gregas, como Atlas, que segurava todo o planeta sobre os ombros.

O livro de Língua Portuguesa de Aníbal Bruno, destinado às primeiras séries ginasiais, lançado em 1938, tem um pequeno trecho destinado ao bandeirismo, mas em termos de glorificação do paulista há uma ausência considerável. O autor do texto “O Bandeirante” é Olavo Bilac, que não tem compromisso com o regionalismo do estado de São Paulo, mas sim com a ideologia do nacionalismo, visto que foi um dos grandes inspiradores das Ligas Nacionalistas que marcaram o início deste século. Como não poderia deixar de ser nestas condições, o texto, que trata do heroísmo, venturas e desventuras do caçador de esmeraldas Fernão Dias Pais Leme, não exemplifica a grandeza dos antepassados dos paulistas ou a glória de São Paulo, mas, sim, a obra de desbravamento e construção do Brasil:

“ E, se Fernão Dias Pais Leme não teve a glória de descobrir esmeraldas no Brasil, teve em compensação a glória mais alta de ter lançado a semente da civilização nos sertões de Minas Gerais, fazendo oito cidades rebentarem de seu solo inculto.”²²

É o mesmo Bilac que tem espaço no manual “Nosso Idioma” (1937), de Paulo de Freitas, no único texto que faz referências a São Paulo: “Aos meus amigos de São Paulo”. Neste soneto, Bilac faz uma homenagem ao estado, afirmando comungar com os paulistas o amor e o trabalho, glorificando o “labor geral”, mas numa composição que, além desses termos, nada evoca da ideologia da paulistanidade. Na verdade, nesses anos de Estado Novo, é muito pouco provável que se encontrem, nos livros de leitura, referências elogiosas ou ufanistas de São Paulo, dada a orientação ideológica do regime e seus múltiplos recursos de censura .

Mas já em 1944, com a distensão do regime de Vargas após a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial ao lado dos aliados, e o vertiginoso crescimento da

²² In: Aníbal BRUNO. *Língua Portuguesa*. p. 42.

oposição democrática, o panorama cultural e educacional já começa a sofrer alterações. Em termos de espaço para o regionalismo, podemos notar essa abertura num livro de 1944, "Antologia da Língua Nacional", de Américo de Moura, em que é possível encontrar três textos referentes a temas da paulistanidade, todavia, nenhum deles utilizando o tema de 1932: o bandeirismo é a referência de todos eles. Inicialmente, um texto de Paulo Setúbal trata do Tietê, num poema em que 15 estrofes vão descrevendo o percurso do rio, para no final arrematar sua relação com o passado glorioso de São Paulo:

*" E - como um 'bandeirante' ávido de conquista,
o 'Tietê', encrespando as vagas côm de prata,
- larga, a rugir sua alma heróica de paulista -
embrenha-se outra vez no coração da mata ... "*²³

Na mesma linha vai o soneto "Bandeirantes", de D. Aquino Correia, glorificando o heroísmo destes personagens:

*" Nessa armadura arcaica e tão grosseira
de couro cru, rebrilha, em alvoradas,
o heroísmo que, ao sol destas douradas
praias, vos guiou por rios de sangueira.*

(...)

*"Engradecestes o Brasil, domando
corpo a corpo, em conflito formidando,
a mata, o rio, a peste, a fome, a guerra !*

*"Salve heróis! salve humildes bandeirantes!
Fenícios do sertão! monções errantes,
a conquista imortal da minha terra!"*²⁴

Encontramos ainda, neste livro, um trecho da obra do Conde Afonso Celso sobre os bandeirantes extraído do livro que marcou época no início do século como símbolo do nacionalismo, o "Por que me ufano do meu país". As primeiras palavras do texto qualificam o bandeirante de forma a reforçar seu heroísmo, numa ação que contribui para a imagem deste tipo histórico de acordo com a imagem que interessa à paulistanidade. A primeira frase diz: "Há poesia e grandeza imensa, indomável energia,

²³ In: Américo de MOURA. *Antologia da Língua Nacional*.. p. 394.

²⁴ idem. p. 187.

tenacidade incomparável nesses bandos de aventureiros que (...) lá se iam à conquista do remoto sertão misterioso.”

A obra de José Cretella Jr., “Português para o Ginásio”, de 1945, introduz diretamente um texto do intelectual da paulistanidade em sua aplicação historiográfica, Alfredo Ellis Jr. O texto “Bandeirismo” tem o objetivo de transmitir alguns dados de natureza histórica sobre o fenômeno, mas não poderia perder a oportunidade de colaborar com a manutenção da imagem heróica do bandeirante:

“ (...) era o seu período heróico a desenhar-se no horizonte seiscentista que se aproximava.

Com esse motivo econômico a acicatá-los, realizaram os paulistas, no decorrer da sua Idade-Média (...) o capítulo heróico que teve duração secular e que se não deteria, não fôra o ouro por eles descoberto nas gerais em 1695.”²⁵

Em ambas as frases selecionadas aparece a referência forçada ao heroísmo dos bandeirantes, e o autor não tem a preocupação de justificar essa referência (não existe a justificação, não são descritos os tais “grandes atos” que dariam razão à qualificação), pois está convencido de que escreve para um público que concorda com ele. Mas o mais interessante é o vocabulário que o compilador José Cretella adiciona ao excerto, colocando o bandeirismo no infinitivo, como sinônimo de uma ação e não um processo histórico datado : “ **bandeirismo**, s.m. ação de entrar desassombradamente pelos sertões, explorando-os, fundando cidades, povoações, lutando contra tudo que tentasse embargar-lhe o passo.”²⁶

O “Páginas Literárias”, de Francisco da Silveira Bueno, em quarta edição em 1949, traz o texto que talvez melhor se encaixe nos moldes dos estudos da historiografia tradicional sobre o bandeirismo, como uma construção da tradição da paulistanidade. Trata-se de “A Epopéia dos Bandeirantes”, de Cláudio de Sousa:

“ A odisséia dos paulistas é prodígio de semideuses, pois mal armados e sem auxílio estranho, se aventuraram ao desconhecido, no âmago de todos os perigos, à vertigem dos mais tremendos lances (...)

Não iam àqueles perigos por miséria, fome ou necessidade, pois a terra era em excesso fecunda e farta. Se apenas a ambição do ouro os norteasse, não se explicaria porque, de mina em

²⁵ In: José CRETELLA Jr., *Potuguês para o Ginásio*. pp. 88-9

²⁶Idem. p. 89.

*mina, de garimpo em garimpo, fôssem caminhando sempre para a frente, sempre para o perigo, quando fácil lhes seria juntar a mancha da riqueza dos gemários que deixavam inesgotados. Levava o **brasiliada paulista** a ambição de dilatar a pátria, conquistando-lhe territórios sem fim. E o Brasil que aí está além das linhas de Tordesilhas é obra exclusiva daqueles paulistas, marcado no desenho geográfico da pátria com a tinta de seu sangue.*

“ - Avante paulistas! - exclamavam os capitães da bandeira. Sois raça que se vem formando na grandeza e para a grandeza. Os túmulos dos que vos precederam ficaram nas estradas como epitáfios de bravura, como roteiro de vosso destino racial. (...)”²⁷

Na ânsia de melhor delinear uma imagem ciclópica dos bandeirantes, entes de coragem, heroísmo e independência, o autor acaba por não admitir que as necessidades econômicas impulsionaram o piratiningano, o que implicaria em diminuir seu heroísmo, aviltando os motivos de sua aventura. Com isso, vai contra alguns dos historiadores tradicionais do bandeirismo que, tendo por horizonte o rigor da ciência, aceitaram a motivação econômica do ciclo das bandeiras - mas nem por isso permitiram na escrita da história a banalização de suas causas e conseqüências. Outro aspecto é o anacronismo do autor ao afirmar a brasilidade dos bandeirantes, uma preocupação de paulistas com a idéia de nação brasileira em pleno século XVII, e a elisão da participação oficial da Coroa Portuguesa na expansão territorial²⁸, bem como as negociações diplomáticas que poriam a perder - para a posterior nação - todas as jornadas dos intrépidos caçadores do gentio e do ouro. O fatalismo da missão da raça paulista é outro componente, bem como o destino de grandeza (todavia a riqueza de São Paulo não teve alteração com o ciclo das bandeiras, e veio a acontecer apenas no século XIX, sem vínculo econômico com ele).

Para finalizar este panorama da paulistanidade nos livros de português, podemos destacar Aída Costa com o “Português - 2ª Série do Curso Ginásial”, que além de contar com o texto já comentado de Afonso Celso, tem também o poema “Tropel de Gigantes”, de Cassiano Ricardo (extraído da obra “Martim Cererê”, de 1934), onde a imagem mítica (gigantes) facilita a comparação com os contos de fadas, com os gigantes de botas:

²⁷ In: SILVEIRA BUENO. *Páginas Literárias*. pp. 115-6.

²⁸ Cf. Joseph LOVE. op. cit. p. 22 e ss.

*“ E este S. Paulo
que se chamou Piratininga
na verde tupiterma cerrada
formando o quartel-general
dos gigantes de botas !*

*“E os gigantes partindo pro mato,
um por um, vocês rezem por mim!
e varando a terra virgem
onde tudo era traição
e onde apenas um canto de pássaro
falava: ‘sem-fim’ ... ”* ²⁹

²⁹In: Aida COSTA, *Português II*, pp.166-8

OS MANUAIS DE HISTÓRIA

Nos manuais de história, especificamente, tivemos a oportunidade de encontrar distinta e freqüentemente a abordagem didática da Revolução Constitucionalista de 1932, pela preocupação deste tipo de material em abarcar todos os “fatos importantes”. Aqui, a leitura do bandeirismo é muito menos adjetivada, pela preocupação constante na formação da maior parte dos historiadores com a “imparcialidade” perante os fatos. Portanto, mudamos daqui por diante o foco preferencial de nosso olhar sobre esses livros, pela possibilidade de analisar numa longa seqüência as abordagens dos escritores dos manuais sobre 1932.

Uma das obras que abre a tradição de estudos sobre os livros didáticos de história é “Um Quarto de Século de Programas e Compêndios de História para o Ensino Secundário Brasileiro”, de Guy de Hollanda, lançado em 1957. Através dele, podemos vislumbrar um panorama da produção editorial e das orientações oficiais praticamente da primeira metade do século, apesar do título ser mais modesto. Indica, por exemplo, que até 1940 a distribuição dos conteúdos da disciplina desfavorecia o estudo da história do Brasil, privilegiando a “história da civilização”. Foi uma das portarias ministeriais em preparação à Reforma Capanema, de 1942 que alterou esta situação, estabelecendo a história do Brasil como conteúdo autônomo, separado de história da América e história Geral.

Nos anos 30, portanto, a Revolução Constitucionalista de 1932 terá um duplo desafio para aparecer: em primeiro lugar, o pouco destaque dado à história do Brasil fará com que os “pontos” (também de número limitado, pois precisavam corresponder ao exíguo número de aulas disponíveis) procurem tratar preferencialmente de eventos com uma contribuição central ao curso da história nacional (e 1932 é um acidente na caminhada da constitucionalização, de importância regional, relativamente passível de ser omitido). Além disso, o conceito cientificista de imparcialidade recomendará que apenas é possível uma análise sensata, e portanto um ensino razoável, de eventos que estão distanciados no tempo e com os quais os sujeitos não têm comprometimentos imediatos; isso fará da Revolução Constitucionalista de 1932 um tema delicado, sobre o qual não era possível discorrer sem tomar partido, e portanto comprometer a isenção necessária ao estudo da história. Esse clima intelectual da

história de então reflete-se, por exemplo, no manual “Apostilas de História do Brasil”, do membro do Instituto Histórico Brasileiro, Max Fleiuss, lançado em 1934. Organizado por “pontos”, que eram tomados nos exames, o conteúdo avança cronologicamente até a lição 68, em que encerra, tratando dos governos de Afonso Pena a Arthur Bernardes.

Diferente é a “História do Brasil” de Miguel Milano, lançado em 1935, no curto momento de liberdades constitucionais do primeiro período Vargas. O autor não hesita em destacar a arbitrariedade do Governo Provisório, identificando, no título da última seção do livro, de “Governo Discricionário”. Interpreta a Revolução Constitucionalista de 1932 em consonância com a opinião da elite de São Paulo, para quem o movimento foi fundamental na reconstitucionalização do país:

“ O impacto da deposição do dr. Washington Luis mudou por completo a situação (...)

Essa junta [provisória] funcionou até 31 de Outubro de 1930, data em que empossou o dr. Getúlio Vargas na presidência dictatorial da República.

*O período dictatorial durou até 20 de julho de 1934, sendo assinalado pela **revolução Constitucionalista de São Paulo - a 9 de julho de 1932** - que apressou a volta do paiz ao regime da Lei.”³⁰*

João Ribeiro, professor do Colégio Pedro II, foi um dos primeiros a questionar o “excesso da história político administrativa de então”³¹, e procurava aplicar esse princípio nos livros didáticos que preparava desde 1900, e figuravam entre os mais vendidos, ao lado dos de Jonatahas Serrano. Em 1935 entrega ao público escolar a nova edição atualizada de “História do Brasil”, no qual reforça também o caráter ditatorial do Governo Provisório, negando suas características redentoras, ao contrário do que seria feito pela história oficial federal, louvadora do regime da revolução de 1930. Além disso, procura defender a revolução de 1932 como um movimento exclusivamente paulista (Revolução Constitucionalista de São Paulo) e popular - portanto legítimo - e não falar em derrota dos constitucionalistas:

*“ - O novo governo tomou a feição de uma dictadura: o Congresso Nacional foi dissolvido e Getúlio Vargas passou a governar discricionariamente com o título de **Chefe do Governo Provisório**.*

O facto mais notável neste período de poderes

³⁰ Miguel MILANO. *História do Brasil*. p. 139. Grifos do autor.

³¹ Guy de HOLLANDA. *op. cit.*, p. 117.

*discricionários foi a Revolução Constitucionalista de São Paulo que pretendia a volta imediata do país ao regimen legal. Iniciado a 9 de Julho de 1932 por elementos militares sob o comando dos generaes Isidoro Dias Lopes e Bertholdo Klinger, o movimento assumiu desde logo um caracter eminentemente popular, porque era grande o descontentamento em todo o Estado. A revolução constitucionalista durou cerca de tres mezes, pois só a 29 de setembro os paulistas depuseram as armas.”*³²

Inversamente trataria o assunto o autor Jonathas Serrano, também professor do Pedro II e provavelmente o nome mais vendido em manuais de história universal e do Brasil nas 4 primeiras décadas do século³³; dotado de uma visão acentuadamente nacionalista sobre a história pátria, escreveu em 1929 e lançou em 1931 a sua “História do Brasil”. O “Epítome de História do Brasil”, de sua autoria, publicado em 1941, refere-se apenas indiretamente à Revolução Constitucionalista de 1932, não chegando a mencioná-la textualmente:

*“ Apesar das várias e naturais dificuldades que um govêrno revolucionário sempre tem que enfrentar, o Presidente Getúlio Vargas soube (...) manter a coesão nacional, sufocar tentativas de sublevação ou até revoltas de caráter grave, e (...) aumentar cada vez mais o seu prestígio pessoal, dentro e fora do Brasil.”*³⁴

Cláudio Maria Thomas, em “Elementos de História do Brasil”, lançado em 1943, tem fortes influências das teorias raciais de Alfredo Ellis Jr. sobre os bandeirantes:

*“ Só a formação de uma raça inteiramente aclimada ao sol e ao céu do Brasil, como era a dos paulistas, poderia preparar tamanhos resultados. [A bandeira] É uma cidade que viaja, com seus senhores e seus governados.”*³⁵

Sua posição, entretanto, em relação a Getúlio Vargas e à Revolução Constitucionalista de 1932 procura ser o mais harmoniosa possível, num trecho que é um elogio ao então ditador do Estado Novo, narrado como o paladino da brandura, cujo exército de repressão ao movimento constitucionalista parece disparar tiros de açúcar:

“ [Getúlio Vargas] Encontrou uma situação crítica, mas resolveu todas as dificuldades, aos poucos, com doçura, paciência e

³² João RIBEIRO. *História do Brasil (segundo os programas do Collégio Pedro II)*. p. 530.

³³ Guy de HOLLANDA. cit.. p. 108.

³⁴ Jonathas SERRANO. *Epítome de História do Brasil I*. p. 236

³⁵ Cláudio Maria THOMAS. *Elementos de História do Brasil*. pp. 257-8.

superior habilidade.

(...) Em 1932, durante três meses, de 9 de julho a 29 de setembro, lutou contra a revolução paulista, a qual pretendia a imediata volta do Brasil ao regime constitucional. Embora firme, a repressão foi branda; de modo que os corações não ficaram humilhados e em breve serenaram os ânimos.” ³⁶

Perante essa descrição dos encarniçados combates da Revolução Constitucionalista de 1932, não podemos resistir à comparação com uma das canções interpretadas por Elba Ramalho: “... nas trincheiras da alegria o que explodia era o amor”: as batalhas que ceifam a vida de mais de mil pessoas, de ambos os lados, ficam parecendo uma verdadeira “Festa do Interior” para que a imagem de Vargas, então senhor absoluto da situação, não sofresse nenhum arranhão. Ainda assim, a revolução de 1932 não é tratada com a violência usual da historiografia não-paulista e contrária a ela, pois o objetivo enunciado não é a volta dos “carcomidos” ao poder, mas sim a constitucionalização. É uma obra que não quer desagradar a ninguém (muito menos ao Departamento de Imprensa e Propaganda - D.I.P.).

Não tem essas preocupações a “História do Brasil” de Basílio de Guimarães, publicada em 1945, na qual a Revolução Constitucionalista de 1932 aparece como uma realização de heroísmo e idealismo. O autor toca em três cânones da historiografia tradicional regional: o poderio industrial, capacidade de trabalho e inventividade da indústria paulista, a herança bandeirante e a influência da revolução sobre a reconstitucionalização do país:

“ Rompeu a 9 de julho de 1932 a revolução em que tomou parte todo o Estado de São-Paulo, apoiado por Mato-Grosso, donde veio com forte contingente militar o general Bertoldo Klinger. A direção do levante coube ao general Isidoro Dias Lopes, que teve por imediato o coronel Euclides de Figueiredo. Graças à sua bem adestrada polícia militar e ao seu magnífico parque industrial (capaz de fabricar, como fez, armas e munições), o bloco bandeirante, guiado pelo empolgante lema “Tudo pela constituição!”, tão poderoso se tornou que foi preciso ao sr. Getúlio Vargas congregar um forte exército, composto de tropa federal e de milícias estaduais, para, após 70 dias de luta ininterrupta e acirrada peleja, jugular a grande rebelião, à qual não faltaram, como aos seus vencedores, feitos de heróica bravura e dedicação idealística. A 29 de setembro do mesmo ano estavam depostas as armas pelos bandeirantes, cujo governador era o sr. Pedro de Toledo. É fora de dúvida que a insurreição paulista influiu no sentido

³⁶ Ibid., pp. 577-8

*de que se cuidasse o quanto antes de reintegrar o país na ordem constitucional.*³⁷

O trecho atropela alguns dados: não houve, em Mato Grosso, um apoio oficial, do governo do estado, ao movimento, como aconteceu em São Paulo. Klinger veio sem tropa alguma, depois de sua reforma e afastamento do comando das tropas mato-grossenses, como punição ao seu desrespeito ao Ministro da Guerra após a nomeação do último, contrário aos interesses de Klinger.

A “História do Brasil” do famoso Borges Hermida não dedica mais que três linhas ao movimento: “Em julho de 1932, irrompeu, por isso, em São Paulo, reclamado as eleições, a Revolução Constitucionalista, que só foi sufocada em setembro.”³⁸ E mais nada. Essa maneira sucinta de abordar o assunto, entretanto, não é privilégio exclusivo da revolução, mas sim da maioria dos eventos da República: conforme aproxima-se do presente, a narração de Borges Hermida acelera-se e compacta-se, após ter dedicado mais atenção à Colônia e ao Império. Igualmente telegráfico é a “História do Brasil para a 4ª Série Ginásial”, de Ary da Matta, lançado em 1946.

A “História do Brasil para o Curso Colegial e Vestibulares”, de Souto Maior, de 1967, resvala na idéia de 1932 como revanchismo do P.R.P. contra o governo da revolução de 1930:

*“Os políticos paulistas, sobretudo os dirigentes do P.R.P. (Partido Republicano Paulista), não se conformaram com a vitória da revolução de 1930, que lhes tirara do governo federal um presidente da República que representava São Paulo: Washington Luis. E impedira a ascensão de outro, que fizera a sua vida política no estado bandeirante: Júlio Prestes. A nomeação de João Alberto como **interventor** em São Paulo, propiciou-lhes motivos para o desencadeamento de uma grande propaganda contra o governo federal, na qual se destacavam temas bem elucidativos: **“São Paulo conquistado”, “São Paulo dominado por gente estranha”, “Convocação imediata da Constituinte”, “Tudo pela Constituição”.**”*

Admite, porém, que a Revolução Constitucionalista de 1932 conseguiu atingir seus objetivos:

³⁷ MAGALHÃES. *História do Brasil*, p. 178.

³⁸ Antonio J. BORGES HERMIDA. *História do Brasil - 4ª série ginásial*, p. 252.

*“As conseqüências da Revolução Constitucionalista de São Paulo, o mais importante Estado da Federação, forma imediatas. Apressou-se o Governo Federal a realizar eleições para a Assembléia Constituinte.”*³⁹

Tive a oportunidade de encontrar a 11ª edição deste livro, datada de 1975, em que a capa é uma foto do Monumento às Bandeiras, de Brecheret, mas o texto que foi destacado permanece rigorosamente igual.

A “História do Brasil” para o ciclo ginásial, do historiador Brasil Bandecchi, publicada em 1969 pela Editora Didática Irradiante, de São Paulo, reflete as características e compromissos de seu autor no que toca à Revolução Constitucionalista: membro do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e um dos historiadores chamados a formar monitores e professores da rede pública para as comemorações do cinqüentenário do movimento. Um historiador tradicional comprometido com a rememoração tradicional do episódio, portanto um dos apóstolos da paulistanidade. Bandecchi escreve, nos trechos mais marcados por sua posição ideológica:

“Após 70 dias de luta heróica, estando São Paulo cercado e sem munições, foi possível às forças ditatoriais dominar a situação.

*Mas compreendendo que a Revolução Constitucionalista tinha raízes na alma popular e que seu espírito era poderoso, pois ensejava a volta do país ao regime da lei, Getúlio Vargas convocou eleições para a formação de uma Assembléia Constituinte, eleições que se realizaram no dia 3 de maio de 1933.”*⁴⁰

Observemos as operações ideológicas de Bandecchi: a luta é colocada como heróica, desconsiderado o seu aspecto trágico; a rendição é colocada como resultado do cerco e da falta de munições (duas condições que estavam dadas desde o início da campanha sem produzir o seu término); as raízes do movimento são transplantadas dos motivos da elite econômica e política para a “alma popular”; por fim, o autor inverte a história ao colocar a convocação das eleições como o resultado da ação do movimento sobre a consciência de Vargas (o termo oposicionista para ele é sempre “ditador”), quando as mesmas foram definidas antes mesmo do 23 de maio de 1932.

Haddock Lobo é outro autor muito utilizado pelos professores de história de algumas décadas atrás. O mesmo dedica quase quatro páginas ao

³⁹ A. SOUTO MAIOR. *História do Brasil para o Curso Colegial e Vestibulares.*, pp. 397-8.

⁴⁰ BANDECCHI. *op. cit.*, p. 306.

comentário da Revolução Constitucionalista de 1932 em sua “História do Brasil” de 1967, sendo um dos poucos que revela que o 23 de maio surgiu do ataque dos manifestantes paulistas à sede de um partido getulista. Expõe os fatos com uma isenção sem escorregadelas que denunciem posicionamento, e comenta a presença da campanha regionalista realizada no estado de São Paulo desde a revolução de 1930.

Na década de 1970, a tendência geral dos manuais de história é tratar de maneira telegráfica e isenta a Revolução Constitucionalista, evitando adjetivos e tornado o parágrafo relativo a ela apenas um tópico informativo. Uma das exceções é o livro de “Estudos Sociais” de Moura Faria, de 1978, que assume uma postura contrária ao movimento, sem por isso deixar a metodologia de telégrafo, dizendo apenas: “Essa situação leva à Revolução Constitucionalista de São Paulo, em 1932, quando a oligarquia paulista tenta voltar à cena”⁴¹. Sem perder o fôlego, passa rapidamente ao desenvolvimento do integralismo e do comunismo, sem mesmo mudar de parágrafo. O tópico que introduz esses temas tem por título “o Estado de Compromisso”, absorvendo o termo em discussão na década de 70 sobre o Governo Provisório, só que não há preocupação em justificar esse título.

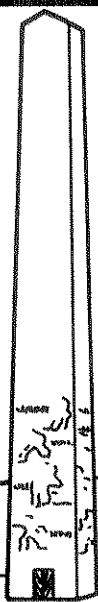
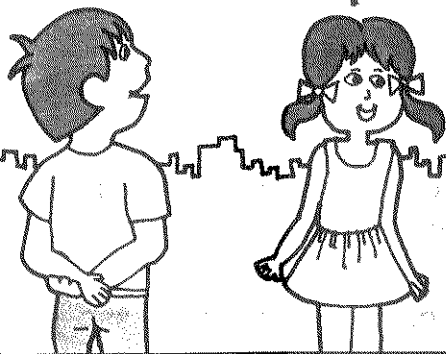
A partir da década de 70, com os conteúdos de história no 1º grau colocados na área de Estudos Sociais, o espaço da paulistanidade passa a ser a 3ª e 4ª série do 1º grau, aos quais destina-se o estudo do município e do estado de São Paulo. Um dos exemplos é “Estudos Sociais - Educação Moral e Cívica”, de Sonia M. Mendes, lançado em 1981, no qual o tema da Revolução Constitucionalista de 1932 é introduzido pela reflexão em torno do Obelisco do Ibirapuera (veja a figura a seguir), dentro do capítulo “Em São Paulo também se passeia!”.

A autora apresenta alguns dados sobre 1932, os eventos desse ano, destacando o 23 de Maio e o 9 de Julho. Os agentes desses eventos que aparecem elencados são “os soldados constitucionalistas” e o “povo”, expressões genéricas que, em vez de esclarecer a história do movimento, passam a impressão de unanimidade das pessoas naquele episódio em torno dos acontecimentos desencadeados pela elite política. Ao mesmo tempo, destacam-se os heróis regionais, M.M.D.C., reforçando essa construção toda nos exercícios do tipo “complete as lacunas”,

⁴¹ MOURA FÁRIA et al. *Estudos Sociais*, p. 87

Mas, quem foram os
"Soldados Constitucionalistas"?

Foram as pessoas
que lutaram por uma nova
Constituição para o
Brasil!



OBELISCO DO IBIRAPUERA

“certo ou errado”⁴², e algumas perguntas, como por exemplo “O que significa a sigla MMDC?”.

No livro “Caminhando”, de Saroni e Carvalho, ao lado de uma fotografia do Obelisco do parque do Ibirapuera e de um logotipo com a sigla MMDC, o texto informa aos estudantes da 4ª série:

*“Entre os acontecimentos mais importantes para os paulistas, no Período Republicano, deve ser citada a **Revolução Constitucionalista de 1932.***

Foi um movimento armado de todo o Estado de São Paulo contra a maioria dos outros Estados brasileiros.

São Paulo pretendia que o país voltasse a respeitar a Constituição. Na opinião dos paulistas, as leis foram desrespeitadas, principalmente em 1930, quando o gaúcho Getúlio Vargas assumiu o poder, depois que foi afastado o presidente Washington Luís, eleito em 1926.

*Numa das reuniões populares em favor do Movimento Constitucionalista, foram metralhados quatro estudantes em São Paulo. As iniciais dos nomes deles: **Martins, Miragaia, Dráusio e Camargo** formaram o **MMDC**, que foi o símbolo mais importante do movimento.*

(...) Mas os líderes do Movimento achavam que ele cumpriu sua missão porque, em 1934, o Brasil já possuía uma nova Constituição.”⁴³

O texto homogeneiza os “paulistas”, colocando 1932 como importante para essa população genérica (sendo que a ampla maioria mal o conhece), colocando o movimento armado como obra de “todo” o estado, o que reflete-se na transformação de “São Paulo” em sujeito, nas frases. Esse recurso para transmitir a idéia de unanimidade e realização popular do movimento acaba por esbarrar em problemas de rigor empírico, por exemplo quando os autores afirmam que “os paulistas” achavam a deposição (que chamam de afastamento) de Washington Luís um desrespeito à lei. Na verdade, excluem-se dessa maneira da condição de “paulistas” os membros do Partido Democrático, da Legião Revolucionária, da esquerda incipiente e mesmo da população mais pobre que não fazia idéia do que estava acontecendo, mesmo depois de levar uma bala perdida na porta de casa.

⁴² A professora Eloísa de Mattos HÖFLING, em sua tese de mestrado defendida na FE-Unicamp, intitulada *O Livro Didático em Estudos Sociais*, analisa também esse tipo de exercícios, demonstrando a sua limitação, pois não permite que o aluno faça outra coisa além de repetir o texto, o que contribui apenas para reforçar as idéias do mesmo.

⁴³ Fernando SARONI e Maurício CARVALHO. *Caminhando*, pp. 73-4.

AS IMAGENS

O cartunista e ilustrador Belmonte (pseudônimo de Benedito Canero Bastos Barreto) é um dos maiores, senão o maior responsável pela transformação em representação gráfica da construção literária do bandeirante, feita pela historiografia tradicional paulista entre o fim do século XIX e o início do XX. Colaborou em vários jornais e revistas desde 1914 (quando estreou na revista Rio Branco, após desistir do curso de medicina) e publicou vários álbuns de desenhos e caricaturas, consolidando sua carreira na Folha da Noite, a partir de 1931, além de colaborar também em periódicos franceses, americanos e argentinos. Seu principal personagem foi o Juca Pato, que lhe deu projeção internacional. Ilustrou as obras infantis de Monteiro Lobato, delineando a imagem dos seus personagens.

Paulistano, simpatizante e militante da “causa paulista” de 1932, não é exagero identificá-lo como o traço matriz de todas as representações imagéticas do bandeirante, principalmente as do livro didático, cartazes e outros materiais que acabam compondo parte do cotidiano dos estudantes. Não quero, com isso, afirmar que Belmonte é o exclusivo inaugurador da imagem tradicional do bandeirante ⁴⁴, mas sim que ele é o mais significativo pesquisador, estruturador e divulgador dessa imagem.

O livro “No Tempo dos Bandeirantes”, deste artista, editado primeiramente pelo Departamento de Cultura do Estado de São Paulo em 1939, é uma amostra significativa do trabalho do autor em que se constrói essa imagem do bandeirante através de uma pesquisa histórica nos inventários das famílias vicentinas do século XIV e várias obras de Taunay, Alcântara Machado e outros “bandeirologistas”. Não tem preocupação em disfarçar essa intenção de “invadir os domínios dos historiadores”, apesar de ser reverente e pedir licença. Descreve tanto a vida material quanto o semblante que imagina dos antigos paulistas, utilizando além do texto uma esmerada técnica artística em bico-de-pena.

⁴⁴ Basta verificar, por exemplo, o quadro “Domingos Jorge Velho e Seu Lugar-Tenente”, datado de 1922, do aclamado Benedito Calisto, também estudioso de história e especialista em pinturas históricas.

O rigor na obra, porém, não é uma característica fundamental. Já na primeira ilustração, mostra um grupo de índios preparando-se para atacar as fortificações vicentinas, momento em que o bandeirismo ainda estaria na defensiva. Todos os nativos da gravura estão decentemente vestidos com uma espécie de calção rústico, de algum tecido, tapando-lhes completa e convenientemente (para o leitor urbano e polido) as “vergonhas” de que falava Pero Vaz de Caminha.

A constatação documental de que um dos inventariados tinha em seu poder um trecho dos *Lusíadas* leva o autor a imaginar o épico camoniano inspirando “os lusíadas das selvas” às suas famosas aventuras no sertão sul-americano. O perfil sombreado de um bandeirante sentando num tronco e lendo algumas folhas dos *Lusíadas* tem por fundo uma caravela portuguesa projetada nas nuvens ... (fig. 1) Segundo Canetti ⁴⁵, as posições representadas não são gratuitas. Estar sentado corresponde a uma situação de distinção e de poder, pois exerce pressão sobre uma coisa indefesa e que não exerce contrapressão ativa, num simbolismo de superioridade. O estar sentado expressa, além disso, dignidade, segurança e *duração*, solidez, que manifesta-se no peso físico que o homem sentado aparenta, paralelo à sua própria força. O bandeirante da gravura representa, mais que um aventureiro, um ser que domina, um poderoso, e é nesta posição que ele estabelece uma relação com outros mitos, os navegadores portugueses. As epopéias dos descobrimentos e do desbravamento do sertão seriam passíveis de colocação num mesmo patamar de glória.

Um outro exemplo da construção da imagem do bandeirante é o que se vê na figura 2, na qual são representados em seus trajes “típicos” com que identifica-se rapidamente, pela associação promovida pelo uso, o personagem. As botas de cano alto e o chapéu de abas largas, além do colete de couro, a malha ou o gibão, são as marcas registradas. Na figura, o chapéu escuro reforça o ar de gravidade, de seriedade dos indivíduos, ao passo que a barba e o bigode (bem aparados, para evitar a idéia de desleixo, que seria compreensível no meio da selva), indispensáveis nessa figura, afirmam a virilidade do bandeirante assim construído. O que chama a atenção e reforça esta virilidade não é apenas a

⁴⁵ *Massa e Poder*, p. 433 e ss.

caracterização dos dois personagens, mas o fato deles estarem em pé, em perfeito equilíbrio. Esta posição tem um significado psicológico de orgulho devido ao fato de não se apoiar em nada e de estar livre. O estar em pé produz a impressão de uma energia que ainda não foi gasta (pois é o primeiro momento de qualquer deslocamento) e leva à superestimação do sujeito que assim se encontra:

*“Quem se levantou se encontra no final de um certo esforço e este é o ponto mais elevado que consegue alcançar. Porém, quem permanece já há algum tempo de pé expressa uma certa força de resistência, seja por não mudar de lugar, como uma árvore, seja por poder ver-se por inteiro, sem temor e sem se ocultar. Quanto mais serenamente a pessoa estiver parada, quanto menos se virar e olhar em diferentes direções, tanto mais segura parece ser. Nem sequer teme um ataque pelas costas, apesar de não ter olhos nessa região.”*⁴⁶

Esses itens repetem-se em outras ilustrações (fig. 3), e na figura 4, a sombra do chapéu projetada sobre o rosto do bandeirante produz o efeito de seriedade, já que o chapéu claro cumpre menos essa função. Firmemente em pé e corpulento, o bandeirante aparece com a solidez de uma árvore que nada fará mover, a não ser a própria vontade. Essa solidez transmite-se ao garoto com o gesto de sustentação do pai, passando a idéia de que essa característica também passa através do tempo e das gerações de paulistas. Além disso, as armas estão firmemente seguras pelas mãos, e o ato de agarrar, psicologicamente, representa o primeiro ato decisivo do poder, de dominar um objeto capaz de garantir a segurança e a dominação sobre os demais⁴⁷. Note-se como os mesmos elementos anteriormente citados aparecem na figura 5.

Mas a contribuição de Belmonte não restringiu-se à imagem do bandeirante. Participante da Revolução Constitucionalista de 1932, utilizou o bico-de-pena como arma de propaganda. De vários cartazes e gravuras (muitas dessas peças não assinadas, mas com traços que lembram o artista), selecionamos o cartaz para a Campanha do Ouro Para o Bem de São Paulo (fig. 6), em que a composição expressa a idéia da unidade popular em torno do movimento, uma vez que são representados “todos” os setores da sociedade paulista: os senhores de posses entregando a pequena arca e a própria aliança, um negro idoso e com o terno em desalinho, que parece representar os desfavorecidos em geral, a dama que está a tirar um brinco, a rica

⁴⁶Ibid., p. 432

⁴⁷ cf. CANETTI, op. cit., p. 225 e ss.

senhora a entregar um vaso precioso e o menino. Essas figuras, dispostas em primeiro plano, estão a frente de uma multidão que adentra o recinto, com um significado claro: todos os setores devem contribuir, e todos os membros de cada estrato da sociedade são chamados e estão colaborando. A expressão serena, levemente enternecida, expressa a disposição em desfazer-se de um bem por vontade própria em favor de uma causa, gesto que engrandece o sujeito. Por fim, esse grupo em primeiro plano reúne-se em torno de dois símbolos importantes: o monte e a mesa. O significado do monte é ancestral, simboliza a colheita, a festa, enfim, a celebração do trabalho coletivo, comunitário, que é o que deu origem àquele amontoado de benefícios : “Um monte significa que se tem muito à disposição, não precisando trazer mais as coisas de longe” ⁴⁸. A Campanha do Ouro é mais que uma campanha financeira: ela é capaz de demonstrar que a comunidade dos paulistas está saciada, é capaz de amontoar os frutos de seu trabalho, seu sustento convertido em objetos valiosos, e desfazer-se deles porque seu poder tornará fácil produzir mais, reaver os tesouros. É uma demonstração de pujança e superioridade perante o inimigo empobrecido das outras regiões, fascinado perante esse espetáculo. O tesouro, que além do monte é um outro símbolo de massa, só pode crescer pela confiança na durabilidade do valor das peças que o compõem. A população doando o ouro, no cartaz, expressa também essa confiança, e a confiança de que o tesouro será capaz de garantir outra durabilidade: a de si próprio e de seu modo de vida.

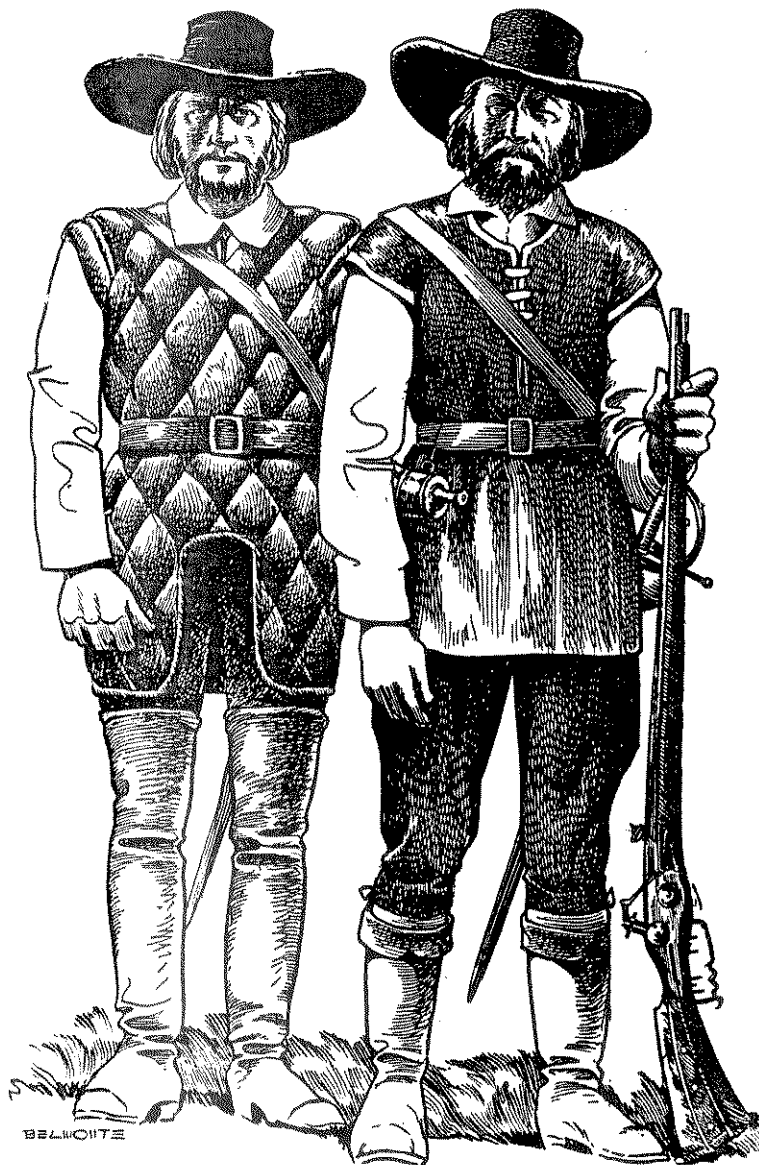
A gravura reproduzida na figura 7 tornou-se também um dos ícones da memória do movimento constitucionalista. Evoca a ligação genética/hereditária entre o bandeirante e o soldado constitucionalista. A posição superior do bandeirante no desenho, e o fato de ele e o soldado segurarem firmemente na mão esquerda uma arma coloca-os na aparência de pai e filho, como se o bandeirante fosse a sombra cronológica do voluntário constitucionalista.

⁴⁸ibid., p. 96.



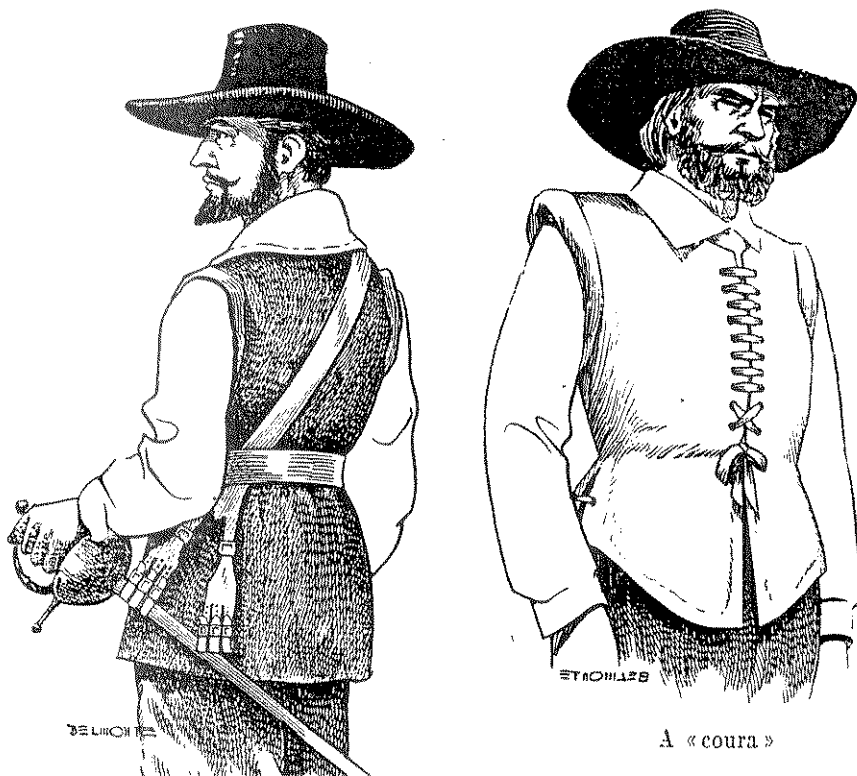
Os « Lusíadas » no sertão

(Figura 1)



(Figura 2)

Dois bandeirantes



A «coura»

Valem aqui as considerações já comentadas em torno do ato de agarrar, a partir da interpretação de Elias Canetti. A mulher paulista, em posição intermediária, pode ser lida tanto como a mulher do tempo do bandeirante quanto a tempo do soldado, apoiadora e incentivadora de ambos, partilhante da mesma bravura. Sua posição na gravura também a dispõe como elo temporal, além de familiar, de presença do conjunto da população, caracterizando o movimento como mais amplo que o combate entre homens adultos. Observemos que Belmonte aqui utiliza, como nas gravuras anteriores, o recurso da sombra nos olhos para demonstrar a compenetração e a seriedade no alcançar do objetivo. O brasão de armas do estado de São Paulo aparece decomposto, com o escudo estabelecendo outra ligação entre o bandeirante e o soldado, ao passo que a fita do brasão está distribuída por todos os elementos da gravura, como que a amarrá-los. Na fita, o artista insere os dizeres “9 de Julho de 1932”, além de trocar o “Pró Brasília Fiant Eximia” por “Pró S. Paulo Fiant Eximia”, Por São Paulo Façam-se Grandes Coisas. Esse aspecto da gravura mostra a falta de interesse numa representação nacional e nacionalista do movimento, expondo o seu aspecto regionalista.

Podemos considerar também que todo material de propaganda da Revolução Constitucionalista de 1932, a princípio, pode ser abordado como um material didático, tanto das massas quanto da população estritamente estudantil, tanto no “calor dos combates” quanto nos momentos de rememoração. Várias peças de propaganda, por serem reproduzidas em novos cartazes, panfletos, e principalmente nos manuais e obras de referência, acabam por ganhar essa força de imagens didáticas.

Muito provavelmente, o cartaz mais difundido no meio escolar quando trata-se de ensinar história com a memória tradicional de 1932 é o representado na figura 8. Produzido pela organização M.M.D.C., que fazia a propaganda, alistamento do voluntariado e organização de batalhões e todo o trabalho de retaguarda, o cartaz acabou virando um sinônimo visual do movimento,



(Figura 4)



(Figura 5)



(Figura 6)



9 DE JULHO DE 1932

e como tal foi reutilizado pelos professores com o sentido de estudo de um documento histórico ou ilustração do conteúdo sobre 1932⁴⁹.

O cartaz é inegavelmente inspirado em seu congênere norte-americano de convocação para o alistamento militar em 1917, em que o Tio Sam (que encarna nas roupas a bandeira dos Estados Unidos) aponta para os jovens a dizer: "I Want You To the U.S. Army". A força dessa composição é tanta que anos depois da versão constitucionalista, também o integralismo convocaria adeptos com um indivíduo devidamente trajado com o uniforme da organização, apontando para a frente, com a bandeira do sigma ao fundo, com os dizeres: "O Brasil Precisa de Você! Fora do Integralismo não há Nacionalismo". A primeira vista, o que imediatamente atrai a atenção são os olhos do voluntário. Não estão a toa, mas firmemente fixos na pessoa que olha para o cartaz, devolvendo o olhar. A experiência de olhar nos olhos é muito delicada, muito íntima, reveladora, e não é fortuito o fato de considerarmos o "olho no olho" como um momento decisivo, de sinceridade, em que duas pessoas ficam presas uma à outra numa situação de tensão na qual desviar o olhar equivale à fuga. Por ser íntima, essa situação é uma intimação, um chamado que dirige-se ao âmago de quem recebe a mensagem. A convocação para o cumprimento do dever para com a Revolução Constitucionalista de 1932 não é feita, por esse cartaz, de uma maneira genérica, dispersa: ela é mirada para cada indivíduo, não para a massa. Mesmo com o olhar desviado, o cartaz continua olhando e cobrando, magnetizando o olhar, exigindo uma atitude para aliviar a tensão estabelecida. Não é outro o objetivo da propaganda: provocar uma atitude no consumidor, aqui um consumidor de ideologias e seu sistema de valores.

O dedo que aponta para quem olha, além de consolidar em definitivo a intimação, tem um caráter bélico na definição dos objetivos da convocação. Segundo Canetti,

"A mão funcionou como modelo e estímulo não apenas como um todo. Também os dedos em separado, e principalmente o dedo indicador estendido, adquiriram um significado. O

⁴⁹ sobre a transformação de ícones produzidos sem intenção didática em materiais de ensino de história. ver Circe BITTENCOURT. Procedimentos Metodológicos em Pesquisa Sobre Imagens no Ensino de História . p. 265 e ss.

dedo se afinava na extremidade e se apresentava armado com uma unha; a sensação ativa do espetar foi dada primeiramente por ele.”⁵⁰

O dedo apontado é a origem psicológica da formação das armas de impacto e de arremesso. O gesto de apontar é, portanto, bastante adequado para convocar para a atividade guerreira.

O vento é um outro símbolo de massa que aparece indiretamente nessa peça de propaganda, fazendo tremular a bandeira de São Paulo. As bandeiras têm mais força de atração quando em posição dinâmica, movidas pelo vento, que quando estaticamente caídas sobre os mastros, sem movimento. O vento, variável em intensidade e som que produz, age com o simbolismo de um ser vivo, e imprime uma direção, consolida um objetivo expresso na figura e no texto (cumprir um dever). Sendo invisível, o vento presta-se a simbolizar as massas que não estão visíveis na figura, mas que são capazes de marchar numa direção, e fazem tremular a bandeira - que representa a unidade regional - de São Paulo. Sobre o caráter da bandeira, Canetti afirma ser a mesma “o vento que se torna visível”, como as nuvens, porém com as características determinadas pelos homens; chamando a atenção pelo movimento, a bandeira é utilizada pelos povos para demonstrar que o ar que existe acima deles lhes pertence.

Contribui para a intimação a maneira em que aparece a palavra você : destacada pela espessura superior a qualquer outro grupo na composição, em letra de imprensa, centralizada e no alto da página. É o mesmo que enfatizá-la com a voz, aumentar o volume de sua pronúncia perante o restante da frase. Em letra de imprensa, ainda que menos espessa, está a palavra cumprir, formando com a sua semelhante uma mensagem: você cumprir. O apelo à consciência e à noção de dever é feito em letra cursiva, e vem complementar com a argumentação moral a convocação primordial do cartaz.

Além da bandeira, símbolo da unidade semi-nacional do estado, o capacete de aço do soldado é também símbolo da Revolução Constitucionalista de 1932, na medida em que faz referência a mais uma campanha de mobilização, a subscrição para financiar a produção do capacete. De fato, os armamentos improvisados pelas

⁵⁰ op. cit., p. 242

forças constitucionalistas acabaram tornando-se referências obrigatórias do movimento. Isto é atestado, por exemplo, pela marchinha “Trem Blindado”, grande sucesso do carnaval de 1933, em que a matraca, o capacete de aço, os canhões falsos para enganar a aviação e o próprio trem blindado são utilizados para ironizar o movimento dos paulistas. Do outro lado, esses mesmos objetos são conservados e expostos como relíquias, ou mesmo como fetiches do heroísmo daqueles tempos.

No estudo dos rituais escolares, discutindo um caso específico de educação católica, McLaren destaca a importância dos símbolos visuais para a criação de um ambiente religioso: essa característica da escola é dada pela visibilidade daqueles símbolos⁵¹. Na escola pública paulista, não é simples definir um eixo que forme e defina o ambiente da escola, pois há uma multiplicidade de apelos em suas figuras expostas. No caso da escola Cesário Coimbra, um grande crucifixo ocupa um lugar relativamente central no *hall* de entrada, mas antes que o vejamos, passamos pelos mastros das bandeiras nacional, estadual e do município, um retrato de Anchieta, um outro do patrono da escola, além de um mural que é ocupado periodicamente pelos temas do calendário cívico e resultados de trabalhos. Há, portanto, uma multiplicidade de símbolos, e o *hall* é apenas uma amostra. Nessa multiplicidade, a ideologia da paulistanidade ainda é capaz de guardar um espaço devido à presença do mapa pitoresco pintado por José Washt Rodrigues⁵², em um quadro posicionado na parede da biblioteca, representando as batalhas de 1932 (fig. 9 e 10).

A eloquência das imagens talvez possa ser um indício empírico da razão regionalista de 1932, que as suas lideranças e cultores preocupam-se tão veementemente em negar, como será visto em outro ponto deste trabalho. O mapa de Rodrigues opõe muito claramente as tropas paulistas, dentro do círculo formado pelo avanço das tropas federais, através da bandeira paulista hasteada nos acampamentos e trincheiras, ao passo que os inimigos são os portadores da bandeira nacional. Não há, portanto, a preocupação dos governantes paulistas em expor a bandeira brasileira para comprovar a motivação nacional do movimento; pelo contrário, destaca-se a oposição entre os sentimentos regional e nacional, que chocaram-se violentamente e continuam produzindo reflexões. Um outro indício disto é o conjunto de brasões e bandeiras do

⁵¹ Peter McLAREN. *Rituais na Escola*, p. 112

⁵² Cf. José B. MARTINS (ed.). *1932 : Álbum de Família*.

canto superior direito: há uma predominância do aparecimento das bandeiras paulistas em relação às nacionais, e na reprodução do brasão de armas do estado criado pela revolução aparece de novo o lema adulterado: de “Pró Brasília Fina Eximia” para “Pró S. Paulo Fiant Eximia”. No canto oposto da figura é representado outro mote do discurso tradicional da revolução: 1932 é a grande expressão da paulistanidade no século XX, valendo para este o que foi o bandeirismo no período colonial, numa reivindicação da continuidade histórica e genética entre o bandeirante e o soldado constitucionalista representados.

O terceiro cartaz de época que analisaremos por ganhar uma projeção didática é o da figura 11. Além de ter sido peça da propaganda constitucionalista, o cartaz foi publicado em grande escala pelo Arquivo do Estado de São Paulo em 1990, numa campanha para a preservação do patrimônio histórico documental do estado. Valem para ele as considerações já feitas sobre a bandeira e o vento. De novidade temos a maneira como está representado o bandeirante: de forma agigantada, como a projetar graficamente as palavras de Saint-Hilaire: “raça de gigantes”. O voluntário da farda cáqui também é grande, ainda que nem tanto quanto o bandeirante, que parece representar mais propriamente, por sua tradição, o autêntico e poderoso sentimento de paulistanidade. Nesse sentido, o voluntário aparece como descendente, como filho do bandeirante. Já foi discutido o sentido de poder do ato de agarrar; dele deriva o sentido do ato de esmagar, que é a ação que está sendo executada, num simbolismo do desprezo para com aquele que está sob o poder do gigante e tendo suas pernas trituradas⁵³. Não há como dizer, pela questão da semelhança física, que o indivíduo sofrendo a pressão do bandeirante seja apenas Getúlio Vargas, mas sim uma alegoria de todo o Governo Provisório. Não houve a intenção de caricaturizar Getúlio, e nisso podemos ler que é todo um regime que a raça de gigantes quer esmagar, e está consciente de que esse ato só ocorre depois de luta, representada na arma fumegante. Portanto, a luta é coletiva, contra entidades abstratas: “Abaixo a Dictadura”.

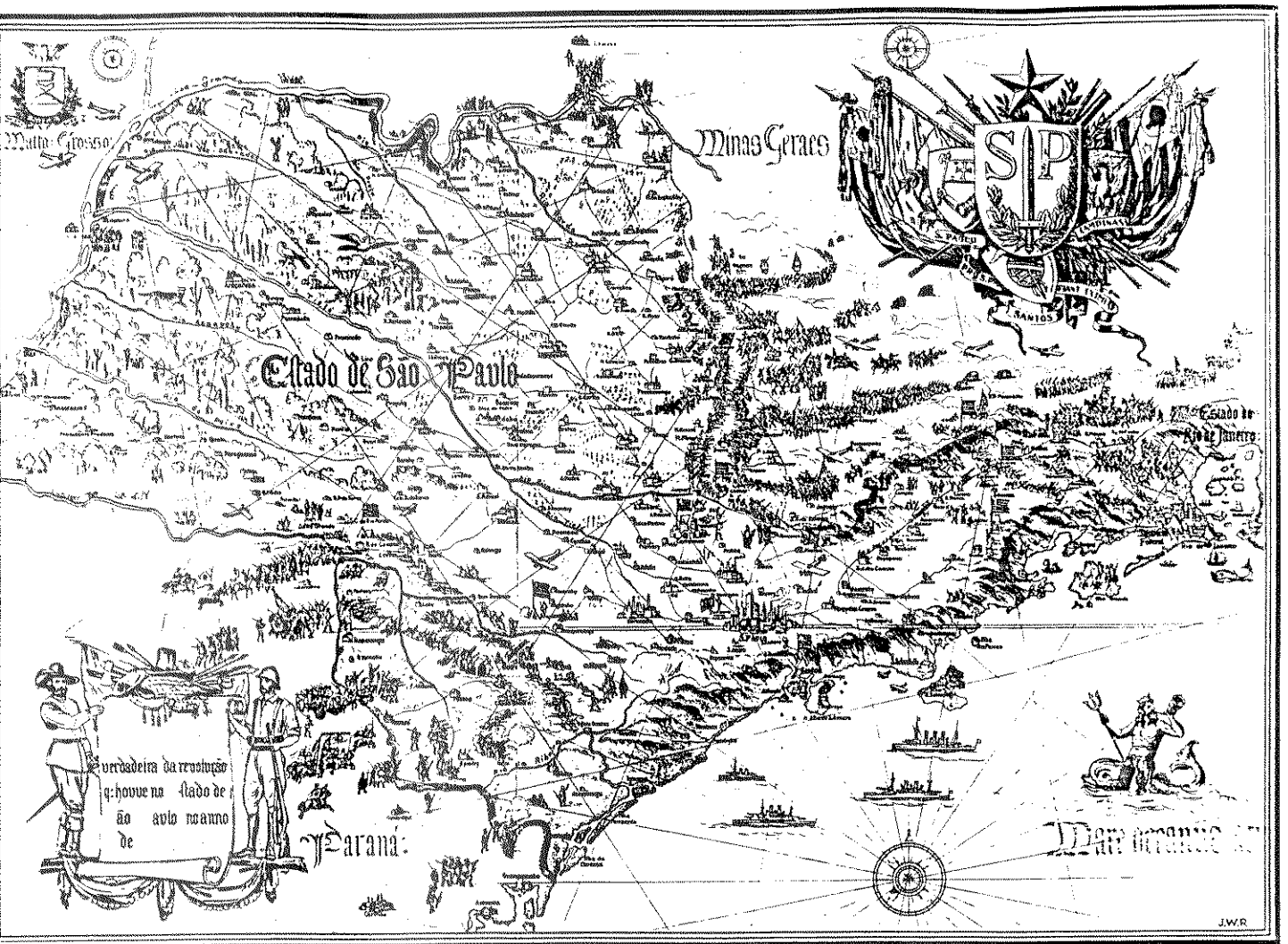
⁵³ Cf. CANETTI. cit., p. 225.

VOCE

tem um dever a
CUMPRIR



Consulte
M.M.D.C.
a sua consciencia!



(Figura 9)

(Figura 10)



АВАЙХО



(figura 11)

А

ДИКТАДИРА

AS OBRAS DE REFERÊNCIA

Definimos as obras de referência como os livros de uso menos freqüente aos quais os alunos recorrem em busca de informações gerais, introdutórias ou um pouco mais aprofundadas, com as quais conseguem situar-se em relação a um determinado assunto. Estamos pensando nas enciclopédias, almanaques, dicionários gerais e especializados e coleções de vulgarização do conhecimento.

A institucionalização e transformação das datas de 23 de Maio e 9 de Julho em lugares de memória regionalizados garante a exigência oficial de que os eventos a elas relacionados sejam periodicamente comentados nas escolas. Uma das formas possíveis e freqüentes dessa rememoração é o recurso às pesquisas bibliográficas, nas quais os alunos servem-se de enciclopédias, dicionários e obras afins. A intenção agora é traçar uma panorama sobre as características do material que os alunos encontram quando são solicitados a pesquisar sobre o Soldado Constitucionalista ou sobre a Revolução Constitucionalista de 1932. Procuraremos apenas destacar, em meio às informações que todos repetem, alguns aspectos que chamam mais a atenção do pesquisador preocupado com o ensino das versões em história.

Uma das obras de referência mais procuradas pelos alunos é o Almanaque Abril, que começa a ser publicado em 1974 e prossegue até os dias de hoje, procurando englobar todos os temas possíveis para as pesquisas de todos os assuntos, inclusive atualidades. Apesar de publicado pela Editora Abril, de São Paulo, não há nenhum compromisso com a ideologia da paulistanidade, muito pelo contrário. A Revolução Constitucionalista de 1932, até a edição de 1978, aparece em dois momentos distintos: o primeiro é "Brasil, História e Governo", periodizado por presidentes, sendo que o episódio aparecerá no trecho destinado a Getúlio Vargas, tratando como verdade uma afirmação que não tem encontrado comprovação empírica nas discussões entre os historiadores:

"Essas medidas solidificaram o prestígio de Vargas junto ao povo. Isso ficou claramente demonstrado com o apoio maciço da classe operária ao governo no momento da rebelião paulista de 1932"

Um outro atropelo dos fatos é o motivo apontado para o não-apoio dos outros estados à revolução paulista:

“A partir de 1930, São Paulo viveu um clima de intranquilidade e rebeldia, manifestado pela oposição das velhas oligarquias agrárias ao governo revolucionário de Getúlio (...) Minas e Rio Grande do Sul não aderiram à luta armada, pois acharam que o movimento era contrário aos ideais tenentistas.”

Além de confundir o setor social ao qual os “paulistas” iam pedir apoio em Minas e Rio Grande (eram as mesmas oligarquias regionais dissidentes, e não os setores tenentistas), o texto desconsidera a proposta política próxima à de Getúlio do P.D. (organizador da Revolução Constitucionalista), jogando-o no saco das “oligarquias agrárias”, bem como a participação marcante do setor industrial no apoio à revolução.

A partir de 1979, o Almanaque altera seu critério de periodização, e a Revolução de 1932 passa a aparecer na Seção Brasil, no item Cronologia da História do Brasil, figurando no box “Período Vargas”. Apesar de alguma mudança do texto, o enfoque não se modifica:

“A oligarquia agrária de São Paulo esperava por uma oportunidade de revanche; e o fato de Vargas governar sem apoio de uma Constituição vem fornecer o motivo imediato para a movimentação”

Com esse novo preâmbulo, o texto reforça ainda mais um suposto caráter revanchista no movimento, ao mesmo tempo em que procura desqualificar seu constitucionalismo, pois apresenta-o como simples pretexto para executar as agitações revanchistas. O restante do texto continua igual, repetindo, inclusive, as mesmas falhas em termos de dados empíricos.

Desde 1977, na Seção Estados e Territórios, no verbete “São Paulo”, aparece uma referência a 1932, igualmente mal feita, com uma flagrante contradição interna:

“As oligarquias cafeeiras terminaram com a Revolução de 1930, embora com a Revolução Constitucionalista de 1932 tentassem retornar à liderança (...) Derrotados, os paulistas conseguiram, porém, no plano político, a formação de uma Assembléia Constituinte (1934). Em 1937, com o golpe do Estado Novo, desfizeram-se as últimas esperanças dessa oligarquia de reassumir a hegemonia política do país.”

Essas referências nesse ponto do Almanaque irão desaparecer a partir de 1985. Apenas em 1988 modifica-se o texto sobre a Revolução de 1932 inserida no título “Período Vargas”, procurando uma maior isenção:

“Já em 1932 eclodia a Revolução Constitucionalista, em São Paulo. O fato de Vargas governar o país por mais de 1 ano sem o apoio de uma constituição deu ensejo a que se levantasse contra ele uma oposição liberal. Mas foi em São Paulo que o movimento ganhou maior expressão, agravado pela ação impopular dos interventores nomeados para o Estado, que acabaram por unir [o PRP e o PD] (...)”

A Grande Enciclopédia Larousse Cultural não trata o episódio como revolução, mas como movimento, e com esse verbete localizamos as escassas linhas que informam apenas os nomes dos envolvidos, de forma fragmentada e com dois erros: a prisão de Miguel Costa após a derrota do movimento e o seu término em 20 de setembro.

O Novo Dicionário de História do Brasil é mais detido, e tem entre os seus redatores um admirador confesso da revolução, Brasil Bandecchi, e a colaboração de Myriam Ellis (filha de Alfredo Ellis Jr. e historiadora vinculada à USP) e Odilon Nogueira de Matos (professor de história da PUC-Campinas, que dá vários cursos de orientação para as comemorações da revolução em 1982 na rede estadual de ensino). No verbete “Revolução Constitucionalista de 1932”, apresenta-se o movimento com uma preocupação informativa e isenta, mas sem choque algum com a história tradicional do movimento, inclusive reafirmando a vitória moral e política do mesmo.

A utilizadíssima Enciclopédia Barsa no verbete “revolução de 1932” atribui ao episódio um caráter contra-revolucionário, e além disso apenas elenca alguns eventos históricos centrais, como a luta pela mudança de secretariado que culmina no 23 de maio e os episódios do combate.

Na Enciclopédia Brasileira Globo afirma-se que “os paulistas tinham razão de queixa contra o Governo Central”, que não se acalmaram com a promulgação da lei eleitoral que prometia uma Assembléia Constituinte para 1933 porque não tinham motivos para confiar nas promessas do ditador. Intitulando o episódio de “grande movimento”, e destacando a conciliação que seguiria a nomeação de Armando de Salles Oliveira para a interventoria de São Paulo.

A Enciclopédia Mirador destaca a grande participação popular do movimento, mas afirma que ele, mesmo assim, não teve força para marchar sobre o Rio de Janeiro, que era o objetivo inicial.

Além dessas obras de referência, as bibliotecas costumam organizar pastas com recortes, panfletos e outros materiais a partir de temas. Na pasta intitulada "Soldado Constitucionalista", da biblioteca escolar do Cesário Coimbra, foi possível encontrar uma série de poemas copiados à mão e à máquina, principalmente os de Guilherme de Almeida; recortes da "Folhinha de São Paulo" com desenhos do Obelisco e um pequeno texto sobre MMDC com reprodução da história tradicional; 4 panfletos de autoria de Danilo Tavolaro (2º Tenente do Exército Constitucionalista e secretário da Sociedade de Veteranos de 1932 - MMDC - Departamento de Campinas), intitulados "A verdade sobre a Epopéia Paulista", "Pró Brasília Fiant Eximia", "Aconteceu em Terras de Piratininga" e "Dia de Glória", homenageando a memória do movimento, os suplementos do Estado de São Paulo de 23 de Maio e 9 de Julho de 1982 e o suplemento da Folha de São Paulo de 23 de Maio do mesmo ano, único material em que aparecem alguns textos críticos de autoria dos historiadores Edgar De Decca, Alcir Lenharo e Maria Helena Capelato.

MATERIAIS DE APOIO

Esse lote de materiais são definidos como “de apoio” pensando nos livros de caráter didático de uso não tão freqüente quanto os manuais, recomendados e utilizados pelos professores com o objetivo de enriquecer e aprofundar os conteúdos curriculares. Recentemente chamados de “paradidáticos” a partir de uma jogada de *marketing* editorial ⁵⁴, os livros de apoio aos manuais são uma prática antiga, desde as “Leituras para as Moças” e o “Tesouro da Juventude”. É o caso, por exemplo, do livro de Viriato Corrêa, “Gaveta de Sapateiro - Miudezas desarrumadas da história nacional”, lançado em 1932, em que o autor descreve a bandeira e o bandeirante, reforçando sua imagem tradicional: “Devia ter uma têmpera mais rija que a têmpera comum dos homens”. Pouco adiante narra a derrota dos paulistas na Guerra dos Emboabas e glorifica as características tradicionalmente construídas da mulher paulista, que teria impedido os remanescentes da derrota de entrarem em suas casas enquanto não voltassem lavar a honra de São Paulo.

A obra “Revolução Constitucionalista”, de Marcos Aurélio Pereira, lançada pela Editora do Brasil em 1989, carrega consigo uma série de problemas para adequar-se à linha da coleção em que se insere, a coleção “Lutas do Nosso Povo”, que coloca como objetivo “oferecer à juventude brasileira uma série de livros sobre as lutas heróicas dos povos americanos”. Por essa proposta, os autores procurariam um “linguajar vivo e atual”, evitando o “academicismo”, daí o caráter didático das obras. O conjunto dos temas deveria seguir o critério de “grande importância para se conhecer certos episódios marcantes da história de nosso povo sofrido”, além de constituírem-se em “obras críticas, que levam o leitor a questionar certos conceitos e tabus que a historiografia tradicional consagrou” ⁵⁵. O próprio enquadramento na série editorial é infeliz, pois forçará o autor a uma contradição que emperra a obra: provar que o movimento foi uma luta do povo, que a participação popular dá sentido ao movimento, e ao mesmo tempo não deixar passar as manipulações da elite, que causam essa participação. Quer resgatar a participação do homem comum, que foi o esteio

⁵⁴ Cf. Ernesta ZAMBONI. *Que História é Essa?*, p. 13.

⁵⁵ Os trechos citados até aqui são da contracapa do livro de Pereira.

entusiasmado do movimento, ao mesmo tempo em que colabora com a mistificação ao reproduzir na abertura do livro a “Canção do Soldado Constitucionalista”.

Essa dupla preocupação do autor em fazer uma obra “crítica”, com o que denuncia a origem oligárquica e reacionária do movimento, e que valorize o que acabou selecionado como uma “luta heróica dos povos americanos”, é o fator que compromete a obra. Dilema: criticar ou elogiar o movimento? Saída: criticar os líderes, as motivações e as manipulações da propaganda constitucionalista, mas glorificar o homem comum que participou dele e o heroísmo dos combates. É malhar o criador e acalentar a criatura, como se fosse possível diferenciar esses dois aspectos da luta. Ao exaltar o soldado constitucionalista, o autor reproduz um dos artifícios tradicionais da perpetuação da memória regional de 1932. Ao mesmo tempo, a crítica às elites e à motivação reacionária do movimento reproduz a história oficial federal construída pelos vencedores de 1930 e pelos sucessivos governos de Getúlio Vargas. Trocando em miúdos, contradiz duplamente o objetivo de “questionar certos conceitos e tabus que a historiografia tradicional consagrou”.

Na introdução, após afirmar que os grupos políticos de São Paulo uniram-se em 1932 (esquecendo-se de excluir tanto a Legião Revolucionária quanto anarquistas e comunistas) e defender que o movimento foi a expressão da disputa entre centralização (“tenentes”) e descentralização (“oligarquias”), caindo nas já comprometidas interpretações dualistas, o autor afirma que “o movimento paulista foi um importante fator de reorientação do processo revolucionário de 1930”⁵⁶. Com isso, aceita implicitamente que a revolução de 1932 atingiu seus objetivos e que o Governo Provisório não tinha intenção nenhuma de constitucionalizar o país. Adiante, afirmará que o movimento foi o “último suspiro da República Velha”⁵⁷. Se assim foi, de que maneira teria reorientado o processo revolucionário de 1930, logrando estabelecer, por exemplo, o voto secreto? O autor colabora também com os artifícios dos historiadores e memorialistas tradicionais, ao sacar um conhecido poema do dramaturgo Berthold Brecht (“Uma vitória em cada página / Quem cozinhava os banquetes da vitória ?”) para afirmar que o movimento foi feito pelo povo, é um patrimônio popular:

⁵⁶ *Revolução Constitucionalista*, p. 10

⁵⁷ *id.*, p. 43

*“ Da mesma forma pode-se perguntar: Quem empunhou as armas na luta a favor da constitucionalização? Pela autonomia política de São Paulo? Quem cozinhava para os soldados? Confeccionava o fardamento? Quem entregou os seus filhos à luta?”*⁵⁸

Pereira parece negligenciar o fato de que membros da elite como Alfredo Ellis Jr. e Aureliano Leite foram também ao combate e dele saíram feridos ou mortos. Parece entender que a elite cria o consenso ideologicamente, mas dele não participa, nele não crê.

A conclusão do autor para a obra é o coroamento desse dilema interno, resultando confusa e problemática ao tentar ressaltar a importância do movimento e parecer crítico, mesmo atacando uma posição que ninguém defende:

*“ A história é um carro alegre
Cheio de um povo contente
Que atropela indiferente
todo aquele que a seguir’
(Canción por la unidad de Latino América)*

*“Negar que o movimento de 9 de julho de 1932 não atropelou o cidadão que cruzava indiferente a Avenida Paulista , é negar que 7.200 mulheres trabalharam como voluntárias nas oficinas de costura, que a Campanha do Ouro para o bem de São Paulo chegou a arrecadar 6.234.638\$600, que, segundo Stanley Hilton, as fileiras constitucionalistas atingiram 20.000 homens em armas. E, é negar que foi o último suspiro da República Velha.”*⁵⁹

Como última observação, é importante lembrar que uma linguagem mais atrativa e atual não é incompatível com o rigor historiográfico e isso não significa academicismo.

Bem diferente é “O Jogo do Poder: Revolução Paulista de 32”, de Holien Gonçalves Bezerra, lançado em 1988 pela Editora Moderna, pois percebe-se, nas próprias sugestões de leitura, na variedade das notas e no livro como um todo, que o autor é um especialista no período e que debruçou-se sobre as fontes primárias e historiográficas com cuidado. Desta maneira, o autor não precisou informar que

⁵⁸ *Revolução Constitucionalista*, p. 34

⁵⁹ *id.*, p. 43

doutorou-se com uma tese versando sobre a literatura constitucionalista e seus artifícios ideológicos sobre a revolução de 1932.

Sua crítica é incisiva. A capa do livro, inserido na Coleção Polêmica, é ilustrada com 4 bonecos de madeira: um soldado constitucionalista, um senhor e uma senhora de classe média ou alta (pelos trajes retratados) e um menino jornalista, todos movidos por fios, como marionetes, por um par de mãos no alto do desenho.

No primeiro capítulo, o autor reconstitui alguns fatos relativos ao período para, nos capítulos seguintes, demonstrar os mecanismos de dominação da maioria por parte da elite política, legitimando esse movimento através do mote da Revolução Constitucionalista de 1932 como uma revolução popular, como uma reação vigorosa dos paulistas contra as humilhações que o “estado” vinha sofrendo. Destaca, assim, os jornais e os historiadores que insistem em demonstrar a participação de um novo personagem na história política brasileira, a multidão, nos comícios e eventos pró-constituição. Esse mecanismo inclui a conversão da classe média em “povo” e a ocultação das agitações sociais promovidas pelo operariado paulista, silenciado no período da campanha constitucionalista.

Expõe com clareza, para os estudantes, quais seriam então os mecanismos ideológicos presentes no discurso político para promover e legitimar a dominação: a disputa aparecendo como entre entidades abstratas (“São Paulo” X “Ditadura”), o apelo à unidade e para a salvação estadual, a absolutização de interesses particulares, um discurso de oposição ao poder central, a idéia da necessidade de defender a sociedade ameaçada e os bordões afins.

Bezerra aponta, também, o caráter vago e difuso da principal reivindicação, a constitucionalização do país, que não carrega consigo propostas de leis mas a idéia de que uma constituição por si só resolveria os problemas pendentes. Analisa também temas que galvanizam a população: o apelo ao patriotismo paulista, este talvez o principal elemento mobilizador do voluntariado. Além disso, há um tom moralizador na retórica constitucionalista que o autor não deixa de captar e partilhar com os leitores.

No último capítulo, o autor detém-se a mostrar o caráter absolutamente elitista e nada popular da Revolução Constitucionalista, dado o seu relacionamento com as lideranças esquerdistas do operariado, duramente reprimidas

antes e depois, mas principalmente durante 32, para garantir a aparência de unanimidade e paz social através da imagem da colaboração indireta do proletariado ao trabalhar honestamente, não sendo registrada nenhuma greve durante os três meses de guerra civil.

“1932, A Causa Paulista”, de Maria Helena Capelato, também tem um caráter de desmistificação competente dos símbolos da paulistanidade vinculados à Revolução Constitucionalista. O livro está inserido na Coleção Tudo é História, que pretende “vulgarizar” o conhecimento especificamente histórico, de forma similar ao que é feito com os temas de ciências humanas da Coleção Primeiros Passos, da mesma editora Brasiliense, inspirada na coleção francesa de bolso “Que sais-je?”. Especialista na imprensa paulista e nas ideologias da elite que a realiza no começo do século, a autora prontamente apresenta ao leitor que a Revolução Constitucionalista de 1932 é um evento que produz pelo menos duas versões distintas, evidenciando suas origens sociais. Num primeiro momento, contextualiza todo o processo e insere as discussões da historiografia de 1932 como centradas no ponto de referência em 1930. Com isso, retoma a crítica à construção de 1930 como fato histórico pelos seus vencedores feita por Edgar De Decca, Carlos Vesentini, Marilena Chauí e outros. Enfim, a autora trata de expor para um público ampliado algumas discussões da academia para situar os problemas da análise de 1932. Com isso, pode discutir também os temas do ideário criado pelos líderes da Revolução Constitucionalista e explicar sua capacidade mobilizadora através das idéias de luta por São Paulo e luta pela ordem. Tudo isso acontece sem que perca-se o sabor próprio da reconstituição do passado: as características da propaganda, os episódios de conflito, os apelos à mulher paulistas, etc. E reflete, na conclusão, sobre um problema que resta ao estudioso e ao interessado neste período: a guerra civil não seria evitável? As vidas e recursos não poderiam ter sido poupados?

Em relação ao outro grande tema histórico da paulistanidade, a questão do bandeirismo, pudemos selecionar 4 paradidáticos. O primeiro já foi analisado por Ernesta Zamboni, ao discutir os paradidáticos tendo por eixo o período colonial. Trata-se de “Os Bandeirantes”, de Mustafa Yazbek, da Coleção Cotidiano da História, da

Editora Ática. Zamboni observa a construção da imagem heróica do bandeirante, ao qual atribui-se a “imagem de força, de coragem, de espírito de aventura”⁶⁰.

Kátia Abud cita e discute outros trabalhos de divulgação e paradidáticos que trabalham o bandeirismo. É o caso de “Bandeirantismo, Verso e Reverso”, de Carlos Davidoff, publicado pela Brasiliense na coleção Tudo é História, e “Entradas e Bandeiras”, de Luiza Volpato, publicado pela editora Global na coleção História Popular, apresentado por Abud como um trabalho “que procura explicar as bandeiras no contexto do sistema colonial, como parte integrante dele”⁶¹.

Davidoff inicia o livro discutindo a criação historiográfica da figura heróica do bandeirante pelos autores paulistas, e propõe-se a desmistificá-la. Apresenta a pobreza dos vicentinos como fator que impulsiona o bandeirismo, num artifício que visa combater a visão mítica do fenômeno, puxando-o para bases materiais. O último capítulo é exatamente o debate sobre a questão do herói bandeirante, o questionamento do ancestral civilizador que anteciparia os destinos nacionais. Luiza Volpato, por outro lado, além do que foi apontado por Kátia Abud, está também preocupada em desmanchar os argumentos da historiografia tradicional sobre o bandeirante, capturando-os em sua historicidade, desde a recuperação da imagem heróica pelos cafeicultores paulistas do início do século até a sua apropriação pela ideologia estadonovista através de Cassiano Ricardo.

Um outro material paradidático sobre o tema é “Bandeirismo, Dominação e Violência”, de Júlio José Chiavenato, editado pela Moderna pela coleção Polêmica. O livro, procurando fugir tanto da “legenda negra” construída pelos jesuítas para os bandeirantes quanto da “legenda dourada” criada pela historiografia paulista, procura criticar o papel de conquista europeia em planos diferentes que é igualmente efetuado por bandeirantes e jesuítas. Assim, esse dois grupos parecem confundir-se em sua maldade. Por exemplo, no momento em que Chiavenato discute o confronto entre os dois grupos e a inexistência de medo, por parte dos vicentinos, da excomunhão, podemos ler o seguinte: “O contato diário com religiosos tão maus quanto eles parece tê-los vacinado contra a autoridade da Igreja.”⁶² Não podemos deixar de observar essa evidência do maniqueísmo da obra, preocupada em explicar bandeirantes e jesuítas,

⁶⁰ Ernesta Zamboni. *O Conservadorismo e os paradidáticos de História*, p. 186 e ss.

⁶¹ Kátia Maria Abud. *O Sangue Intimorato e as Nobilíssimas Tradições*, p. 201.

⁶² Júlio José CHIAVENATO. *op. cit.*, p. 33.

precursores do imperialismo do Primeiro Mundo, através da idéia de mal e bem. Nem por ter essas preocupações “críticas”, o autor deixa de absorver um dado bastante presente na leitura tradicional paulista do bandeirante: a sua sede de autonomia em relação a Portugal. Neste componente pinçado no passado e enfatizado no presente pela elite paulista, a função é oferecer raízes históricas, tradições construídas para a situação histórica de busca de autonomia e hegemonia pelos paulistas no Brasil e sua insubordinação aos poderes ditatoriais, que repetir-se-ia em 1932, conforme vimos no primeiro capítulo desta dissertação. Mesmo procurando estabelecer uma posição crítica em relação ao bandeirismo como epopéia, o autor acaba caindo no reforço a um dos argumentos mais importantes dessa trama.

Nesse capítulo, preocupamo-nos em identificar (e não mapear ou medir) a encarnação da ideologia da paulistanidade no cotidiano, utilizando como “termômetro” a escola, e para isso analisando os materiais através dos quais desempenha a sua função: fica claro, assim, que estamos julgando que a escola é um elemento central do cotidiano da sociedade que estudamos, tanto na vida diária quanto na formação das pessoas para essa vida. Na escola realizam-se, como vimos, as características do cotidiano tais como foram apontadas por HELLER: o sepultamento do momento humano-genérico para o mergulho na repetitividade e no ciclo diário mecânico de formação das personalidades para realimentar todo o sistema.

Abordamos os materiais didáticos enquanto veículos de ideologia e enquanto presença marcante no cotidiano escolar, mediando ideologia e cotidiano, cumprindo esta função central da escola. Constatamos, via material didático, a presença histórica da ideologia da paulistanidade na instituição escolar, em seu relacionamento com a memória e o ensino de história. Essa presença histórica deve-se à ação dos intelectuais tradicionais, que realizam na escola a transmissão desta mensagem, entre tantas outras, para formar o cidadão ideal para o projeto político e social que advogam.

CAPÍTULO 4

RITUAIS CÍVICOS E PAULISTANIDADE

*“Marcha Soldado Paulista
Marca teu passo na História
Deixa na terra uma pista
Deixa um rastilho de glória.”*

(Hino do Partido Constitucionalista - 1934)

“ (...) o ritual é um dos elementos mais importantes, não só para transmitir e reproduzir valores, mas como instrumento de parto e acabamento desses valores, do que é prova a tremenda associação entre ritual e poder.”

(Roberto DA MATTA. *Carnavais, Malandros e Heróis*)

M

arc Bloch sempre teve uma preocupação humanística na sociedade em que viveu, além das questões historiográficas com as quais trabalhava. Na leitura da sociedade ocidental, de dentro de um dos seus corações, a França, Bloch sentia-se à vontade para afirmar que o ocidente, marcado pelo cristianismo e pela herança da antigüidade clássica, é uma sociedade que conta com a memória em seu cotidiano, como um elemento central ¹.

A Igreja Católica organiza sua liturgia através de uma sucessão cíclica de festas religiosas, com as quais ensina e relembra e convida a vivenciar os itens fundamentais da fé. A República instituirá, para um povo acostumado às festas de memória religiosa, novos momentos cruciais da formação da identidade: em vez de Paixão, Páscoa, Natal, Advento, a data de formação da Nação, a proclamação da República, as revoluções redentoras. Novas festas de memória, agora laicas. Em vez dos santos, serão comemoradas as datas dos grandes heróis e mártires da nacionalidade. Daí o parentesco com os “dias santos” ou “dias de guarda” da Igreja, daí também o termo “rituais”, bem como a paráfrase presente no título do artigo de Lúcia L. Oliveira, “As Festas que a República Manda Guardar” ².

Procuraremos analisar, entretanto, não as festas nacionais, mas os rituais cívicos ligados à formação de uma identidade mais específica, a de paulista, com todas as atribuições ideológicas viemos discutindo no decorrer desse trabalho. Nesses

¹ Marc BLOCH. *Introdução à História*. p. 11-2

² Lucia Lippi OLIVEIRA. op. cit.

rituais regionais, diferentemente dos rituais republicanos do século XIX, não há uma tentativa de substituir os rituais religiosos (o clero católico foi uma força importante na defesa dos ideais da paulistanidade em 1932, e na defesa de sua memória, posteriormente), mas sim somar-se a eles, no que surge uma concepção ideal do homem paulista, que deveria ser cívico e religioso³.

Sobre essa regionalização do caráter nacional, Dante Moreira Leite, por exemplo, identifica no início do século XX a formação de um nacionalismo paulista⁴, que podemos compreender como inserido no desenvolvimento histórico da ideologia da paulistanidade. É a formação dos elementos necessários ao nacionalismo que Leite cita que nos permitem utilizar o exemplo das festas cívicas exclusivamente regionais dos paulistas através do mesmo referencial metodológico dos estudos que analisam as grandes festas nacionais. Isso porque, no momento privilegiado em que surgem duas das principais festas paulistas, o 9 de julho e o 23 de maio, em 1934, é possível verificar ainda com força considerável a presença de símbolos “nacionais” exclusivamente paulistas, bem como um sentimento de “nacionalismo estadual”. Conforme o historiador Edgar Carone (que adota a história oficial federal na interpretação de 1932):

“Senso de reorganização partidária e patriotismo bairrista mostram a determinação do novo grupo de poder. As homenagens aos ‘heróis’, à ‘revolução’ e à ‘abnegação’ dos paulistas etc., é a tônica que antecede as eleições estaduais de 14 de outubro de 1934: a morte do aviador constitucionalista Mota Lima proporciona ‘grande enterro e manifestação’ (4-5-1934); o dia 23 de maio (mudança

³ Encontrei, por exemplo, no arquivo da biblioteca da escola Cesário Coimbra, um folheto de oito páginas, sem data, assinado pela Liga do Professorado Católico de São Paulo, intitulado “Subsídios sobre o Movimento Constitucionalista”, em que a memória tradicional do movimento é incensada.

⁴ “No entanto, o movimento nacionalista de São Paulo foi efêmero e talvez nunca tenha superado o estágio embrionário. Mesmo assim, é possível notar que começavam a se formar em São Paulo os símbolos nacionais: além da bandeira e do hino, começa a haver o culto dos antepassados - os bandeirantes, Feijó - e dos locais sagrados - por exemplo, o mosteiro de São Bento, onde estavam enterrados os bandeirantes. Mas, ainda, como em todos os movimentos nacionalistas, um grupo intelectual se põe à frente do movimento, de forma que os símbolos e os heróis nacionais tendem a estabilizar-se e a atingir toda a população, independentemente de suas características de classe.” “Em São Paulo, surgem - como nos outros movimentos nacionalistas - poetas que celebram os símbolos e os feitos paulistas, bem como historiadores que procuram mostrar a continuidade histórica e psicológica dos bandeirantes. Finalmente, mais um aspecto que aproxima o nacionalismo de São Paulo e outros movimentos semelhantes: é depois da derrota na Revolução de 1932 que se acentua o nacionalismo paulista. Basta lembrar o nacionalismo na Alemanha depois da derrota diante de Napoleão, o nacionalismo francês depois da Guerra de 1870, ou o nacionalismo dos sulistas norte-americanos depois da derrota na Guerra de Secessão, para perceber que essa é uma tendência geral, confirmada até pelo nacionalismo extremo dos alemães depois da derrota na guerra de 1914-1918. Portanto, é no período imediatamente posterior à Revolução de 1932 que se encontra a maior parte da literatura nacionalista de São Paulo, interrompida pelo Estado Novo, em fins de 1937.” Dante Moreira LEITE, *O Caráter Nacional Brasileiro*, p. 255-6.

do secretariado e do interventor Pedro de Toledo, em 1932) torna-se feriado; a bancada paulista, na Assembléia Nacional Constituinte, e as autoridades paulistas comemoram o 9 de julho, etc.”⁵

Em se tratando das balizas teóricas para o estudo dos rituais, é preciso afirmar que não podemos entender este capítulo como uma ruptura dos anteriores, em que procuramos elencar os elementos constituintes da cotidianidade daquela ideologia na escola. Pelo contrário, o estudo do ritual (principalmente o cívico, no nosso caso), segundo Roberto Da Matta,

*“ (...) não seria um modo de procurar as essências de um momento especial e qualitativamente diferente, mas uma maneira de estudar como elementos triviais do mundo social podem ser deslocados e assim, transformados em **símbolos** que, em certos contextos, permitem englobar um momento especial ou extraordinário.”⁶*

Esse capítulo procura ser, então, uma continuidade e um aprofundamento dos capítulos anteriores, estabelecendo uma reflexão sobre os momentos em que há uma ênfase especial e consciente sobre determinados aspectos ideológicos do dia - a - dia de uma escola estadual em São Paulo. Conforme já indicamos na introdução deste trabalho, a escola Cesário Coimbra, em Araras - SP, é tomada como uma amostra representativa da rede pública paulista, pelas condições de sua origem e a continuidade de suas relações com os centros da sociedade política (Secretaria da Educação e outras instituições estatais) que em alguns momentos zelam pela ideologia da paulistanidade. Verifiquemos, então, alguns desses rituais neste recorte geográfico.

O conceito de ritual gerou uma discussão que por várias décadas envolveu uma série de pesquisadores, principalmente na área da Antropologia. Atualmente, conforme aponta o educador Peter McLaren⁷, o termo enfrenta monumentais objeções por parte de um elevado número de antropólogos, que julgam-no excessivamente vago para merecer uma consideração científica séria. Na contramão dessa tendência aparentemente majoritária, McLaren afirma que não existe, apesar das

⁵Edgar CARONE. *A República Nova*, p. 327.

⁶Roberto DA MATTA. *Carnavais, Malandros e Heróis: Para uma Sociologia do Dilema Brasileiro*. p. 63. Grifo do autor.

⁷em sua obra *Rituais na Escola: Em direção a uma economia política de símbolos e gestos na educação*. (Capítulo 1)

críticas, nenhuma refutação absoluta e definitiva ao ritual como um instrumento conceitual válido. Com isso, tomando o cuidado de absorver e processar as críticas procedentes ao conceito, o autor circunscreve uma definição de ritual destinada a viabilizar sua pesquisa, mas não fechada às alterações que o campo empírico impõe. Com essa preparação teórica, o autor embasa-se para utilizar o conceito fora de seu espaço tradicional na antropologia, ou seja, as sociedades menos complexas, aplicando-a no caso da sociedade canadense atual, e mais especificamente nos gestos e símbolos cotidianos da estrutura educacional. Por julgar bastante adequada a construção que McLaren fez da definição do ritual, reproduziremos em linhas gerais os seus argumentos com a finalidade de estabelecer algumas balizas teóricas para a presente análise dos rituais cívicos na escola paulista.

Para McLaren, o ritual, uma das principais formas de ação simbólica, vai além da herança religiosa inerente à humanidade, e mantém-se vivo nas culturas em geral pelo interesse na antigüidade e pela nobreza e peso da tradição. Portanto, há aí um aspecto prévio do ritual que está contemplado pela ação dos intelectuais paulistas, conforme vimos nos capítulos iniciais: a criação e o processo de legitimar e divulgar a tradição, no caso, da paulistanidade. Os rituais são parte indissociável da condição humana, e vão além das atividades sagradas e solenes, invadindo as atividades seculares. O ritual, integralmente ligado à ação cotidiana, constitui-se de gestos (ritmos evocativos de significados que formam atos simbólicos dinâmicos) e posturas (que constituem-se em paradas simbólicas da ação)⁸.

Uma importante característica definidora do ritual é a presença de um ritmo definido nos gestos que o compõem, e uma gama restrita ou fechada de significados evocados pelos gestos, de maneira a transmitir aberta ou subliminarmente, alguma informação relativa ao relacionamento social em andamento. Um conjunto de gestos sem ritmo, nos quais todos os significados possíveis são igualmente prováveis e que portanto são incapazes de transmitir alguma informação não pode ser considerado um ritual. Gestos como uma procissão de bandeiras com posição de destaque para a paulista, o ato de escutar discursos que referem-se a eventos históricos fundadores da paulistanidade, declamar e aplaudir poemas e jograis sobre o mesmo assunto, são gestos que apontam todos para uma mesma direção, passam uma mensagem,

⁸ Segundo as definições de Ronald Grimes citadas por McLAREN.

constituem o ritual. McLaren também aborda o aspecto da teatralização que os rituais comportam. No caso destes rituais mais amplos que analisaremos, esse aspecto fica bem destacado. O ritual é também um momento de “suspensão voluntária da descrença”, abrindo espaço para a função política de encarnar e transmitir certas visões de mundo. Além disso, os rituais servem para possibilitar aos participantes a reflexão sobre sua própria localização na cultura dominante, para comunicar classificando informações em diferentes contextos⁹.

Nesta breve análise que empreenderei dos rituais cívicos da paulistanidade, deve ficar claro que estou circunscrevendo um momento da vida escolar em que estabelece-se uma formalidade mais acentuada que no restante do cotidiano de professores, alunos e funcionários. Esta análise estará preocupada principalmente com a ritualidade dos discursos e textos escritos e seus significados ideológicos, e menos com os aspectos corporais do ritual. Isso porque nossa preocupação central não é com a composição em si dos elementos que propiciam a comemoração, mas sim com a sua função de transmissão de ideologias, valores, informações e paradigmas de conduta.

⁹ Enfim, uma definição mínima de ritual para ser utilizada como ponto de partida, é assim apresentada pelo autor: “A ritualização é um processo que envolve a encarnação de símbolos, conglomerados de símbolos, metáforas e paradigmas básicos através de gestos corporais formativos. Enquanto formas de significação representada, os rituais capacitam os atores sociais a demarcar, a negociar e articular sua existência fenomenológica como seres sociais, culturais e morais.” McLaren, op. cit., p. 88.

23 DE MAIO E 9 DE JULHO

A organização do ritual cívico, desde o Dia da Pátria até as festas regionais, está absolutamente vinculada à esfera oficial, ao Estado, e cabe aos poderes constituídos. A legitimação destes organizadores é obtida por meio de instrumentos legais, pelos decretos, portarias e resoluções que determinam as festas e nomeiam comissões especialmente designadas para fazer com que as comemorações ganhem existência efetiva¹⁰. Roberto Da Matta chega mesmo a afirmar, com o que concordamos plenamente, que se os governos deixassem de comemorar as festas cívicas, como o dia da Pátria, por exemplo, elas muito provavelmente cairiam no dia seguinte¹¹.

O calendário oficial das escolas públicas estaduais chega pelo correio, praticamente pronto (adaptando-se a alguns detalhes locais, apenas), vindo da Secretaria de Estado da Educação via Diário Oficial. A partir dessa orientação, a escola organiza suas atividades no ano, verificando os feriados religiosos e civis, sábados e domingos, comemorações que devem ser lembradas, enfim, estabelecem-se os dias letivos que comporão o ano de atividades de alunos, professores e funcionários. No Diário Oficial do Estado de São Paulo encontraremos, na indicação do calendário escolar, a presença de duas datas estritamente regionais, o Dia do Soldado Constitucionalista, em 23 de Maio e o Dia da Revolução Constitucionalista, em 9 de Julho.

Evidentemente, a simples menção dessas datas na lista de efemérides escolares não garante a comemoração e, quando esta acontece, não está garantido um nível alto de rememoração e de transmissão do discurso ideológico. Esse nível de transmissão da memória varia de acordo com o comprometimento pessoal de diretores, supervisores e professores com as datas em questão, ou seja, depende do sucesso da paulistanidade na formação dos próprios profissionais do ensino. Se a primeira característica da memória é seu antagonismo com o tempo que passa, ou seja, se tende ao esquecimento, podemos afirmar que a tendência das comemorações da paulistanidade é irremediavelmente esvaziando-se conforme avançamos cronologicamente. Isso porque o último "grande fato" dessa ideologia, ou seja, sua última grande realização heróica, a Revolução Constitucionalista de 1932, distancia-se no tempo inexoravelmente,

¹⁰ Jacques LE GOFF. Memória. Neste verbete da Enciclopédia Einaudi, o autor aponta, principalmente nas páginas 38 e 39, a importância das datas e do calendário laicizado para a manutenção de determinadas memórias políticas.

¹¹ DA MATTA, op. cit., p. 61

ao mesmo tempo em que não se criaram novos fatos heróicos e peculiares que tenham logrado “entrar para a história” de forma a garantirem comemoração.

Entretanto, não é possível mensurar a intensidade da rememoração de cada festa cívica em diferentes períodos. Resta-nos reconhecer a tendência ao esquecimento (por si só uma característica natural da memória) e verificar, no depoimento dos professores e nos recursos utilizados na comemoração, a presença marcante do discurso ideológico.

O ritual cívico pode acontecer de variadas maneiras. O desfile pela principal rua da cidade com a assistência dos pais e das autoridades civis locais é a mobilização mais ampla, envolvendo escolares, militares e entidades da sociedade civil¹². É o típico ritual teatralizado e que envolve duas massas: a dos que assistem e a dos que representam. A forma da movimentação, linear e num só sentido, com blocos humanos que movimentam-se de forma rigorosamente cadenciada e hierarquizada, constitui um símbolo da unicidade de propósitos e de mensagens que esse tipo de atividade quer apresentar.

Apesar de desfilar em batalhões de veteranos de 1932 e de aparecerem homenagens ao episódio no próprio desfile do 7 de setembro em São Paulo, apenas muito excepcionalmente ocorreram desfiles ligados a 23 de maio e 9 de julho, geralmente restritos à cidade de São Paulo (um desses momentos excepcionais é a comemoração do 4º Centenário da Fundação de São Paulo, em 1954, em que os cânones da paulistanidade vêm à tona¹³). O procedimento mais comum, conforme os educadores entrevistados para este trabalho, é a reunião escolar do corpo docente e discente (todo ou em parte, conforme a disponibilidade de espaço), que geralmente ocorria meia hora antes do final do horário normal de cada turno, ou então antes da entrada na aula, no hasteamento matinal da bandeira. É nesse momento que se

¹² Além do desfile das tropas que iam para a frente de combate, também as crianças eram incentivadas a improvisar armamentos alegóricos e, fantasiadas de soldados, formavam batalhões infantis que desfilavam pela cidade. Essa atitude, além de reforçar o entusiasmo pela causa, servia de acinte aos homens válidos que não tinham se decidido pelo alistamento, numa ação ideológica-moral coordenada na maior parte das vezes por mães e professoras. Cf. Carolina RIBEIRO (ex-diretora do Caetano de Campos) *A presença da mulher em 32*. In: Cinquentenário da Revolução Constitucionalista de 1932, pp. 48-60

¹³ “A GAZETA” de 10/07/1954 reporta textual e fotograficamente os eventos do dia anterior, a ampla missa campal pelos mortos de 1932, a comemoração cívica e a marcha luminosa à noite, pelas ruas do centro de São Paulo, com a “apresentação garbosa das escolas” em que destacava-se o Colégio e Escola Normal Caetano de Campos. As festividades acontecem no decorrer de 1954, inauguradas a 25 de janeiro, como discute Esmeralda Blanco Bolsonaro de MOURA no artigo *Bandeirantes do Progresso*.

desenrolam as preleções dos professores e outros chamados a usar a palavra para comentar o episódio ou o herói comemorado, que as classes apresentam jograis, declamações de poesias ou dramatizações, e que cantam-se os hinos ou músicas especialmente preparadas para o momento nas aulas de Canto Orfeônico (ou as posteriormente chamadas aulas de Música ou Educação Musical, função preenchida depois pelas aulas de Educação Artística e pelos momentos musicais das aulas de 1ª a 4ª série).

Uma outra possibilidade, mais simples, de comemoração cívica, é aquela feita na própria classe, com a preleção do professor comentando a data e a leitura, por alguns alunos, de textos referentes à efeméride. Nas classes iniciais, o costume generalizado é distribuir folhas mimeografadas de desenhos prontos encontrados nas “coleções pedagógicas” para que os alunos façam a pintura. O ritual cívico, portanto, aparece não só no “canto do Hino Nacional, no Pai Nosso, nas assembléias e aulas inaugurais”¹⁴, mas também no próprio ensino na sala de aula, que tem a natureza de uma transação ritual. É neste sentido que é possível mencionar a preleção simples que o professor faz isoladamente, na sala de aula, no momento das datas cívicas, ou as aulas de história em que os temas da paulistanidade são abordados, ou ainda os ensaios dos hinos para os rituais, que geralmente ocorriam nas aulas de Canto Orfeônico, depois Educação Musical. Ou, como vimos, na pintura passiva de desenhos previamente pensados e aparentemente inocentes.

Uma outra expressão da rememoração cívica ocorre no ambiente da escola através da sua decoração excepcional para a passagem da data. Sendo mais comum a profusão do verde e amarelo na Semana da Pátria, também nas datas paulistas aparecem os cartazes feitos pelos alunos e cartazes de época, exposições de fotos e materiais utilizados na guerra civil¹⁵, as cores da bandeira do estado. McLaren aponta a importância do ambiente na transmissão ritual de idéias e valores. É o ambiente que tem o papel de preparar e predispor os participantes aos momentos de teatralização em que assumem o papel de ouvintes colaboradores das autoridades que concentram a palavra.

¹⁴ *ibid.*, p. 57

¹⁵ Não é difícil encontrar em posse de educadores que entrevistamos materiais como bombas, cartuchos de metralhadora, granadas, baionetas, todos atribuídos à Revolução Constitucionalista de 1932. Um material significativo que encontrei foi um sabre de baioneta amarrado por fitas brancas, vermelhas e pretas a um pedaço de bandeira do estado recortado no formato do mapa do mesmo, utilizado em uma dessas exposições.

Em complementação à fala que acontece no lugar central do ritual, deve imperar a atitude de silêncio na massa composta de estudantes e professores.

Devemos lembrar ainda, antes de comentar os veículos da ideologia na comemoração cívica, as mudanças na estruturação do ano letivo no decorrer do tempo e sua influência nas datas comemoradas. Nas décadas de 30 e 40, o usual era que ocorressem as férias de inverno no mês de junho: o 9 de julho caía em período letivo, o que facilitava a sua comemoração no dia 8, já que a data em si era ponto facultativo nas repartições públicas (o que ocorreu efetivamente entre 1934 e 1937, sendo dia de trabalho normal durante o Estado Novo ¹⁶). Porém, com as modificações que fizeram as férias de inverno deslocarem-se para o mês de julho, o dia 9 de julho passou a cair num momento em que a escola não estava mobilizada para sua comemoração; apenas recentemente a primeira e a última semanas de julho foram adaptadas como período de aula, mas a agitação do final do segundo bimestre somada à perda de significado da data na década de 90 não concorrem para que a comemoração aconteça. Com isso, a data de 23 de maio ganhará um reforço extra, por estar no período de aulas: o Dia do Soldado Constitucionalista ganhará um status de primeiro nível como responsável pela rememoração da Revolução Constitucionalista de 1932 . Isso torna-se oficial em 1962, quando o governador Carvalho Pinto institui o Dia do Soldado Constitucionalista no calendário da rede oficial de ensino de São Paulo (ver anexo 1).

¹⁶ Esses dados foram observados nos "Livros de Lições" do período. guardados no arquivo da escola.

OS POEMAS E AS LETRAS DE CANÇÕES

As composições líricas são um dos elementos centrais do ritual cívico. Constituem a sua alma, o recurso principal para a consecução dos objetivos da atividade, na medida em que são o veículo próprio, a verbalização dos símbolos que estão em jogo no ritual. A palavra, tanto no discurso formal quanto na emoção própria dos poemas, é o elemento que confere intelegibilidade aos símbolos em questão, é o instrumento que verbaliza-os, disseca-os para apreciação do grupo.

Pré estabelecidas e consagradas pelo uso, as composições líricas são a oração da liturgia cívica, podendo ser declamadas individualmente, jogralizadas por um pequeno grupo ensaiado com antecedência de estudantes ou lidas em voz alta pelo conjunto dos participantes da celebração; pode ainda aparecer associada a uma música ou a um hino, gravando-se na memória, assim, com maior facilidade.

Presença indispensável é a bandeira, objeto ao qual deve-se respeito e de amor na medida em que é o símbolo da identidade que se relembra. A bandeira nunca é apresentada gratuitamente, sempre é acompanhada de uma leitura, uma interpretação das suas formas geométricas e figurativas. Por vezes pode-se encontrar interpretações fantasiosas da bandeira, como é o caso da bandeira italiana, quando procura-se olvidar a raiz revolucionária do seu tricolor através de uma leitura mágica, envolvendo fadinhas que contribuem para formar as cores da bandeira com aspectos da geografia física do país ¹⁷. No nosso caso, trata-se de interpretar a bandeira para fazer lembrar, e para atribuir novos significados ao seu "layout".

Hasteiam-se as bandeiras ao som do hino nacional brasileiro, cantado em uníssono pelos participantes em posição de sentido, às vezes com a mão sobre o peito, indicando a afetividade pelos símbolos. Na posição mais alta, a bandeira nacional. A paulista em outro mastro numa posição inferior e por último a bandeira do município. Essa ordem, e a presença do hino nacional refletem dois fatores: o primeiro é a legislação sobre os símbolos nacionais, que assim exige, e o segundo é o fato dessa legislação não contradizer o discurso tradicional e oficial sobre a Revolução Constitucionalista de 1932: foi uma revolução patriótica, de redenção nacional, sem objetivos separatistas ou de supremacia sobre os outros membros da federação. A

¹⁷ Humberto ECO e Marisa Bonazzi. *Mentiras que Parecem Verdades.*, p. 78 e ss.

paulistanidade, no formato que ganhou na história oficial, não existe para substituir a brasilidade, mas sim para dar-lhe o tom, coexistindo com ela e orientando-a: a paulistanidade que apresentar-se como o exemplo ideal e máximo de brasilidade, evitando assim diluir-se nesta, mantendo alguns padrões de identidade regional.

Uma das poesias utilizadas na comemoração da Revolução Constitucionalista de 1932 pode ser “Nossa Bandeira”, de Guilherme de Almeida, lendo historicamente o pavilhão, apresentando-o como corrente capaz de reunir todos os elos da tradição paulista, tradição essa que a historiografia tradicional construiu em várias décadas de atividade:

*“Bandeira de minha terra,
bandeira das treze listas:
são treze lanças de terra
cercando o chão dos paulistas!”*

Em seguida ao intróito, o poeta estabelece as bases históricas da tradição expressa na bandeira, os colonizadores / fundadores civis e religiosos, o administrador e a ação dos jesuítas que fundam a cidade:

*“Prece alternada, responso
entre a cor branca e a cor preta
velas de Martim Afonso
sotaina do Padre Anchieta.”*

O épico das bandeiras não se fará ausente da bandeira de pano tecida pelos eventos históricos:

*“Bandeira de Bandeirantes
branca e rota de tal sorte
que entre os rasgões tremulantes
mostrou assombros da morte.”*

*“Riscos negros sobre a prata
são como o rastro sombrio
que na água deixava a chata
das Monções, subindo o rio.*

Rapidamente introduzindo as “novas bandeiras”, Guilherme de Almeida alinhava os feitos da Revolução Constitucionalista de 1932:

*“Página branca - pautada
por Deus numa hora suprema
para que, um dia, uma espada
sobre ela escrevesse um poema.”*

*“O poema do nosso orgulho
(eu vibro quando me lembro)
que vai de nove de julho
a vinte e oito de setembro”*

*“Mapa da pátria guerreira
traçado pela vitória
cada luta é uma trincheira
cada trincheira é uma glória”*

Sem perder o trem, o autor já solda os feitos de bravura de uma raça de gigantes com os seus gigantes feitos econômicos, na terra em que o trabalho é a ordem:

*“São os dois rápidos brilhos
do trem de ferro que passa:
faixa negra dos seus trilhos,
faixa branca de fumaça.”*

*“Fuligem das oficinas;
sal que as cidades empoa
fumo negro das oficinas
estirado na garoa.”*

*“Desfile de operários;
é o cafezal alinhado;
são filas de voluntários
são sulcos do nosso arado”*

Finalizando, Guilherme de Almeida demonstra o caráter brasileiro, nacional do paulista:

*“Bandeira que é o nosso espelho
Bandeira que é a nossa pista!
Que traz no topo vermelho
o coração do paulista.”¹⁸*

Em outra composição, “A Santificada”, o mesmo Guilherme de Almeida, “poeta da revolução” ou “poeta soldado”, continua a louvação da bandeira paulista, apresentando-a como um objeto sagrado após ter atravessado impávida a luta pela constituição:

*“(…)
Retemperou-te a fogueira:
Vens como vinha a ‘bandeira’
Da fomalha do sertão:
Santificou-te o suplício:
Repetiu-se o sacrifício
De Joana D’Arc em Ruão.”*

*“(…)
E houve uma noite de heroísmo
Que marcou o teu batismo
De glória: e por isso é que
Tens quatro letras gravadas
Nas quatro estrelas douradas
Do tópo: M.M.D.C.”*

Nessa composição mística da bandeira de São Paulo destinada a fundi-la com a história tradicional, fica ausente um outro aspecto da sua origem, que é a nítida inspiração na bandeira nacional norte-americana. Este tipo de referência não é exatamente algo que se precise ocultar, mas é algo que não precisa e não deve aparecer nessa leitura lírica, pois quebraria sua harmonia, uma vez que a historiografia tradicional aponta Piratininga como o núcleo colonial amantíssimo da liberdade, isolado e autônomo, indiferente às ordens de Portugal e às influências estrangeiras, isolamento esse que garante a formação da “raça de gigantes”.

A marcialidade da marcha “Paris-Belfort”, de Farigoul, enchia as ruas paulistas em 1932. Se é verdade que a Revolução Constitucionalista de 1932 consegue produzir uma variada gama de imagens, é inegável que a Paris-Belfort torna-se a imagem

¹⁸ Em muitas publicações encontramos as poesias de Guilherme de Almeida. Reproduzo-as aqui a partir da publicação da Delegacia de Ensino de Sorocaba, destinada a servir de subsídio para as comemorações cívicas sobre 1932, intitulada *MMMD.C. O Orgulho dos Paulistas*.

auditiva do movimento; guardadas as proporções e os sentidos, a marcha torna-se a “Marselha” das jornadas dos paulistas naquele momento. Anos depois, ela continuará sendo um dos maiores símbolos estéticos da revolução, e ganhará uma letra (não se conhece o autor, embora alguns atribuam-na a Guilherme de Almeida, o que não parece verídico pelo estilo utilizado, com chavões, de rimas pobres e óbvias, batidas pelo uso e construção pouco elaborada) a ser cantada pelos escolares, publicada nos manuais de comemoração de 1932 e reproduzida entre os professores responsáveis pela comemoração cívica.

*“Nove de Julho é a luz da Pátria
Data imortal deste berço augusto
Dos bandeirantes denodados
Deste São Paulo vanguardeiro e justo.*

*“Nove de Julho é a glória do Brasil
Cantado por São Paulo sob um lindo céu de anil
Nove de Julho heróica e bela data
Marco inicial da jornada democrata.*

*Piratininga terra do trabalho
Onde são reis a enxada e o malho*

*Seu povo altivo vai espalhando
Amor pela Pátria e vai cantando.*

*Solo querido terra amorosa
Pátria de bravos sempre formosa.”¹⁹*

O texto reproduz a ambigüidade própria da Revolução Constitucionalista de 1932 no relacionamento entre regionalismo e nacionalismo: ao ler e cantar o primeiro verso, imaginamos que a data ilumina a pátria brasileira, mas observando o contexto em que a palavra pátria aparece no último verso, ficamos em dúvida. Pátria, nessa composição, ganha duplo sentido: São Paulo e Brasil. Com isso, a coerência só pode ser dada pela concepção já do século XIX, do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo de que a história paulista é a história do Brasil, ou seja, o Brasil só pode ser visto e compreendido em sua plenitude a partir da ótica de São Paulo.

¹⁹ M.M.D.C., Orgulho dos Paulistas. op. cit., p. 53

Dois são os elementos louvados nesta canção: a data em si, caracterizada como luminosa, gloriosa, imortal, heróica e bela, e o seu estado, São Paulo, apresentado nos estereótipos de justiça, vanguarda, trabalho, altivez, formosura, a “terra amorosa” de onde surgiram os bandeirantes. Dessas características atribuídas a São Paulo, duas destacam-se: a imagem de São Paulo como terra em que se trabalha com seriedade no campo e na cidade (“são reis a enxada e o malho”), que é uma imagem que legitima a riqueza do estado perante a miséria de boa parte do resto do país. Ainda que essa riqueza paulista seja relativizável, a imagem de São Paulo com terra que não pode parar, que está sempre destruindo e reconstruindo, sempre crescendo por uma inércia de movimento genética de seus habitantes, serve para justificar a riqueza e, além disso, a naturalidade da liderança paulista no país que necessitaria ser restaurada para que também o Brasil, submetido à lógica paulista, pudesse ser rico. Outro aspecto que pode ser destacado é a constante figura da bandeira e do bandeirante, ligado ao São Paulo moderno pelos laços da tradição inventada, surgindo como explicação mítica da grandeza econômica do estado.

A Revolução Constitucionalista de 1932 não pôde contar com um único herói ou mártir de expressão, como Tiradentes, Frei Caneca, João Pessoa ou mesmo o próprio Getúlio, auto-imolado no altar da Pátria que construiu para si mesmo no Palácio do Catete. Por outro lado, o movimento paulista contou com uma vibração coletiva entre a elite e a classe média, que conseguiu dezenas de milhares de alistados em poucos dias²⁰, e conseguiu levar para o cemitério paulista algo em torno de seis centenas de homens²¹. Nenhum herói individual seria capaz de orgulhar tantas famílias que perderam seus entes queridos quanto o fato de considerar que cada soldado morto pela causa constitucionalista foi um herói. O M.M.D.C. tornou-se, então, esse herói coletivo demandado pelos paulistas que tiveram seu quinhão de envolvimento com a revolução ou com a manutenção de sua memória. A sigla surge dos nomes dos quatro jovens mortos no ataque à sede da Legião Revolucionária / Partido Popular Paulista, que apoiava a Revolução de 1930 e seu regime, os paulistas Martins, Miragaia, Dráusio e Camargo, em 23 de maio de 1932; são esses quatro jovens considerados os quatro

²⁰ Vários autores demonstram que, onde falhava a “vibração cívica”, entrava a coerção econômica e moral, excluindo socialmente o homem válido que relutava em alistar-se, negando-lhe a condição identificadora do grupo social, ou seja, o estatuto de “paulista”, e pondo em dúvida sua virilidade.

²¹ Os números são controversos. Valemo-nos, como exemplo, dos dados do Desembargador Odilon da Costa Manso no texto *Pródromos de 1932*. IN: CINQUENTENÁRIO, op. cit., p. 26-44

primeiros heróis de 1932. É muito interessante notar que há um “esquecimento” sobre duas informações muito importantes em relação a essa data. Vavy Pacheco Borges observa que, na memória sobre 32, a L.R./P.P.P. desaparece sem deixar vestígios, some dos comentários sobre o 23 de maio, havendo uma grande ignorância, mesmo entre historiadores, em torno dessa organização política contrária ao discurso da oligarquia paulista²²; o movimento contrário acontece com o M.M.D.C., que é muito lembrado e reconhecido pela sua presença na educação pública e privada dos paulistas. Outro fato que “desaparece” das narrativas paulistas sobre o surgimento de 1932 é o contexto de ataque da massa enfurecida e inflada de patriotismo paulista à organização considerada como a representante da política getulista em São Paulo. O aparecimento dessa informação tiraria o caráter do M.M.D.C. de vítimas inocentes e heróicas dos partidários covardes e inescrupulosos da ditadura.

Ironicamente chamada de “Mata Mineiro, Degola Carioca” pelos soldados constitucionistas, foi o nome que inspirou a criação de uma sociedade secreta fundada por Aureliano Leite, entre outros, destinada a organizar o movimento armado que, quando irrompe a revolução, constitui a principal entidade de mobilização de batalhões de voluntários e trabalho de retaguarda, tanto na infra-estrutura quanto na propaganda. O 23 de maio vai tornar-se o “Dia do Soldado Constitucionalista”, o dia em que acontece a comemoração dos heróis simbolizados pelas letras “M.M.D.C.”, com o grave incentivo da Sociedade Veteranos de 1932 - M.M.D.C., espalhada por algumas cidades paulistas e cuja matriz, em São Paulo, fica no coração da cidade, ao lado da Praça da Sé.

Toda a mística envolvendo o soldado constitucionalista está ligada à morte e ao martírio, mais que pelo ideal, pelo torrão natal, por São Paulo, dentro da forte concepção militar ocidental que deita suas raízes no período medieval ou mesmo na antiguidade. A personalização do estado de São Paulo facilita o processo ideológico de fazer entendê-lo como um corpo místico, composto por todos, como uma pátria pela qual os membros têm o dever de arriscar a própria vida e, se preciso, entregá-la sem pestanejar. O sacrifício de M.M.D.C. não é divulgado como o lamentável desfecho de uma manifestação de rua, mas sim como um sacrifício de redenção da pátria paulista, momento de criação de mártires, de fundação de luta e de chamada da coletividade para

²² Vavy Pacheco BORGES. *Tenentismo e Revolução Brasileira*, p. 64.

empreenderem a oferenda de seu próprio sangue. Essas imagens beneficiam-se da tendência do pensamento ocidental de considerar o morrer pela pátria como um dos mais belos e respeitáveis atos de um homem, tendência essa calcada no cristianismo e no exemplo primordial de Jesus Cristo, que dá a vida pela redenção do conjunto dos homens. Calca-se também na noção de honra e de fidelidade senhorial, transferida depois para o rei e por fim para a entidade abstrata da pátria; ao mesmo tempo, celebra-se a certeza de que aquele que morre por sua pátria não terá jamais sua memória esquecida²³.

Existem algumas composições específicas para o 23 de maio, como é o caso do “Hino ao Soldado Constitucionalista de ‘32’”, escrito pelo Dr. Benedito Cleto e musicado pelos sargentos Domingues e J. Ribeiro:

*“Salve os heróis de ‘32’
das falanges paulistas
que ao vosso lábaro das treze listas
destes o sangue, a vida, o amor;
bravos soldados, titãs gigantes,
honrastes nossa História ;
vosso São Paulo cobristes de glória,
que netos sois de Bandeirantes”*

*“Salve ‘M. M. D. C.’
‘Por nós tombastes, pelo direito,
A glória Deus vos dê
por nosso sangue derramado,
no céu láurea de heróis.
Por vós São Paulo é glorificado.
Valentes, salve os Paulistas
dos batalhões constitucionalistas.
(...)”²⁴*

A palavra-chave dessa composição é *glória*, a recompensa das ações extraordinárias, dos grandes serviços prestados à humanidade, o brilho e o esplendor da disponibilidade de morrer pela pátria, da coragem de ir para o campo de batalha por um ideal (e por lá ficar). São glorificados os soldados constitucionalistas no mesmo tempo em que afirma-se que trouxeram glória a São Paulo. É a edificação da glória do vencido, na operação de inversão de derrota em vitória que o discurso tradicional sobre 1932

²³ ver Philippe CONTAMINE, Mourir Pour La Patrie. In: NORA, Pierre, op. cit., p. 11-43

²⁴ M.M.D.C., *O Orgulho ...*, p. 51.

costuma fazer. Ao usar a glória como recurso de linguagem da composição, o autor participa do processo de criação do herói, que é a sua desumanização, omitindo a relutância, o medo, a morte por falta de treinamento e capacidade profissional para o combate, os acidentes (por exemplo o que vitimou o próprio comandante da Força Pública de São Paulo num teste de bombarda, sem combate algum) que foram comuns naquele momento. O hino, na segunda estrofe apresentada, que é o estribilho, propõe a glória como a compensação pelo sangue derramado, como na imagem largamente difundida no Brasil de que o sangue lava a honra, desde que se esteja do “lado certo” da história, lutando pela justiça e pelos interesses da coletividade que se representa (São Paulo). O problema é que, numa guerra, ambos os lados lutam por julgarem-se possuidores da razão, da justiça e do mandato representativo dos interesses de suas coletividades. E as guerras continuam ...

Abaixo, a clara expressão do regionalismo, do amor às coisas paulistas, reivindicando para elas a paternidade bandeirante (numa imagem colocada acima do universo dos humanos normais, na esfera dos semideuses), no soneto “Paulista Sou”, do historiador Alcântara Machado:

*“Paulista sou há quatrocentos anos
Imortal, indomável, infinita,
Dos mortos que venho ressuscita
A alma dos ‘bandeirantes sobrehumanos.*

*“Tenho paixão da gleba circunscrita,
Tenho orgulho dos nossos altiplanos,
E quero morrer ouvindo a voz bendita
Dos pausados cantares paulistanos.*

*“De minha Terra e para minha Terra
Tenho vivido e meu amor encera
Veneração por tudo o quanto é nosso.*

*“Por ela vivo n’um completo enlevo
E incapaz de servi-la o quanto devo
Quero ao menos amá-la o quanto posso.”²⁵*

²⁵ MMD.C. ..., op. cit., p. 58

Encontrar esta poesia num manual destinado a oferecer subsídios aos professores para comemorações cívicas do 23 de maio e 9 de julho é uma evidência clara de que, mais do que uma comemoração histórica, essas festas são de fato o momento em que se procura construir a paulistanidade nas crianças e jovens. Mais que o respeito e a reverência aos heróis e fatos do passado, essas comemorações visam edificar artificialmente nos estudantes o amor à terra em que nasceram ou cresceram, delimitada também artificialmente como o estado de São Paulo. Sabemos que essa criação escolar do amor a São Paulo sem necessariamente contradizer a criação do amor pelo Brasil é o requisito básico para desenvolver as idéias regionalistas e de superioridade desse estado sobre os demais ²⁶.

A essa altura, já podemos entender o porque do título de “poeta da revolução” a Guilherme de Almeida. O poema seguinte, de sua autoria, é paródia de uma tradicional oração católica e trabalha a mistificação do sujeito coletivo “São Paulo”, substituindo a própria figura divina:

*“Creio em São Paulo Todo Poderoso,
criador para mim de um céu na Terra,
N’um ideal paulista, um só, glorioso,
Nosso senhor na paz, cioso na guerra,
O qual foi concebido nas ‘bandeiras’
Nasceu da livre alma das trincheiras,
Padeceu sob o jugo dos invasores,
Crucificado, morto, sepultado,
Desceu ao vil inferno dos traidores.
Mas um dia ressurgiu dos mortos,
Subiu ao nosso céu e está sentado
À direita do Apóstolo Soldado,
Julgando todos nós, vivos e mortos.
Creio no pavilhão das treze listas,
Na santa união de todos os paulistas,
Na comunhão da raça adolescente,
Na remissão final de nossa gente,
N’uma ressurreição de nosso bem
E na vida eterna de São Paulo - AMÉM !!!” ²⁷*

²⁶ A idéia de que o patriotismo - regional ou nacional - é uma artificialidade plantada nos povos pelo sistema educacional estruturado pelas classes dominantes - já que estas é que estabelecem a nação e seus limites - a partir do momento em que formam-se os estados nacionais. para legitimá-los, é revista nas obras de Erich Fromm, Theodor Adorno e Willian Summer por Dante Moreira LEITE, op. cit., cap. I

²⁷ M.M.D.C., ..., op. cit., p. 58.

Já no segundo verso o poeta hiperboliza as condições de vida proporcionadas pelo desenvolvimento da “terra bandeirante”, chamada de “céu na Terra”: o paulista não precisa de utopias, pois elas já se realizam no seu torrão, devendo ser defendidas a todo custo e tributando a eterna gratidão de quem aí vive. Insiste, também, na homogeneidade e união dos filhos do “grande estado”, condição necessária para poder pensá-lo como sujeito histórico coletivo. A campanha constitucionalista é colocada no lugar da paixão, morte e ressurreição de Jesus Cristo, como a saga de um deus que tivesse na raiz, novamente, as bandeiras epopéicas do período colonial.

Nas comemorações cívicas, como vimos, o papel central está nos hinos, canções, poesias, jograis, que têm na composição lírica textual o principal meio de transmissão da ideologia. O outro grande meio dessa transmissão está nas preleções e discursos. Infelizmente a maior parte deles resulta de uma fala espontânea a partir de um esquema em um pedaço de papel, geralmente não gravados nem transcritos. Não se trata aqui dos discursos em 1932, pois estes existem em profusão que chega à náusea, superando com folga de palavras a proporção entre o verbo e a ação²⁸. Interessa-nos o discurso sobre a Revolução Constitucionalista de 1932 para os estudantes das escolas paulistas.

Pude reunir, a título de exemplo, dois discursos com essa característica, pronunciados nas comemorações dos 50 anos da revolução em 23 de maio de 1982, num evento que reuniu no Ginásio de Esportes de Araras todas as escolas do município, públicas e particulares, a partir da orientação da Delegacia de Ensino de Limeira, à qual a cidade era então vinculada, envolvendo as autoridades da cidade e as instituições da sociedade civil. Procuramos nesta amostra, neste espaço particular, as características da universalidade do estado. Evidentemente, a condição das comemorações ararenses pode, eventualmente, trazer peculiaridades locais não generalizáveis, porém cremos que as mesmas, se existirem, não tiram o caráter de exemplo das comemorações tais como realmente ocorreram.

O discurso abaixo foi proferido pelo diretor da escola mais antiga da cidade, o prof. Oscar Alves Janeiro, e faz um vôo panorâmico sobre a Revolução

²⁸ Elias Thomé SALIBA discute o caráter do “acúmulo verbal” sobre 1932 no artigo As Palavras e os homens: oratória, crônica e novela na São Paulo de 32.

Constitucionalista, reproduzindo sem quebra de harmonia os discurso oficial regional sobre o episódio:

"Inicia-se hoje, as comemorações do Cinquentenário da Revolução Constitucionalista de 32. E, Araras, integrada no contexto histórico desse evento, participa ativamente da exaltação dos seus revolucionários, que, imbuídos de um elevado ideal patriótico, lutaram para o restabelecimento da ordem jurídica do nosso País. .

A morte dos estudantes: Miragaia, Martins, Dráusio e Camargo, na Praça da República, em São Paulo, fez eclodir a revolução, para o restabelecimento da Constituição e dos princípios democráticos que sempre nortearam o povo brasileiro.

Nessa noite de 23 de maio participaram também homens memoráveis, como Ibrahim Nobre - tribuno de raros e empolgantes discursos e o saudoso Cesário Coimbra - patrono de um dos nossos mais tradicionais estabelecimentos de ensino de nossa cidade.

Morrem os estudantes - Ressurge o M.M.D.C. - berço do civismo, em defesa da Lei e da Ordem - 'Pela Lei e Pela Grei', que se acha inscrita na Comenda que immortalizou o evento máximo de nossa história.

Os fatos se sucederam - Tombaram outros heróis. Cruzes de madeira assinalavam os que caíam. O exército constitucionalista batia-se com denodo em todas as frentes de combate. O heroísmo paulista, fazia-se presente. São Paulo chorava os seus mortos, mas a luta continuava.

Era preciso vencer. Campanhas, davam provas de sua generosidade. O povo desfazia-se de suas jóias, de suas pratarias, para obtenção de recursos. Ergue-se um monumento na Praça do Patriarca, apresentando a urna depositária das dádivas do generoso povo paulista. A igreja abençoava as bandeiras dos batalhões que partiam, propiciando magnífico espetáculo de comovente fé cristã. Os batalhões infantis desfilavam pela cidade. Os homens se alistavam. As mulheres transformavam a retaguarda numa segunda frente. Presentes nas fábricas de munições, oficinas de costura, hospitais - provendo, incentivando, fiéis às tradições heróicas da mulher paulista. A cidade enchia-se de cartazes - os rádios e jornais exaltavam às lutas.

Mas, aos poucos, a situação definia-se implacável. No dia 2 de outubro houve a cessação da luta, encerrando uma das mais belas páginas da história pátria. Todo o sacrifício de São Paulo, foi em benefício do Brasil. A Constituição que os Paulistas queriam não era apenas para São Paulo, mas, para o Brasil.

Com altanaria de espírito e serenidade de razão, demonstrou o povo Paulista, nessa epopéia, sem igual, a firmeza do seu pulso, a largueza de suas vistas, a amplitude de seu sentimento nacional. A nossa Bandeira Paulista foi colorida com sangue, dos seus bravos

revolucionários, mas há de permanecer imortal aos olhos de todo o Brasil, com a mais inequívoca demonstração de sinceridade de sentimentos com que se entregou à causa constitucional do País.”²⁹

Repare-se que o discurso, na sua ânsia de exaltar e resumir o movimento, deixa de informar, omite e falseia alguns pontos, ao mesmo tempo em que destaca outros mais amenos, como os discursos de Ibrahim Nobre e a Campanha do Ouro para Vitória. É o permanente recurso da tradição: não lembrar tudo, mas apenas o que é “bom”. Não menciona as causas da conflagração, coloca o 23 de maio como o motivo que faz eclodir a revolução, quando a causa última que precipitou os eventos foi uma querela administrativa nas nomeações do exército pelo chefe do Governo Provisório envolvendo o gal. Klinger. Defende que os princípios democráticos sempre nortearam a índole do povo brasileiro, afirmando-o pouco depois do aniversário de 18 anos do regime militar de exceção no país. Deixa perceber a limitação do conceito de “povo” que utiliza para descrever os colaboradores do movimento, ao informar que o mesmo oferecia “suas jóias”, “suas pratarias” ...

O prefeito municipal naquela ocasião também fez uso da palavra, ecoando os cânones todos dos discursos sobre 1932:

“Na madrugada de 9 de julho de 1.932, rebentou em São Paulo um amplo movimento para o restabelecimento constitucional do nosso País. Foi a culminância dos acontecimentos do dia 23 de maio, onde tombaram na Praça da República os estudantes Miragaia, Martins, Dráusio e Camargo, vítimas das forças da ditadura, que humilhavam o nosso país. Nesse dia, no tumulto da cidade agitada, no choque de populares e forças armadas, surgiu o M.M.D.C. - prova de um povo unido, patriótico - que se ergueu como um homem só, para dar ao mundo, prova dignificante de coesão, firmeza e bravura cívica, e de uma extraordinária prova de capacidade e organização. Homens, mulheres, crianças, adolescentes, unidos, prestaram à luta, o melhor dos seus esforços. Dia e Noite, sem descanso, velaram usinas, cidades, trabalharam nas fábricas, nas oficinas, lutaram nas trincheiras, na terra, no ar. Multiplicaram-se os exemplos de dedicação à terra bandeirante, como o voluntariado, a Campanha do Ouro, para o bem de São Paulo, a mobilização da indústria, a participação plena da mulher, nos hospitais de sangue, nas cantinas, na costura e nos lares desertos. São Paulo altaneiro, lutava para que tivéssemos uma constituição à altura da nossa história e de nossa cultura. Desse movimento extraordinário, ficou na história do

²⁹ discurso extraído do RELATÓRIO das Atividades das Comemorações do Cinquentenário da Revolução de 1932. em Araras (mimeo).

Brasil, uma luminosa esteira de heroísmo, sacrifícios e de glórias. Araras, se integrou na luta. Os seus filhos forma enviados para as frentes de luta numa demonstração inequívoca de sinceridade de sentimentos com que se entregou à causa para a reorganização político administrativa do Brasil. E disso, nunca se arrependeram, por que cumpriram com o seu dever cívico e servem de exemplos marcantes à nossa juventude, de que a sua missão, no passado e no presente, é pelejar, vitoriosamente pelas grandes causas da nacionalidade, cujos destinos, várias vezes, tem aberto novos rumos, para cobrir nosso Brasil de glórias.

A Revolução não foi vitoriosa pelas armars[sic], mas dignificou o povo paulista, para prosseguir com mais força, integrado ao nosso grande País, em direção ao seu grande destino e ao seu grande futuro.”³⁰

Novamente percebemos o viés ideológico que procura harmonizar ao máximo os acontecimentos de 1932, aparar suas arestas para tornar mais compreensível os motivos para sua rememoração: a ditadura de Vargas aparece como humilhando todo o país, quando na verdade quem sentia-se humilhada era a elite política paulista e seus seguidores, somente. O discurso omite informações sobre o evento, e aponta misteriosas “forças armadas” como responsáveis pela tragédia. Ao mesmo tempo, este discurso, no trecho em que apresenta a reação paulista como uma ação unânime, metaforizando-a como o levantar-se de “um só homem” reforça a tese de que os constitucionalistas, já no momento da campanha, conseguiram edificar a partir de M.M.D.C. um herói regional coletivo, capaz de catalisar o orgulho de cada componente das forças constitucionalistas e de cada cidadão favorável àquela causa, envolvendo cada um como um herói em miniatura, membro de um gigante herói.

Retomando esses discursos e suas omissões, é possível compreender melhor os significados nas entrelinhas da frase da Charles Maurras, que é o próprio princípio da construção da história tradicional: “A tradição não significa a transmissão de tudo, mas daquilo que é bom e verdadeiro”³¹.

É temerário pensar que, além de reforçar a memória, as comemorações cívicas pretendem apresentar os exemplos e ideais de comportamento individual (heróis) e coletivo (“fatos”) para a juventude, colocando nesse pedestal as

³⁰ Idem.

³¹ citado por Lúcia Lippi OLIVEIRA, op. cit., p. 175.

aventuras bélicas do passado político. É esse um dos principais pontos para a crítica da atual situação da formação cívica e ética da juventude no sistema educacional, para o qual podemos recolocar a persistente questão: que tipo de cidadão o ensino de história está formando, e que tipo de cidadão ele pretende formar, já que este é um dos pronunciados objetivos desta faceta da atividade educacional?

Não podemos separar a existência humana da presença dos rituais. Estes, quando ligados às questões da memória política, ganham um papel de manutenção da identidade coletiva adequada ao consenso hegemônico da classe dominante. Foi neste sentido que analisamos os rituais cívicos da paulistanidade, como expressões de uma tentativa de regionalizar a identidade a partir de uma perspectiva decadente, ou seja, a da oligarquia paulista. Classe diluída no espectro político e social após o Estado Novo, suas idéias permanecem e se manifestam nos rituais a partir da ação de intelectuais tradicionais ligados pessoalmente ao movimento armado de 1932 ou à sua infra-estrutura material e ideológica. Os rituais, espaço privilegiado na escola para a difusão da história oficial, são os momentos cruciais para que percebamos os mecanismos da ação da ideologia, que utilizam-se tanto dos gestos físicos quanto da verbalização dos símbolos para proporcionar a consecução de seus objetivos.

No decorrer do tempo, a tendência é o esgotamento das fontes da comemoração: oficialmente incluídas no calendário cívico estadual, as festas cívicas da paulistanidade tendem cada vez mais a serem apenas um registro formal e indiferente, em vez de uma fervorosa exibição de memória e valores tradicionais. Isso porque os intelectuais tradicionais (desde os pesquisadores e professores universitários aos soldados, policiais, professores do ensino primário e médio) que de alguma forma viveram o 23 de Maio e o 9 de Julho vão desaparecendo, e as novas gerações não herdam essas preocupações de memória. Parece que as comemorações ocorrem porque as abaladas forças da memória tradicional sobre 32 conseguem reunir-se em períodos mais esparsos, como os aniversários múltiplos de 5 ou de 10 da Revolução Constitucionalista de 1932. O último desses aniversários, que contou com uma grande mobilização foi o Cinquentenário do movimento.

CAPÍTULO 5

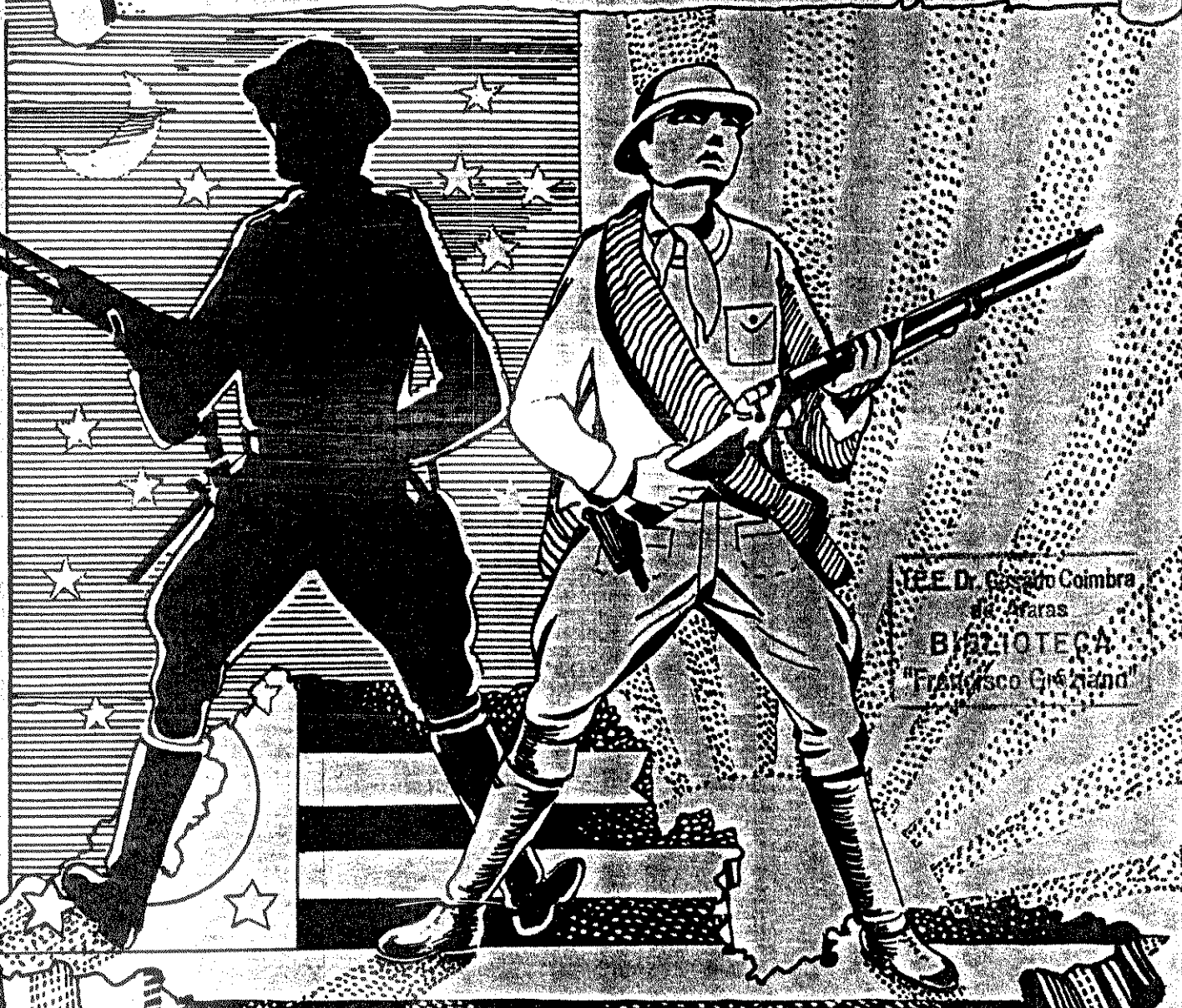
PUXANDO PELA MEMÓRIA:

O COTIDIANO DA IDEOLOGIA DA PAULISTANIDADE EM NEGRITO

“ As novas gerações dão pouca importância ao evento e nas escolas pouco dele se fala. Neste ano, devido à comemoração cinquentenária, fez-se um esforço especial para recordá-lo: conferências, cursos, sessões especiais procuraram enfocá-lo, não apenas sob o lado épico e glorioso, mas também sob o aspecto crítico. A Secretaria da Educação do Estado recomendou que os professores de História fizessem ou promovessem palestras nas escolas. Mas... a maior parte dos professores nada conhecia do glorioso movimento! O próprio autor dessas linhas realizou palestras a professores, ensinando-lhes o que eles deveriam dizer depois aos seus alunos ...”

(Prof. Odilon Nogueira de Matos, A Revolução
Constitucionalista de 1932)

CINQUENTENÁRIO da REVOLUÇÃO CONSTITUCIONALISTA de 1932



CEP Dr. Cassiano Coimbra
de Araras
BIBLIOTECA
"Francisco Góes" e
"Francisco Góes"

32

82

Todos os eventos que a ideologia e a política procuram tornar rememorados encaixam-se no calendário oficial e escolar, e são lembrados ciclicamente, a cada ano que passa, vivendo, é claro, o desgaste próprio do passar dos anos. Entretanto, nos aniversários múltiplos de 5 (chamados de “redondos”) dos fatos, há uma preocupação maior com a manutenção tradicional da memória, que acaba ganhando expressão em comemorações mais envolventes, mais abrangentes, mais dirigidas.

O ano de 1982 é um dos grandes exemplos disso. Quem pôde vivenciá-lo na escola pública paulista deve guardar alguma recordação sobre a ênfase dada ao aniversário de cinquenta anos da revolução que marca a identidade paulista no século XX, segundo a construção que a história tradicional faz. Foi um ano de muitas comemorações envolvendo as escolas isoladamente, os estudantes de todas as escolas de cada cidade em eventos comuns, exposições, concursos de cartazes e trabalhos escolares, apresentações de teatro, e atividades do gênero. Enfim, o ano de 1982 resgatou a comemoração cívica da Revolução Constitucionalista do marasmo em que ia caindo no correr dos anos 60 e 70, em que os professores que haviam participado de alguma forma do movimento e eram dele entusiastas começavam a rarear nas escolas. Concomitantemente, os novos professores relegavam essa memória a um segundo plano por duas ordens de motivos: em primeiro lugar, por uma postura já mais crítica, reservados em relação a 1932 pela dúvida em relação a seus verdadeiros objetivos, e todo quilate de críticas dos adversários do movimento ou de sua memória tradicional. Em segundo lugar, o esquecimento era passivo, num reflexo mesmo da decadência da

qualidade da formação dos professores tradicionalmente responsáveis por esse assunto, principalmente nos anos 70, em que os novos docentes responsáveis pela disciplina história e pelas comemorações cívicas não eram especialistas, e sim polivalentes, pouco conheciam o desenvolvimento do processo histórico em si, pouco sabiam sobre 1932 e pouco interessavam-se em alardear a memória do movimento ¹. Por força do calendário escolar, das determinações oficiais, as datas de 1932 não deixavam de ser comemoradas, mas movidas pelo mesmo impulso que fazia comemorar o Dia da Árvore, do Índio, da República.

Estudando a organização dos festejos de 1982, podemos identificar um movimento articulado no sentido de reverter essa situação, aproveitar o cinquentenário para grifar e sublinhar o 23 de Maio, o 9 de Julho, a paulistanidade. O epicentro dessa agitação cívica regional está, como não poderia deixar de ser, nos representantes mais autorizados da propagação da história oficial e da manutenção da história tradicional. Em perfeita associação, a Secretaria de Estado da Educação em sua Comissão de Moral e Civismo, a Sociedade de Veteranos de 1932 - M.M.D.C. e o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo promovem atividades destinadas a dirigir e a garantir a efetivação dos festejos do cinquentenário do movimento constitucionalista.

Essa agitação, portanto, não ocorreu espontânea ou desorganizadamente, mas sim seguindo uma estrutura pré-determinada, tendo por raiz as entidades acima relacionadas, espalhando-se pelas regiões do estado através da ação das delegacias de ensino, chegando ao cotidiano dos estudantes através das escolas oficiais e ganhando espaço na sociedade como um todo através das comissões municipais de organização dos festejos, que envolveriam as escolas particulares, as entidades da sociedade civil e os poderes públicos municipais.

A grande partida dessa maratona cívica ocorreu na cidade de São Paulo, ainda em novembro de 1981, entre os dias 10 e 12, no Clube Piratininga, envolvendo autoridades estaduais e federais, conferencistas e historiadores tradicionais, e principalmente os monitores e orientadores dos festejos em cada região do estado. Composto de conferências, testemunhos e orientações aos participantes, além de uma visita ao Mausoléu do Soldado Constitucionalista, no Ibirapuera, o evento preparou as

¹ Em entrevista com o autor, o professor Alcyr Mathiensen, que lecionou na escola "Cesário Coimbra" nesse período, atesta esse resfriamento do entusiasmo com a memória da revolução e expressa também uma certa ojeriza com o movimento pela sua vinculação com os militares, então no poder, principalmente na segunda metade dos anos 60.

atividades que teriam lugar no ano seguinte, mais no aspecto ideológico do que no organizacional, permitindo-nos afirmar que aí ocorreu toda a orientação das argumentações que a rede de ensino deveria utilizar a fim de atingir os objetivos dos festejos.

Esse capítulo procurará, portanto, discutir exatamente a preparação ideológica que teve lugar nesse evento, registrado num volume distribuído em boa parte da rede de ensino. A seguir, analisaremos a efetiva realização desses festejos no campo prático, no espaço empírico que selecionamos: a Escola Cesário Coimbra e as atividades que envolveram a sua cidade, Araras. Este exercício acontecerá na preocupação de identificar, no sistema educacional, a permanência das “artimanhas da dominação”, como Holien Bezerra chama, em sua tese de doutoramento, os mecanismos de reprodução da ideologia da classe dominante em São Paulo no momento da eclosão e desenvolvimento da Revolução Constitucionalista de 1932 .

AS PALAVRAS, HÁ 50 ANOS NO MESMO LUGAR ...

Nas primeiras palavras do texto que foi publicado a partir do curso no Clube Piratininga, pelas quais foi responsável o então Secretário de Estado da Educação do Governo de São Paulo, o professor Luiz Ferreira Martins, já podemos perceber que a tônica é a reprodução dos argumentos utilizados ideologicamente em 1932. Eram as palavras forjadas para dar plausibilidade ao levante e ordená-lo logicamente de maneira a produzir o consenso hegemônico pelo qual a oligarquia conseguiu dirigir a classe média na participação nos combates, nas atividades da retaguarda e principalmente na trincheira imaginária da defesa da memória da revolução.

O Secretário da Educação já elenca de início alguns bordões cinquentenários: o ideal maior da constitucionalização, a empolgação de todo o povo, São Paulo como terra conquistada ².

O jornalista e professor Sólon Borges dos Reis (que por várias vezes ocupou a presidência da conservadora Associação do Professorado Paulista e atualmente é membro atuante na política de direita paulistana) encarrega-se, na formação dos professores para as comemorações, de refutar as acusações de separatismo. Há aí um grande começo. A disposição desse tema logo no início dos trabalhos não é casual, mas tem o objetivo de predispor os participantes a rejeitar as críticas contra a Revolução Constitucionalista de 1932 atingindo a principal delas ³. Se considerarmos que este curso foi um ritual que gerou outros rituais, podemos pensar a ação do professor Sólon como extremamente bem encaixada numa situação de suspensão temporária do espírito crítico e do ceticismo, própria dos que submetem-se à participação num ritual.

Estabelecendo desde o princípio que o movimento de 32 não atentava contra uma das máximas do Brasil naquele período, a unidade e a segurança nacionais,

² CINQUENTENÁRIO da Revolução Constitucionalista- 32, p. 10-11

³ Com certeza não veríamos aparecer neste tipo de trabalho de comemoração em que procura-se legitimar as mais de mil mortes do combate como um evento glorioso pelo bem do país, o trabalho do muito utilizado historiador e autor de diversos manuais de história, Hadock LOBO (*“Pro Brasilia Fiant Eximia, p. 1178*):

“Aconteceu nos campos do sul o mesmo que nas fronteiras de Minas! ... E na Central do Brasil? Também estavam os paulistas recuando, com toda a certeza... Como poderia vencer a revolução? ... O auxílio dos outros Estados ... Fernão não pode conter um gesto raivoso: Não, os mineiros e os gaúchos tinham traído. Ambos eram contra São Paulo. Nada havia a esperar. Agora restava lutar até o fim. Lutar ... não mais pelo Brasil ingrato, mas por São Paulo, já que os outros brasileiros eram todos inimigos.”

Reis prepara o auditório para uma disposição positiva em relação ao tema geral, ao mesmo tempo em que procura colocá-lo como injustiçado por significativa parcela da historiografia, indispondo os presente para com essas críticas.

O argumento central da conferência é o seguinte: o movimento não pode ser tachado de separatista apenas porque existiam alguns separatistas em seu seio. Note-se que não há a negação absoluta do secessionismo, pois isto implicaria em contradizer evidências históricas publicadas na imprensa inclusive, criando uma queda do nível de credibilidade do discurso. A tática do professor Sólon será a de reforçar outras evidências que apontem o 32 como um episódio nacionalista: os batalhões com intitulações referentes aos outros estados e à federação, os voluntários de outros estados, o lema do brasão do estado de São Paulo criado naquele momento (o “Pro Brasilia Fiant Eximia”), os bônus de guerra com o mapa do Brasil ... O separatismo que houve, portanto, não foi significativo, não foi causa nem objetivo do movimento

Cumpra-se assim o papel do ideólogo vinculado à classe dominante (mesmo estando a oligarquia paulista já desfeita) que, sem mentir, recorta, costura organizadamente e põe destaque sobre parcelas do real, construindo uma verdade aceitável do ponto de vista empírico, favorecendo o consenso sobre essa faceta da visão de mundo da classe dominante. O foco da história tradicional ilumina apenas os aspectos que interessam para reproduzir aquela visão de mundo; quando algum aspecto destoante aparece (separatistas dentro do movimento liberal e nacionalista, covardes entre os corajosos bandeirantes), não se trata apenas de rigor historiográfico, mas sim de um elemento para consolidação da história construída, na medida em que as contradições levantadas não comprometem o sentido do todo e obedecem ao princípio de exceção que confirma a regra.

Por fim, Sólon Borges dos Reis introduzirá a função das comemorações: “A juventude do Brasil precisa desse exemplo”⁴. A rememoração significa, antes de mais nada, um gesto pedagógico e politicamente orientado.

O orador seguinte, Moacyr Expedito Vaz Guimarães, presidente do Conselho Estadual de Educação naquele período, continua o raciocínio iniciado por Reis com a finalidade de estabelecer, em termos de sensibilidades, a Revolução Constitucionalista de 1932 do “lado do bem”. Assim, afirma sem a menor preocupação

⁴ CINQUENTENÁRIO ... , cit., p. 20

com as reais vinculações históricas, que o episódio, mais que uma data, tornou-se um símbolo a representar todos os nobres ideais do país: as atividades do padre Anchieta, nas bandeiras, nos sonhos que fizeram a Independência, a Abolição e a República (note-se que a Revolução de 1930 fica fora desta lista de benfeitorias à nação). Guimarães propõe textualmente, a santificação cívica do movimento em todo o Brasil, demonstrando que ele ainda não lograra obter a merecida reverência do resto do país: “ (...) a nossa resposta há de ser suficiente (...) para que o símbolo de 9 de julho seja colocado no altar da Pátria, no lugar que efetivamente lhe pertence, não por favor mas por direito”⁵

As conferências seguintes estarão organizadas em seis sessões, a saber: Pródromos de 1932, A Presença da Mulher em 1932, A Mobilização da Retaguarda em 32, A Indústria e a Tecnologia Paulista em 32, A Campanha Militar em 32 e O Ideal da Revolução Constitucionalista de 32. Nelas, serão oferecidos dados e argumentos para o embasamento das proposições colocadas até este ponto.

Odilon da Costa Manso foi o responsável para abordar os Pródromos de 1932. Dupla autoridade, o desembargador, além de tradicional historiador e membro titular do IHGSP, foi também combatente na revolução, ficando sob as ordens do aguerrido capitão Romão Gomes, que liderou um dos destacamentos mais combativos de todo o exército constitucionalista. Seu apresentador não tem dúvidas em proclamar: “ (...) é um dos remanescentes da raça de gigantes”, em alusão à frase de Saint-Hilaire celebrizada no título da obra de Alfredo Ellis Jr.

O desembargador procurará continuar, antes de passar às orientações quanto à leitura da história a ser utilizada nas comemorações, o trabalho de resgate da positividade de 1932. Para ele, estão errados os críticos que dizem que apenas os filhos do povo foram mandados para as frentes de batalha, enquanto os “filhinhos de papai” ficavam na retaguarda. Ele mesmo seria o exemplo, filho do presidente do Tribunal de Justiça, um dos primeiros a atender ao chamado de alistamento e marchar para as linhas de frente. Evidentemente isso não anula as críticas de que os filhinhos de papai não esquentavam o lugar nas trincheiras, pedindo logo licença para voltarem à capital e alistarem-se em outro batalhão mais distante do perigo. Todavia, estamos tratando de

⁵ idem. p. 22

um conferencista que carrega apenas as cores que dão consistência ao trabalho de formação tradicional dos professores sobre 1932.

Após tecer algumas considerações sobre os movimentos armados do início do século, o desembargador afirma que 1932 conheceu “a maior revolução brasileira de todos os tempos”, a primeira vez em que um estado lutou sozinho contra todos os demais, contra o conjunto das forças armadas brasileiras. Aliada a esta grandeza, o conferencista aponta que aí ocorreu também, em termos de volume de armas e combatentes, o maior conflito armado civil da América Latina, o que apenas serve para que seja ainda mais exaltada a revolução, visto que os paulistas combateram com pouco e ultrapassado armamento, compensando com gênio, industriiosidade e doação as suas limitações bélicas. As dimensões do exército constitucionalista, composto de 50.000 voluntários, além das tropas do Exército e da Força Pública são um atestado de que o movimento foi popular, de que contou com o apoio do povo paulista. Emendando a isso o seu raciocínio, o autor apresenta a seguinte conclusão: se tanta gente participou, se tantos se alistaram, o movimento jamais pode ser reduzido ao revanchismo de uma súcia de políticos mal intencionados. Como conciliar a mobilização de todo um estado, do clero, das mulheres, com os objetivos de alguns políticos já alijados do poder?

Ora, convenhamos que, apesar de não podermos tratar essa questão nesses termos, é preciso reconhecer que o conferencista está desprezando o poder de persuasão, de criação do consentimento próprios os aparelhos culturais da sociedade a serviço do poder econômico e político da oligarquia estadual.

O momento seguinte é destinado a demonstrar que São Paulo jamais traiu o sentimento de brasilidade, sendo sua tradição histórica zelar pelo bem do país e por sua unidade, evocando o argumento de que os paulistas criaram o território brasileiro através dos bandeirantes, libertou-o através de José Bonifácio e do cenário das margens do Ipiranga, garantiu a unidade através da regência de Diogo Feijó, ofereceu a consolidação do poder civil e da República através de Prudente de Moraes, Campos Sales e Rodrigues Alves. Esses atos selecionados no passado (excluindo, por exemplo, a vocação independentista e isolacionista que historiadores como Aureliano Leite e Ellis Jr.

identificam na população colonial da Vila de Piratininga) são cosidos numa tradição construída, que o conferencista intitula “vocação paulista”⁶.

O autor reutiliza ainda o argumento da política da Frente  nica Paulista em 1932 (lendo a história a partir da  tica desse agrupamento) de que, somados aos demais motivos históricos para a deflagração da guerra, estava a humilhação de São Paulo tratado como terra conquistada, como presa da guerra de 1930.   preciso notar que esse   um argumento que restringiu-se ao PRP até o início de 1932, visto que o PD e a Legião Revolucionária de São Paulo apoiavam o Governo Provisório e participavam das interventorias designadas pelo mesmo. Assim, a “terra conquistada”   uma justificativa conveniente que a historiografia tradicional irá construir *a posteriori* e que não contempla a complexidade daquela conjuntura, e que além disso era um olhar parcial sobre os fatos, mesmo no interior da classe dominante.

Reforça-se, para os multiplicadores presentes no curso, o caráter violento da multidão nas manifestações contra a visita de João Aranha e no 23 de maio que origina os heróis M.M.D.C. Não   mencionado que as mortes surgem do revide dos “tenentistas” ao ataque da massa popular - com intuios de depredação ou algo pior -   sede da Legião Revolucionária, apoiadora do Governo Provisório. Elidindo a violência do lado “paulista”, o autor insiste sobre a imagem de injustiçada e justiceira da Revolução Constitucionalista de 1932, que brotaria tão somente da violência do adversário, como resposta a ela, e não como um jogo de disputa pelo poder em que os dois lados estão dispostos a tudo.   interessante notar que o objetivo claro do movimento   a derrubada do Governo Provisório e a tomada do poder pelas forç s constitucionalistas, mas isso quase nunca aparece nos discursos, o que parece ser uma preocupação em não reforçar a imagem de São Paulo contra o Brasil, que comprometeria a simpatia ao movimento, em 1932, na década de 80 ou em qualquer outro momento⁷. Um outro conferencista reforçar  esse artifício de esconder a violência paulista - e mesmo distorcer os fatos - e colocar M.M.D.C. como vítimas inocentes da ditadura   qual se atribuíam todos os males:

“ O estado de tensão da população paulista atingiu seu auge, quando alguns jovens foram covardemente trucidados, no dia 23 de maio, em plena praça pública, por elementos da ditadura infiltrados

⁶ CINQUENTENÁRIO ..., op. cit., p. 35

⁷ Cf. Holien BEZERRA, op. cit., cap. 3.

*entre os que protestavam veementemente contra o regime ilegal vigente.”*⁸

Por fim, o desembargador Costa Manso apresenta um outro grande mote da memória tradicional sobre a revolução: foi derrotada nas armas, mas foi moralmente vitoriosa, e pode-se dizer que não foi em vão porque atingiu os objetivos de constitucionalização do país e derrota do tenentismo. Evidentemente, é preciso dizer estes argumentos porque não vale a pena comemorar um episódio que teve um elevado custo em vidas e recursos e não tenha tido nenhum resultado significativo em contrapartida, num sacrifício inútil. Evidentemente, se verificarmos o argumento da historiografia contrária às posições constitucionalistas, de que Getúlio Vargas já havia estabelecido um calendário para a constitucionalização antes da eclosão da revolta e que a mesma não o alterou, a lembrança de 1932 acabaria tornando-se apenas um lamento amargo. É preciso convencer que a revolução venceu de alguma forma, e por isso os festejos acabam criando uma comemoração de derrotas que parecem vitórias, parafraseando Eco e Bonazzi⁹.

Concluindo sua conferência, Costa Manso procura harmonizar os dizeres do brasão do estado e da cidade de São Paulo: 32 foi um dos episódios em que realizou-se o “Pro Brasilia Fiant Eximia”, que seria uma das conseqüências do espírito de iniciativa e de inconformismo com a submissão, expressos no “Non Ducor, Duco”.

Estudando as festas originárias da revolução francesa, Mona Ozouf identifica, nas imagens de uma revolução com mulheres e crianças participantes, o desejo de transmitir para o imaginário popular uma leitura que identifica o movimento político e social como uma obra do povo todo, em que todos participam, uma comunhão popular¹⁰. Não pode ser outro o motivo de tanta insistência, no discurso tradicional e regional sobre 1932, na afirmação do apoio e colaboração da mulher paulista no movimento, tanto no seu desenvolvimento quanto na construção de sua história. Evidentemente, na exortação indutiva do desapego aos entes queridos e aos bens materiais pela vitória da causa, temos uma atividade de propaganda que procura

⁸ CINQUENTENÁRIO ..., op. cit., p. 66.

⁹ *Mentiras que Parecem Verdades*, op. cit.

¹⁰ Mona OZOUF. *La Fête Révolutionnaire - 1789-1799.*, p. 36

estabilizar socialmente e criar o conformismo familiar nos lares paulistas perante aquelas tribulações de 1932.

É nesse sentido, de reforçar a idéia de unanimidade do apoio popular à revolução, que está colocada a participação da ex-diretora do Colégio Caetano de Campos e ex-Secretária de Estado da Educação, a professora Carolina Ribeiro.

Inicialmente a conferencista indica-nos com clareza o trabalho promovido em sua escola (e lembramos que o Caetano de Campos era o colégio modelo da educação paulista e formador das professoras normais, tendo portanto um grande poder multiplicador) para a implantação do amor a São Paulo nos estudantes, de maneira a tornar esse patriotismo regional um componente da personalidade do futuro cidadão, como se fosse tão natural e inerente ao corpo quanto um estômago ou um fígado:

“Pensem bem no valor desse Professor e na importância do ensino na Escola Primária; das primeiras, lições da mesma forma que nas primeiras orações, ensinadas pelas mães, ficam através da vida inteira, para cada um de nós, as lembranças em nosso espírito. E lá vem um dia em que, talvez, alguém possa dizer como disse o grande, o imortal Ibraim Nobre: ‘querem tirar, daqui, esse amor a São Paulo? Arranquem meu coração!’

“Estava tão enraizado esse amor, que ninguém poderia arrancá-lo e é isso que é preciso fazer: que as aulas sejam menos teóricas, mais vividas, mais profundas, mais sentidas, para que cada criança não esqueça o amor à terra em que nasceu.”¹¹

Esse trecho traz, além de um testemunho precioso sobre o trabalho da escola na transmissão da ideologia da paulistanidade, também uma importante instrução para os docentes que assistiam à conferência: não basta, como tem sido feito, reproduzir as informações sobre São Paulo e sua luta, apenas pela força dos Diários Oficiais. É preciso, para a eficácia do ensino do amor à terra natal, que o sentimento, o testemunho desse amor parta do professor, para que aconteça de verdade entre os alunos.

Percebe-se que não há, no restante do depoimento de Carolina Ribeiro, uma perspectiva feminina da guerra civil que seja diferenciada das motivações masculinas para a mesma situação: há apenas, uma visão diferente que emana tão somente dos papéis diferenciados dos masculinos, que a mulher que envolve-se no movimento cumpre à risca: o papel de manutenção do lar, de vestir e alimentar tanto a

¹¹ CINQUENTENÁRIO op. cit., p. 49.

família quanto os homens em combate, o papel de amar, sofrer e mesmo assim não verter as lágrimas para não abalar os homens em sua aventura bélica, e realizar as atividades secundárias para que ela fosse possível. Além disso, a vigilância ideológica na retaguarda também era exercida pelas líderes das organizações, que ao mesmo tempo em que distribuam alimentos para as famílias dos soldados carentes, procuravam catequizá-las para a causa constitucionalista e seu espírito de aceitação das privações. Mas o impressionante extremo da invasão de privacidade dessas organizações é descrito pela professora sem nenhuma cerimônia, no mais claro estilo de “os fins justificam os meios”:

“Quando havia a notícia de uma carta de uma família para o front, que tudo passava por um correio especial, nós tínhamos ciência de que essa carta era derrotista, de que esta carta era toda de choro, mágoa, tristeza e reclamação, lá ia uma comissão de sindicância levar um estímulo, um entusiasmo, uma esperança maior e, muitas vezes, aquela carta não seguia, mas seguia uma carta muito mais mansa, muito mais suave. Outras vezes era uma carta que vinha do ‘front’, de desespero, de aflição, de agonia, contando as coisas mais terríficas que estavam acontecendo, porque numa guerra tudo pode acontecer. Também essa carta não chegava à família, chegava uma mais suave, através dessa Comissão de Sindicância de Mulheres.”¹²

Com a vida escolar interrompida, os pequenos estudantes, estimulados e orientados pelas professoras, organizavam batalhões e, fantasiados, transmitiam a mensagem de que, se preciso fosse, também iriam para o front. Ensino ideológico das crianças, pedagogia da escola para a sociedade; a conferencista insiste em dizer que os pequenos tinham consciência do que faziam, mas é de duvidar que eles estariam dispostos a baterem-se por uma palavra que mal conseguiriam pronunciar: constitucionalização. Evidentemente, seria muito mais simples conseguir a colaboração dos pimpolhos através do recurso que a professora comentou anteriormente: o amor à terra e (isso ela não disse) o ódio aos seus inimigos (que é uma conseqüência natural da primeira afirmação).

Afirma ainda a oradora que em 1932 ninguém pensava em separatismo, ninguém pensava em hegemonia, e emenda logo adiante: “Eu penso agora em hegemonia e não quero morrer sem ver a hegemonia de São Paulo, neste Brasil”¹³.

¹² CINQUENTENÁRIO op. cit., p. 52

¹³ idem. p. 54.

Não é possível que, assim formados e orientados, os monitores regionais pudessem dar outro tom aos rituais cívicos de 1982 além do reforço à ideologia da paulistanidade.

A conferência sobre a indústria e a tecnologia paulista em 32, realizada pelo professor Mário Savelli, é mais do que um panorama informativo sobre os produtos bélicos que as fábricas conseguiram oferecer em seus prodígios de improvisação. Ela tem o poder, nesse momento do curso de formação dos professores monitores, de encaixar dois temas caros da paulistanidade: a industrialização paulista e a Revolução Constitucionalista de 1932, como a afirmar que o mesmo impulso que pode levar o paulista às trincheiras faz dele o mais desenvolvido em termos de tecnologia, de economia, de trabalho. Para tornar 32 ainda mais paulista, a apresentação funde a retaguarda arqueira do movimento com a imagem de progresso e de trabalho frenético há muito incrustada no estado, e principalmente na sua capital. Este mesmo “espírito bandeirante está presente na conferência “A Campanha Militar em 32”, pelo professor Reinaldo Saldanha da Gama reproduz a invocação das origens que os historiadores tradicionais de 1932 estabelecem na narração e análise da campanha: “Somente a bravura herdada dos bandeirantes compensava a loucura dos gestos”¹⁴.

A Comissão Geral do Cinquentenário da Revolução Constitucionalista de 1932 e a Sociedade dos Veteranos de 32 - MMDC não ficaram apenas nos subsídios para a preparação de professores e monitores para as comemorações em 1982. Prepararam também um material destinado às crianças, intitulado *História Ilustrada da Revolução Constitucionalista de 1932 para jovens* (ver figura na página seguinte), e escrito por Elias Thomé Saliba e Maria Bello Ribeiro. Utilizando a linguagem das histórias em quadrinhos para melhor atrair a atenção infantil e passar sua mensagem, o material narra uma pesquisa que os alunos do 1º Grau entrevistam um ex-combatente paulista a partir da proposição da professora, que estabelece um concurso com prêmios para a melhor pesquisa sobre o tema.

A narração toda sobre os eventos de 1932 é feita pelo avô de um dos alunos, veterano da revolução, que inicia homogeneizando todos os paulistas e estabelecendo ideais comuns a toda a população: ideais de honra, de honestidade, de

¹⁴ CINQUENTENÁRIO ..., op. cit., 105

civismo e de amor à Constituição. Como já vimos, este é um artifício ideológico utilizado desde a produção do conhecimento, e que reproduz-se também neste material de divulgação preparado para as crianças.

Bate-se na tecla de que o povo paulista desejava ardentemente uma constituição, ao mesmo tempo em que o incauto aluno é informado de que as mortes do 23 de Maio são resultado do choque da massa popular com a polícia (e não com os membros do Partido Popular Paulista). Descrevendo a mobilização do estado para a guerra civil, os autores utilizam a participação das crianças no movimento como um dos recursos para a sensibilização das crianças da década de 80, afirmando que nestes momentos São Paulo foi colocado à prova em termos de recursos materiais e de ação humana, saindo vitorioso neste aspecto.

Não são esquecidos os fetiches dos combates, transformados em símbolos: o trem blindado, as granadas, os capacetes de aço, todos de fabricação paulista. Os combates são apresentados como o resultado do sentimento patriótico, como eventos que uniram as gerações. Também é citada a campanha do ouro e a participação do clero católico.

A derrota militar é explicada como o resultado da escassez de materiais para continuar a luta (e não são mencionados os erros estratégicos do lado paulista nem o processo tumultuado da rendição) e marca presença a interpretação de que a reconstitucionalização, em 1934, foi resultado da Revolução Constitucionalista de 1932, uma vez que informa-se que as datadas eleições constituintes foram marcadas somente depois da apresentação de todo o processo de luta armada; desta maneira, reforça-se a idéia de que a vitória foi paulista. São as derrotas que parecem vitórias.

Após expor suas reminiscências, o avô imaginário passa a apresentar os lugares de memória da paulistanidade: o brasão de armas do estado de São Paulo, o Mausoléu de 32, os poemas de Guilherme de Almeida, a bandeira paulista, o Museu do Ipiranga e o Museu da Revolução (do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo). Esta evocação de lugares encerra o livreto.

AS COMEMORAÇÕES, NA PRÁTICA: O CASO DE ARARAS

Como foi visto, a iniciativa de rememoração de 1932 como um episódio da paulistanidade coube à Secretaria de Estado da Educação, sob a inspiração e orientação do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e da Sociedade de Veteranos de 1932 - M.M.D.C., numa perfeita simbiose entre o oficial e o tradicional, possível pela conjuntura política de então, em que o governo do estado estava nas mãos de políticos conservadores ligados ao regime militar.

Do curso e das reuniões realizados em instância estadual, a organização continua seu percurso de cima para baixo e mobiliza as Delegacias de Ensino, que por sua vez chamam reuniões com representantes das escolas oficiais de suas circunscrições, com o objetivo de formar comissões organizadoras em cada município. Esta estruturação da organização dos eventos vai garantir a unicidade do sentido das comemorações em cada município, evitando a diversidade. Daí a oportunidade de procurarmos num caso particular de uma cidade interiorana as características comuns da comemoração em todo o estado de São Paulo.

Mais do que simplesmente organizar os eventos as comissões municipais mencionadas acima, que surgiam por iniciativa da educação oficial, tinham o objetivo de envolver os vários segmentos organizados da sociedade civil e mesmo os representantes dos poderes estatais em nível municipal. Nem por isso as manifestações adviriam de uma estruturação democrática: a comissão foi composta por "cartas marcadas" no cenário das entidades conservadoras¹⁵, nenhuma que representasse as camadas populares e os trabalhadores, reafirmando o caráter de elite e de cima para baixo que marcou todas as fases da preparação e realização dos festejos.

A Comissão foi presidida pela primeira-dama do município, também professora, sendo que a efetiva organização do evento ficou a cargo do professor Oscar Alves Janeiro, representante das escolas e diretor do grupo escolar mais antigo da cidade.

¹⁵ A comissão foi composta da seguinte maneira: a primeira dama, a esposa do usineiro de açúcar e álcool mais importante da cidade, mecenas da Casa da Cultura do Município, o presidente da Câmara Municipal, um representante das escolas, da maçonaria, do Lions Club, do Rotary Club, da imprensa falada e escrita, da Associação Comercial e Industrial de Araras, do Aero Lube de Araras, do Departamento de Educação e Cultura e do Departamento de Turismo da Prefeitura Municipal e o assessor de imprensa da mesma.

Esta Comissão, reunindo-se várias vezes, traçou um projeto de atividades que foi encaminhado à Delegacia de Ensino para o devido controle. Perguntando a alguns participantes dessas atividades sobre a garantia de embasamentos teóricos favoráveis à Revolução Constitucionalista de 1932, pudemos constatar que não ocorria propriamente a censura a alguns livros e autores, mas apenas as obras tradicionais eram indicadas no Diário Oficial, resoluções e orientações transmitidas aos professores e recomendadas para a pesquisa dos alunos. Havia, também, a orientação explícita para que se indicasse apenas essa linha de bibliografia, o que pude constatar entrevistando a bibliotecária do Cesário Coimbra, que selecionava as obras e deixava-as numa pilha, pronta para as consultas, além dos recortes e outros materiais de referência já mencionados em outro ponto desse trabalho.

No dia 23 de maio de 1982, um domingo, às 8 horas da manhã, todas as escolas estavam hasteando as bandeiras de São Paulo e do Brasil, ao mesmo tempo em que, na praça central da cidade, o mesmo ocorria com a presença de autoridades, alunos e professores. À noite, na mesma praça, a banda da cidade executava uma retreta que contou com grande afluência de público, envolvendo com esse recurso uma parte da população do município. Além disso, para criar um clima de comemoração em todo o cotidiano das pessoas, informações, discursos e músicas foram transmitidas neste dia pelas três emissoras locais de rádio.

No dia seguinte, já criado o clima de festa cívica pelas atividades do dia anterior, acontece à noite, no Ginásio de Esportes da cidade (o maior recinto local, com capacidade para alguns milhares de pessoas), a abertura solene dos festejos, contando com números artísticos organizados pelas escolas. O ritual iniciou-se com a introdução no recinto, pela guarda de honra do Tiro de Guerra da cidade, das bandeiras do Brasil e de São Paulo, seguidas das bandeiras de todos os estados, levadas por estudantes, num ato visando reforçar o nacionalismo de 1932 e exorcizar as acusações de separatismo e de pretender a hegemonia sobre o país; ao fundo, o Hino à Bandeira. Em seguida, o Hino Nacional foi entoado pelos presentes. Os estudantes do 2º Colegial do Cesário Coimbra realizaram o jogral do "Credo", de Guilherme de Almeida, destacando, por sobre o nacionalismo, o amor ao torrão paulista e a um "São Paulo" abstrato, entidade coletiva e homogênea. Em seguida foi realizado um culto ecumênico que precedeu o canto do "9 de julho" e a saudação dos ex-combatentes pelo professor

Oscar Alves Janeiro. Um deles foi escalado para agradecer a homenagem em nome de todos, e ao final de seu discurso emocionado fez-se ouvir um toque de silêncio em homenagem aos combatentes mortos. Em seguida, uma aluna declamou outro poema de Guilherme de Almeida, a "Bandeira das Treze Listas". Seguiu-se o juramento dos atletas selecionados para o torneio "M.M.D.C.", lido por um aluno do Cesário Coimbra, e a entrega dos símbolos revolucionários à primeira escola que os deveria expor e reverenciar. O ritual é encerrado com a retirada das bandeiras ao som de um hino cívico.

Este ritual será multiplicador, originando outros, como o revezamento dos símbolos da revolução, evocando a reverência aos resquícios do episódio do passado que se procura rememorar. A bandeira paulista, um quepe, um capacete, uma baioneta e um mapa do estado paulista (onde estão representados os combates de 1932) são entregues ao centro cívico de uma escola, com o objetivo de que fossem expostos no estabelecimento, devendo o mesmo jogo de objetos ser passado a outra escola, até que todas tivessem participado deste ritual rápido, mas significativo: cada escola receberia os símbolos com uma solenidade¹⁶.

No período entre 23 de maio e 9 de julho, outras atividades estavam programadas para não esfriar o sentimento de paulistanidade: reportagens, artigos e concursos promovidos pela imprensa escrita; um concurso promovido pela comissão em que os alunos de 2º grau deveriam realizar uma pesquisa bibliográfica e documental sobre a Revolução Constitucionalista de 1932 e os alunos de 1º grau e da Faculdade de Ciências e Letras de Araras (do curso de Educação Artística) deveriam confeccionar cartazes sobre a mesma; um torneio esportivo, denominado "M.M.D.C.", encerrado em 25 de junho com a entrega das medalhas no Cesário Coimbra, com a presença do Coral Ararense (os cartazes eram selecionados dentro dos estabelecimentos de ensino, eliminando os que não fossem adequados ao tema e à forma de abordá-lo pela comissão). Dois dias antes, no 23 de junho, a primeira-dama presidiu a sessão solene de entrega das medalhas e diplomas aos classificados no concurso literário e de cartazes.

As escolas ficaram decoradas com motivos que aludiam à Revolução Constitucionalista de 1932 por todo o período das comemorações; os Centros Cívicos escolares promoveram (sabemos que a iniciativa não era estudantil, mas sim do

¹⁶ Uma parte destes objetos ainda encontra-se nos armários da Biblioteca Municipal de Araras.

orientador de Moral e Cívica que na prática presidia o CCE) hasteamentos diários das bandeiras, com números artísticos de todas as classes a partir de uma escala prévia. O solar - sede da Prefeitura Municipal tornou-se uma galeria para a exposição dos cartazes selecionados do concurso artístico e concorrentes às medalhas dos cinco melhores trabalhos.

Em 9 de julho foram encerradas solenemente as atividades de comemoração no recinto da Biblioteca Municipal, com a distribuição de medalhas aos ex-combatentes vivos e *in memoriam* aos seus familiares.

Uma das maneiras de avaliar o quanto a ideologia da paulistanidade conseguiu penetrar na visão de mundo dos alunos que participaram dessas atividades seria a análise dos textos e cartazes que produziram para o concurso. Infelizmente, não foi conservado o conjunto desses trabalhos. Resta-nos a análise dos trabalhos vencedores, lembrando as suas limitações: por serem resultado de uma grande seleção, refletem com total clareza o que a comissão julgadora esperava deles: total adequação com o espírito festivo e triunfalista sobre a revolução¹⁷.

O trabalho literário vencedor (e que portanto satisfaz todos os critérios esperados pela comissão julgadora) foi o de autoria de uma aluna da 3ª série do 2º grau de um colégio particular e católico da cidade, o "Monsenhor Quércia". O mesmo primou pela apresentação geral, encadernando suas folhas numa pasta branca com dois riscos verticais feitos à tinta, um preto e outro vermelho, evocando a bandeira regional; diversas cópias de fotos espalham-se pelo mesmo, com destaque para o comício pela constitucionalização de 25 de janeiro de 1932, um comício da campanha de Júlio Prestes e a chegada de Vargas para assumir o poder no Rio de Janeiro em outubro de 1930. A comissão foi condescendente para com os tropeços da aluna, principalmente os erros de ortografia e datilografia; além desses, afirma, por exemplo, que o P.R.P. não era liderança do movimento - exercida esta pelo P.D. - e que só participou da revolução a reboque e por um sentimento de vingança. Sobre a Revolução Constitucionalista, mesmo, dedica um parágrafo. Preocupa-se predominantemente com a conjuntura

¹⁷ Note-se que o próprio regulamento do concurso rezava, no item 2.2: "Os trabalhos deverão acentuar o caráter nacional do movimento e sua origem essencialmente popular, destacando a participação de Araras no movimento". O objetivo declarado do concurso era "Cultuar a memória dos que se bateram para que o Brasil fosse reintegrado no regime da lei (...)" (RELATÓRIO das Atividades das Comemorações do Cinquentenário da Revolução de 1932 em Araras, p. 18). De cara estavam excluídos os trabalhos que porventura fizessem uma leitura crítica do episódio.

anterior e posterior a 1932. A segunda parte, "Araras na Revolução", é uma reprodução do texto do Jornal "Tribuna do Povo", que noticiou alguns eventos do movimento constitucionalista em nível municipal. Sem ao menos notar a tendência perrepeista do órgão de imprensa, o trabalho reproduz alguns manifestos e a lista dos voluntários ararenses.

A ausência de comentário em qualquer momento do texto é um claro índice do significado de uma pesquisa histórica para o ensino daquele momento, no qual o material escrito (jornal, livro) traz a verdade, bastando reproduzi-lo. Um trabalho confeccionado dessa maneira e lido e premiado pelos professores mostra que o critério consensual para a avaliação estava calcado numa visão tradicional (no sentido metodológico) do ensino de história, que prioriza os fatos, a cronologia e os nomes, e não preza a análise dos processos e mesmo a reflexão sobre as relações entre o passado estudado e o presente vivido.

Quanto aos cartazes, pouco é o material que resta para a análise. Os trabalhos premiados foram devolvidos aos seus criadores, restando-nos apenas uma foto da exposição, tirada no saguão da Prefeitura Municipal, na qual é possível ver alguns desses cartazes. O que vemos não nos distancia da linha traçada até aqui: permanecem as reproduções da história tradicional e oficial. Em alguns casos, isso acontece literalmente, com cópias de alguns cartazes produzidos pela M.M.D.C. durante os três meses de combates com finalidade original de propaganda e alistamento. As listas da bandeira aparecem em profusão, e vários fetiches são retratados: capacetes de aço, sabres, fuzis com baioneta, muitas referências ao M.M.D.C., perfis estilizados de voluntários. Parece que voltamos no tempo, e nos deparamos com todos os padrões gráficos que fizeram as capas dos livros paulistas sobre a revolução de 1932 nos primeiros anos posteriores.

O papel das comemorações da Revolução Constitucionalista de 1932 é agir sobre a formação dos alunos, tanto no sentido de inculcar a versão tradicional sobre o movimento, no aspecto de formação das noções históricas, quanto com a perspectiva de formá-lo politicamente, cultuando os heróis do passado e da identidade paulista. Na verdade, a perspectiva política que se procura inserir no estudantado é conservadora, na medida em que o recurso ao passado não afeta as discussões sobre o presente. Os valores transmitidos são principalmente o "morrer pela pátria", a identidade

regional como condição para a defesa do nacionalismo e a defesa da ordem, principalmente a ordem legal, tudo dentro de uma concepção limitada e excludente de democracia (a exemplo da concepção que tinham os membros da oligarquia paulista). Não existe uma extrapolação que levasse o aluno a comparar o Governo Provisório de Vargas com o regime militar, ambos governos de exceção, pois a consequência seria propor um combate semelhante dos paulistas contra o regime. Isto é impensável pelo comprometimento da própria fonte estatal das comemorações, o governo de São Paulo, comprometido com o regime ditatorial.

Como na maior parte das festas cívicas, a ausência de um diálogo com o presente permite o incensamento dos valores conservadores. O heroísmo da luta armada só é elogiado e estabelecido como ideal enquanto defenda tão somente mudanças dentro da ordem burguesa que já está dada, sendo visto como abominável quando questiona o sistema social como um todo. Portanto, se politicamente os destinos do Brasil estariam encaminhados, o que propõe-se para o aluno é a reverência ao passado ... e também à situação política do presente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

REGIONALISMO E ENSINO DE HISTÓRIA

“ O interesse fabricou carimbos,
O ódio à toa levantou paredes,
A baioneta desenhou fronteiras,
A estupidez nos separou em bandeiras. ”

(Fruto do Suor - Tony Osanah/ Enrique Bergen)



o longo deste trabalho, viemos estudando uma realidade em que dois modos de construir e ensinar o conhecimento histórico estão colocados, o que significa uma oportunidade de refletir sobre questões como a “invenção das tradições”¹, relatividade e a interpenetração entre os vencedores e os vencidos na construção da história e os problemas e limitações em se tratar de história oficial e tradicional e os relacionamentos entre esses termos. Partindo do estudo do material didático e das vivências concretas da escola paulista, procuramos identificar os lugares da memória de 1932 no ensino de história em sala e nos rituais, nas “pesquisas”, nas marcas impressas no processo escolar de memorização. Procuramos entender os mecanismos de sistematização e transmissão de uma ideologia regionalista, para a qual utilizamos a denominação de *paulistanidade*, significando tanto uma valorização da condição de “filho” São Paulo quanto uma ideologia que procura definir a identidade e o patriotismo paulista.

Cabe aqui uma reflexão sobre o porque do esquecimento da paulistanidade, ou melhor, dos motivos pelos quais a referência aos bandeirantes, a comemoração das datas regionais tiveram a sua importância desgastada até desaparecer completamente nas escolas paulistas no final da década de 80 e na década de 90.

¹ ver HOBBSAWN, Eric J. e RANGER, Terence (org.) *A Invenção das tradições*. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1984. Prefiro, entretanto, pensar esse tema em termos de construção das tradições. uma vez que o termo de Hobsbawn parece indicar que existem tradições verdadeiras e fictícias. ao passo em que todas as tradições são construídas a partir de uma seleção de episódios históricos

Antes de mais nada, a própria dinâmica da memória, individual e coletiva, que reorganiza seus conteúdos no sentido de priorizar o que é mais próximo e cotidiano e colocar o remoto em segundo plano, num processo que chamamos de esquecimento ², tem parte da responsabilidade no quase-desaparecimento da paulistanidade nas escolas. Socialmente, este esquecimento está vinculado ao surgimento de novos contingentes que apropriam-se da escola. São filhos de operários e trabalhadores rurais, filhos de migrantes nordestinos e do resto do país, filhos de classes que não são mais a oligarquia paulista nem a classe média que apoiou a Revolução Constitucionalista de 1932. Para esses novos personagens do ensino, tanto alunos quanto professores, o 9 julho e o 13 de maio não têm nenhum significado pessoal. Constituem no máximo mais uma das datas que artificialmente seriam compelidos a lembrar, porém isto não significa necessariamente nenhum compromisso com a história oficial e tradicional desse evento. Novas classes que originam as novas gerações de professores e alunos trazem novas preocupações e novos temas em história. Também para a grande maioria dos dirigentes do Estado e do ensino as festas da paulistanidade perdem o sentido.

Além da desvinculação de classe desses novos contingentes com a tradição da paulistanidade, podemos elencar também a ação ideológica do regime militar de 1964, que reforça de maneira inexorável um foco de identidade prioritária, a nacional. As comemorações oficiais da Revolução Constitucionalista em 1982 podem ser entendidas como concessão aos conservadores paulistas, os mesmos que fizeram a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, gritando que “32 + 32 = 64” ao som do hino constitucionalista, a marcha “Paris-Belfort” ³. Entretanto, essa concessão não invalida a ordem geral do regime.

Por fim, é possível pensarmos também que o estado de São Paulo progressivamente perde na prática o seu regionalismo, ao mesmo tempo em que a sua composição populacional altera-se e passa a abrigar filhos de todos os estados da federação (tornando-se, por exemplo, a cidade de maior número de nordestinos do país). A classe dominante paulista, por outro lado, antes isolada do restante da nação pela predominância quase absoluta de suas relações comerciais com o exterior, passa a

² ver LE GOFF. *Memória* (op. cit.)

³ Hélio SILVA. *1964: Golpe ou Contragolpe?*, p. 339.

diversificar seus investimentos, propriedades e relações econômicas com todo o Brasil, dentro do processo de unificação do mercado nacional e as atitudes para ocupá-lo ⁴. Passada a necessidade de auto-afirmação dos paulistas surgida com a cafeicultura, quando o estado procurava a hegemonia política do país baseado em seu poderio econômico, o regionalismo também perde sua força, privado que fica de um de seus mais importantes motores. Parece ser um fenômeno mais forte nos estados mais novos, estando portanto em íntima relação com a procura auto-afirmação das classes dominantes regionais perante a federação.

É pacífico entre nós que a *história - estudo* é uma construção vinculada a uma série de fatores determinantes relacionados ao local de produção desse conhecimento. A história estudada - e ensinada - é uma construção, e os critérios de sua periodização, conseqüentemente, também têm sua historicidade; daí estarmos ainda vinculados, mesmo em nossos cursos universitários, à estrutura Antiga/ Medieval/ Moderna/ Contemporânea, periodização da história européia estendida a todos, ou às unidades geograficamente apresentadas: História da América, História do Brasil, História de São Paulo; a consequência é o reforço à noção da regiões como categorias dadas, prontas, naturais e decorrentes de uma lógica física, o que efetivamente não é verdade. A condição básica de toda e qualquer ideologia, para que possa existir como tal, e sustentar a hegemonia de uma classe sobre outras, é passar-se por natural, normal, necessária. O processo de desmontagem dessa hegemonia, trabalho gigantesco, passa também por nos perguntarmos sobre a historicidade das divisões que nos são dadas para trabalharmos com o ensino da história em todos os graus, setorizações da história que acabam reproduzindo a hegemonia, mesmo quando pretendemos um ensino crítico e renovado.

A revisão bibliográfica de Paulo H. N. Martins ⁵ aponta para tendências que procuram superar as apresentações positivistas da região como produto isolado da relação entre os homens e um determinado meio, e as neo-positivistas, que apresentam a região como sistema, a partir de modelos matemáticos sobre a categoria *espaço*,

⁴ Clélio DINIZ e Fabiana SANTOS. Sudeste: Heterogeneidade Estrutural e Perspectivas. In: Rui de Brito Álvares AFFONSO & Pedro Silva (orgs). *Desigualdades Regionais e Desenvolvimento*, p. 196 e ss.

⁵ Paulo H.N. MARTINS. "Estado, Espaço e Região: Novos Elementos Teóricos". in: GEBARA, Ademir et. al. *História Regional: Uma Discussão*.

deixando de lado a participação das relações humanas na construção do espaço pensado socialmente. Essas tendências, ligadas à tradição marxista, discutem preferencialmente o papel do espaço na reprodução das relações sociais de produção, ou os processos sociais que se manifestam no espaço. Enfim, trata-se de verificar que, bem como a história e a periodização, a região é uma construção antes de tudo humana, e portanto submetida a uma determinada historicidade. Estamos tratando de região em seu sentido moderno: a nação brasileira, por exemplo, é uma idéia que tem seu surgimento num período específico, ligado ao desenvolvimento do liberalismo na Europa, juntamente com o Iluminismo e as primeiras grandes mudanças políticas de caráter burguês. A nação atual é uma criação da burguesia a partir do seu longo processo de afirmação no decorrer do século XIX (Furet), e o ensino da história surge neste contexto, também no Brasil do início da República, como vimos, como “pedagogia central do cidadão”⁶. Precisamos deixar claro que entende-se esta criação não como algo deliberada e conscientemente planejado pela burguesia com o claro intuito de falsificar e enganar, o que nos atiraria a uma visão maniqueísta, mas sim como consequência do processo de produção do consenso hegemônico da classe dominante nacional.

O estabelecimento de uma região como objeto de estudos é sempre algo delicado, pois implica em afirmar um mínimo de homogeneidade no recorte que se estabelece, sempre “para fins didáticos”, quando sabemos que a multiplicidade e riqueza inerentes ao real passam ao largo dessa homogeneização. Em se tratando, porém, do discurso ideológico (que sustenta um de seus pés no conhecimento histórico), procura-se estabelecer uma homogeneidade ainda mais distante da realidade, na medida em que apresenta uma *identidade*, interesses comuns definidos pelo pertencimento a uma determinada região. Era assim, por exemplo, na Revolução Constitucionalista de 1932, em que “São Paulo” aparecia como sujeito coletivo encarnando um só interesse regional, deixando de levar em conta os “acordes dissonantes”. É o que vivemos, por exemplo, nas campanhas políticas proporcionais para os cargos legislativos em que se costuma pedir o voto aos candidatos da cidade, para que assim a mesma saia beneficiada em detrimento das demais. Há a ilusão de que um candidato possa representar os interesses de todos os setores sociais da cidade, interesses muitas vezes conflitantes. O

⁶ Para o caso específico da constituição da disciplina no Brasil, ver Elza NADAI, “O Ensino de História e a Pedagogia do Cidadão”, e também Circe BITTENCOURT, “As Tradições Nacionais e o Ritual das Festas Cívicas”.

conceito de classe precisa ser obliterado no discurso regionalista, para que este possa funcionar. É assim, ainda, quando nos falamos de interesses nacionais e exigimos que torçamos pelo Brasil.

O regionalismo é um problema político, não por ameaçar, no extremo, a unidade nacional, mas por ser um elemento que, além de propiciar o desenvolvimento de preconceitos regionais, baseia sua análise da realidade a partir do fator geográfico, ou seja, ideologiza a discussão dos problemas sociais contribuindo para elidir a compreensão das questões de classe e de gênero, desviando a atenção dos verdadeiros focos dos problemas. Maria Arminda do Nascimento Arruda⁷ faz uma excelente revisão da bibliografia sobre o regionalismo no Brasil, que através de diferentes enfoques (a partir da elite política, a partir do conceito de oligarquia e a partir do conceito de relações capitalistas como redefinidoras da região) estabelecem a discussão do tema.

Se de fato estamos preocupados com um ensino crítico da história, é preciso compreender que a crítica não é uma metralhadora giratória descontrolada: só há crítica conseqüente se existe um ponto de partida em termos de visão do homem e do mundo, em termos de ideais sociais, e daí podemos perceber que existem críticas e críticas. Com a queda do muro de Berlim e eventos correlatos, construiu-se um novo muro, o da ideologia do fim da história e da falência das interpretações totalizantes da realidade. Se subirmos nos ombros dos que combatem há várias décadas, poderemos olhar por sobre esse novo muro e vislumbrar algum horizonte, de maneira que não seja ridículo, pelo menos para nós, manter grandes ideais; um ensino que seja crítico até a raiz não pode perder de vista a perspectiva da transformação da sociedade em que vivemos. Além disso, uma história coerente com sua cientificidade (respeitando os processos da lógica histórica, consciente de suas determinações e historicidade) tem o dever de discutir o ensino de história colocado em termos de nação como uma ideologia, e isso vem ocorrendo já há algum tempo, com a apresentação de alternativas de trabalho com os conteúdos da disciplina. Até porque o ensino de história colocado em termos de região tem uma necessidade muito grande de elementos constitutivos do que a Escola dos Annales chamava de história tradicional (o que não inclui necessariamente a conotação política que o termo pode ter): os fatos, heróis, as grandes batalhas e as grandes datas. Nas festas nacionais como o 7 de setembro, fica clara a

⁷ Maria A. do Nascimento ARRUDA. *A Mitologia da Mineiridade*. op. cit.

interdependência entre a história nacional, os rituais cívicos das grandes datas, a memória das batalhas, tratados e heróis que delimitam o lugar do conhecimento do passado; é um momento que faz evocar o Marx do 18 Brumário, quando mostra a figura patética de Luis Bonaparte aproveitando-se da conjuntura para atingir o poder e celebrar-se. Uma das nossas figuras da história nacional, da estirpe dos personagens como Luis Bonaparte, é eternizada cada vez que se produzem os desfiles, comemorações, jograis e discursos do 7 de setembro.

Procurando esquadrihar o momento em que, no Estado de São Paulo, procura-se construir (inventar ?) uma tradição regional e constituir um patriotismo paulista, nos momentos imediatamente posteriores à derrota da revolução de 1932, podemos verificar que a região, mais que uma fração da nacionalidade, é também uma construção da classe dominante em caráter regional, em um momento de crise econômica e política: estados e regiões não são apenas divisões administrativas da nacionalidade, mas espaços de exercício diferenciado e especializado da construção de pequenos consensos hegemônicos. No caso de São Paulo, a construção de um patriotismo regional está ligada ao desenvolvimento da cafeicultura e à formação de uma elite modernizante, que construiu uma tradição ligada aos bandeirantes, estabelecendo com eles uma continuidade psicológica. A relação desses regionalismos com a idéia nacional está sempre em aberto, em constante diálogo, nem sempre cordial, escorregando inclusive para o separatismo e um difuso, mas grave, preconceito racial/regional, em casos extremos. Enfim, o que procuro afirmar é que não estamos em melhor situação se procuramos identificar a renovação da história com a sua regionalização, contrapondo-a a uma perspectiva nacional. Ao nos preocuparmos em buscar uma identidade a partir da região, corremos o sério risco de desconsiderar que inexistem identidades puras, verdadeiras ou estáticas, já que as identidades são construídas pelas classes sociais (e devemos lembrar que existem classes com maior poder de determinação de uma identidade a generalizar) em diferentes momentos históricos⁸. De qualquer uma dessas maneiras a crítica nos escorrega das mãos, permanecemos nos debatendo dentro das malhas da hegemonia das classes dominantes, a partir dos seus discursos, das suas construções, alimentando o

⁸ ver Carlos Guilherme MOTA. *Ideologia da Cultura Brasileira*.

nacionalismo e/ou os regionalismos, contribuindo para forjar identidades ⁹ e tradições inventadas que julga-se perdidas e com necessidade de serem resgatadas, pensando que é preciso garantir a formação cívica do aluno e sua responsabilidade patriótica para que o país permaneça na sua senda de Ordem e Progresso, e que todos, dessa maneira, ganhem.

Analisando as festas cívicas da paulistanidade que ocorrem no 23 de maio e no 9 de julho com suas tradicionais poesias, canções e discursos, estudando os materiais didáticos sobre o tema utilizados na sala de aula e na biblioteca, e verificando a preparação de multiplicadores da ideologia da paulistanidade para as comemorações do cinquentenário da Revolução Constitucionalista de 1932, patrocinada pela Secretaria da Educação, somos levados a algumas reflexões sobre a formação dos alunos. Que tipo de valores embasam o ensino de história e as práticas cívicas em torno do movimento constitucionalista? O primeiro objetivo dos que promovem as comemorações e o ensino desse episódio é agir contra a influência dissipadora do esquecimento e garantir que seja transmitida a memória regionalista; mas, além desse objetivo primordial, a intenção é oferecer para a infância e a juventude um tipo de comportamento individual e coletivo a ser seguido. No fundo, o que está acontecendo é a justificativa da violência, da ação belicista para a resolução dos problemas políticos, desde que tenha-se por trás um “grande ideal” - a ação pessoal incentivada seria a coragem cega de doar a vida pela abstração São Paulo, ou pela abstração Brasil, por trás das quais ocultam-se classes dirigentes e seus interesses. É a permanência do “Morrer pela Pátria”, analisada historicamente por Phillipe Contamine ¹⁰, ao que Geraldo Vandré secundaria: “e viver sem razão ...”

Que tipo de civismo está sendo formado, por esta linha tradicional de ensino de história? Como se entende aí a cidadania? Certamente, não dentro dos valores de tolerância, valorização das instituições democráticas, pacifismo, não-violência ativa, razão. Quando pensamos nos objetivos do ensino de história, que é a fundamentação de toda metodologia, e convencemo-nos de que visamos contribuir para a formação da cidadania consciente, que valores nos inspiram e conduzem na atividade docente?

⁹ Sobre a identidade do brasileiro e algumas identidades regionais, permanece sempre válido o clássico de Dante Moreira LEITE. *O Caráter Nacional Brasileiro*

¹⁰ Na coletânea *Les Lieux de Mémoire II - La Nation*, organizada por Pierre NORA, pp. 13-46.

Se por civismo entendemos glorificar uma guerra, estabelecemos que a violência é um caminho possível para atingir ideais, e não criamos no aluno a indisposição contra os movimentos armados, colocando em segundo plano o valor máximo da vida. Não acentuamos a prioridade da vida humana, mas sim em ideais históricos de curto prazo, de curta duração, e, o que é pior no caso que estudamos, pelo interesse de poucos. É grave a reprodução da dominação de classe que assim opera, se entendemos que a Revolução Constitucionalista de 1932 foi o sacrifício e a mobilização de muitos a partir das idéias de poucos, e portanto de cima para baixo. Se por civismo entendermos também apenas a defesa genérica da "Lei", estaremos simplesmente ensinando a subserviência perante os textos legais; além da questão da legalidade, é preciso ter sempre presente a questão da legitimidade da lei perante os valores. Se ensinarmos - como as comemorações cívicas da revolução de 1932 - a Lei como um valor em si, perdemos de vista a sua característica central de instrumentos para a realização de valores gerais da sociedade, sobre os quais devemos estabelecer a discussão e propor a ação dos cidadãos que queremos formar.

Cada vez mais sou levado a crer que o objetivo do ensino de história deve ser o de relativizar o centro de cada indivíduo, de maneira a produzir cada vez mais a tolerância e a compreensão do outro. A sociedade ocidental cresceu ao perder as ilusões de que era o centro da existência, com Galileu (o homem não está no centro do universo), com Darwin (o homem não é necessariamente o ápice da criação) e Freud (o homem não é totalmente o senhor de si próprio). Incrementar a perda de si como centro, descentrar o aluno e mostrar-lhe a multiplicidade de visões que olham o mesmo mundo que ele!

Frente a isso, o papel político do ensino de história precisa ser o de procurar estabelecer a compreensão das culturas em diversos tempos e espaços, relativizando a nossa mesma em suas várias facetas. Isso favorece a convivência humana, a tolerância e o diálogo, imprescindível numa sociedade multicultural como o Brasil, e mesmo como estão se tornando os países do Primeiro Mundo. A partir do momento em que o aluno percebe que não é portador da verdade toda - ninguém o é - ele está mais preparado para defender seu ponto de vista com respeito aos que se afiguram como seus adversários. Isso de forma alguma significa conformismo e subserviência, inclusive à visão de mundo de outras classes. A metodologia, para o

trabalho com os cânones da história oficial e as datas nacionais e regionais precisa ser dialógica, admitindo múltiplas mãos de direção neste diálogo. Se pensamos a formação do aluno-cidadão pelo ensino da história em termos de valores, o valor da tolerância e a abertura para o diálogo precisa ser um dos primeiros da lista.

Não poderia encerrar sem lembrar que não tenho a pretensão de oferecer todas as respostas e soluções. Quero apontar algumas possibilidades e caminhos para discussão. Creio que temos a necessidade antropofágica de deglutir o civismo como está colocado hoje, ligado à ideologia da nação e/ou da região, metabolizá-lo pela preocupação em desenvolver uma Educação Histórica, algo talvez mais amplo que Ensino de História, no qual possamos procurar uma nova base que escape à história “territorial”, ou seja, que organiza os interesses sociais em torno das geografias, e não das relações sociais. Precisamos de uma determinação em responder que não devemos amor ao chão em que nascemos ou vivemos, na medida em que este nos daria de comer: quem me dá de comer é o meu relacionamento social, a minha interação com as pessoas que estão comigo numa comunidade que só permanece porque estabeleceu vínculos com diversas outras comunidades, às quais, indiretamente, pertenço. Quem sustenta a minha vida não é São Paulo, o Paraná ou o Brasil, mas a humanidade e seu trabalho. Como dizer que há uma grande identidade entre quem nasce em Itararé e quem nasce em Ribeirão Preto, e que essa identidade não existe entre os moradores de Itararé que tomam chimarrão como os paranaenses do sul, e dizer que não há identidade entre os nativos de Ribeirão Preto e os mineiros do Triângulo? A identidade de “paulista” é abstrata, da mesma forma que a identidade de “brasileiro” é abstrata. “ Existe é homem humano”, já dizia o Riobaldo de Guimarães Rosa em “Grande Sertão: Veredas”, como Dante Moreira Leite cita, muito brilhantemente.

O esforço em pensar a história como propiciadora da consciência de cidadania (no forte sentido que essa palavra tem adquirido no Brasil nos últimos dois anos, ganhando uma conotação mais social, além da política, que já existia) já é um passo importante nessa direção. O que importa, mais do que novas técnicas, novos conteúdos, é o trabalho de todos esses “novos” a partir de novos princípios, novos pontos de partida para a discussão: em vez do ponto de partida geográfico / regional / nacional

(espacial), um ponto de partida social. Como um possível ponto humanista de chegada, a compreensão da responsabilidade pessoal com os demais e com o ambiente em que todos vivem, a vida como valor máximo, e aí a compreensão clara da defesa dos direitos humanos, a democracia como valor universal, o pacifismo. Ensinar a pensar e a agir na história, autonomizar para possibilitar a convivência em bases melhores. Se a baioneta desenhou as fronteiras, não será papel também da história, nesse momento, de apagar essas linhas, de arrancar - em vez de alimentar - o que divide?

ANEXOS

ANEXO I**DIA DO SOLDADO CONSTITUCIONALISTA****Decreto nº 40345, de 6 de julho de 1962 - Institui o Dia do Soldado Constitucionalista**

CARLOS ALBERTO A. DE CARVALHO PINTO, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais e considerando

Que incumbe ao Estado zelar pela preservação das mais lídimas tradições cívicas da Pátria;

Que urge incrementar, através da glorificação dos grandes feitos do passado, a educação social e cívica da juventude estudantil;

Que a Revolução Constitucionalista de 1932, embora episódio dos mais relevantes no calendário histórico paulista, não tem sido suficientemente comemorado, pelos estudantes em virtude de recair o nove de julho em mês de férias escolares;

Que a data de 23 de maio relembra o primeiro e heróico momento dessa máscula afirmação da vocação constitucionalista de São Paulo;

DECRETA:

ARTIGO 1º - Fica instituído no calendário de atividades da rede oficial de ensino do Estado de São Paulo, o feriado escolar do dia 23 de maio, que passa a ser considerado o “ **DIA DO SOLDADO CONSTITUCIONALISTA** ”

PARÁGRAFO ÚNICO - O feriado fixado neste artigo será de comemoração obrigatória nos estabelecimentos oficiais de ensino médio e primário do Estado de São Paulo.

ARTIGO 2º - Além das comemorações da data supra referida, devem os estabelecimentos, de ensino primário e médio, no decorrer do mês de maio, promover, através das cadeiras que o comportarem, trabalhos de alunos, focalizando os diversos aspectos e significados da **REVOLUÇÃO CONSTITUCIONALISTA**.

ARTIGO 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação

ARTIGO 4º - Revogam-se as disposições em contrário

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 6 de julho de 1962.

CARLOS ALBERTO A. DE CARVALHO PINTO

(Diário Oficial do Estado de São Paulo de 7 de julho de 1962)

ANEXO II**A PRESENÇA DA MEMÓRIA DE 1932**

As 25 maiores cidades do Estado de São Paulo e a ocorrência de homenagens, em nomes de Logradouros Públicos, a nomes e datas (incluindo as variações denominativas) da Revolução Constitucionalista de 1932

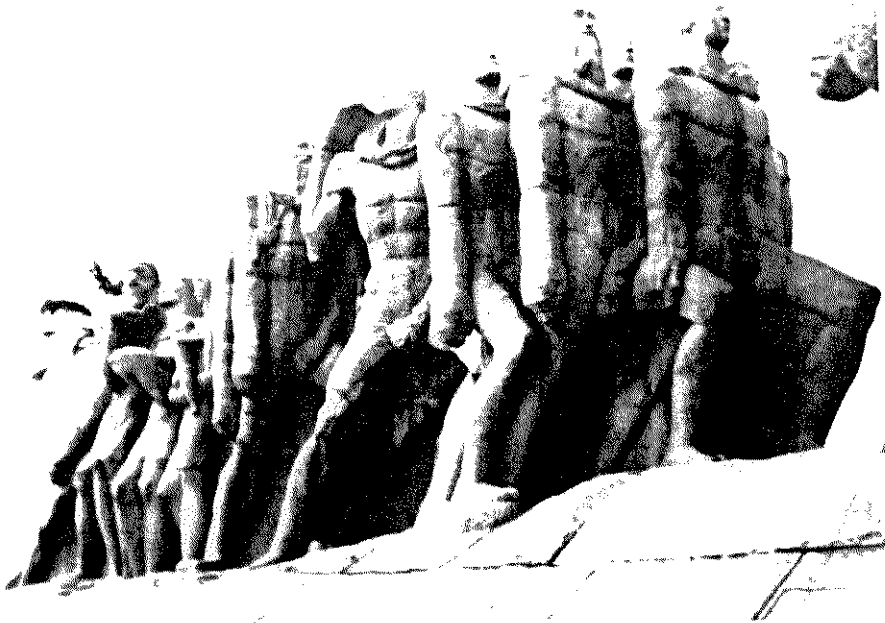
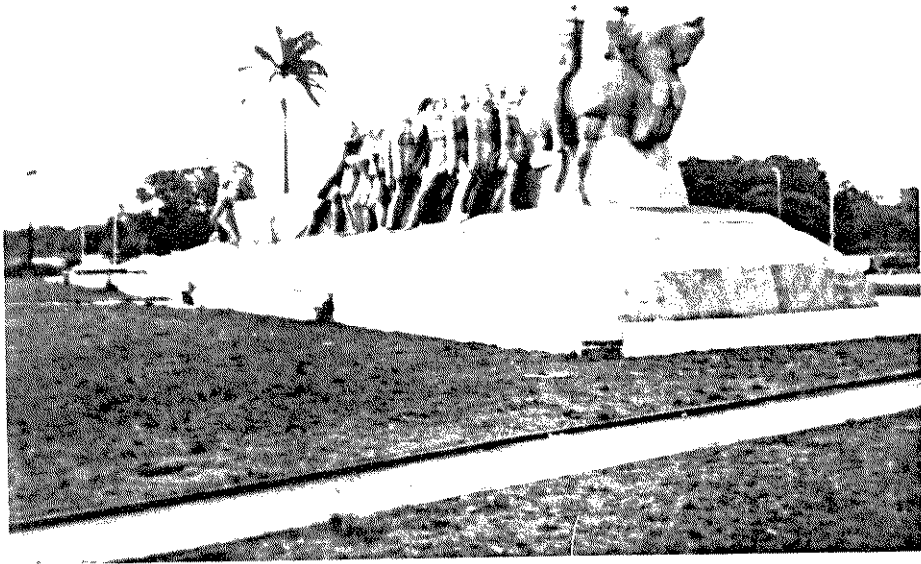
| Público Cidade | Logradouro | Armando de Salles Oliveira | 9 de julho | Pedro de Toledo | 23 de Maio |
|-------------------|-----------------------|----------------------------|------------|-----------------|------------|
| | Araçatuba | X | X | X | |
| | Bauru | | X | X | |
| | Campinas | | X | X | |
| | Diadema | | X | | |
| | Embu | | | X | |
| | Guarujá | X | | | |
| | Guarulhos | | X | X | |
| | Itapevi | | X | | |
| | Mauá | X | | | |
| | Mogi das Cruzes | | | | |
| | Osasco | | | | |
| | Presidente Prudente | X | X | X | X |
| | Ribeirão Preto | X | X | X | |
| | Santo André | X | X | | |
| | Santos | | X | | |
| | São Bernardo Campo | X | | X | X |
| | São Caetano do Sul | | X | X | |
| | São José do Rio Preto | | XXX | | |
| | São José dos Campos | X | X | X | |
| | São Paulo | XX | XXXXXXXX | XX | XX |
| | São Vicente | | X | | X |
| | Sorocaba | | XX | X | X |
| | Suzano | X | X | | |
| | Taboão da Serra | | | | |
| | Taubaté | X | X | | |

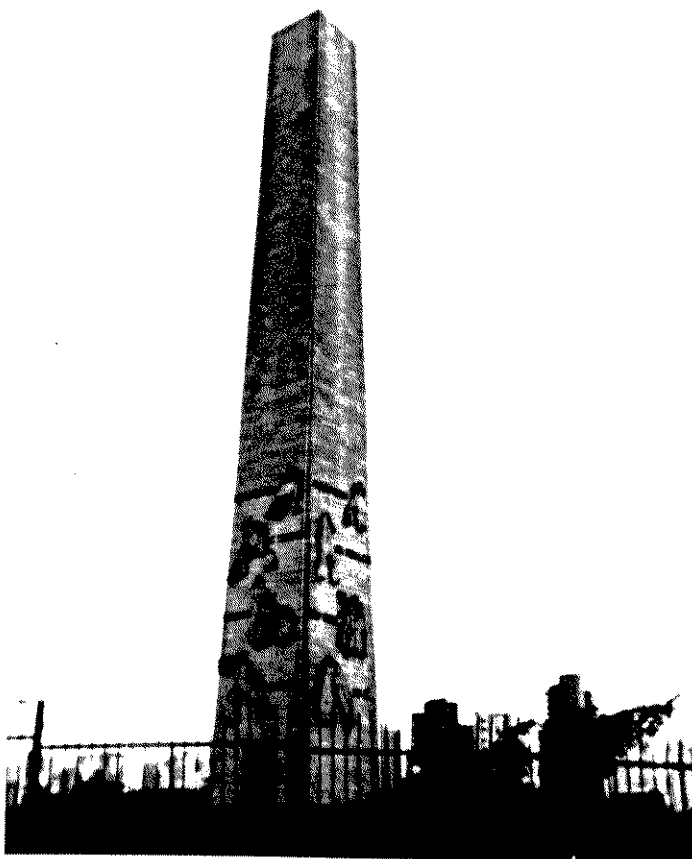
Fonte: Guia Postal Brasileiro 89/90 - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - 7ª ed. - São Paulo, São Paulo Editora, 1989

(Cada "X" representa uma ocorrência do nome em um logradouro público)

ANEXO III**A PAULISTANIDADE OFICIAL**

(Monumento às Bandeiras, Assembleia Legislativa de São Paulo e Mausoléu de 32)





BIBLIOGRAFIA

A) MATERIAIS DIDÁTICOS (Ensino Primário e Médio)

1. ABRAMO, Alcione. *Ensino Criativo de História do Brasil*. São Paulo, Ed. do Brasil, 1976.
2. ALMEIDA, Antonio da Rocha. *Dicionário de História do Brasil*. Porto Alegre, Globo, 1969.
3. BELTRANO, Zoraide Vitorello. *Estudos Sociais*. São Paulo, Ática, s.d.
4. BEZERRA, Holien Gonçalves. *O Jogo do Poder: A Revolução Paulista de 1932*. São Paulo, Moderna, 1988.
5. BORGES HERMIDA, Antonio J. *História do Brasil*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1959.
6. BORGES HERMIDA. *Estudos Sociais: Fundamentos da Cultura Brasileira*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, s.d.
7. BRAGA, Erasmo. *Leitura I*. São Paulo, Melhoramentos, 1940.
8. BRUNO, Aníbal. *Língua Portuguesa - 1ª e 2ª séries*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1948.
9. _____. *Língua Portuguesa*. São Paulo, Cia Editora Nacional, 1938.
10. CAPELATO, Maria Helena. *O Movimento de 1932: A Causa Paulista*. São Paulo, Brasiliense, 1981.
11. CHIAVENATO, Júlio Jose. *Bandeirismo: Dominação e Violência*. São Paulo, Moderna, 1991.
12. COMISSÃO Didática Laudes. *Estudos Sociais: História do Brasil até a Independência*. Rio de Janeiro, Laudes, 1973
13. COMISSÃO GERAL DO CINQUENTENÁRIO DE 1932. *História Ilustrada da Revolução Constitucionalista de 1932*. São Paulo, s.c.p., [1982].
14. CORRÊA, Viriato. *Gaveta de Sapateiro - Miudezas desarrumadas da História Nacional*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1932.
15. CORREIA, Maria Emília & GALHARDI, Mauro. *Como é Fácil - 4ª série do 1º grau*. São Paulo, Scipione, 1992.
16. COSTA, Aída. *Português - 2ª série do curso ginásial*. São Paulo, Ed. do Brasil, 1961.
17. CRETILLA JR., José. *Português para o Ginásio*. São Paulo, Renascença, 1945.
18. DANTAS, José. *História do Brasil : da Independência aos Dias Atuais*. São Paulo, Moderna, 1984.
19. DAVIDOFF, Carlos. *Bandeirantismo, Verso e Reverso*. São Paulo, Brasiliense, 1986.

20. DICIONÁRIO de História do Brasil - Moral e Civismo. São Paulo, Melhoramentos, 1976.
21. ENCICLOPEDIA Mirador Internacional. Rio de Janeiro, Encyclopaedia Britannica editores, 1991.
22. ENCICLOPÉDIA BARSA. Rio de Janeiro, Encyclopaedia Britannica editores, 1975.
23. ENCICLOPÉDIA Larousse Cultural. São Paulo, Abril, 1994.
24. ESAÚ, Elias & PINTO, Luiz Gonzaga O. *História do Brasil - Estudo Dirigido*. São Paulo, IBEP, s.d.
25. ESPINHEIRA, Ariosto. *Viagem Através do Brasil*. São Paulo, Melhoramentos, s.d.
26. FLEIUSS, Max. *Apostilas de História do Brasil*. Porto Alegre, Globo, 1934.
27. FONTOURA, Amaral. *Educação Cívica e Calendário Cívico*. Rio de Janeiro, Aurora, s.d.
28. FREITAS, Paulo de. *O Nosso Idioma*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1937.
29. GOMES, Paulo M. et. al. *História do Brasil*. Belo Horizonte, Lê, 1975.
30. GUÉRIOS, Rosário F. M. *Português Ginásial - Antologia para a 1ª e 2ª série*. São Paulo, Saraiva, 1944
31. HADDOCK LOBO, L. *História do Brasil*. São Paulo, Duas Cidades, 1967.
32. HOELTGEBAUM. *Calendário Cívico*. São Paulo, Scipione, 1995.
33. HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *História do Brasil - Curso Moderno*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1975.
34. JOVENAL, Armando (ed.) *Manual de Comemorações Cívicas*. São Paulo, Atualidades Pedagógicas, s.d.
35. KOSHIBA, Luiz. *História do Brasil*. São Paulo, Atual, 1987.
36. LENCASTRE, Carlos. *Coleção de Excertos para Leitura*. Campinas, Linotipia da Casa Genoud, 1934.
37. LUCCI, Elian Alabi. *Trabalho Dirigido de Moral e Civismo*. São Paulo, Saraiva, 1973.
38. MAGALHÃES, Aleano (dir). *Enciclopédia Brasileira Globo*. Porto Alegre, Globo, 1975.
39. MAGALHÃES, Basílio de. *Manual de História do Brasil*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, [1946].
40. _____ . *História do Brasil*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1945.
41. MATTA, Ary da. *História do Brasil para a 4ª série ginásial*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1946.
42. MELLO e SOUZA, J.B. *História do Brasil*. Rio de Janeiro, Aurora, 1954.
43. MENEZES, Candida Z. et. al. *O Brasileiro e a Comunicação*. São Paulo, F.T.D., 1977.
44. MILANO, Miguel. *História do Brasil*. São Paulo, Teixeira, 1935.
45. MOURA FARIA et. al. *Estudos Sociais*. Belo Horizonte, Lê, 1978.
46. MOURA, Américo de. *Antologia da Língua Nacional*. São Paulo, Ed. do Brasil, 1944.

47. MUSSUMECI, Víctor. *História do Brasil*. São Paulo, Ed. do Brasil, s.d.
48. NOVO DICIONÁRIO de História do Brasil. São Paulo, Melhoramentos, 1970.
49. PEREIRA, Marcos Aurélio. *Revolução Constitucionalista*. São Paulo, Ed. do Brasil, 1989.
50. PROENÇA, Antonio Carlos & LAGO, Samuel R. *História do Brasil*. São Paulo, IBEP, s.d.
51. REBELO, Fernando. *Integração e Escola (Datas Comemorativas)*. Juiz de Fora (MG), Enio Pinheiro Dutra, 1979.
52. RIBEIRO, Hilário. *Na terra, no mar e no espaço - Novo terceiro livro de Leitura*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1933.
53. RIBEIRO, João. *História do Brasil*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1935.
54. RIBEIRO, Luiz Cesar Pinto. *Datas e Vultos Históricos*. Curitiba, Grafipar, s.d.
55. SAMPAIO, Benedito & SAMPAIO, Francisco Ribeiro. *Leituras Fáceis (Para Ginásios e Escolas Normais)*. Campinas, João Amêndola, 1934.
56. _____ . *Seleção de Língua Portuguesa*.
Campinas, João Amêndola, 1938.
57. SANCHES, Arcênio et. al. *Estudos Sociais: A Formação do Estado Brasileiro e a Diversificação Regional*. São Paulo, IBEP, s.d.
58. SARONI, Fernando & CARVALHO, Maurício. *Caminhando*. São Paulo, FTD, 1985.
59. SERRANO, Jonathas. *Epítome de História do Brasil*. Rio de Janeiro, Briguiet, 1941.
60. SILVA, Joaquim. *História do Brasil para o 3º ano ginasial*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1942.
61. _____ . *História do Brasil para o 4º ano ginasial*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1958.
62. SILVA, Marlene e. *História do Brasil*. São Paulo, IBEP, s.d.
63. SILVEIRA BUENO, Francisco da. *Páginas Literárias*. São Paulo, Saraiva, 1949.
64. SOROCABA. Delegacia de Ensino. COMISSÃO Organizadora do Cinquentenário da Revolução Constitucionalista de 1932. *MMDC - O Orgulho dos Paulistas*. Sorocaba, s.c.p., 1982.
65. SOUTO MAIOR, A . *História do Brasil para o curso colegial e vestibulares*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1967.
66. THOMAS, Claudio Maia. *Elementos de História do Brasil*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 19[43].
67. VALDÉS, Guilherme. *Vivendo Nossa História*. São Paulo, IBEP, s.d.
68. VIANNA, Hélio. *História do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1945.
69. VOLPATO, Luísa Eios Ricci. *Entradas e Bandeiras*. São Paulo, Global, 1985.
70. YAZBEK, Mustafa. *Os Bandeirantes*. São Paulo, Ática, 1985.

B) DEMAIS PUBLICAÇÕES

71. ABDANUR, Elizabeth França. *Os "ilustrados" e a Política Cultural em São Paulo* (O Departamento de Cultura na Gestão Mário de Andrade: 1935-1938). Campinas, Dissertação de Mestrado. IFCH-UNICAMP, 1992.
72. ABUD, Kátia Maria. *O Sangue Intimorato e as Nobilíssimas Tradições* (A construção de um símbolo paulista: o bandeirante). São Paulo, Tese de doutoramento FFLCH-USP, 1985.
73. _____. O Ensino de História como fator de coesão nacional: os programas de 1931. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, 13 (25/26): 163-174, set. 92 / ago. 93.
74. _____. O livro didático e a popularização do saber histórico. In: SILVA, Marcos (org.). *Repensando a História*. São Paulo, Marco Zero, s.d.
75. AFFONSO, Rui de B. Álvares & SILVA, Pedro L. Barros da (orgs.) *Desigualdades Regionais e Desenvolvimento*. São Paulo : Fundap: Editora da Unesp, 1995.
76. ARRAES, Rute Ap. V. Jesser, *O Estado e a Administração do Ensino Público na Segunda República*. Tese de Mestrado. Campinas, UNICAMP, 1980. mimeo.
77. ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. *Mitologia da Mineiridade*. São Paulo, Brasiliense, 1990.
78. AUSTREGÉSILO, Myriam Ellis. O Senador Alfredo Ellis. *Revista de História*. São Paulo, 1 (3): 275-295, jul. 1950.
79. BANDECCHI, Brasil. O Espírito de 1932. *Notícia Bibliográfica e Histórica*. Campinas, 14 (107): 177-186, jul./set. 1982
80. BEZERRA, Holien Gonçalves. *As artimanhas da dominação: São Paulo*, São Paulo, Tese de Doutorado - FFLCH-USP, 1981 (mimeo).
81. BEZERRA, Holien Gonçalves. *O Jogo do poder: A Revolução Paulista de 1932*. São Paulo, Moderna, 1988.
82. BITTENCOURT, Circe M. Fernandes. As Tradições Nacionais e o Ritual das Festas Cívicas. In: PINSKY, Jaime (org.) *O Ensino de História e a Criação do fato*. São Paulo, Contexto, 1988
83. _____. *Pátria, Civilização e Trabalho*. São Paulo, Dissertação de Mestrado FFLCH-USP, 1988 . mimeo.
84. _____. Procedimentos Metodológicos em pesquisa sobre Imagens no Ensino de História. ANAIS do II Encontro de Professores pesquisadores na Área do Ensino de História. Rio de Janeiro, 1995, p. 263-68.
85. BLOCH, Marc. *Introdução à História*. Lisboa, Publicações Europa-América, s.d.

86. BORGES, Vavy Pacheco. *Getúlio Vargas e a Oligarquia Paulista*; História de Uma Esperança e Muitos Desenganos. São Paulo, Brasiliense, 1979.
87. _____. *Os Sentidos do Tenentismo*. São Paulo, Brasiliense, 1992.
88. BOTTOMORE, Tom (org.). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro, Zahar, 1988.
89. BRESCIANI, Maria Stella M. *As Voltas de Um Parafuso*. In: *Tudo é História - Caderno de Pesquisa 2*. São Paulo, Brasiliense, 1977.
90. CANETTI, Elias. *Massa e poder*. São Paulo : Melhoramentos; Brasília : Editora da Universidade de Brasília, 1983.
91. CAPELATO, Maria Helena. *Os Arautos do Liberalismo: Imprensa Paulista 1920 - 1945*. São Paulo, Brasiliense, 1989.
92. CAPELATO, Maria Helena & PRADO, Maria Lígia. *O Bravo Matutino*. Imprensa e Ideologia: O Jornal O Estado de São Paulo. São Paulo, Alfa-Ômega, 1980.
93. CARONE, Edgar. *A República Nova*. Rio de Janeiro, Difel, 1974.
94. CHAUI, Marilena. *Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas*. 4ª ed. rev. e ampl. São Paulo, Cortez, 1989.
95. _____. *O que é Ideologia*. 29ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.
96. CINQUENTENÁRIO da Revolução Constitucionalista - 32 . São Paulo , Secretaria de Estado da Educação, 1982.
97. CITRON, Suzzane. *Enseigner L'Histoire Aujourd'hui. La mémoire perdue et retrouvée*. Paris, Éditions Ouvrières, 1984.
98. _____. *Le Mythe National*. Paris, Éditions Ouvrières, 1987.
99. DA MATTA, Roberto. *Carnavais, Malandros e Heróis (para uma sociologia do dilema brasileiro)*. Rio de Janeiro, Guanabara, 1990.
100. DE DECCA, Edgar Salvadori. *1930 - O Silêncio dos Vencidos - Memória, história e revolução*. São Paulo, Brasiliense, 1994.
101. DEL PICCHIA, Paulo Menotti. *A Revolução Paulista - Através de um Testemunho do Gabinete do Governador*. São Paulo, s/ed., 1932
102. _____. *O Despertar de São Paulo - episódios históricos*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1933
103. _____. *A Longa Viagem- 2ª Etapa: Da Revolução Modernista à Revolução de 1930*. São Paulo, Martins, Conselho Estadual de Cultura, 1972.
104. DICIONÁRIO Histórico Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, s.d.
105. DONATO, Hernâni. *A Revolução de 32*. São Paulo, Círculo do Livro; Abril, 1982.

- 106.DOSSE, François. *A História em Migalhas: dos "Annales" à "Nova História"*. São Paulo: Ensaio; Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 1992.
- 107.ECO, Humberto & BONAZZI, Marisa. *Mentiras Que Parecem Verdades*. São Paulo, Summus, 1980.
- 108.ELLIS JR, Alfredo. *Amador Bueno e a Evolução da psicologia planaltina*. São Paulo, USP, 1944.
- 109._____. *A Lenda da Lealdade de Amador Bueno e a Evolução da psicologia planaltina*. São Paulo, Obelisco, 1967.
- 110._____. *A Nossa Guerra*. São Paulo, Piratininga, 1933.
- 111._____. *Capítulos da História Social de São Paulo*. São Paulo, Nacional, 1944.
- 112._____. *Concepção de História*. *Educação*. São Paulo, XXXV (50-53): 5-9, jan./dez. 1946.
- 113._____. *Confederação ou Separação*. São Paulo, Piratininga, 1933.
- 114._____. *Um Parlamentar Paulista da República*. São Paulo, João Bentivegna, 1949.
- 115.ELSTER, John. *Marx Hoje*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.
- 116.FAUSTO, Bóris. *A Revolução de 1930: História e Historiografia*. 12ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1989.
- 117._____. *Expansão do Café e Política Cafeeira*. in: FAUSTO, Bóris (org.) *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III, 1º vol. São Paulo, DIFEL, 1975, p. 193-248
- 118._____. *A Crise dos Anos 20 e a Revolução de 1930*. in: FAUSTO, Bóris. *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III, 2º vol. São Paulo, DIFEL, 1978, p. 401-426.
119. FERRO, Marc. *Falsificações da História*. [Lisboa], Europa-América, s.d.
- 120._____. *A História Viglada*. São Paulo, Martins Fontes, 1989.
- 121.FUNARI, Pedro Paulo de Abreu. *Cultura Material e a Construção da Mitologia Bandeirante: Problemas da Identidade Nacional Brasileira*. *Idéias*, Campinas, 2 (1): 29-48, jan./jun. 1995.
122. GEBARA, Ademir et.al. *História Regional: Uma Discussão*. Campinas, Editora da UNICAMP, 1987.
- 123.GINZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas e Sinais - Morfologia e História*. São Paulo, Cia. das Letras, 1990.
- 124.GOMES, Angela M. de Castro et alii. *Confronto e Compromisso no Processo de Constitucionalização (1930-1935)*. in FAUSTO, B. (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III, 3ºvol. São Paulo, Difel, 1981, p. 7-75.
- 125.GRAMSCI, Antonio. *A Questão Meridional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

126. _____ . *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988
127. _____ . *Os intelectuais e a Organização da Cultura*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1991.
128. GRUPPI, Luciano. *O Conceito de Hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
129. HAGOPIAN, Frances. *The Politics of Oligarchy; The Persistence of Traditional Elites in Contemporary Brazil*. PhD Dissertation. Massachusetts Institute of Technology, 1986 (mimeo).
130. HELLER, Agnes. *Estrutura da Vida Cotidiana*. In: *O Cotidiano e a História*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1972, p. 17-41
131. HILTON, Stanley. *1932: A Guerra Civil Brasileira*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1982.
132. HOBSBAWN, Eric J. e RANGER, Terence (orgs.). *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.
133. HÖFLING, Eloísa de Mattos. *O Livro Didático em Estudos Sociais*. Campinas, Editora da UNICAMP, 1986.
134. HOLLANDA, Guy de. *Um Quarto de Século de Programas e Compêndios de História para o Ensino Secundário Brasileiro (1931-1956)*. Rio de Janeiro, MEC/INEP/CBPE, 1957.
135. LE GOFF, Jacques. *Memória*. In: *Enciclopédia Einaudi - vol 1 (Memória-História)*. Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1984.
136. LEITE, Aureliano. *Dias de Pavor. Figuras e Scenas na Revolta de São Paulo*. São Paulo: s/ed., 1924.
137. _____ . *História da Civilização Paulista*. São Paulo, Martins, s/d.
138. _____ . *Páginas de uma Longa Vida*. São Paulo, Martins, s/d.
139. _____ . *Episódios do Exílio*. São Paulo, Ed. Nacional, 1938.
140. LEITE, Dante Moreira. *O Caráter Nacional Brasileiro - História de uma Ideologia*. 4ª ed., São Paulo, Pioneira, 1983.
141. LENHARO, Alcir. *A Sacralização da Política*. 2ª ed. Campinas, Papirus, 1986.
142. _____ . *História e Cotidiano: O Lugar de Uma Categoria Conceitual na Pesquisa Histórica*. In: MARTINS, Angela Maria (coord.). *O Tempo e o Cotidiano na História*. São Paulo. Fundação para o Desenvolvimento da Educação, 1993, p. 20-26 (Série Idéias, nº 18).
143. LEVINE, Robert. *O Regime de Vargas: Os Anos Críticos 1934-1938*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980.
144. LOVE, Joseph. *A Locomotiva; São Paulo na Federação Brasileira - 1887 / 1937*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982

145. LOVE, Joseph et alii. O Poder dos Estados. Análise Regional. In: FAUSTO, Bóris. *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III, 1º Vol. São Paulo, DIFEL, 1975, p.51-151
146. MACHADO, Lia Zanotta. *Estado, Escola e Ideologia*. São Paulo, Brasiliense, 1987.
147. MARTINS, José B. (ed.) *1932: Álbum de Família*. São Paulo, Melhoramentos, [1954].
148. MATOS, Odilon Nogueira de. A Revolução Constitucionalista de 1932. *Notícia Bibliográfica e Histórica*. Campinas, 14 (107): 169-175, jul./set. 1982.
149. McLAREN, Peter. *Rituais na Escola*. Em direção a uma economia política de símbolos e gestos na educação. Petrópolis-RJ, Vozes, 1992.
150. MICELI, Sérgio. *Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil 1920-1945*. Rio de Janeiro, DIFEL, 1979.
151. MONTEIRO, John Manuel. Caçando com Gato. *Novos Estudos*, São Paulo, 38: 79-88, mar. 1994.
152. MOOG, Clodomir Vianna. *Bandeirantes e Pioneiros: paralelo entre duas culturas*. Porto Alegre, Globo, 1974.
153. MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da Cultura Brasileira (1933 - 1974)*. São Paulo, Ática, 1980.
154. MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro de. Bandeirantes do Progresso: imagens do trabalho e do trabalhador na cidade em festa. São Paulo, 25 de janeiro de 1954. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, 14 (28): 231-246, jan./jun. 1995.
155. NAGLE, Jorge. *Educação e Sociedade na Primeira República*. São Paulo-Rio de Janeiro, E.P.U. & M.E.C., 1976.
156. NORA, Pierre (org). *Les Lieux de Memóire II - La Nation*. Paris, Gallimard, 1986.
157. OLIVEIRA, Armando de Salles. *Diagrama de Uma Situação Política (Manifestos Políticos do Exílio)*. São Paulo, Renascença, 1945.
158. _____. *Discursos*. São Paulo, Typographia Siqueira, 1935.
159. _____. *Jornada Democrática (Discursos Políticos)*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1937.
160. PIOTTE, Jean Marc. *La Pensée Politique de Gramsci*. Paris: Anthropos, 1977.
161. PRZEWORSKI, Adam. *Capitalismo e Social-Democracia*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.
162. SALIBA, Elias Thomé. As Palavras e os homens: oratória, crônica e novela na São Paulo de 32. *Projeto História*, São Paulo, 10, dez. 1993, p. 103-14.
163. SILVA, Hélio. *1934: A Constituinte*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira,
164. SILVA, Raul de Andrada e. A Década de 20 e a Revolução de 1930. *Notícia Bibliográfica e Histórica*. Campinas, 14 (107): 169-175, jul./set. 1982

- 165.SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *Estado e Partidos Políticos no Brasil; 1930 - 1964*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1976.
- 166.SOUZA, Maria do Carmo Campello de. O Processo Político-Partidário na Primeira República. In: MOTA, Carlos Guilherme. *Brasil em Perspectiva*. Rio de Janeiro, Difel, 1990.
- 167.THOMPSON, Edward P. *A Miséria da Teoria ou Um Planetário de Erros*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
- 168._____. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- 169.VARGAS, Getúlio Dornelles. *As Diretrizes da Nova Política do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1942.
- 170._____. *Discurso no banquete oferecido pelas classes conservadoras e proletárias*. Rio de Janeiro, DIP, 1940.
- 171._____. *A Nova Política do Brasil Vol II (O ano de 1932 / A Revolução e o Norte / 1933)*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1938.
- 172._____. *Unidade Moral e Unidade Econômica da Nacionalidade*. s.l., D.I.P., 1940.
173. VIDAL, Joaquim A. Sampaio. *Synthese do Pensamento Político de Armando de Salles Oliveira*. São Paulo, s.c.p., 1937.
174. ZAMBONI, Ernesta. *Que História é Essa? Uma proposta Analítica dos Livros Paradidáticos de História*. Campinas, Tese de Doutorado FE-UNICAMP, 1991.
- 175._____. O Conservadorismo e os paradidáticos de história. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, 13 (25-26): 175-192, set. 92 / ago. 93.